

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO – PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, CULTURAS E ARTES
MESTRADO EM HUMANIDADES CULTURAS E ARTES

**AS REPORTAGENS ESPORTIVAS VEÍCULADAS NO SITE DO GLOBO
ESPORTE E O PATRIARCALISMO**

ORIENTADORA Prof^a. Dra. TAMARA DE SOUZA CAMPOS
PESQUISADOR: DANIEL BARBOSA DOS SANTOS LIMA

INSTITUIÇÃO SEDIADORA:
UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO
MESTRADO EM HUMANIDADES, CULTURAS E ARTES

DUQUE DE CAXIAS

2023

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, CULTURAS E ARTES

AS REPORTAGENS ESPORTIVAS VEÍCULADAS NO SITE DO GLOBO ESPORTE
E O PATRIARCALISMO

DANIEL BARBOSA DOS SANTOS LIMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós –
Graduação em Humanidades, Culturas e Artes
(UNIGRANRIO), como parte dos requisitos para a
obtenção do grau de Mestre em Humanidades, Cultura e
Arte (Área de Concentração: Educação, Linguagem e
Cultura).

Orientadora: Profª. Dra. Tamara de Souza Campos

DUQUE DE CAXIAS

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS

Lima, Daniel Barbosa dos Santos.

L732r As reportagens veiculadas no site do globo esporte e o patriarcalismo / Daniel Barbosa dos Santos Lima. – Duque de Caxias, Rio de Janeiro. 2023.

204 f.

Orientadora: Tamara de Souza Campos.

Dissertação (mestrado) – UNIGRANRIO, Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, Programa de Pós-graduação em Humanidades, Culturas e Artes. Rio de Janeiro, 2023.

1. Futebol. 2. Mídia. 3. Patriarcado. 4. Gênero. 5. Mulher. 6. Desigualdade I. Campos, Tamara de Souza. II. Título. III. UNIGRANRIO. CDD: 070.449.796

Rodrigo de Oliveira Brainer CRB-7:3396

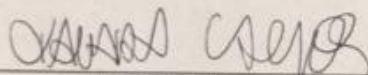
DANIEL BARBOSA DOS SANTOS LIMA

AS REPORTAGENS ESPORTIVAS VEICULADAS NO SITE DO GLOBO
ESPORTE E O PATRIARCALISMO

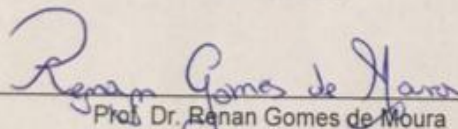
Dissertação apresentada à
Universidade do Grande Rio "Prof.
José de Souza Herdy", como parte
dos requisitos parciais para a
obtenção do título de Mestre em
Humanidades, Culturas e Artes.

Exemplar apresentado para avaliação da banca examinadora em 04/07/2023

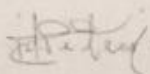
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Tamara de Souza Campos
Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da
UNIGRANRIO



Prof. Dr. Renan Gomes de Moura
Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da
UNIGRANRIO



Prof. Dr. Felipe da Silva Triani
Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESA

DEDICATÓRIA

Ao meu “parça”, Cauã Barrili Lima, que à sua maneira, bem antes de chegar ao mundo, acompanhou-me nessa jornada e conseguimos marcar este golaço em levar a desconstrução do patriarcado por meio do Futebol. Filho, a família cresceu e, em breve, chegará o seu irmão Caio para compor nosso time.

Não menos importante, a minha esposa, Carinne Barrili, pela força e por entender que a cada dia este período de presença ausente estava mais perto do fim.

Ao mestre Ricardo Bezerra. Você foi a minha inspiração para qualquer objetivo na vida e a você toda gratidão por me incentivar na busca do conhecimento acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Escrevo estas linhas com muita alegria e alívio de ter concluído um sonho chamado Mestrado que, muitas vezes, pareceu inviável. A educação formal adquirida nestes dois anos se proliferará no campo escolar e ecoará em outros lares de modo que a igualdade de gênero seja algo natural na sociedade. É difícil não me estender, mas não posso deixar de agradecer as pessoas que entenderam o meu afastamento social, pois isso foi essencial na minha formação formal e não formal.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela força, garra e determinação ao me guiar nessa jornada árdua. Foram muitas madrugadas e sem ele não chegaria até aqui. Ao meu “irmão” e amigo para toda a vida, faltaram adjetivos para qualificá-lo. Só tenho a agradecer e ofertar minha eterna gratidão por tudo. Desde 2007, iniciamos no curso superior e, com o seu direcionamento, preciso, certo e sem rodeios, consegui belos feitos neste curso, desde a classificação até a defesa. O meu muito obrigado, Glhevysson dos Santos Barros. Serei eternamente grato a você por essa conquista. Agora sim, vamos para outra etapa.

Dedico a todos aqueles que torceram por mim e que, de maneira direta e indireta, fazem parte dessa conquista.

Agradeço ainda aos meus colegas de turma, em especial ao Tarcísio, Jane, Nathália, Ruy. Os demais, apesar de não terem sido mencionados aqui, não se tornam menos importantes. Não posso deixar de frisar a bela surpresa idealizada por esta turma, ao presentear nossa família com aquele lindo carrinho de bebê. Serei eternamente grato pelo enorme carinho de vocês.

Por fim, a minha eterna gratidão aos professores da UNIGRANRIO, que foram singulares na minha formação durante esses anos no decorrer do curso. Em especial, parabeno a minha orientadora, Prof. Dr^a. Tamara de Souza Campos, que de maneira inesperada surgiu em um momento de aflição. Com muita maestria, sabedoria e conhecimento conduziu esta pesquisa propiciando a minha titulação e marcando um “golaço acadêmico e social”.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FIFA	Federação Internacional de Futebol Associação
CBD	Confederação Brasileira de Desporto
CONMEBOL	Confederação Sul-Americana de Futebol
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CND	Conselho Nacional de Desporto
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
FF	Futebol Feminino
MF	Mario Filho
STJD	Superior Tribunal de Justiça Desportiva
AC	Análise de Conteúdo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Unidades de registros temáticas	17
Quadro 2 – Unidades de registros temáticas	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relatório anual de discriminação Racial no Futebol 2021.....	44
Tabela 2 – Resumo de reportagens	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relatório sobre o impacto salarial no futebol brasileiro CBF– 2019...96

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Apresenta o Futebol na China – Tsu – Chu jogado na China.....	21
Figura 2 - Espelho de Bronze - Homens e Mulheres jogando <i>cuju</i> juntos. Refere-se à dinastia Song (960-1279).....	23
Figura 3 - Futebol no Japão - Kemari.....	24
Figura 4 - Jogo Episkyros. Duas equipes posicionadas em cada extremidade do campo para iniciar o jogo	27
Figura 5 - Ilustração do século 19 representando um sacrifício humano	28
Figura 6 - Jogo praticado pelos Maias no México. O objetivo era arremessar a bola dentro do orifício disposto na lateral	29
Figura 7 - Ilustra o mosaico na Villa Roman del Casale na Sicília - Fato incomum de mulheres competindo	31
Figura 8 - Calcio Fiorentino em Pódova, Itália, em gravura de Pedro Bertelli...	33
Figura 9 – Racismo contra Vinicius Junior	41
Figura 10 - Caso de Xenofobismo.....	57
Figura 11 - Ilustração e gráfico do quantitativo de reportagens 1º trimestre 2022.....	105
Figura 12 - Técnicos e técnicas no Brasileiro Feminino, de 2013 a 2018..	110
Figura 13 - Guardiola, Mancini e Tuchel disputam o prêmio The Best de melhor técnico	134
Figura 14 - FAF homologa título do Ypiranga – AP, após decisão do TJD que validou final do Amapazão Feminino 2021.....	138
Figura 15 - Comissão técnica do Ypiranga	139
Figura 16 - Reinier, ex-Flamengo, aparece em parede posicionada em frente ao campo, e busca pelo gol é destacada	156
Figura 17 – Assémbleia geral da CBF.....	163

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 DIMENSÕES HISTÓRICAS DO FUTEBOL.....	22
2.1 Os chineses e o futebol.....	22
2.2 Os japoneses e o futebol.....	25
2.3 Os gregos e o futebol.....	26
2.4 Os maias e o futebol.....	29
2.5 Os romanos e o futebol.....	32
2.6 Os franceses e o futebol.....	34
2.7 Os ingleses e o futebol.....	35
2.1.1 Futebol no Brasil e preconceito.....	41
2.1.1.1 <i>Futebol no Brasil e questões atuais.....</i>	<i>56</i>
3 MULHERES NO FUTEBOL "FEMININO" E O PATRIARCALISMO.....	62
3.1 Futebol “feminino” no brasil: algumas questões históricas.....	62
3.2 Sobre a questão do patriarcado.....	77
3.3 Patriarcado e futebol "feminino"	91
3.3.1 Divisão de gênero dos esportes.....	99
4.CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	102
4.1 ANÁLISE DOS DADOS.....	111
4.2 Panorama da temática 2 (análise de atleta)	111
4.3 Resumo e análise da notícia 5 da temática 2 (análise de atleta)	111
4.4 Resumo e análise da notícia 10 da temática 2 (análise de atleta)	116
4.5 Resumo e análise da notícia 15 da temática 2 (análise de atleta)	118
4.6 Resumo e análise da notícia 20 da temática 2 (análise de atleta)	121
5.6 Resumo e análise da notícia 25 da temática 2 (análise de atleta)	123
4.8 Resumo e análise da notícia 30 da temática 2 (análise de atleta)	126

4.2.1 Panorama da temática 7 - Aspectos financeiros, salários, premiação, contratação e equipe técnica.....	129
4.2.2 Resumo das notícias 12, 97,27,52,57,77,67,87 e 92 do primeiro subgrupo de notícias da temática 7 (Contratação de técnicos e supervisora)	130
4.2.3 Análise das notícias do primeiro subgrupo da temática 7 (Contratação de técnicos e supervisora)	134
4.2.4 Resumo das notícias 2,22,32, 37, 47, 62,72,82,102 e 107 do segundo subgrupo de notícias da temática 7 (Contratação de jogadoras)	143
4.2.5 Análise das notícias do segundo subgrupo da temática 7 (Contratação de jogadoras)	147
4.2.6 Resumo das notícias 7, 17, 42, 112 do terceiro subgrupo de notícias da temática 7 (Patrocínio e investimento no Futebol Feminino)	155
4.2.7 Análise das notícias do terceiro subgrupo da temática 7 (Patrocínio e investimento no Futebol Feminino)	158
4.3 Panorama da temática 11 - Assédios no futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)	162
4.3.1 Resumo da notícia 1 da temática 11 - Assédios no Futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)	162
4.3.2 Análise da notícia 1 da temática 11 - Assédios no Futebol / Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)	163
4.3.3 Resumo da notícia 2 da temática 11 - Assédios no Futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)	166
4.3.4 Análise da notícia 2 da temática 11 - Assédios no Futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)	167
4.3.5 Resumo da notícia 3 da temática 11 - Assédios no Futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)	170
4.3.6 Análise da notícia 3 da temática 11 - Assédios no Futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)	171

4.3.7 Resumo da notícia 4 da temática 11 - Assédios no Futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)	173
4.3.8 Análise da notícia 4 da temática 11 - Assédios no Futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
REFERÊNCIAS.....	184

RESUMO

Ao longo da história do Futebol, tivemos a presença maciça dos homens neste esporte e às mulheres indicava-se os cuidados da casa e dos filhos, gerando assim o afastamento delas dessa prática como consequência de uma sociedade patriarcal. A dissertação tem como objetivo analisar se nas reportagens veiculadas pelo site do Globo Esporte (GE) há presença de patriarcalismo e como isso aparece no material noticioso. Trata-se de uma pesquisa com caráter exploratório, qualitativa e quantitativa e com metodologias mistas, que utiliza análise documental e a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Optou-se por utilizar a técnica Análise Categrorial ou Temática. O período escolhido foi o primeiro trimestre de 2022, com total de 10.075, no qual 9.634 notícias sobre a modalidade masculina e 441 sobre a feminina, esta representando 4% do total. A partir do levantamento das citações femininas, que se chegou nas onze unidades de registros. Escolheu-se 3 temáticas, por dialogarem com o patriarcado, totalizando 151 notícias. Foi aplicado um salto sistemático a cada 5, restando a análise qualitativamente de 33 fontes. Na temática 2 (Análise de Atletas) foram analisadas 6 notícias e a 11 (Assédios no Futebol / Superior Tribunal de Justiça Desportiva – STJD) com 4 notícias e a 7 (Aspectos financeiros, salário, premiação, contratação / demissão e equipe técnica), com 23 notícias e foram agrupadas e discutidas em 3 subcategorias: 1º (Contratação de técnicos e supervisora com 9); 2º (Contratação de jogadoras com 10) e 3º (Patrocínio e investimentos no Futebol Feminino com 4). Esta pesquisa se justifica pelo seu caráter interdisciplinar, que problematiza questões relacionadas aos conhecimentos sobre Patriarcado, Gênero, Desigualdade, Discriminação, Sexismo, Interseccionalidade e Futebol. Com relação aos resultados, constatou-se que as mulheres no Oriente, por exemplo, puderam jogar junto aos homens. No Brasil, elas também puderam jogar, antes mesmo de serem proibidas por lei. Esse bloqueio das mulheres na seara futebolística, ocorreu sem fundamentação científica. No que tange ao preconceito racial no Brasil, em terras brasileiras, foi elitista, discriminatório e preconceituoso antes mesmo de ser tornar público, pois deixou de fora de sua prática, pessoas com baixa escolaridade, negras, mulheres e com baixa renda. As notícias carregam os traços do patriarcado, no qual os homens ficam numa posição de domínio e as mulheres numa posição de submissão, embora de modo sutil nas notícias e mais em decorrência das próprias sequelas do patriarcado, nas esferas econômica (fragilidade da modalidade feminina em comparação à masculina), com baixas remunerações e oportunidades e toda a gama de obstáculos sociais e familiares que as atletas enfrentam. Portanto, apesar de estarmos no século XXI, ainda temos a presença do patriarcado nas notícias veiculadas no site do GE, e que para rechaçar essa tragédia social, é importante que a mídia busque mostrar os efeitos do patriarcado no esporte e ajude a levantar soluções para saná-lo, a partir de reportagens. É mister projetar o futebol feminino em igualdade de gênero e perceber que a condição subalterna da mulher é algo estrutural, que precisa ser combatido no esporte, imprensa, e nas mais diversas instituições sociais, como escola, família, poder público e privado.

Palavras-chave: Futebol; Mídia; Patriarcado, Gênero; Mulher; Desigualdade.

ABSTRACT

Throughout the history of soccer, we had the massive presence of men in this sport and women used to be in charge of taking care of the house and children; thus, generating their distancing from this practice as a consequence of a patriarchal society. The dissertation aims to analyze if patriarchy is present in reportings published by Globo Esporte (GE) website and how it appears. This is an exploratory, qualitative and quantitative research with mixed methodologies which uses documentary Analysis and Laurence Bardin's Content Analysis. It was chosen to use the Categorical or Thematic Analysis technique. It was analyzed 10,075 news items in the first quarter of 2022, in which we found 9.634 news about feminine soccer, been, this last one, 4% of the total. From the 441 feminine soccer news, we achieved 11 units of records, that lead us to three themes that dialogue with the patriarchy, totalizing 151 news. Using the random systematic jump, in intervals of five, we had the analysis of 33 sources, in total. In theme 2 (Athlete Analysis) 6 news items were analyzed and 11 (Harassment in Soccer / Superior Court of Sports Justice – STJD) with 4 news, and to 7 (Financial aspects, salary, award, hiring / dismissal and technical team) with 23 news items and were grouped and discussed into 3 subcategories: 1st (Hiring of technicians and female supervisor with 9); 2nd (Hiring female players with 10) and 3rd (Sponsorship and investments in Women's soccer with 4). This research is justified by its interdisciplinary character, which problematizes questions related to knowledge about Patriarchy, Gender, Inequality, Discrimination, Sexism, Intersectionality and soccer. The results showed that women in the East, for example, were able to play alongside men and that this practice was not restricted. In Brazil, they could also play, even before they were prohibited by law. This blocking of women in the field of soccer took place with no scientific grounds and without being granted by federal law. In Brazil, soccer was elitist, discriminatory and prejudiced even before it was made public because black people, women and low education and low income people were left out of the practice. The news carries traces of patriarchy, in which men are in a position of dominance and women in a position of submission, although in a subtle way in the news and more as a result of the sequelae of patriarchy, in the economic spheres (fragility of the female modality in compared to men), with low pay and opportunities and the full range of social and family obstacles that female athletes face. Therefore, although we are in the 21st century, we still have the presence of patriarchy in the news published on the GE website, and that to reject this social tragedy, it is important that the media seeks to show the effects of patriarchy in sport and help to raise solutions to remedy it, based on reports. It is necessary to design women's football in gender equality and realize that women's subaltern condition is something structural, which needs to be fought in sports, in the press, and in the most diverse social institutions, such as school, family, public and private power.

PRÓLOGO

Em 2007, ao iniciar a minha trajetória acadêmica, realizei o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre futebol masculino e educação. Na área da Educação Física, o tema sobre Futebol Feminino e notícias não são muito comuns e muitos colegas reagiam com certa resistência quando eu mencionava que iria explorar sobre o tema. Isso justifica ainda mais a necessidade da pesquisa, já que a área da Educação Física, costuma focar muito na saúde e isso me fez buscar um programa de Pós-Graduação interdisciplinar e na área das Humanidades.

Com isso, pude perceber que as mulheres estavam em situação desigual comparada aos homens. Ao entrar no curso de mestrado, deparei-me com alguns conceitos que destaco como principais e alicerçam esta pesquisa: Patriarcado, Gênero, Desigualdade, Discriminação, Sexismo e Interseccionalidade. Foi possível notar que as mulheres, mais uma vez, estavam em situação desigual quando comparadas aos homens. Diante deste aspecto, é indispensável pensar que aqui é o país do futebol masculino.

Isso é ratificado com inúmeras discrepâncias nos campos futebolísticos, masculinos e femininos. Um exemplo é a discrepância salarial entre os gêneros na seara esportiva (ao longo do trabalho mostro a diferença salarial), a baixa visibilidade que a mídia posiciona o futebol de mulheres, percebido pelos números de jogos masculinos e femininos transmitidos na televisão, o incentivo e suporte dos clubes torna-se diferente comparado ao masculino e isso reverbera nas categorias de base até a profissionalização.

Para mudar um pouco essa trajetória acidentada das mulheres no futebol, foi preciso obrigar as instituições a terem equipes femininas e, assim, as mulheres poderem ter acesso ao mundo esportivo e sonhar em ter a igualdade de oportunidades, salariais e de visibilidade. O mundo esportivo para elas nem sempre foi fácil e ainda é cheio de percalços, pois fazer parte de uma camada econômica e social desfavorecida faz com que o caminho se torne desafiador e, muitas vezes, é impossível alcançar o ápice da carreira esportiva. A intersecção de atravessamentos de opressões é definido por Crenshaw (2002) como Interseccionalidade.

Vale destacar que o futebol foi trazido por um homem para o Brasil e, nessa época, a função feminina era voltada para os afazeres do lar, filhos e a obediência ao provedor da casa. Como se não bastasse essas atrocidades diante do gênero feminino, as mulheres ainda precisam superar todas aquelas barreiras com um aditivo que é o preconceito sofrido ao desejar fazer parte deste rol esportivo. Nesse ritmo de evolução e de lutas femininas, a paridade perante os homens caminha a passos lentos. É necessário que haja um engajamento da sociedade, clubes, debates com as instituições que fomentam essa prática para que elas possam partir da mesma posição ocupada por homens e, assim, angariar a equidade social, esportiva e econômica vislumbrada em uma democracia social.

1 INTRODUÇÃO

A abordagem desta investigação foi interdisciplinar, abrangendo as áreas de conhecimento dos estudos de Gênero, Ciências Sociais, Educação Física e História, para citar as mais presentes. A interdisciplinaridade envolve a presença de pelo menos duas disciplinas e a ação recíproca entre ambas (LENOIR, 1998). Só a partir do diálogo entre essas áreas é possível olhar de um modo mais profundo para o objeto, de forma a contextualizar e a eliminar possíveis barreiras impostas pela unilateralidade disciplinar. Japiassu (1976) compreende que a interdisciplinaridade surge como um método para atender a uma série de demandas, que podem ser divididas nas seguintes categorias: avanço científico; reivindicações estudantis contra o conhecimento artificialmente fragmentado; a necessidade de formar profissionais que não sejam especialistas em uma única área e a demanda social, que incentiva as universidades a sugerir novas áreas de estudo fora dos seus limites disciplinares atuais. Saliento que o estudo interdisciplinar busca fazer com que essas ciências possam interagir entre si.

Neste estudo, mobilizou história, ao falar do esporte e também na discussão sobre racismo, ciências sociais, ao abordar a dominação masculina e variáveis que o patriarcado envolve, educação física, ao lidar com o futebol, suas premissas e sistemas de regras, estudos de gênero (que é uma subárea por si só interdisciplinar), ao analisar o patriarcado, categoria de gênero, interseccionalidade, para citar alguns conceitos que foram fulcrais no trabalho.

O tema da pesquisa envolve mulheres e o futebol, tendo como *corpus* de análise as reportagens esportivas veiculadas no site do Globo Esporte (GE) no primeiro trimestre de 2022. O Futebol como esporte que contagia multidões, pelo seu fácil entendimento e por não requerer materiais sofisticados para a sua prática, desperta grande interesse tanto para o público feminino quanto masculino. Na história do Futebol no Oriente, as mulheres praticavam este esporte com os homens, visto que não foi uma prática restrita ao público masculino (FIFA, 2022).

A pesquisa surge, inicialmente, de um problema de desproporção entre as notícias sobre futebol nas modalidades masculino e feminino. Isso gerou uma curiosidade para compreender o quão desproporcional seria a cobertura, bem como se era possível detectar nas notícias sobre a modalidade feminina se ainda resistem a presença da dominação patriarcal masculina na seara futebolística. É importante frisar minha posição como homem pesquisador e que, portanto, talvez não consiga

capturar alguns aspectos do fenômeno estudado, mas defendo a posição de que a luta pela igualdade de gênero deva ser um esforço coletivo. A partir daí, busquei compreender mais esse arbítrio masculino perante as mulheres. Na China, mulheres e homens puderam jogar juntos (FIFA, 2022), porém, em outros países, a segregação de gênero foi imposta à mulher, relegando-a aos afazeres maternos e domésticos.

Em terras brasileiras, Charles Miller ficou conhecido como o precursor do Futebol inglês. Estudante de classe média, vindo do continente europeu, passou a divulgá-lo para famílias da alta sociedade. Logo, pessoas com baixo poder aquisitivo e pouca escolaridade, além de mulheres, foram impedidas de jogar. Diante de tal contexto, nota-se que as práticas envolviam modos de jogar e participar para públicos específicos.

Ao longo do trabalho, percebe-se que o esporte esteve presente de maneiras distintas em diversas localidades e que a alusão feita em prol dos Ingleses como inventores do esporte é pouco pertinente diante de tantas manifestações encontradas nas diversas literaturas. Ademais, há de se compreender que o futebol no Brasil surgiu com certa representatividade para o público masculino e essa prática relacionada às mulheres carregou um certo estigma com as futebolistas. O esporte em questão surgiu no continente Europeu e sua prática no Brasil veio arraigada com os costumes e métodos daquele continente. Os estudos decoloniais nos fortalecem para romper com essa estrutura, posta na nossa sociedade em que alguns, digo, brancos e de famílias ricas poderiam participar do jogo e os demais extratos sociais ficavam à mercê dos detentores do saber e da prática, países imperiais, coloniais.

Não custa ressaltar que o público feminino viu seus direitos serem extirpados de tal prática. Balzano (2020) ressalta que a decolonialidade instiga o debate e um agir perante às práticas segregacionistas e tradicionais, de modo a desbancar a cultura eurocêntrica, esta que se impôs para reinar sobre as demais e desconsiderar a cultura dos países colonizados. Esse debate é ampliado no capítulo 1.

Na concepção histórica e cultural, associou-se o corpo feminino à fragilidade e o Futebol era defendido como um esporte que, caso fosse praticado pelas mulheres, poderia prejudicar a gestação de filhos fortes e saudáveis e não ser compatível com a essência feminina. Discursos esses que foram vinculados com o pensamento cartesiano, patriarcal, eugenista e governista.

Em 1941, o Conselho Nacional de Esporte (CND) proibiu as mulheres de praticar atividades como lutas, entretanto a proibição envolvendo o Futebol não foi algo explícito. Em 1965, esse mesmo órgão insere o futebol no hall das atividades proibidas para o público feminino. No Final da década de 70, o conservadorismo no Brasil perde sua a força com o enfraquecimento da ditadura militar e o processo de abertura na década seguinte. Diante de muitas reivindicações dos movimentos sociais e feminista, o futebol é autorizado a ser praticado por elas.

Convém destacar, ainda, que essa opressão variada e múltipla sofrida pelo público feminino é conhecida como Interseccionalidade (CRENSHAW, 2002). Os sistemas opressivos como ser mulher, pertencer a uma camada social e econômica menos favorecida e ser esportistas operam sobre o gênero feminino e fazem com que os lugares que elas também podem ocupar seja algo inapropriado e pertencentes à heteronormatividade. Somando-se a isso, é significativo destacar que a interseccionalidade é um 'sistema de opressão interligado' (AKOTIRENE, 2019, p. 15).

A interseccionalidade não opera só sobre uma vulnerabilidade. As mulheres que são atravessadas por essas nuances, são atravessadas por um sistema de opressão que opera de diversas maneiras. "Não existe hierarquia de opressão" (AKOTIRENE, 2019, p. 28). Ou seja, a questão do gênero, de raça, de condição social, idade, religião, local de moradia, entre outros, incidem sobre os indivíduos, que acumulam essas camadas de opressão.

Crenshaw (2002) e Akotirene (2019) relatam que a interseccionalidade funciona como camadas que vão sendo sobrepostas e que são definidoras de privilégios ou desvantagens que cada mulher ocupa. Um exemplo é compararmos uma mulher branca a uma negra, ambas tendo o futebol como carreira profissional. A branca sofre uma opressão de gênero e outra da escolha profissional, ao passo que a negra sofre as duas opressões da branca, acrescida de uma terceira fonte de opressão que atinge as mulheres negras. O arcabouço do patriarcado limitou a prática futebolista feminina com argumentos do senso comum vinculando a mulher como inapta corporalmente para com o futebol e relegando-a à domesticidade e maternidade.

Essa relação de dominação masculina, termo cunhado por Bourdieu, (2012), que é a submissão sem questionamentos e permanentemente perpetuada apesar de todas as injustiças (BOURDIEU, 2012, p. 14). Corroborando estes aspectos, a

tragédia da perpetuação ocorrida nas relações de dominação e como “condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais” (BOURDIEU, 2012, p. 13). Ainda de acordo com o autor.

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto de dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados em conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão (BOURDIEU, 2012, p. 28).

Nisso, Bourdieu (2012), chama a atenção para a questão da dominação masculina sobre as mulheres e traz o conceito de violência.

[...] violência suave, insensível, invisível, as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e de conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2012, p. 14).

Sobre as relações patriarcais históricas, foi evidenciada nos estudos de gênero, realizados por Judith Butler. Os gêneros são construídos pela repetição à medida que os indivíduos vivenciam, constroem e reiteram suas funções sociais como homens ou mulheres. Ao mesmo tempo, os processos de emancipação são delimitados por gêneros (BUTLER, 2016). A estrutura patriarcal é baseada na figura do homem a qual trata a mulher como uma cidadã social abastada e a função dela vai ser meramente gerar e cuidar dos filhos.

A falta de reconhecimento da mulher nos diversos setores, como econômico, social, político e educacional também reverberou no futebol. Essa estrutura, que pode ser vista como uma unidade do gênero resultante da prática compulsória da regulação heterossexual, expressa o domínio de um grupo dentro da humanidade sobre o outro, ou mais especificamente, o domínio do mundo dos homens sobre o mundo das mulheres, visto como inferior (BUTLER, 2016). O abismo criado em prol dos gêneros refletiu no tempo em que elas ficaram impedidas de praticar o futebol, conforme mencionado em parágrafos acima.

A modalidade só foi regulamentada em 1983 e o futebol foi se desenvolvendo no mundo, mas no Brasil as mulheres estavam proibidas de jogar. Com isso, criou-se o mito de que o futebol não é para as mulheres. Durante vários períodos da história, uma verdadeira estrutura de poder com interesse primordial de seus

representantes, os homens. Assim, criou-se todo um imaginário desse esporte como algo masculino.

Naquele tempo, as mulheres foram excluídas dos afazeres de fora do lar, ou não foram socializadas para não pensarem em coisas fora da esfera da vida privada. Com isso, elas não tinham direito sobre suas escolhas. Seus corpos não figuravam como uma opção e sim como uma obrigação, visto que era manipulada pelo homem. A mulher tem tanta capacidade quanto o homem, pois a competência não tem gênero

Essa dominação desigual reverbera em diversos eixos sociais, como familiar, lazer, laboral e econômico. Como exemplo dessa segregação sobre o gênero feminino no esporte, Ceolin (2019), o futebol feminino arrecada um total US\$42,6 (quarenta vírgula seis) milhões de dólares, transformando para reais, equivale a R\$162 (cento e sessenta e dois) milhões de reais, ao passo que o jogador argentino Lionel Messi recebe R\$320 (trezentos e vinte) milhões de reais. Situações como essa, em que a mulher está em desigualdade comparada aos homens, são conceituadas como patriarcalismo (MORGANTE, 2014 p. 284). Portanto, essa premissa de indicação para as tarefas de acordo com o sexo é enrijecida pelo patriarcado e o senso comum, inclusive, a própria imprensa, que é objeto de estudo da dissertação.

Diante disso, esta pesquisa teve como problema responder à seguinte questão: Ainda é possível perceber formas de presença do patriarcado na cobertura jornalística sobre as mulheres no futebol? Além disso, este estudo busca alcançar como objetivo geral: Identificar se nas reportagens veiculadas pelo site do Globo Esporte (GE) há presença de patriarcalismo. Já os objetivos específicos foram: (i) analisar as dimensões históricas do futebol mundial; (ii) identificar traços de preconceito no futebol brasileiro; (iii) conhecer as questões históricas do futebol “feminino” no Brasil e suas interseccionalidades; (iv) inteirar-se sobre a questão do patriarcado e a associação entre o patriarcado e o futebol “feminino”, (iv) além de compreender a natureza de uma memória patriarcal nas notícias no Globo Esporte, vislumbrando se questões inerentes ao patriarcado resistem de alguma forma na cobertura e texto jornalístico ou na própria modalidade *per se*.

A abordagem da pesquisa é a exploratória, a metodologia aplicada foi a análise de conteúdo no sentido de utilizar a técnica quantitativa com o propósito de quantificar os dados e, posteriormente, a qualitativa para ser dialogada com o

referencial teórico e, assim, chegar à problematização deste estudo. O método utilizado foi a Análise de Conteúdo (AC) de Laurence Bardin, explorando a Análise Categorical ou Temática. Convém pontuar, neste contexto, que no capítulo metodológico tais termos serão aprofundados e explicados.

O período escolhido foi o primeiro trimestre de 2022, em que foram tabuladas 10.075 reportagens incluindo os gêneros masculino e feminino. Desses, 9.634 eram notícias sobre a modalidade masculina, contra 441 notícias sobre a modalidade feminina. O universo de análise ficou bastante expressivo, próximo de 450 reportagens. Foi realizado um delineamento e definiu-se 11 unidades de registros temáticas, as quais são elencadas no quadro abaixo, cujos temas foram criados de maneira sistêmica, a partir das próprias notícias.

Quadro 1 – Unidades de registro temáticas.

1. Jogo
2. Análise de Atleta
3. Projeto de Incentivo ao Esporte
4. Categorias de Base
5. Divulgação de torneios e ações de marketing
6. Lesão de Atleta
7. Aspectos financeiros, salários, premiação, contratação e equipe técnica
8. Convocação para seleção
9. Ranking das Equipes
10. Guerra na Ucrânia
11. Assédios no Futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Para a análise deste trabalho, elencou-se 3, sendo elas:

- 2) Análise de atleta;

- 7) Aspectos financeiros, salário, premiação, contratação/demissão, equipe técnica;
- 11) Assédios no Futebol/ Superior Tribunal de Justiça Desportiva – (STJD), por ir ao encontro dos objetivos da pesquisa.

Compreendemos que a temática 2 permite verificar juízos de valores e adjetivação sobre as esportistas, ao passo que a 7 estaria articulada com a questão financeira e salarial, algo central na dominação masculina, enquanto a temática 11 nos permitiria verificar formas de violência, inclusive simbólicas, contra a mulher no futebol. As demais categorias, como notícias relatoriais sobre o jogo, contratações e outras, não estabeleciam uma relação tão direta com o patriarcado, razão pela qual foram descartadas, conforme explicado de maneira mais demorada no capítulo 4.

Ao contabilizar essas 3 temáticas, as notícias resultaram em 151 unidades de análise. Foi adotado um sorteio a cada 5 reportagens, um método sistemático, cujo intervalo (N) foi de 5. Com isso, foram obtidas 33 notícias. Vale destacar que, na última temática, todas foram analisadas tendo em vista que foram registradas 4 aparições no total.

Ressalta-se que o intuito da pesquisa não é a resolução do problema que circunda as reportagens veiculadas na mídia em questão, mas buscar compreender por que e como o patriarcado pode estar sutilmente presente nessas notícias. O diálogo aqui é importante para pensarmos em rechaçar essa possível dominação masculina patriarcal midiática em relação às mulheres e como isso pode perpetuar a discriminação de gênero. Essa cultura machista que busca inferiorizar a mulher precisa ser discutida urgentemente e que a cultura machista ainda é muito presente, conforme alguns grupos masculinistas como os Incels e Redpills¹. Um dos meus objetivos com essa pesquisa é denunciar e combater padrões machistas e patriarcais que infelizmente estão tão arraigados na nossa sociedade, mas conscientizar outros homens, além de ser um profissional da área da Educação Física que além de trabalhar com as capacidades físicas, mentais e sociais busco com o meu público-alvo o amadurecimento e debate de temas pertinentes de modo a desconstruir tragédias sociais, como o patriarcado e o machismo.

¹ <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2023/03/03/redpill-incel-mgtow-entenda-o-que-acontece-em-grupos-masculinos-que-pregam-odio-as-mulheres.ghtml>

Esta dissertação será estruturada em cinco capítulos, sendo o capítulo 1, já ora parcialmente apresentado, com breves apontamentos sobre a dimensão global do trabalho.

No capítulo 2, intitulado de Dimensões Históricas do Futebol, é feito um resgate histórico sobre a origem do esporte até a chegada ao Brasil com Charles Miller, sempre procurando levantar em que locais e como teria ocorrido ou não a participação feminina. Na seção 2.1, abordamos a temática futebol e preconceito no Brasil, a partir de diferentes autores como: DaMatta (2006), Damo (2006), Almeida (2018) e outros. Na discussão acerca de dominação masculina e patriarcado, mobilizamos Lerner (2019), Scott (1995) e Saffioti (1999, 2013, 2015). Para refletir sobre o contexto histórico do futebol, o esporte em si e as mulheres no esporte, tomamos por base (FIFA, 2022; GOELLNER 2005, 2021; UNZELTE, 2002) e, à luz das teorias dos Estudos sobre Gênero e Interseccionalidade, dialogamos com as teóricas Butler (2016) e Kimberlé Crenshaw.

No capítulo 3, cujo título é “Mulheres no Futebol “Feminino” e patriarcalismo”, a partir da seção 3.1, Futebol “feminino” no Brasil: algumas questões históricas, identificamos historicamente os aspectos que perpassaram a modalidade futebolística, que sofreu com períodos conturbados, com proibições morais e legais, de modo que foram associados ao gênero feminino os afazeres domésticos e maternos, fato este construído pelo senso comum e sem base científica. Práticas esportivas julgadas impróprias por órgãos governamentais foram limitadas a elas, enquanto os homens seguiram sem restrições. Essa dominação masculina esportiva reverbera sobre a questão do patriarcado, ponto este abordado no restante do referido capítulo.

Cabe ressaltar que, este trabalho busca estudar o Futebol Feminino no contexto brasileiro, ambiente este rotulado pelo “senso comum”, sem base científica, sendo dos homens. Além disso, discursos indicavam os serviços maternos e do lar, impedindo-as de figurar no ambiente esportivo. Nos estudos de Bonfim (1930), ela relata que em 1930, já haviam comprovações do Futebol Feminino no Brasil. Ao longo do trabalho, será apresentada diversas reportagens mostrando o potencial feminino e esse discurso, inferiorizando a mulher, é falacioso e pouco pertinente.

O capítulo 4 explica o caminho metodológico abordado na pesquisa e descreve os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados. Como aporte teórico, utilizamos os estudos de Bardin (1977). O quinto capítulo traz as

análises das reportagens e busca compreender se nelas são encontrados vestígios do patriarcado, que gerariam ainda impactos para a carreira esportiva e a vida das mulheres.

2 DIMENSÕES HISTÓRICAS DO FUTEBOL

Com o intuito de obter um panorama da história do futebol, julgou-se relevante mencionar os fatos históricos importantes sobre manifestações de práticas com bola, em diversas regiões do planeta.

Ao falar sobre o Futebol, idealiza-se os Ingleses como precursores. Segundo Silva (2021), o futebol carrega em sua essência a origem inglesa. Nesse sentido, corrobora-se com o estudo de Almeida (2008) de que no século XIX, em Oxford (Inglaterra), foi inventado o Futebol, esporte que viria a ser o de maior magnitude mundialmente. Entretanto, há fontes que indicam que uma versão rudimentar do esporte teria surgido antes na China, conforme a própria FIFA (2022) defende.

Há também registros de práticas que lembrariam o futebol no Japão, em Roma, com o povo maia e na França. Este esporte encanta multidões e atrai seus espectadores para acompanhar, torcer e vibrar pelo time do coração. Para Unzelte (2002), o futebol é praticado por 200 milhões de indivíduos em 190 nações dos cinco continentes. Com isso, essa prática futebolística provou toda a sua capacidade cultural de adentrar nos espaços sociais e fazer dessa manifestação esportiva o momento de entretenimento e de identificação nacional.

2.1 Os chineses e o futebol

Apesar de os ingleses geralmente serem considerados os inventores do esporte, ao longo da história, ao se pensar nos idealizadores deste esporte e de onde ele surgiu, deve-se olhar para a China e o Tsu-Chu, tal como apresentado na Figura 1, que se refere à prática futebolística chinesa. “O jogo de bola chinês de *cuju* existe há mais de 2000 anos [...]. A prática deste jogo é escrita como *ts’u-chu* e sua tradução é ‘chute – bola’²(FIFA, 2022).” Para Cunha e Marques (2013, p. 26), “O futebol que conhecemos hoje é um dos esportes mais populares e praticados do mundo [...]” Moura (1997) evidencia que a palavra inglesa *football*, *foot- ball*, por meio de registros, é conhecida desde 1423. O termo “foot” relaciona-se com o “pé” e “ball” bola. Este esporte “Bretão” está no seio social e perpassa todas as camadas, desde conversa de boteco a assuntos nos escritórios dos executivos.

² *Cuju* é muitas vezes escrito como *ts’u-chu* e se traduz literalmente como “chute-bola”.

A Federação Internacional de Futebol Associação (FIFA) menciona que a modalidade mais antiga do esporte em questão que possui comprovação científica é de um manual militar descoberto nos séculos II e III a.C. encontrado na China, chamado Tsu-Chu. O jogo é descrito da seguinte forma pela FIFA.

Este antepassado do Futebol da Dinastia Han chamava-se Tsu-Chu e consistia em chutar uma bola de couro cheia de penas e cabelos através de uma abertura, medindo apenas 30 – 40 cm de largura, em uma pequena rede fixada em longas canas de bambu. De acordo com uma variação deste exercício, o jogador não tinha permissão para mirar em seu alvo sem impedimentos, mas tinha que usar seus pés, peito, costas e ombros enquanto tentava resistir aos ataques de seus oponentes. Não era permitido o uso das mãos” (FIFA, acesso em 27. abr. 2022).

Figura 1 - Apresenta o Futebol na China - Tsu-Chu jogado na China.



Fonte: <https://www.futbox.com/blog/colaboradores/150-anos-do-futebol>.

Breitkreitz (2017, p. 3) ressalta que “[...] na China, por exemplo, os soldados usavam, em 2.500 a. C., uma esfera de couro para chutar”. Para Ferreira (2010), a bola era feita de couro cru e composta de crina, media aproximadamente 22

centímetros de diâmetro. Galeano (2008, p. 28) afirma que “O pioneirismo do futebol foi dos chineses”. Para Corteze (2015), os chineses movem a bola como se fossem malabaristas há cerca de cinco mil anos e foi lá que se organizaram os primeiros jogos.

Observa-se que os chineses já praticavam o esporte de uma outra forma e com adaptações. O objetivo do jogo na época era evitar que a bola batesse no chão, usando apenas os pés, era uma forma de entretenimento que se consagrou ao longo dos tempos, por várias dinastias e reinos.

Conforme Unzelte (2002), na China, entre 3.000 a 2.500 a.C., durante a dinastia do imperador Huang-Ti, surgem as primeiras expressões parecidas com o futebol (nessa época, era normal golpear crânios do rival sobrepujado) e em 2.197 a.C. o Chinês Yang-Tsé inventa o *tsu-chu* que no Japão se encontrava jogado com o nome de *Kemari*. Indícios arqueológicos dessa prática também foram encontrados entre arianos nômades, tártaros, na Pérsia e na África Ocidental.

A prática futebolística dos chineses de Huang - Ti, no entanto, tinha uma aproximação maior com o nosso futebol, pois depois os crânios foram sendo trocados por bolas de couro nos exercícios militares. Nos referidos exercícios, os crânios deveriam ser lançados pelos combatentes com os pés além de duas estacas fincadas no chão. Essas foram as primeiras traves da história.

Convém pontuar que tal esporte foi criado com o intuito de ser um treinamento militar e este foi desenvolvido por Yang-Tsé, que era integrante da guarda militar do imperador da família Xia, em 2.197 a.C. As regras foram dispostas em um manual de instruções militares e mais tarde o Tsu-Chu transformou-se em passatempo da nobreza chinesa. Após 20 séculos, já na dinastia Han, o jogo passaria ser a praticado por todas as classes sociais.

Mazzini (2017) também coaduna com este entendimento, [...] o “tsu-chu” teria tido o foco para um treinamento de cunho militar, logo passou a ser jogado como esporte pela elite (nobreza), porém o referido jogo passou a ser exercitado e desenvolvido pela classe menos favorecida durante a dinastia Han (206 a.C. – 220 d.C.), no século II. “Os poetas da corte imperial, citam Chan fu e Wan Chi Son, como exímios praticantes do Tsu-Chu e os primeiros craques de todos os tempos”. (UNZEITE, 2002, p. 10).

Desde os tempos mais remotos, o ser humano exercita-se por meio de jogos, sendo essas dinâmicas corporais introduzidas em outras culturas. Citando

Rodrigues (2013, p. 5), “No século II o *Tsu-Chu*, que em Chinês significa “Lançar com o pé (tsu) uma “bola recheada, feita de couro” (chu). Segundo Ferreira (2010), o jogo era praticado em um campo retangular, que media de 30 X 60 metros, delimitados por fios de seda em “postes”. Cada equipe era composta por 12 jogadores, que se enfrentavam no sentido de conduzir a bola com os pés sem deixá-la encostar no solo, tendo como meta passar a bola entre as estacas de bambu.

FIFA (2022) evidencia que o jogo *cuju* não foi delimitado aos homens. As mulheres também puderam jogar de forma ocasional e informal contra e ao lado dos homens, tal como na ilustração da Figura 2. Na dinastia Tang (618 -907), há relatos de mulheres da academia Yichun jogando *cuju* uma contra as outras. Na dinastia Yuan (1271 -1368), o *cuju* era praticado por 8 mulheres em forma de círculo em volta de uma mulher no meio e a bola era tocada do meio para as jogadoras externas e vice-versa.

Figura 2- Espelho de Bronze - Homens e Mulheres jogando *cuju* juntos. Refere-se à dinastia Song (960-1279).



Fonte: <https://www.fifamuseum.com/en/blog-stories/editorial/origins-cuju-in-china>.

2.2 Os japoneses e o futebol

O jogo (*tsu-chu*) foi importado para o Japão e, entre outras ressignificações, recebeu o nome de Kemari. Percebe-se que em cada região e bem antes dos

Ingleses, no Oriente, essa prática vai ganhando novas ressignificações e regulamentações, novos modos de jogar, exercitar e ter prazer no ato de interação entre os pares. Na figura abaixo, demonstra-se essa prática, cujo objetivo principal era passar a bola para o companheiro com delicadeza e sem deixá-la tocar no solo.

Figura 3 - Futebol no Japão - Kemari.



Fonte: <https://construindohistoriahoje.blogspot.com/2010/06/origem-do-futebol.html>.

Com base em Unzelte (2002, p. 12), no Japão, “As mulheres não podiam participar do *kemari* japonês”. No Tsu-Chu chinês, a participação feminina era aceita. Na perspectiva do Kemari, a manifestação da FIFA ratifica a afirmação acima.

Kemari foi jogado quase exclusivamente por homens. Em *The Confessions of Lady Nijō*, compilado em 1307, o autor escreve sobre as mulheres da corte serem obrigadas a jogar *kemari* pela raridade

do espetáculo, para seu “embaraço agudo”. E parece que as mulheres na corte também não gostaram de assistir ao jogo: as autoras de *Makura no Sōshi (The Pillow Book)* e *Genji Monogatari (The Tale of Genji)* descrevem o jogo como um “espetáculo desagradável” e “menos de que gentil” respectivamente. (FIFA, 2022)

Ressalta-se que, no Japão, o referido esporte teve os imperadores Engi e Tenrei como patrocinadores e propagadores. Pode-se mencionar como característica desse futebol o fato dos pontos não serem contabilizados, bem como a proibição do contato físico entre os praticantes. A área de jogo era quadrada, ou seja, o campo (Kakari) e em cada um dos lados havia uma árvore: cerejeira (sakura), salgueiro (Yanagi,) bordo (Kaede) e pinheiro (matsu). Os esportistas, oito atletas no total, eram denominados Mariashi, de mari=bola e ashi = pé. No momento, o Kemari é considerado um esporte japonês tradicional (UNZELTE, 2002).

A ideia principal do jogo Kemari é manter a bola no ar o maior tempo possível, realizando “embaixadas” (chutes) e tocando a pelota nos demais praticantes. Inicia-se o jogo com o jogador mais velho e esse golpeia a bola para cima direcionando-a para o segundo jogador mais velho (classificação mais alta). A movimentação no momento do jogo é livre, porém, quando há uma interrupção no jogo, os jogadores retornam às suas devidas posições. São contados os pontos a partir de chutes bem-sucedidos (FIFA, 2022). Outra característica interessante é que só poderia chutar com o pé direito, sem levantá-lo muito, mantendo o tronco ereto, no sentido de manter a elegância e a graciosidade nos movimentos, dado que esta é uma demonstração divina.

Outro ponto a se destacar é que, no Kemari, o ideal de chutes seria três, de modo que o primeiro seria para domínio de bola, o segundo sendo para o alto (sobre a sua cabeça) para demonstrar toda a sua “intimidade e domínio” com a bola e o terceiro chute para fazer o passe para o jogador. Nessa dinâmica de jogo, cada etapa do chute era proferida pelos jogadores com uma determinada fala. A exemplo disso, quando a intenção era passar para o jogador, ou seja, no terceiro chute, gritava-se “Ya!”. No Kemari, há uma preocupação em passar a bola com toda delicadeza e de maneira perfeita para os demais integrantes (FIFA, 2022).

Em notícias veiculada no SporTV, encontra-se o seguinte registro. [...] “Quando nós jogamos, é preciso pensar no outro. Quando eu chuto a bola, preciso

lembrar que o outro precisa receber bem para poder passar bem a bola. [...]” (BUSAN, 2014).

Para Aquino (2002), a prática do Kemari estava ligada à religião, no caso o xintoísmo, que era predominante no Japão e era praticada em volta de uma cerejeira, que é uma árvore rica em símbolos para os japoneses. Na prática do Kemari, a vestimenta tinha um valor significativo, a bola era benzida em um santuário e rezava-se a paz e a prosperidade mundial. Após essas etapas do ritual, poderiam se iniciar o Kemari (FIFA, 2022).

Quando se reuniram de maneira formal para a sua prática, cunhou - se a denominação de *marikai*. O ritual para o início da partida era realizado com um **aquecimento**, quando trocavam passes entre si e chutavam bolas nas árvores para ver a trajetória. Quando batiam nas árvores e sem deixá-la tocar no chão, na segunda etapa, ministravam seus floreios futebolísticos (**habilidade individual**) para os espectadores. Na última etapa, reuniam-se mais próximo do centro da quadra e demonstravam toda a sua habilidade individual em equipe de modo que o número de chutes era contabilizado (**trabalho em equipe**) (FIFA, 2022, grifo nosso).

Damo (2019) menciona que [...] o Kemari é praticado até os dias atuais, e se diferencia do Tsu-Chu por não possuir um caráter competitivo. Em 1903, em Kyoto, um grupo de aristocratas Japoneses fundou a Preservation Association para manter a preservação e o renascimento do Kemari (FIFA, 2022).

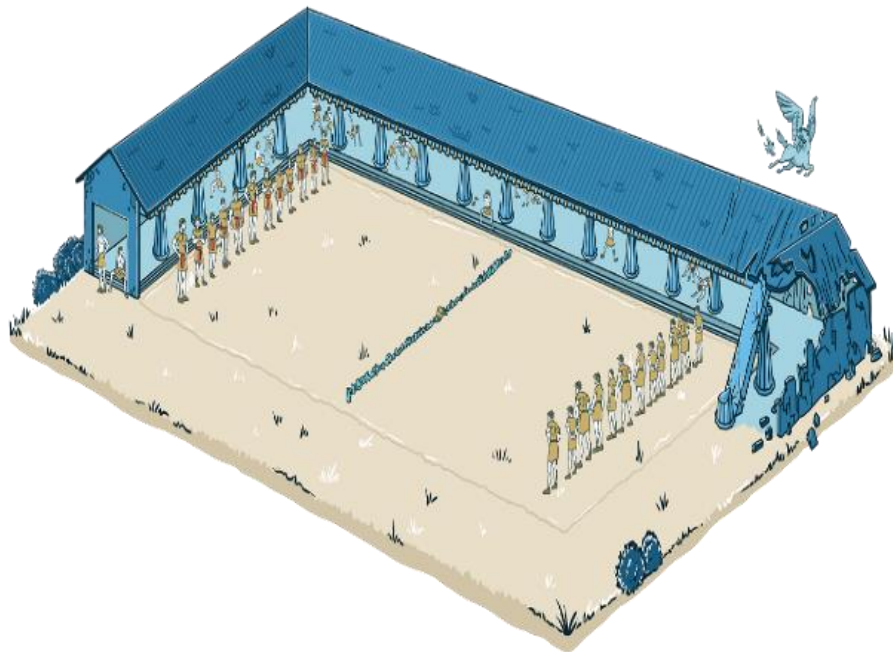
Na atual conjuntura, o kemari perdeu espaço para outros esportes tradicionais, como o Judô e o Sumo. O Sumo teve ajuda da mídia ao ser veiculado em grandes proporções e, com isso, os seus espectadores e fãs pagavam para acompanhar o esporte. Vale salientar que no Judô o enfoque era mais educacional. O judô era praticado em diversos locais que ficaram conhecidos como *dojos*. Com o “boom” do Judô, idealizado pelo educador Kanō Jigorō, passou-se a cobrar o valor da mensalidade para alunos e com essa receita, investiu-se no pagamento de salários para os instrutores (FIFA, 2022).

2.3 Os gregos e o futebol

Ademais, na Europa, especificamente na Grécia antiga, por volta de 850 a.C., há registros em que o Futebol ficou conhecido como Epyskiros e era praticado por soldados gregos, divididos por duas equipes com 9 jogadores cada. Conforme

apresentado na Figura 4, o campo era retangular e delimitado por três linhas, comum a linha central e as outras duas equidistantes daquela. O objetivo do jogo era que cada equipe cruzasse a linha de fundo adversária e poderiam ser usados os pés. O implemento utilizado era uma bexiga de boi recheada com areia e com ar. Em campos maiores, como exemplo em Esparta, onde o *epyskiros* era jogado no século I a.C. as equipes poderiam ser compostas por 15 atletas de cada lado (UNZELTE, 2002).

Figura 4 - Jogo Episkyros. Duas equipes posicionadas em cada extremidade do campo para iniciar o jogo.



Fonte: <https://www.fifamuseum.com/en/blog-stories/editorial/origins-greco-roman-ball-games>.

2.4 Os maias e o futebol

Para Unzelte (2002) entre os anos de 900 e 200 a.C., no México, na Península de Yucatan, os maias jogavam durante o ano um jogo utilizando as mãos

e os pés. Contudo, outros estudos, ressalta-se que nessa região, os jogadores faziam o uso de seus quadris para movimentar a bola (FIFA, 2022).

O jogo também era conhecido como “pok ta pok”. O intuito do jogo era lançar, nos aros de pedra elevados na parede, uma bola feita de borracha maciça. “As bolas na Meso-América eram resistentes e tinham a vantagem de quicar, pois eram feitas com abundante borracha da região” (FIFA, 2022). Os aros eram orifícios circulares dispostos no meio de seis lascas de pedras quadradas (UNZELTE, 2002).

Esse jogo estava entre o Futebol e o Basquete. *Ibid.*, (p.13). “No centro das duas linhas de fundo existiam dois templos elevados, onde o atirador – mestre da equipe perdedora era sacrificado. Seus restos mortais eram atirados a jaguares e serpentes”. A Figura 5 demonstra esse ritual de imolação.

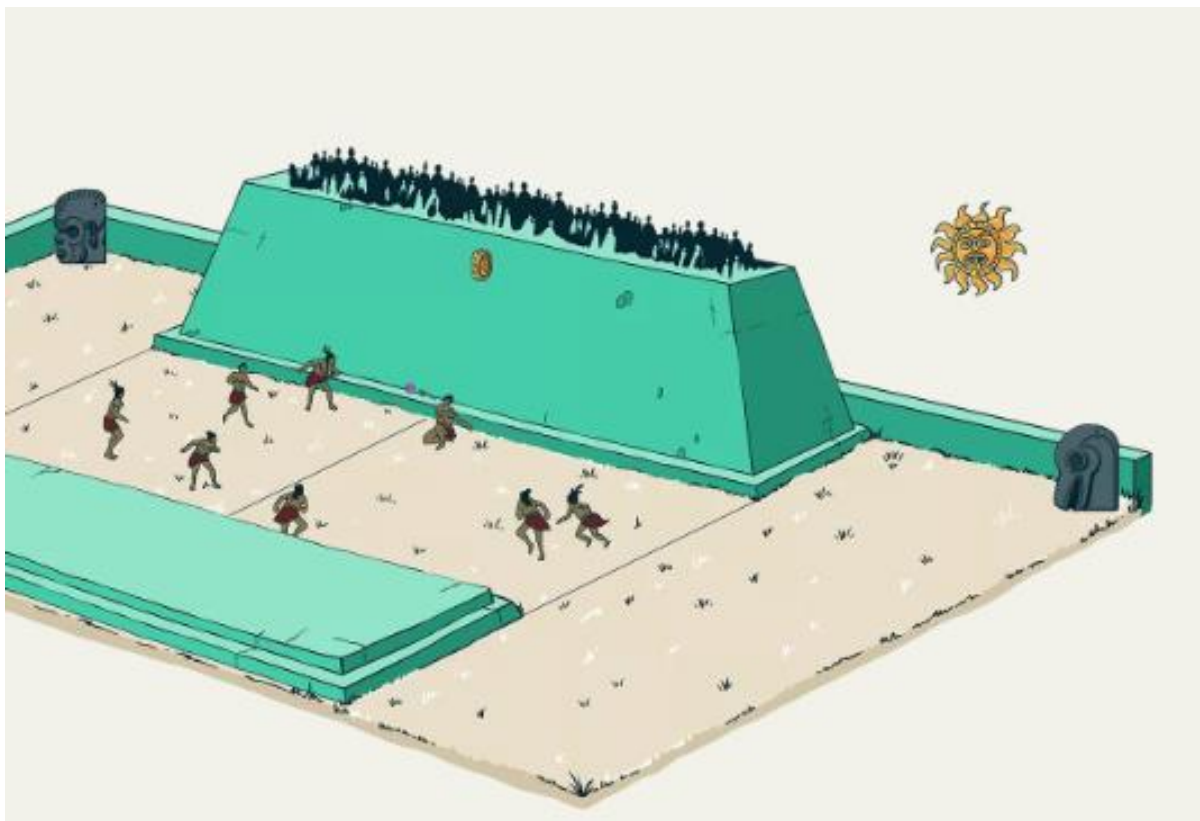
O técnico do Liverpool, Bill Shankly, uma vez brincou que o futebol não era uma questão de vida ou morte, mas muito mais importante do que isso. No entanto, para os jogadores de bola da Meso – América, parece que realmente pode ter sido uma questão de vida ou morte. Os guias turísticos dos sítios arqueológicos maias contam com entusiasmo a história dos jogos de bola mesoamericanos e animam suas descrições com detalhes sangrentos sobre os rituais de sacrifício que se seguiram às partidas. É muito difícil determinar se foram os perdedores que foram oferecidos para estarem mais próximo dos deuses. Ou jogadores de bola já foram sacrificados. (FIFA, 2022)

Figura 5- Ilustração do século 19 representando um sacrifício humano.



Cumprе realçar, nos estudos de Aquino (2002), que os atletas da equipe vencedora eram sacrificados aos deuses e o seu corpo era pintado com uma listra de cor vermelha. O sangue derramado era oferecido aos deuses como uma espécie de oferta. Salienta-se que as equipes mantinham a bola em jogo fazendo o uso de todas as partes do corpo, e para marcarem o ponto deveriam passar a bola pelo anel de pedra, suspensos na parede em cada extremidade, como apresentado na figura abaixo.

Figura 6- Jogo praticado pelos Maias no México. O objetivo era arremessar a bola dentro do orifício disposto na lateral.



Fonte: <https://www.fifamuseum.com/en/blog-stories/editorial/origins-meso-american-ball-games>.

Na perspectiva apresentada, cabe pensar que em cada época e localidade a forma de jogar solicitava que os praticantes utilizassem o seu corpo conforme a necessidade e objetivos do jogo, momento histórico e a referida cultura. Em algumas ocasiões, o esporte era uma manifestação vinculada ao religioso, e não apenas a algo lúdico. Nesse bojo, vale destacar que os jogos com bola despertaram grande interesse pelos praticantes, fato relevante no seio cultural e histórico dos países.

2.5 Os romanos e o futebol

Ainda convém frisar que a prática em Roma:

Não há evidências que surgiram que o jogo de equipe grego de *episkyros* foi adotado no mundo romano, mas não há dúvida de que os gregos tiveram influência nos jogos de bola jogados pelos romanos. *Harpastum* como *episkyros*, era um jogo baseado em equipe e, embora existam poucas fontes detalhadas que esclarecem sua natureza exata, muitas vezes foi comparado a piggy in the middle e dodgeball. (FIFA, 2022)

Unzelte (2002) salienta que o *harpastum* foi praticado por volta de 200 a.C, no Império Romano e relaciona-se com o futebol atual. O referido jogo era praticado em um campo retangular, dividido por uma linha central e duas em profundidade formando as metas. O implemento esférico utilizado era chamado de *follis*. No jogo, a bola deveria ser passada de pé para pé, com o objetivo de lançá-la após a meta adversária, marcando o ponto. Não se sabe precisar se o referido jogo romano poderia ser disputado com as mãos. Os soldados romanos usavam-no como exercícios militares e uma partida poderia durar horas.

Com as vitórias romanas, o *harpastum* aportou em outras regiões da Europa, à Ásia Menor e ao norte da África. Para a FIFA (2022), as mulheres, em Roma, no cotidiano social tinham um papel restrito na vida pública. Encontram-se poucos vestígios da participação delas em jogos de bola e atividades esportivas, pois foram os homens que registraram a história, de modo geral. Para Goellner (2005, p. 2), [...] “somente a partir das primeiras décadas do século XX que as mulheres conquistaram maior espaço neste território tido como ‘essencialmente’ masculino”. O mosaico apresentado abaixo é um raro exemplo de referência a mulheres competindo e data de IV dc, proveniente da região da Sicília.

Figura 7- Ilustra o mosaico na Villa Roman del Casale na Sicília - Fato incomum de mulheres competindo.



Fonte: <https://www.fifamuseum.com/en/blog-stories/editorial/origins-greco-roman-ball-games>.

Convém acrescentar que, vários séculos após essa forma mais rudimentar do esporte ser praticada, foi um italiano chamado Giovanni di Bardi, em 1580, que estabeleceu as primeiras regras do que conhecemos hoje como Futebol e o nomeou de *cálcio*. A Figura 7 ilustra as equipes que poderiam ser compostas por 27 jogadores e, no decorrer do jogo, os atletas utilizavam a violência contra o outro time. Para resolver este problema, o jogo passou a ter juízes para evitar socos, rasteiras e pontapés. A bola poderia ser manuseada com as mãos ou pés e deveria ser levada até a outra extremidade do campo adversário, que tinha uma barraca armada no fundo do campo (UNZELTE, 2002).

Figura 8 - Calcio Fiorentino em Pódova, Itália, em gravura de Pedro Bertelli, 1595.



Fonte: <http://tutto-sapere.blogspot.com/2016/05/ludus-quem-itali-appellant-il-calcio.html>.

Unzelte (2002) afirma que de 58 a 51 a.C. começa a ser praticado *soule* à Gália (atual França). A hipótese é que tenha ocorrido a partir do contato com os romanos, já que foram os responsáveis por introduzir o jogo na Idade Média, denominado *harpastum*, como vimos na seção anterior.

2.6 Os franceses e o futebol

Na França, o *soule* ganhou notoriedade ao ser praticado nos jardins da burguesia e ao ser praticado pela elite francesa (UNZELTE, 2002). Esse fato fica evidente, pois as práticas de jogos nos seus primórdios eram para uma categoria da sociedade com alto poder aquisitivo, focada no gênero masculino. As minorias sociais ficavam afastadas, não tinham acesso a determinadas práticas corporais.

2.7 Os ingleses e o futebol

Vimos que vários esportes que teriam alguma relação com o que conhecemos hoje como futebol foram criados e praticados em diversos contextos históricos e regiões, com diferentes formatos, como a permissão do uso da mão, por exemplo. Vimos também que foi um italiano, Giovanni di Bardi, quem criou algumas das primeiras regras do esporte, como o advento da figura do árbitro, para inibir e mediar conflitos físicos.

Entretanto, a maior parte dos autores, como é o caso de Unzelte (2002), considera que foi na Grã-Bretanha que o futebol foi realmente inventado, tendo as escolas inglesas um papel muito importante na maturação do esporte, já que fora adotado como atividade física nas escolas. No século XVI, o Futebol na Grã-Bretanha era violento e sem um número específico de atletas. A violência no futebol era de tamanha magnitude que o escritor Philip Stubbes se referiu como um jogo bárbaro, que estimularia a inimizade e o rancor.

Para a FIFA (2022), “O futebol se desenvolveu mais tarde com o apoio das escolas inglesas”. Conforme Unzelte (2002, p. 18), “Vale salientar que, em 1710, as escolas inglesas [...] passaram a adotá-lo como atividade física”. Na ocasião, os jovens optaram por praticar o futebol e deixaram de lado esportes tradicionais como tiro, esgrima, equitação e caça.

Orlando Duarte (1998) menciona que os ingleses iniciaram a referida modalidade devido a um desentendimento entre os praticantes de *rugby* e os não satisfeitos teriam criado uma nova modalidade esportiva: o Futebol. Nesse contexto, surgiram problemas referentes às normas, pois, ao praticar a modalidade nos colégios, utilizava-se regras diferentes. Nesse enfoque, em 1823, com o engajamento de dois colégios públicos ganhou notoriedade. Uma escola usava somente os pés e as outras utilizavam mãos e pés (UNZELTE, 2002).

Na Idade Média, o futebol fazia parte da terça-feira gorda³, de modo a acalmar os ânimos da sociedade. No século XVI, o esporte era praticado nos dias religiosos, e era utilizado a fim de manter a ordem social e integrar os indivíduos,

³ Era quando os habitantes de várias cidades inglesas saíam às ruas para chutar uma bola de couro, com o objetivo de comemorar a expulsão dos dinamarqueses. A bola, no caso, simbolizava a cabeça de um oficial invasor, que teria introduzido o jogo involuntariamente na Inglaterra (UNZELTE, 2002, p. 17).

com [...] o poder de unir as congregações religiosas [...] casados jogavam contra os solteiros e até as mulheres participavam (GIULIANOTTI, 2002).

Nota-se que, ao longo do tempo, o Futebol foi se desenhando para o que conhecemos hoje. Unzelte (2002) enfatiza que, em 1846, dois discentes conhecidos como Thomas Arnolds e William Webb incutiram as primeiras regras do *rugby*, esporte que ganhou o nome do primeiro colégio, sendo possível usar as mãos ao longo do jogo. Em uma versão muito incipiente e crua, em 1848, uma conferência na Universidade de Cambridge reuniu os diretores da maioria dos colégios da cidade e ficou decidido a não utilização de mãos e braços nos jogos de *football*.

A posteriori, em 26 de outubro de 1863, reunidos na Taberna Freemason, em Londres, representantes de 11 clubes e escolas determinaram as regras básicas para o futebol e que são válidas até os dias atuais. É cabível apontar que, em 8 de dezembro de 1863, diante de 11 integrantes a favor da utilização exclusiva dos pés, determinou-se separar o futebol do *rugby*.

Por conseguinte, a partir de todas as considerações feitas, observou-se que na China foi o início da prática de exercício com bola e que antes do surgimento na Inglaterra, no oriente já haviam ocorrido manifestações peculiares e que não tinham muito a ver com o que assistimos nos dias atuais. Percebe-se que nessa região o objetivo era de que fosse um treinamento militar. No Japão, essa prática com bola ficou conhecida como kemari. Os integrantes ficavam em roda e jogavam a bola um para o outro.

Na Grécia antiga, a manifestação com bola ficou conhecida como Epyskiros e essa prática era feita em um campo retangular apenas como o intuito de proporcionar a diversão. Nesse jogo, cada equipe era composta por 15 jogadores que precisavam levar a bola até a outra extremidade. Percebe-se que em cada localidade as práticas envolviam modos de jogar específicos.

Seguindo nesta mesma direção, em Roma, observou-se o Harpastum. A intenção, no caso, era de que fosse um aperfeiçoamento militar, no sentido de exercitar os soldados romanos. Para Unzelte (2002), a bola deveria ser movida de pé em pé e não se tem ideia se as mãos poderiam ser utilizadas.

No México, os jogadores não tinham permissão para usar os pés e tampouco as mãos, pois o jogo apenas permitia o arremesso da bola a partir do contato com outras partes do corpo dos jogadores como ombro, cabeça, joelho e tronco, por exemplo. Para Unzelte (2002), as manifestações com pelotas aconteciam com bola

de borracha maciça e que tinha que ser arremessada em aros dispostos nas laterais dos templos sagrados. A permissão para golpear a bola era com as outras partes do corpo. Nessas manifestações, havia rituais de sacrifício entre os participantes.

Na Itália, as primeiras manifestações com bola ficaram conhecidas como *cálcio fiorentino* e tinham a participação da nobreza, como Duques e Papas. Unzelte (2002, p. 16) destaca que “o Duque de Toscana, Júlio de Medicis e os papas Clemente VII, Leão IX e Urbano VIII foram alguns dos praticantes do jogo”. Esse jogo era praticado em um campo retangular e as equipes utilizavam a violência nessa manifestação. O objetivo era levar a bola até a outra extremidade da equipe adversária podendo ser utilizada mãos e pés. *Ibidem* (2002, p. 16), “O jogo passou a ser arbitrado por dez juízes, com o intuito de impedir os empurrões e os pontapés [...]; A bola podia ser impulsionada tanto com os pés quanto as mãos e tinha de ser introduzida em uma barraca armada no fundo de cada campo”.

Na França, o jogo era chamado de *soule*. Nesta manifestação, não se tinha um local específico para ser praticado, ou seja, poderia ser jogado, por exemplo, na rua, sendo uma cidade contra a outra. Ainda convém ressaltar que, na Inglaterra, tivemos o uso da violência ao praticar o futebol. Unzelte (2002) afirma que em 1700 ocorreu a proibição das formas violentas de se praticar o futebol. Em 1823, dois colégios passam a oferecer tal esporte em sua grade curricular. Com isso, ganhou muitos adeptos. Uma dessas unidades escolares utilizava os pés e a outra mão e pés. O futebol é estabelecido em 1863 com a exclusiva utilização dos pés.

Todas as diversas formas pré-futebolísticas demonstraram a presença do esporte, ainda que em diversos contextos culturais e de uso, o que de certa forma enfraqueceria essa ideia da Inglaterra como único e exclusivo inventor da modalidade, que mais parece ser o caso de uma invenção coletiva que foi se sofisticando no encontro entre diferentes povos. Seria possível defender que o argumento da invenção inglesa do futebol poderia ser lido como uma forma de colonialidade do poder, nos termos de Quijano (2005).

No caso da prática do Futebol de campo (BONFIM, 2019), as equipes masculinas tiveram destaque na popularização do futebol, mas as mulheres também jogavam de modo amador. O autor salienta que as fontes de pesquisas acadêmicas e jornalísticas brasileiras destacam as equipes masculinas na popularização do Futebol nas primeiras décadas do século XX. De acordo com a autora, “esse

Futebol, masculino – em seus personagens e seus corpos (mestiços, com “ginga” e com “raça”) – foi a base para a construção de uma ideia de Brasil mundo afora.”

Costa (2016) relata que considera o futebol como um movimento sociocultural do século XXI, com um forte poder de influenciar, em diferentes camadas sociais, demandas de cunho econômico, cultural, político, social e ambiental. O autor defende o futebol como fator principiante no pertencimento como esporte genuinamente brasileiro. Ainda nessa perspectiva, Balzano (2020) traz que o futebol é celebrado como a prática corporal mais relevante do planeta.

Desde a chegada do Futebol ao Brasil, trazido da Inglaterra por Charles Miller, o esporte encanta a sociedade, conferindo projeção mundial ao nosso país. Entretanto, como elucida Balzano (2020), apesar de ser hoje tido como o esporte de maior impacto nacional, a prática colonialista deste esporte foi posta com estilo britânico aos homens e impedida e cercada de tabus quando relacionada às mulheres.

A narrativa decolonial, da qual Quijano faz parte, procura quebrar a hegemonia que os povos do Sul sofreram com o método de colonização imposto pelos países do Norte Global, nos diversos setores, inclusive esportivo, bem como no âmbito cultural e de gênero. Assim como no Brasil o futebol foi importado, o mesmo ocorrera no México, com uma imposição da cultura Espanhola sobre o povo Mexicano.

Os primeiros europeus a testemunhar os jogos de bola mesoamericanos foram os conquistadores espanhóis, que desembarcaram nas costas do que hoje é o México no início do século XVI. Esses europeus podem ter ficado fascinados com as culturas que encontraram, mas estavam igualmente determinados a introduzir seus próprios costumes entre os povos indígenas, impondo-os à força, se necessário. Os jogos de bola tornaram-se uma relíquia de uma cultura mesoamericana que logo deixaria de existir. (FIFA, 2022)

. Na literatura dos estudos decoloniais, as inserções desses discursos são feitas por autores e estudiosos do sul (GROSFÓGUEL, 2016; QUIJANO, 2005). Uma das principais contribuições desses pesquisadores seria o termo “colonialidade do poder”, que demonstraria que as relações coloniais nas esferas econômica, política, social e epistêmica não findaram com o fim da colonização, ou seja, a colonialidade permite compreender a continuidade das formas coloniais de dominação para além da colonização (CUNHA, 2018; MURADAS, 2018; PEREIRA, 2018).

Prevalece um pensamento de dominação que aponta a Europa e suas nações hegemônicas como o centro de um novo mundo moderno capitalista (QUIJANO, 2005), como uma “colonialidade do poder”. A lógica seria da superioridade dos que colonizaram sobre os que foram colonizados. No caso, veremos que a Inglaterra, de fato, organizou algumas regras do esporte, mas ele já era praticado em outros locais há centenas de anos.

Cabe aqui ressaltar que os estudos decoloniais buscam romper com os modelos impostos pelos países do Norte, (Eurocêntricos) diante dos países da América Latina, ou seja, países do Sul. Este modelo de imposição determinado pelos países do Norte ocasionou preconceitos de gêneros, racial, cultural, social, econômico, educacional, corporal, esportivo etc.

Nesse contexto, a realidade da América Latina foi desrespeitada, ocasionando marcas na nossa sociedade que podem ser percebidas até hoje, como o preconceito diante das mulheres que jogam Futebol, ao negro, pouco acesso aos cargos de comando para indivíduos negros, mulheres e de baixo poder aquisitivo, falta de oportunidades de igualdade de acesso aos postos de trabalho e um modelo de universidade destinado às minorias sociais. Tais ponderações levam Moraes (2017) a assumir o Futebol como um universo de reserva masculina, um local “apropriado” aos homens, transmite que o “diferente”, o público feminino, não se torna apropriado e a existência deste gênero configura anormalidade nos parâmetros sociais.

A lacuna criada na nossa sociedade com a oportunidade dada aos homens diante do Futebol e o afastamento das mulheres desse campo de conhecimento gerou preconceitos corporais e a pretensão de julgar as mulheres como desconhecedoras dos artefatos do futebol de modo a ocasionar a prerrogativa dúbia da divisão dos esportes baseada no gênero, assunto que será abordado nos capítulos posteriores. Moraes (2017) profere que a defasagem de oportunidades para o público feminino fortalece o imaginário social que preconiza que elas são desconhecedoras das regras, sistemas de ataque e defesa, história dos jogos, campeonatos, trajetórias de jogadores e até os modos de torcer. Para dinamizar esse conceito e reverter este panorama, os estudos decoloniais de Mignolo (2014, p. 44) citado por Balzano (2020, p. 36) defendem que não estamos apenas aderindo a “[...] uma opção de conhecimento, uma opção acadêmica, um domínio de estudo, mas uma opção de vida, de pensar e de fazer.”

A perspectiva do colonialismo, de acordo com Cunha (2018, p. 14), “representa um profundo elo exploratório entre diferentes povos, um processo de dominação econômica e cultural com repercussões globais ainda nos dias de hoje, e não apenas uma expansão territorial, como muitas vezes é apreendido”. Para romper com este modelo hegemônico, surge o viés de “pensamento decolonial” que, para Mignolo (2010, p. 44), consiste:

Numa forma de "desobediência e reconstrução epistêmica", um meio de eliminar a tendência provincial para fingir que os modos de pensar da Europa Ocidental são de fato universais, buscando a libertação social em relação a todas as formas de desigualdade, discriminação, exploração e dominação.

Mignolo (2010) enfatiza que essa desobediência epistêmica nos leva a pensar além do padrão eurocêntrico do conhecimento. Dentro desse contexto, os excluídos eram rotulados como “subalternos”. Para Cunha (2018), os sujeitos à margem da sociedade não compõem o escopo para a formação do conhecimento, das questões políticas e das demandas sociais que circundam o cotidiano, sendo afastados da possibilidade de conquistar outros níveis sociais.

Dentro desse cenário, Cunha (2018) ressalta que a proposta decolonial não fica restrita ao conhecimento, é bem mais ampla e perpassa uma independência intelectual com a intenção de romper com as estruturas arraigadas de poder colonial, municiando a sociedade, antes rotulada como subalterna, de modo a constituir uma libertação política, econômica, cognitiva e espiritual.

Destaca-se que nos estudos decoloniais a lógica seria, conforme Cunha (2018, p. 173), “Uma desobediência epistêmica que desafiaria os modos de pensar eurocentrados e tradicionais, na busca por uma libertação social dos poderes, que organiza as formas de desigualdade, discriminação, exploração e dominação”. Agregado a esses aspectos, o processo decolonial visa a representatividade dos aspectos sociais, sendo o esporte um integrante. Cunha (2018) profere que o esporte carrega na sua essência a expressividade da cultura popular brasileira.

O futebol, como a música e outros dispositivos culturais, encanta e propicia o debate diante de muitas questões que são latentes na sociedade. Torna-se fundamental encarar o futebol feminino como um fenômeno sociocultural. Para melhor dinamizar esse conceito, Balzano (2020) salienta que o futebol é algo além do fazer, executar um gesto corporal, ou uma habilidade motora especializada. Este

esporte apresenta forte cunho financeiro, transmite um modo de viver e, desde a sua chegada ao Brasil, tem forte relevância política.

2.1.1 Futebol no Brasil e preconceito

O Futebol no Brasil é o esporte popular fortemente inserido em nossa cultura, que fascina milhões de pessoas pela excelência de nossos jogadores e pela maestria. O Futebol contagia milhões de pessoas em nossa nação, fomos e somos vistos, por muitos, como o país do futebol. Para ratificarmos a consolidação deste esporte, nas décadas de 60 e 70, ampliamos a paixão nacional, pois o Brasil tornou-se campeão das copas de 1958, 1962 e 1970.

Em uma viagem, no ano de 1894, um paulistano chamado Charles Willian Miller foi à Inglaterra estudar na Banister Court School, em Southampton, e lá conheceu o Futebol. Com o seu talento, jogou na primeira divisão do Futebol Inglês. Ao retornar ao país, trouxe consigo duas bolas de capotão (couro curtido) e um livro de regras. Conforme Caldas (2002, p. 42), “Charles Miller tratou de difundi-lo entre os ingleses residentes em São Paulo que se interessavam mais pelo jogo de Cricket.” Charles Miller, ao introduzir o esporte no país, portanto, foi considerado o pai do futebol.

Ressalta-se que, em meados de 1864, o futebol foi visto na Argentina e no Brasil pela primeira vez, em partidas disputadas com marinheiros franceses, holandeses e, particularmente, ingleses das embarcações ancoradas no litoral do Cone Sul. Nesta dimensão, Unzelte (2002) menciona que uma dessas partidas foi disputada nas praias cariocas em 1874. Os marinheiros ingleses tiveram a sua participação especial na exportação do futebol inglês para outras nações.

Corteze (2015) frisa que o futebol era elitizado e universitário. Com isso, pessoas negras e pobres eram segregadas, impedidas de participar. A raça neste quesito era um limitador, pois determinaria se aqueles grupos poderiam praticar o futebol ou não. No Brasil, no início, para participar dos jogos todos deveriam ser brancos, pertencer a famílias abastadas, bem como frequentar os bancos escolares.

O futebol no Brasil, desde o seu início foi limitado aos ricos, em uma fase branca e inglesa, enquanto os pobres e negros que enfrentavam fortes preconceitos raciais e sociais e que não tinham dinheiro para comprar uniformes, bolas e ingressos, ficavam de fora da prática do jogo. Os negros e pobres só começaram a serem aceitos no futebol a partir de 1924, quando o Vasco da Gama foi campeão carioca com

um time formado exclusivamente por pobres e negros. (COELHO, 2008, p.15)

Infere-se que o negro, as mulheres e os mestiços não tiveram acesso a esse esporte, que foi elitista e excludente em seus primórdios, antes de se popularizar, de fato.

No Brasil, o ideal de nação começa a ser construído na virada do século XIX para o XX, nos mesmos parâmetros franceses e americanos (HENRIQUE, 2007). Nesta dimensão, a nação deveria se branquear para alinhar-se aos países europeus. Para Gilberto Freyre, no século XX, consolida-se o milagre da miscigenação. Na obra “Casa Grande e Senzala”, ele apresenta uma ideia de amizade entre o negro e o senhor, entre a Casa Grande e a Senzala (2007, p. 3) “[...] a partir desta leitura, toda a nossa formação social passa a ser vista sob o estigma do “mito fundador” das três raças: Brancos, Negros e Índios.”

Freyre atenua fortemente a realidade vivida pelos índios, negros e as mulheres negras. Essas muitas vezes eram forçadas a ter relações sexuais com os senhores de engenhos. Castro (2018, p. 54) cita que: “[...] dada a assimetria entre colonizado e colonizador, as relações sexuais, na verdade, não eram consentidas”. Ademais, eram submetidas a cuidar dos filhos das esposas dos fazendeiros e, muitas vezes, eram afastadas da sua prole. As mulheres negras que desempenhavam esta função ficaram conhecidas como “Amas-de-leite”. Essa atenuação levou a crer que no Brasil temos uma democracia racial. A informação exposta acima coaduna com o estudo de Raimundo (2003, p. 31), no qual explicita que:

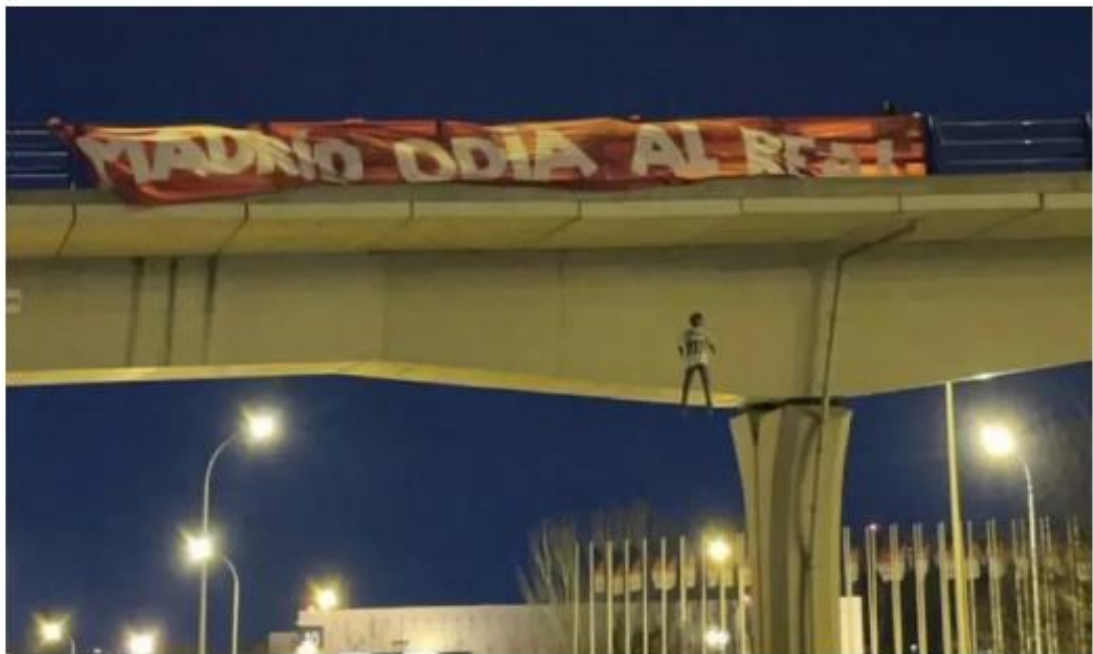
Os trabalhos como ama-de-leite, mucama, cozinheira trazia diversos danos para as mulheres. Na condição de amas de leite enquanto amamentava o bebê da senhora era separada do seu, era forçada a negar sua maternidade, pois não era levada em conta sua condição de mulher-mãe, mas sua potencialidade de amamentar.

Essa situação deixava a escrava inapta para amamentar. As circunstâncias (características biológicas, condições de clima, geográfica) que giravam em torno das diferentes raças eram levadas em conta e determinariam se aquela raça seria mais inteligente comparada a outra. Essa comparação de raças não deve ser levada em conta e já ficou comprovado cientificamente que a cor da pele não influencia no desenvolvimento psicológico ou motor. Diante desse aspecto, é indiscutível que:

[...] não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos considerados minoritários. (ALMEIDA 2018, p. 24)

Para Paula (2005), o racismo figura no futebol mundial como um fato recorrente, visível, por meio dos gestos de atores do espetáculo⁴ (torcedores do Atlético de Madrid simulam o enforcamento de Vinicius Junior). Um fato lamentável e emblemático foi o ocorrido com o jogador Vinicius Junior, quando foi vítima de atos racistas, quando a torcida do time Rival (Atlético de Madrid), pendura um boneco pelo pescoço em uma ponte da cidade, com a camisa do brasileiro e com a frase “Madrid odeia o Real”.

Figura 9 – Racismo contra Vinicius Junior.



Fonte: GE. Futebol Espanhol. AGÊNCIA. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-espanhol/noticia/2023/05/24/racismo-contra-vinicius-junior-veja-tudo-sobre-o-caso.ghtml>.. Acesso em: 20 jun. 2023.

O Futebol, com sua peculiaridade de espaço de jogo, depende de um estádio para a sua prática de forma oficial. Neste local, é propícia a reunião de diversas

⁴ Em 2023, um boneco com a camisa do Vinicius Junior, foi pendurado pelo pescoço em uma ponte, antes do Clássico pela Copa do Rei.

culturas sendo um espaço de exaltação de suas energias e adrenalina. Muitas vezes, os aficionados pelo esporte imaginam que estão impunes às regras da lei por imaginar que estão ofuscados pela quantidade de pessoas envolvidas na atividade, as quais podem fazer de tudo, inclusive, externar seus sentimentos com atos de racismo. A intolerância no esporte precisa ser banida.

Não é de hoje que nos estádios de futebol pelo mundo, jogadores negros ou latinos são vítimas de ofensas racistas nas quais bananas são atiradas ao campo. Em meio aos eventos esportivos mundiais que começam a ganhar espaço na América Latina e na África, a aproximação entre as culturas se torna campo fértil para a propagação de correntes preconceituosas no esporte, inclusive no futebol. (CERVI, 2014, p.1)

Muitos jogadores negros, ao final da sua carreira, têm grande dificuldade de ocupar cargos administrativos em times de futebol, devido à discriminação racial, pois os postos de comando existentes são destinados à elite branca. Essa informação coaduna com o que Damo (2007) traz, quando afirma que, fora das quatro linhas, são identificados poucos atletas e pessoas negras ocupando cargos de destaque, de diretoria, de treinadores ou de dirigentes. Com isso, o racismo atua nas duas pontas, oportunizando somente a atuação do jogador negro como atleta e não sendo oportunizado para comandar uma equipe. As instituições, neste caso, não utilizam o princípio da igualdade de acesso e permanência, o que faz com que os negros fiquem em situação de desvantagem por conta da cor e a branquitude colha os seus privilégios por meio da cor também.

Almeida (2018) enfatiza a existência de racismo institucional e frisa que os conflitos raciais também são parte das instituições. A partir da perspectiva estabelecida, as instituições têm grupos hegemônicos compostos por homens brancos que impõem as suas formas de opressão para que permaneçam no poder e inviabilizem o acesso dos negros. É imprescindível salientar que nos cargos de liderança em clubes de futebol, grandes empresas privadas ou até mesmo nos setores de alto comando das esferas públicas, a presença do negro em cargo de liderança é pouco vista ou quase inexistente. Percebe-se que as políticas de ações afirmativas, que destinam vagas de cotas nas universidades, como também os concursos públicos para os negros, buscam reparar um erro social e político histórico, no sentido de oportunizar nesses espaços a presença dos negros.

As instituições são parte de um arcabouço para inserir os negros como sujeitos sociais. Contudo, ressalta-se que em uma democracia, o acesso e permanência de todos dentro da estrutura social não pode ser um privilégio social de alguns. *Id* (2018, p. 31) “Detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade.”

Nesta perspectiva, nota-se que o grupo de destaque da pirâmide social introjeta como se fosse natural a permanência eterna nos cargos de poder dessas instituições de modo a não conceder nenhum tipo de acesso para que a negritude tenha a oportunidade de ocupar cargos de liderança e possa rechaçar o panorama estabelecido como se o cargo do grupo dominante fosse algo normal e natural. Assunção *et al.* (2010, p. 98) corroboram com a ideia acima destacando que:

São poucos os negros que ocupam cargos de gestores. Esse fato é apontado por pesquisas realizadas nos EUA, onde o basquetebol é um dos esportes mais populares e a grande maioria dos jogadores são negros que têm origens nas classes sociais mais baixas e dificilmente conseguem ocupar cargos de gestores, dirigentes, técnicos, empresários. Enfim, são excluídos de qualquer atividade quando encerram sua carreira esportiva.

Almeida (2018, p. 31) ainda traz que “[...] no caso do racismo institucional, o domínio se dá com estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder.”

Neste enfoque, para Hamilton e Kwame (1967) as organizações são importantes para enraizar a supremacia branca ou, de forma mais explícita, da hegemonia de um determinado grupo racial sobre o outro. Essas instituições buscam estabelecer de modo constante os privilégios de maneira quantitativamente ampliada, pois aqui não é um ato isolado de beneficiar a branquitude, mas é uma entidade agindo de forma cruel sobre os grupos minoritários. Para Almeida (2018, p. 36), “As instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social.” No contexto de ordem social, como plano de metas e objetivos das instituições, fica evidente que a questão é manter no poder quem está no poder, e quem está na subalternidade permanecer. *Ibid.*, (2018), o racismo é parte da ordem social, não é algo inventado pela instituição, mas é por ela reproduzido.

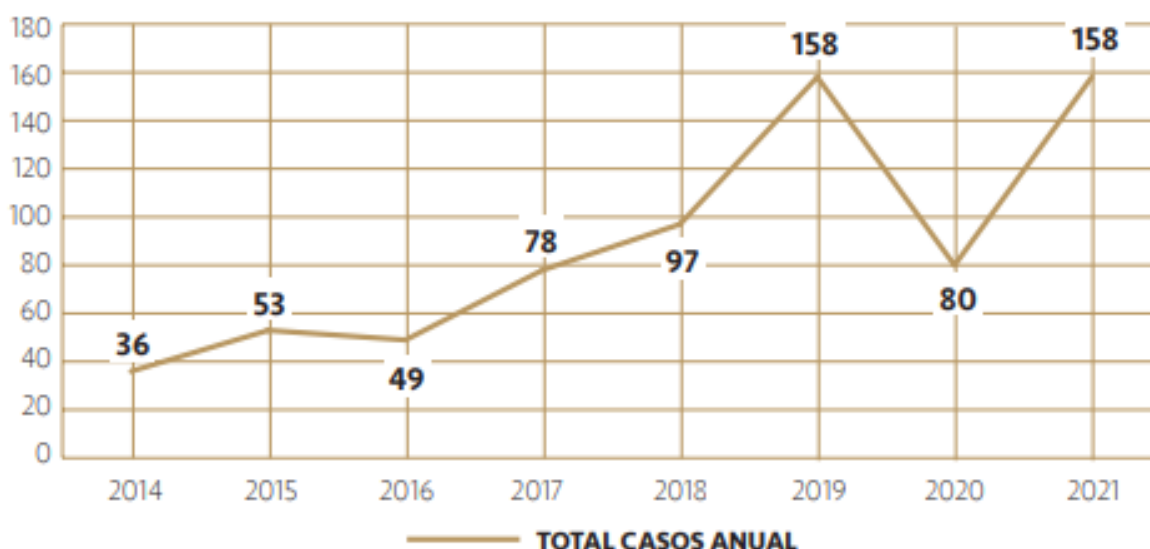
Com relação ao caso de racismo no futebol, pode-se citar um fato recente na final da Copa do Brasil, em dezembro de 2021, quando torcedores do Athletico

Paranaense fizeram gestos racistas em direção aos torcedores do Atlético-MG. No mesmo jogo, presenciou-se uma torcedora no camarote imitando um “macaco” para insultar os atletas da equipe oposta (UOL ESPORTES, 2021).

À guisa de exemplo, no último relatório anual da discriminação racial no futebol (2021) apresenta dados sobre a crescente ascensão dos casos de racismo com jogadores brasileiros no Brasil. Percebe-se que os atletas, fora do seu país, também são acometidos. Tal monitoramento é realizado desde 2014, assim como repara-se a ampliação do quantitativo de casos. Na tabela abaixo, o relatório aponta o ano de 2020 como atípico, devido à pandemia de Covid -19, que interrompeu a presença de público nos estádios. Bastou o retorno dos torcedores para que o número de incidentes chegasse ao mesmo nível de 2019.

Tabela 1 – Relatório anual de discriminação Racial no Futebol 2021.

TOTAL CASOS ANUAL



Fonte: Relatório anual da discriminação racial no futebol 2021 / Observatório da Discriminação Racial no Futebol, Museu da UFRGS -- Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2022.

A instituição que monitora os casos de Racismo e Violência no Futebol realizou, no dia vinte e quatro de outubro de 2022, no Rio de Janeiro, o “Seminário de Combate ao Racismo e a violência no Futebol”. No referido evento, houve um encontro a fim de debater sobre as ações para mitigar os casos de racismo e

preconceito no esporte. Ocorreu a presença das instituições envolvidas com a realização de campeonatos nacionais e internacionais, dentre eles a FIFA, CONMEBOL e CBF. Neste evento, além dos dados apresentados pela Instituição que sediava o seminário, o presidente da CBF, Ednaldo Rodrigues, sugeriu penas mais duras para casos de racismo e violência no Futebol.

Acredito que somente com pena desportiva diretamente ao clube o racismo e o preconceito deixarão o futebol. Sou democrático e quero que essa pena seja discutida no tribunal. Vou propor para que o time perca ao menos um ponto na competição. [...]. A ideia será colocada em prática se for aprovada no ano que vem pelo Conselho Técnico das duas divisões, composto pelos clubes que disputarão os torneios em 2023. (OBSERVATÓRIO RACIAL DO FUTEBOL, 2022)

Os torcedores que perpetuam atitudes de racismo, ou seja, essa mazela social, deveriam ser reprimidos com punições severas, sendo suspensos de jogos para servir de exemplo de punição aos grupos que tentam insistir neste crime. Os atletas, clubes, entidades esportivas deveriam reprimir este fato e conscientizar a população com palestras e campanhas educativas. Com isso, em um futuro próximo, gestos como esses poderão ser eliminados da sociedade. Tal como frisado por Almeida (2018, p. 37), “Sem nada fazer, toda instituição irá tornar-se uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas [...]. Combate-se o racismo por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas.”

DaMatta (2006, p. 138) aponta que, no início, o futebol “Era um esporte praticado por jovens brancos estrangeirados, filhos de industriais que a ele se ligaram na Inglaterra, onde tinham ido a estudo ou a negócio.” O Futebol era praticado apenas por pessoas da elite branca, nos colégios nobres do Rio de Janeiro e São Paulo (década de 10), que passavam a oferecer a modalidade em sua grade curricular de forma recreativa. Segundo Unzelte (2002, p. 21), “Entre os anos de 1872 e 1873, um padre professor do Colégio São Luiz, de Itu, em São Paulo, teria apresentado a bola a seus alunos na hora do recreio.” Os pais pressionavam para que tal esporte fosse “obrigatório”, pois este era visto como um elitizado.

Desta prática, surgem bons jogadores e se formam os primeiros clubes. No Rio de Janeiro, pode-se citar o The Bangu Athletic Club., fundado por altos funcionários ingleses da Cia. Progresso Industrial do Brasil. Em 1920, o futebol era praticado como forma de lazer dos seus funcionários, mas havia um problema: o número de funcionários da elite social da fábrica. Eles eram poucos e a solução encontrada foi formar um outro time composto por operários. Assim, surgiu o

primeiro time de futebol não elitizado chamado: “time proletariado do Bangu”. Bons jogos eram promovidos e serviam para divulgar o nome da empresa.

Santos (1999, p. 1) evidencia que aconteciam “As famosas ‘peladas’ no campo de várzea, praticadas com bola de meia, de papel ou borracha, em um local livre e com número variável de jogadores.” Tais práticas eram informais e organizavam times entre camadas menos favorecidas da população. Durante o governo de Getúlio Vargas, então, foi construído o Estádio do Maracanã e o acontecimento da Copa do Mundo de 1950 alavancou o esporte. Os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo tinham uma disputa acirrada quando se falava em futebol, pois cada um deles criou a sua própria federação.

A fim de mostrar sua força, cada um deles criou sua própria federação nacional. Autores como Caldas [1989] dizem que a verdadeira disputa do futebol brasileiro começa com a criação, por um lado, da Federação Brasileira de Futebol, pelos paulistas, no dia 25 de setembro de 1915; e, por outro, da Federação Brasileira de Esportes, pelos cariocas, em 15 de novembro do mesmo ano. (SANTOS, 1999, p. 2)

As entidades mencionadas queriam representar o Brasil no exterior, mas para isso teriam que ser reconhecidas pela FIFA. A FIFA, por sua vez, só reconheceria qualquer associação brasileira se ocorresse a unificação no Futebol Brasileiro. Criou-se a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), em 18 de junho de 1916, acabando com a rivalidade entre o Rio de Janeiro e São Paulo.

Os times de várzea, que eram compostos pelas classes economicamente menos favorecidas, se organizaram e passam a exigir a sua entrada nos campeonatos e ligas. Um deles foi o Esporte Clube Corinthians Paulista, fundado em 1910 por artesãos, operários e pequenos comerciantes do bairro do Bom Retiro. Este clube pleiteou uma vaga e, após muita insistência, obteve o direito de participar do campeonato de 1913, no qual fora uma revelação.

A profissionalização do Futebol nos anos 30 ocasionou a ampliação da participação de todos os níveis sociais. Corteze (2015) manifesta que foi nesta década que se deu a profissionalização do futebol por meio de um decreto do governo de Getúlio Vargas, em 1934.

Até a oficialização do Futebol profissional, em 1933, existiam as práticas amadoras e profissionais. Aceitava-se que os jogadores recebessem salários dos seus clubes, mas se defendia que o Futebol fosse praticado por pessoas que fizessem parte da elite social. Por essa razão, os negros eram impedidos de jogar

nos clubes de futebol, a menos que utilizassem pó-de-arroz no corpo para camuflar a sua cor e poderem jogar (CORTEZE, 2015). Conforme Paula (2005), um fato ocorrido no futebol nos anos 20 e que demonstrou a indiferença na cor da pele foi quando o Clube Regatas Vasco da Gama venceu o campeonato com um time que na sua composição tinha jogadores negros e pobres. Isso incomodou profundamente a elite do futebol carioca que, no início, não aceitava jogadores de cor.

A vitória em questão passou a ser vista como uma “ameaça” para a elite dirigente do Futebol carioca. *Ibid.*, (2005, p. 4). “[...] porque havia um dilema para a elite dirigente do futebol carioca: manter a eugenia e perder para os paulistas ou reforçar o time e perder a pureza racial da organização de futebol no Rio.” Isso demonstra que, desde o século passado, atos de racismo acontecem na nossa sociedade e se perpetua até os dias atuais. A perseverança dos negros no âmbito futebolístico fez com que conseguissem o seu espaço por meio do futebol no Brasil e, com isso, a importante democratização do esporte em terras brasileiras (CORTEZE, 2015). A partir do momento que foram cobrados ingressos para os jogos, o Futebol profissional se consolida no país.

O ano de 1933 marca a fase do profissionalismo. Até a oficialização do profissionalismo no futebol brasileiro em 1933, coexistiam no Brasil as práticas amadorística e profissional. Em São Paulo, a Associação Paulista dos Esportes Atléticos - APEA - e a Liga de Amadores de futebol – LAF, apesar de permitirem aos jogadores receberem salários dos seus clubes, defendiam um futebol praticado por pessoas que fizessem parte da alta sociedade. As remunerações iam da oferta de presentes até um profissionalismo não declarado. Nesse caso, podemos dizer que, a partir do momento em que a APEA resolveu cobrar ingressos nos jogos, estava lançada no Brasil as bases do profissionalismo. [...] A APEA, com o objetivo de organizar o futebol paulista, já cobrava ingressos, em 1915, de seus torcedores. Mas em 1908, no Rio de Janeiro, a Liga Metropolitana de Sports Athléticos tinha os mesmos objetivos que a APEA, o que tornou o profissionalismo do futebol uma questão de tempo.” (FERREIRA, 2020, p. 21)

O primeiro clube a declarar que oferecia salários para os seus jogadores foi o Clube de Regatas Vasco da Gama, em 1923. Para Helena Júnior apud Santos (1999, p. 6), em 1934, ano que foi disputada a Copa do Mundo na Itália, o Futebol brasileiro estava dividido: “De um lado, uns poucos que tentavam preservar o amadorismo, um amadorismo disfarçado, é verdade; de outro, os que lutavam pela implementação oficial e geral do profissionalismo, com os jogadores recebendo

salários, luvas etc.” Com isso, o Futebol Brasileiro demorou a ser profissionalizado, ou seja, poderia desde muito cedo estar recebendo investimentos de empresas e melhor organizado.

Faz-se oportuno pontuar que a primeira participação do Brasil na Copa do mundo foi em 1930 e, posteriormente, em 1934 e 1938. Com o advento da Segunda Guerra Mundial (1942 e 1946), o evento mundial de futebol não aconteceu. Como a Alemanha tinha perdido a guerra, o Brasil foi escolhido para sediar o evento. Com o acontecimento da Copa do Mundo de 1950 no Brasil, o governo exerce um controle ideológico da população por meio do esporte. Para Corteze (2015, p. 40), “[...], Apesar do tempo curto para a organização do evento, o tempo foi suficiente para construir o maior estádio do mundo, o Maracanã, e mobilizar a população inteira por essa causa.”

Tudo por amor e admiração pelo Brasil. O Brasil construíra o maior estádio do mundo. O Brasil planejava e executava uma organização perfeita da Copa de Ouro. O Brasil apresentara o melhor e mais belo futebol que já se vira. Era preciso que o título que o Brasil ia conquistar, inevitavelmente, não tivesse uma mancha, mesmo salpicada pelos uruguaios. (MARIO FILHO 2003, p. 287)

Com essa copa, sendo a primeira realizada no Brasil, estabeleceu-se uma relação de proximidade entre os brasileiros e o futebol. Esse “affair” criou uma identificação dos brasileiros com o esporte, de modo a construir uma identidade do Brasil como sendo “o país do futebol”, que passa a ser o esporte preferido da nação brasileira (CORTEZE, 2015). Essa motivação do povo brasileiro em prol desse evento esportivo passa a ideia de democracia racial, pois negros e brancos jogam juntos.

Nesse bojo, Mario Filho (MF) alimenta o mito da democracia racial, por acreditar que ao jogarem juntos, Negros e Brancos, representaria na sociedade brasileira a tão sonhada democracia racial. O mito da democracia racial teve sustentação na questão da mestiçagem biológica e cultural entre brancos, negros e índios e foi glorificada a ideia de convivência pacífica entre eles, de forma a permitir às elites acobertar as desigualdades e impossibilitando os não-brancos de terem consciência dos finos modos de exclusão da qual são vítimas da sociedade (MUNANGA, 1996).

Para Jesus (2022, p. 2), dessa forma, “Mario Filho alimenta o mito da democracia racial brasileira”. Neste livro, o prefácio foi escrito pelo sociólogo Gilberto

Freyre. Pode-se comparar essa informação com o estudo de Schwarcz (2003), no qual afirma que:

No limite, tal ideologia mantinha a opinião de que a raça e a cor da pele não faziam, praticamente, qualquer diferença no Brasil: “nosso racismo é melhor, porque é mais brando que os outros”. **Esta é uma das versões do mito da democracia racial que não para de crescer entre os brasileiros.** (SCHWARCZ, 2003, p. 237, grifo nosso)

Jesus (2022) cita Gilberto Freyre e indica uma nova interpretação da sociedade brasileira, estabelecendo que haveria uma harmonia racial a partir de 1930. Costa defende que (1975) o “mito da democracia racial” foi uma deturpação da realidade das relações raciais nas terras brasileiras e foi usado pelas classes dominantes (inclui-se aqui Gilberto Freyre e outros intelectuais) para ludibriar a opressiva realidade das relações raciais.

Em 1960, diversos pensadores das ciências sociais rebateram Gilberto Freyre. Jesus afirma que (2022, p. 3) “Essa crítica acusa Freyre de sustentar o mito de uma democracia racial, calcada da convivência pacífica das diferentes raças formadoras da nacionalidade brasileira.”

Florestan Fernandes também rechaça a ideia que no Brasil há democracia racial. Para Abrahão e Soares (2009, p. 15), “[...] Florestan Fernandes, Wagley, Thales de Azevedo, René Ribeiro, Costa Pinto, Roger Bastilde, Oracy Nogueira, questionaram as bases da democracia racial e descobriram que o adjetivo sob o qual repousa a identidade nacional é, de fato, uma falácia.”

Nesse contexto, é impossível ter democracia racial, pois, como exemplo, em 1923, a equipe do Vasco da Gama conquistou o campeonato carioca com um time composto por esportistas negros ou brancos pobres e sofreu retaliações pelos clubes elitizados (Flamengo, Fluminense, Botafogo e América). Infere-se que os clubes aristocráticos não aceitavam e não conviviam em harmonia dentro de campo com pessoas negras ou de classe social diferente. Essa segregação racial faz parte da história do futebol brasileiro. Faz se necessário, ainda que breve, algumas observações ocorridas no estado de Porto Alegre.

Baseado em depoimentos do ex-jogador Osvaldo Rola (o “Foguinho”), Guimaraens aponta a existência de três importantes ligas no futebol portoalegrense em torno de 1920: a principal, vulgarmente denominada *Liga do Sabonete*, composta por elementos da elite (a “nata do futebol da cidade”), que entravam em campo impecavelmente trajados; a liga intermediária, ou *liga do sabão*, composta por elementos da “classe média baixa”: pequenos

comerciários e clubes de etnias minoritárias como o Concórdia, de poloneses; **por fim, a liga das canelas pretas (assim, no plural), disputada "somente por times de jogadores negros que não eram aceitos pelas outras equipes."** (JESUS, 2022, p. 5, grifo nosso)

A figura do jogador negro era reverenciada somente por um aspecto: sua maestria corporal no jogar bola que ficou conhecido como um jeito próprio do futebol arte brasileiro. Outros postos de comando no seio do Futebol não eram propiciados aos negros e, com isso, fica nítida a incapacidade de prevalecer a democracia racial. Ademais, cargos de técnicos na seleção principal de Futebol também ficam distantes para serem assumidos pela negritude.

Vieira (2001) salienta a rara presença de goleiros (exceção de Dida 2006) e técnicos negros na seleção brasileira, corresponde em proporcionalidade à ínfimo progresso socioeconômico de negros e mulatos no país. Indubitavelmente, a proposta do futebol de ter democracia racial é um mito.

Este estilo brasileiro de encantar a torcida e levar multidões aos estádios ajudou a reforçar a possibilidade da democracia racial por meio do Futebol. Mas, da mesma forma que tal mito não se sustenta em outras esferas e dimensões sociais, também é uma inverdade no âmbito esportivo, pois, segundo Santos (2014, p. 314), “[...] o mito da democracia racial que ainda hoje prevalece no imaginário brasileiro, e cuja reverberação apresenta-se no futebol por meio de um “jeito próprio” de se jogar no Brasil, devido à mestiçagem deste país”. Para Balaguer (2016, p. 146), “O fato do mito ter sido desmentido não impede que ele continue produzindo seus efeitos na realidade a tal ponto de ser retomado pelos discursos oficiais [...]”.

Vale ressaltar que é necessário pensar nas relações de construção do mito da democracia racial se deu pela exclusão étnico-racial. Conforme Gregório e Melo (2015), a ideologia do mito da democracia racial tenta afastar o processo de exclusão dos negros por meio do senso comum de que a mistura racial resultou na confluência entre as raças.

Neste cenário, vale destacar que o futebol foi usado como uma “arma” para ludibriar os problemas sociais e foi empregado como mote no âmbito político. Além disso, os clubes e seus cartolas viram no futebol uma grande chance econômica de negócio. A primeira legislação brasileira que regulamentava a esporte no país foi o Decreto 3.199, de 14 de abril de 1941 (este decreto durou até 1975), em que o Estado gerenciava e organizava o esporte. Wojciechowski *et al.* (2017) afirmam que

“[...] esta lei criou o Conselho Nacional de Desporto e o chefe do Executivo mirava nos eventos esportivos (Futebol), incutir na população o sentimento nacionalista, de modo a erguer a autoestima do povo por meio de vitória nos jogos oficiais”.

Ademais, em 1945 é criado o Código Brasileiro de Futebol, em vigor até 1956, quando o Conselho Nacional de Desporto (CND) resolve juntar todos os códigos legais desportivos, criando o Código Brasileiro de Justiça e Disciplina Desportiva (WOJCIECHOWSKI *et al.*, 2017). Em 1975, por meio da Lei 6.251 de 1977, o CND passou a influenciar de forma autoritária no esporte, com o intuito de regulamentar as normas estatutárias dos clubes e associações esportivas.

Com tudo isso, vale enfatizar que a profissão de atleta de Futebol foi regulamentada por meio da Lei 53.820 de 1964. A referida lei foi sucedida pela de número 6.354 de 1976, em que se encontram muitos artigos revogados por leis posteriores. Ficou conhecida como a “Lei do passe⁵”, visto que os clubes poderiam negociar os contratos de trabalho de seus jogadores. O artigo primeiro define: “Considera-se empregador a associação desportiva que, mediante qualquer modalidade de remuneração, se utilize dos serviços de atletas profissionais de futebol, na forma definida nesta Lei.”

A referida lei beneficiava os clubes, em detrimentos dos atletas, que não tinham autonomia para escolher os clubes que queriam jogar. Foi um retrocesso e, segundo Wojciechowski *et al.* (2017, p. 133), “[...] a antiga “Lei do passe” (art. 11 da Lei nº 6.354/76) foi uma das “últimas formas de escravidão conhecidas.”

A duração do vínculo desportivo entre clube e atleta era determinada pelos artigos 26 e 17 da mesma lei. Tinha o seu passe livre “ao fim do contrato, o atleta que, ao atingir 32 (trinta e dois) anos de idade, tiver prestado 10 (dez) anos de serviço ao seu último empregador” (Lei 6.354/76, art. 26) ou em caso de extinção do clube que detinha o direito do passe (Lei 6.354/76, art. 17). Nota-se, portanto, que o vínculo era, na prática, permanente, ou seja, estendia-se por toda a vida profissional do atleta, tendo em vista que o mesmo só teria seu passe livre em idade de aposentar-se, ao menos da atividade de jogador profissional. (WOJCIECHOWSKI *et al.* 2017, p.139)

⁵O que se denomina Lei do Passe é a Lei 6.354 de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol. A Lei determina a forma, conteúdo e os pré-requisitos do contrato de trabalho do atleta e suas obrigações com o clube (art. 1º a 10), as normas para cessão temporária ou definitiva de um atleta por um clube a outro (art. 11 a 14), as penas que podem ser aplicadas ao atleta pelas entidades (artigo 15) e pela justiça desportiva (art. 19). Além disso trata dos direitos adquiridos pelos jogadores, como salário, férias, jornada e condições de trabalho (art. 16, 17, 18 e 20) e fixa penas (art. 30 e 32) para as entidades que desrespeitarem os direitos de seus atletas (BOUDENS, 2000, p. 3-4).

A atividade laboral de futebolista, portanto, não propiciava muitos anos atuando em alto nível. Quando o atleta chegava ao final da carreira, muitos clubes não renovam o contrato de trabalho devido à sua baixa produção esportiva. Quanto ao jogador de futebol, Boudens (2000, p. 6) aponta que o “Tempo útil de atividade de um atleta profissional quase nunca chega aos doze anos.” Por intermédio dessa lei, o maior beneficiado seria o clube e não o atleta, gerando prejuízos imensuráveis na carreira esportiva e na aposentadoria.

Em 1990, com as mudanças econômicas, sociais e tecnológicas, as relações sociais e trabalhistas ganham novos formatos e, nesse bojo, a globalização surge mais forte no cenário do futebol. A ideia acima corrobora com o estudo de Rodrigues (2007, p.75), quando defende “o resultado de mutações estruturais no movimento secular de internacionalização, por isso é uma nova forma de evolução capitalista”. Em 1993, Zico, na época Secretário de Esporte do governo Federal, elabora a Lei de número 8672/93, que avança em relação à Lei 6354(1976), e cria o “clube empresa” no Brasil. Esta lei ficou conhecida como “Lei Zico”. Para Rodrigues (2007, p. 130):

[...] o projeto de Lei Zico [...] visava inovar o futebol brasileiro e colocá-lo em consonância com as práticas dos grandes clubes europeus. Entre as inovações propostas estavam a transformação dos clubes em empresas e o fim do regime de passe. Após muitas discussões no Congresso Nacional, o projeto foi aprovado com algumas modificações, que incluíam a retirada dos do item que dizia respeito à extinção do passe e a modificação da cláusula que transformava todos os clubes de futebol profissional em empresas, obrigatoriamente, dando aos mesmos a facultatividade para tal.

Em 1996, Édson Arantes do Nascimento, o Pelé, então Ministro dos Esportes, cria a Lei 9.615/98 ou Lei Pelé, que afirma e dá o direito aos jogadores de serem os seus próprios “donos” (SANTOS, 1999). A Lei Pelé conseguiu a extinção do vínculo do passe e a relação de trabalho começou a ser entre o clube e o atleta. Rodrigues (2007, p. 139) menciona que “o regime de passe retirava do atleta profissional a propriedade da sua força de trabalho, tornando-o um trabalhador-mercadoria”. É evidente, portanto, que a Lei Nº 9.615 de 1998, conhecida como Lei Pelé, criou uma relação trabalhista justa, comparada com a Lei do Passe de 1976, em que a nova legislação cria uma relação firmada entre as partes.

Malgrado, o início do futebol ter na sua história os aspectos segregacionistas, hoje, é um espaço que acomoda, negros, mestiços, brancos e mulheres, sendo que as minorias sociais podem exercer e exigir os seus direitos, podem subverter, em

algumas ocasiões, o método tradicional e a hegemonia no futebol, embora as assimetrias persistam. Agregado a esses aspectos, o futebol feminino também carrega fatores como o preconceito de gênero. As lutas por direitos iguais podem emancipar aqueles que estão em uma posição de inferioridade, elevando os oprimidos a uma posição de destaque e como protagonistas do seu processo histórico social, esportivo e cultural, de modo a desbancar os diversos tipos de preconceito.

Nesse ponto, cumpre trazer em evidência que o caminho das futebolistas nem sempre foi fácil e ainda é marcado fortemente por uma hegemonia masculina e que ainda não foi superada. Franzini (2005, p. 316) frisa o quanto “É notório que o universo do futebol se caracteriza por ser, desde sua origem, um espaço eminentemente masculino; como esse espaço não é apenas esportivo, mas também sociocultural [...]” De modo ainda mais contundente, *Ibid.*, (2005, p. 316) “[...] ‘futebol é coisa pra macho’, [...] ‘coisa para homem.’”

No contexto histórico, foi visto que este esporte ficou marcado por uma hegemonia masculina, branca e elitizada, durante seus anos iniciais. Vemos ainda que, nas competições nacionais e internacionais, o tempo do futebol feminino se comparado ao futebol masculino é irrisório e, além disso, as condições econômicas e de visibilidade não são as mesmas.

Dessa forma, a participação da mulher nos meios sociais e esportivos, a cada dia, constrói uma base sólida para quebrar a hegemonia e colocá-la em igualdade em relação aos homens. A equidade de gênero, social, cultural e esportiva, pode ser construída gradativamente. Para Teixeira e Caminha (2013), as mulheres só tiveram êxito para poder praticar esportes coletivos e outras práticas corporais como um direito e foi por meio da vontade e determinação deste gênero que, desde o início, pelejou por este direito.

Para Bonfim (2019), a primeira convocação pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) de um time nacional feminino ocorreu apenas em 1988. Esse acontecimento marcante faz alusão ao ano de 1983, fato este que regulamentou definitivamente o Futebol feminino no Brasil.

2.1.1.1 Futebol no Brasil e questões atuais

A história do Futebol carrega na sua essência elementos de masculinidade e que a sua prática deveria ser vinculada aos homens e os praticantes deveriam ser firmes. Vale ressaltar que entre 1941 e 1979 as mulheres foram excluídas da prática futebolística. Franzini (2005, p. 316) profere que “A virilidade virtuosa do esporte é frequentemente ressaltada pela sentença ‘futebol é coisa para macho’ (ou, em uma versão pouco menos rude, ‘coisa para homem’), bem como em tiradas jocosas reveladoras de vivo preconceito.”

Atletas que desvirtuam dessa masculinidade carregam o estigma da discriminação, sendo rotulados com xingamentos tóxicos (bicha, viado, Bambi etc.). Vale ressaltar, segundo Eribon (2000, citado por ALMEIDA; SOARES, 2012), que esses insultos, sejam verbais ou morais, projetam o outro como inferior aos demais, enquadrando-se em violência homofóbica. Situações homofóbicas diminuem, rotulam os que não compartilham valores e padrões heterossexuais e, conseqüentemente, torna as vítimas de tal violência impróprios de prestígio na cultura futebolística.

Essa invenção social, indicando o futebol para o padrão de homem heterossexual deve ser jogada para escanteio. Para Almeida e Soares (2012, p. 305), “a homofobia deriva de uma construção social e um fenômeno que é constantemente atravessado por outras dimensões da vida humana tais como classe, raça/etnia, gênero, posição social, cultural etc”. O estádio de futebol é o local para reunir a sociedade para torcer por seu time, socializar e não deve ser configurado como espaço para cometer crimes homofóbicos. Borges e Meyer (2008, p. 61) entendem que “[...] comportamentos homofóbicos variam desde a violência física da agressão e do assassinato até a violência simbólica, em que alguém considera lícito afirmar que não gostaria de ter um colega homossexual [...].”

A partir do momento em que torcedores gritam cânticos, palavras em tom pejorativo, inferiorizam e desrespeitam o outro, cometem um crime que deve ser punido com o rigor da lei. A diversidade sexual deve fazer parte do arcabouço futebolístico

O Futebol não pode ser encarado como “coisa de macho”, um lugar privilegiado e exclusivo para determinado público tradicional. Esse “modos operandi” de desqualificação por força da heterossexualidade não condiz com a evolução social e o amplo debate que se advoga nas instituições sociais e esportivas.

Os representantes dessa causa e os atletas do futebol têm dificuldade de expressar a própria sexualidade. Para Eribon (2000, citado por ALMEIDA; SOARES, 2012, p. 57), “Assumir a homossexualidade é sempre uma escolha, uma decisão. E essa decisão compromete toda a existência de um indivíduo: sua relação com a família, com os amigos, com o meio profissional”. As diversas ofensas e atitudes discriminatórias veiculadas pela torcida por meio da LGBTFOBIA e a timidez pelas entidades esportivas em rechaçar e punir atitudes machistas, potencializa a cultura da heteronormatividade. Permitir o estádio livre como espaço de interações sociais é dever de todos.

Um outro problema atual e relevante atravessado pelo futebol é a violência ocorrida nas circunstâncias envolvendo o futebol. Esta prática também reproduz uma cultura com vários tipos de ações violentas, como a violência contra a mulher, homossexuais, física, jogadores, técnicos, repórteres entre outras. Chauí, Itokazu e Berlinck (2019) destacam que o termo violência, na sua etimologia, é identificado como um ato de brutalidade, abuso físico e/ou psíquico contra o outro, ocasionando arbitrariedade pelo medo e terror: “A violência é a presença da ferocidade nas relações com o outro enquanto outro ou por ser um outro.” (CHAUÍ; ITOKAZU; BERLINCK, 2019, p. 36). Essas atitudes, na sua grande maioria, são exercidas por homens machistas e que muitas vezes a chancela se dá com comportamentos violentos contra as minorias sociais.

O futebol não vive em uma redoma e não está desatrelado à sociedade. É atravessado por esses diversos tipos de violência. Esse esporte reflete o que acontece fora do estádio e, muitas vezes, adentra nesta seara desportiva. Para Murad (2012, p. 10), “A violência que se manifesta *no* futebol tem sua origem em questões mais profundas, de ordem social.” As consequências dessas violências são dramáticas e destroem os conceitos do que é o esporte, ou seja, manifestação que une as pessoas em um mesmo local para prestigiar o seu time. A impunidade é uma mola propulsora para a continuidade da violência esportiva. A lógica do Esporte está na convivência harmônica e o respeito entre os seus praticantes. O futebol é

tão grandioso que é capaz de unir pessoas afastadas por problemas sociais em busca de um bem comum que é a igualdade, a paz e a tolerância. Averiguemos um exemplo.

O esporte em geral, mas tendo em vista a popularidade do futebol, ele tem sido empregado com o objetivo de integrar, por exemplo, veja-se iniciativas de promover o jogo de futebol entre meninos judeus e palestinos em Israel ou, para citar outro exemplo do Oriente Médio, veja-se também o papel emancipatório que o futebol feminino desempenha no Irã, possibilitando que mulheres possam ficar sem véu, tematizado em filmes recentes como *Football under cover* e *Offside*. (FERREIRA, 2012, p. 168)

As instituições esportivas que fazem parte da estrutura futebolística devem organizar condutas adequadas para seus torcedores, assim como aqueles que apresentarem atos inadequados devem ser responsabilizados de modo a rechaçar o ódio e a intolerância dentro do futebol. Esse esporte não é só atravessado pelo problema do preconceito e do gênero, conforme escrito na sua história, mas de outras demandas sociais como a Xenofobia e essa calamidade social também eclodem nessa interação futebolística.

O Futebol carrega na sua essência a parcimônia de unir pessoas dentro e fora do campo. Entretanto, os casos de xenofobia são constantes. Pode-se de modo resumido dizer que a Xenofobia caracteriza todo e qualquer tipo de violência e ódio contra imigrantes. Xenofobia é entendido como:

O termo Xenofobia provém do conceito grego composto por *xenos* (“estrangeiros”) e *phóbos* (“medo”). A xenofobia faz, deste modo, referência ao ódio, receio, hostilidade e rejeição em relação aos estrangeiros. A palavra também é frequentemente utilizada em sentido lato como fobia em relação a grupos étnicos diferentes ou face a pessoas cuja caracterização social, cultural e política se desconhece. A xenofobia é uma ideologia que consiste na rejeição das identidades culturais que são diferentes da própria. Pode dizer-se que este tipo de discriminação se baseia em preconceitos históricos, religiosos, culturais e nacionais, que levam o xenófobo a justificar a segregação entre diferentes grupos étnicos com o fim de não perder a própria identidade. Por outro lado, muitas vezes acrescenta-se um preconceito econômico que vê nos imigrantes competidores pelos recursos disponíveis no seio de uma nação [...]. (GARZA, 2011, p. 1)

No esporte, percebe-se e ocasiona a separação de atletas com atletas ou com o torcedor. O objetivo final do futebol é unir pessoas ao invés de afastá-las. Um caso emblemático de xenofobia ocorreu em 2021, quando o ex-jogador Souza⁶, ao

⁶<https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2021/07/26/ex-jogador-souza-e-vitima-de-racismo-em-transmissao-de-sao-paulo-e-flamengo.htm>.

participar de uma transmissão, foi atacado com palavras de baixo calão. Deve-se ressaltar que a cor da pele e/ou condição financeira e/ou cidade onde nasceu nada influencia em ser ou não um bom jogador de futebol.

Figura 10 – Caso de Xenofobismo.



Fonte: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2021/07/26/ex-jogador-souza-e-vitima-de-racismo-em-transmissao-de-sao-paulo-e-flamengo.htm>.

A união e cooperação exigida no momento do jogo deve ser a mesma quando lidamos com o próximo. O ser humano precisa respeitar a individualidade alheia, seja ela no esporte ou nas interações sociais. O fato de morar em bairro ou país diferente não deve ser o motivo para diminuir o outro. É mister a sociedade se conscientizar que a xenofobia é crime e um ato contra os direitos humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura a igualdade entre todos os indivíduos. Todo ser humano tem o direito ao tratamento digno e imparcial; A Constituição Federal traz como objetivo fundamental do país a promoção do bem-estar de todas as pessoas, sem discriminação; O Código Penal assegura a punição

em casos em que a igualdade de tratamento não for aplicada; A Lei 7.716 de 1989 decreta que serão punidos os crimes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional e a Lei 9.459, de 1997, relata no seu primeiro artigo: “Serão punidos na forma desta lei os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.” Então, na sociedade brasileira temos um arcabouço gigante que trata desses crimes. Com isso, os cidadãos que cometem esta falta devem ser enquadrados nos termos da lei.

O futebol é um esporte alegre, envolvente, empolgante, deve ser apreciado da melhor maneira e tratado como arte e não violência. Atitudes xenofóbicas não podem superar a beleza do espetáculo futebolístico. As diversas formas de preconceitos, destaco aqui a Xenofobia no futebol, inibem o desenvolvimento do indivíduo, causam mais danos ao jogador e, em uma fase mais aguda, podem interromper a carreira esportiva, pois essa violência psicológica e discriminatória invisibiliza a pessoa por sua condição diferente em relação ao agressor. As instituições esportivas são parte da estrutura para mudar atos discriminatórios no elemento cultural futebolístico.

Um outro futebol é possível, mas para que tal suceda é necessária uma lógica que – ao invés do mercado – privilegie a ética desportiva, previna a dopagem e a violência, e privilegie o *fair-play* bem como uma ética social que impeça o racismo, **xenofobia** discriminação, corrupção e promova a integração. Considerando a relevância social do futebol, a gestão deste desporto por entidades privadas nacionais e internacionais não pode ser acrítica por parte dos poderes públicos, pois obriga a uma vigilância da sua utilidade pública desportiva e de todas as práticas institucionais que lhe são inerentes [...]. (NOLASCO, 2020, p. 5, grifo nosso)

É preciso respeitar o outro em sua singularidade bem como conscientizar o agressor a respeito da forma como está agindo, pois é crime e não deve ser encarado como algo natural. Ademais, incitar a conscientização da pessoa agredida que estiver sofrendo uma relação abusiva é fundamental para superar esse transtorno social. Tratar o próximo com respeito deve fazer parte da cultura social.

Infelizmente, a realidade brasileira mostra que estamos aquém de ser um país acolhedor e que aqui temos atos de preconceito racial, homofóbicos e xenofóbicos também no futebol. Mascara essas tragédias sociais é potencializar o Mito da igualdade social brasileira que merece cartão vermelho na linguagem futebolística. Tal como abordado em linhas anteriores, o gênero não é o único problema enfrentado neste elemento cultural que é o Futebol. Saliento que a minha

preocupação é a mulher neste esporte, mas deixar de apontar essa penalidade é contribuir para a exclusão e perpetuar dentro de campo aqueles que julgam como os precursores e exclusivos no futebol, ou seja, homens, brancos, de boa família e com estudo.

Portanto, percebe-se que esses preconceitos e processos violentos deixam marcas, ocasionando um “vácuo de representatividade” naqueles que sofrem ataques por não serem aceitos pela sua individualidade e não se encaixarem dentro dos padrões normativos impostos pela heteronormatividade.

3 MULHERES NO FUTEBOL “FEMININO” E O PATRIARCALISMO

3.1 Futebol “feminino” no brasil: algumas questões históricas

A primeira partida oficial feminina data de 23 de março de 1895 entre as equipes Norte e Sul no Crouch End Athletic Ground e foi disputada em Londres. Essa partida atraiu muito público, calcula-se mais de 10.000 (FIFA, 2022). Na época, a mídia ficou dividida sobre o jogo. O “The Guardian”: “Só posso dizer que a impressão deixada em minha mente pela peça da tarde foi que era uma visão extremamente bonita”; O jornal de Manchester: “Não há razão para que o jogo não seja anexado por mulheres para seu próprio uso como uma nova e saudável forma de recreação.” (*Ibidem*, 2022).

Entretanto, jornais da época foram contra, como veiculado pelo *Bristol Mercury* e do *Daily Post*, em sequência: “Elas não podem e nunca vão jogar Futebol como deve ser jogado”; “De nossa parte, estamos felizes que as mulheres não possam jogar futebol. Mesmo que fossem capazes disso, o jogo seria essencialmente inadequado para o sexo delas.” (FIFA, 2022).

Apesar de todas as adversidades, em 1920, na Inglaterra, existiam cerca de 150 equipes femininas. Um jogo no Boxing Day, neste mesmo ano de 1895, reuniu cerca de 53.000 pessoas no estádio Goodison Park do Everton. Milhares de pessoas ficaram de fora do evento, no entorno do estádio (DOBLE, 2017).

Nesse panorama, alguns anos depois, já que no contexto da primeira guerra mundial, o futebol feminino ganha grande notoriedade, pois os homens foram para a área de combate. Entretanto, a jornada das mulheres no mundo esportivo foi cercada por preconceitos e proibições. A ideia acima corrobora com o estudo de Doble (2017, p. 4).

Em 5 de dezembro de 1921, a Associação de Futebol proibiu as mulheres de jogar em campos afiliados à FA, o que significava que estrelas como Lily Parr não podiam mais jogar em campos com instalações para espectadores. A FA na época disse que “o jogo de futebol é bastante inadequado para mulheres e não deveria ser incentivado. Em 1971, a proibição foi finalmente levantada após a formação da Associação de Futebol Feminino (WFA) alguns anos antes.

Vale ressaltar que, em terras brasileiras, nas décadas de 30 e 40, as mulheres futebolistas passaram por diversos impedimentos, proibições e até autoritarismo eugênico, no sentido de mencionar que, para elas, o ideal não era a

prática do esporte, pois poderia prejudicar a saúde individual. Franzini (2005) afirma que a obrigação da mulher era com o fortalecimento da nação e a geração de filhos fortes e saudáveis de modo que a prática de futebol poderia ser um obstáculo para a saúde plena. Vislumbra-se, com este pensamento da época, que a principal função delegada as mulheres estavam ligadas aos afazeres domésticos e maternos.

Decerto, no Brasil, a prática do Futebol iniciou com os homens na década de 20, pois já participavam de alguns jogos. Bonfim (2019) destaca que as fontes de pesquisas acadêmicas e jornalísticas brasileiras mostram as equipes masculinas na popularização do Futebol nas primeiras décadas do século XX. De acordo com a autora, “esse Futebol masculino – em seus personagens e seus corpos (mestiços, com “ginga” e com “raça”) – foi a base para a construção de uma ideia de Brasil mundo afora.”

Com o passar do tempo, as mulheres não obtiveram o mesmo direito, sendo a sua função voltada a outros afazeres, especialmente na esfera doméstica, ou seja, na vida privada. O futebol era um espetáculo da esfera pública. Neste sentido, observa-se o preconceito de ordem social, cultural e corporal.

Oliveira Neto e Santos (2017) apresentam a dificuldade de propagar o futebol feminino em todas as esferas sociais, nas quais o preconceito persiste. Historicamente, os homens viam as mulheres como objetos pessoais, detentoras delas e com a função primordial de procriação, de modo que elas deveriam ser obedientes a eles e tinham a sua liberdade de expressão sob a opressão masculina.

Bonfim (2019) observou, dentre todos os aspectos introdutórios sobre as mulheres no Futebol, a iniciação feminina, por vezes contra ou junto (entre) os homens. Elas, já na década de 1910, jogaram com meninos e também por equipes compostas por mulheres.

Seguindo neste contexto, Morel e Sales (2005, p. 262) “[...] relatam que em 1921, por exemplo, há registros de um jogo realizado na cidade de São Paulo entre senhoritas “tremembenses” contra senhoritas “catarinenses.” Este evento foi veiculado pelo Jornal “A Gazeta” e categorizou-o como um ato curioso, pelas comemorações de São João, entretanto, num período curto começou a ser exibido em circos, instigando a curiosidade do público (OLIVEIRA NETO; SANTOS, 2017).

Tal como observou Bonfim (2019), entre 1939 e 1940, o subúrbio do Rio de Janeiro, como os bairros de Cascadura, Piedade, Engenho Novo, Realengo e Valqueire, as jogadoras apareciam de forma significativa nas notícias dos jornais

esportivos, com direito a divulgação de suas escalações, fotos e entrevistas jornalísticas.

Baseando-se, pois, nessa perspectiva, Bonfim (2019, p.19) afirma que, em 1930, já existiam comprovações da prática do futebol feminino, na qual:

A apropriação de fragmentos da mídia impressa em 1931 nos remete a uma época em que a cidade do Rio de Janeiro era “Distrito Federal”, São Paulo a “Paulicéia”, fotos chamavam-se “instantaneos”, times eram “teams”, escrete era “scratch”, os jogos aconteciam no “stadium”, jogo era “match”, e o esporte ou “sport” mais popular era o “football”, quer dizer futebol, em que um “atrahente festival íntimo” era uma preliminar de “teams” de moças ou futebol feminino, num dia em que o Brasil Football Club programou vários “matchs.”

De um lado, considerações quanto à importância da prática do Futebol feminino e, de outro, rumores diante do protagonismo das jogadoras na década de 30. Goellner (2021) profere que a presença das mulheres neste espaço, que no início se deu com os homens, e a audácia de decidir sobre o uso dos seus corpos no ambiente esportivo, provocou uma ameaça a gestação saudável, desorganizava as representações de gênero e, em última instância, as relações de poder.

Com o passar do tempo, elas conquistaram mais visibilidade, mas não eram todas as modalidades esportivas que eram indicadas. Um importante desdobramento foi em 1941, quando o Conselho Nacional de Desporto (CND) publicou um documento proibindo as mulheres de praticar atividades como lutas, boxe, salto com vara, entre outras (FRANZINI, 2005, p. 8).

Ao “proteger” a “natureza feminina”, a lei atendia ao apelo daqueles que condenavam a prática do futebol pelas mulheres, e ainda deixava a critério do CND a definição de quais esportes elas poderiam praticar. E havia uma série de esportes “recomendáveis”, como já mostrava o citado laudo da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde: tênis, voleibol, críquete, natação, ciclismo - estes dois últimos desde que “praticados moderadamente”, conforme ressaltava o documento 23. Todos eles esportes amadores, característicos da elite, que, quando muito, atingiam a classe média, passando ao largo das grandes massas e dos subúrbios onde as jovens corriam atrás da bola.

Cabe frisar que este mesmo documento autorizava as mulheres a praticar determinados esportes, porém, esses eram de cunho elitista, como o tênis, críquete e ciclismo, por exemplo, o que reforçou a proibição na seara futebolística.

O jogo que tem como marco histórico ser o primeiro do futebol feminino no Brasil ocorreu no dia 17 de maio de 1940, quando as atletas do Futebol de campo do Flamengo e São Paulo fizeram um jogo contra (amistoso, preliminar) no estádio do Pacaembu (FRANZINI, 2005).

Em 20 de março de 2022, o site do Globo Esporte (GE) / Esporte Espetacular lançou uma notícia com o repórter André Gallindo, sob o título: “Em meio à proibição do futebol feminino vedetes fizeram jogo em 1959”. A entrevista foi com o Jornalista e Escritor Joaquim Ferreira dos Santos, a documentarista e escritora Neyde Veneziano e das vedetes: “Sandrinha, com o nome artístico Sandra Sandré, Rivalmira Borges Ribeiro com nome artístico Riva Ketter e Conchita Canto Chmura.

As vedetes eram artistas mulheres que atuavam, cantavam e dançavam em palcos nas grandes capitais brasileiras, em especial nas primeiras décadas do século XX. Eram conhecidas por serem curvilíneas e sempre estampavam capas de jornais e revistas, conforme o jornalista André Gallindo afirma na referida reportagem, ao explicar que “elas eram as influenciadoras da época”, [...], “E a sua maneira, quebravam padrões.” (GLOBO ESPORTE, 2022).

As adversidades enfrentadas pelas mulheres perpassaram diversos setores, como o cultural, político esportivo e educacional e foi em prol disso que buscaram enfrentar esse dissabor e buscar a igualdade de direitos. O fato de sair de casa, de ter um estilo de vida passivo e não ficar “presa” nos afazeres maternos e domésticos, foi motivo para que fossem alvos de desaprovação social. Uma fala bem relevante de Maria Túlia Adieme Penacchi: “As mulheres que saíam, viajavam, saíam de casa e viviam por si eram muito sempre criticadas”. Já nas palavras de Riva Ketter, também proferidas na reportagem, “o homem tinha mentalidade que a Mulher tinha que ficar na cozinha e cuidar dos filhos [...]” (GLOBO ESPORTE, 2022). Havia um papel social associado ao feminino. “Acreditava-se que o lugar da mulher era dentro de casa, tomando conta da residência e dos filhos.” (MIRAGAYA, 2002, p. 1).

No âmbito esportivo, os discursos sociais tinham o objetivo de atrelar as mulheres às demandas ditas “femininas”, de modo a relegar as mulheres ao espaço privado e o homem ao espaço público. A fala a seguir ilustra essa quebra de paradigmas: “Muitos homens têm a vontade de jogar no Pacaembu e no Maracanã, mas não conseguem, não é isso? E eu joguei, tá vendo como é que são as coisas?, disse Riva Ketter na referida entrevista (GLOBO ESPORTE, 2022). Mas como as

vedetes conseguem então quebrar essa regra social e, de certa forma, enfraquecer as “crenças tradicionais” [...] que defendiam que o cansaço físico e a competição eram contrários à natureza da mulher.” (MIRAGAYA, 2002, p. 1).

Primeiro devemos lembrar que as vedetes tinham um lugar de destaque no cenário social e, por vezes, performavam com atletas do futebol, como foi o caso de Conchita Canto Chmura. “Eu gravei até uma marcha com o Pelé no carnaval [...]” e “fui convidada para fazer uma capa de revista com o Pelé e nessa capa estava escrito ‘Rei e Rainha do Futebol, Pelé e Conchita.’” (GLOBO ESPORTE, 2022).

Outro ponto que ajuda a explicar o fato de elas participarem de uma partida nos anos 40, mesmo com a proibição da prática pelas mulheres, tendo em vista que elas só foram autorizadas a jogar em 1979, era o fato de as vedetes serem sex symbols, não representando a mulher comum e a típica esposa e dona de casa.

Portanto, a imagem das vedetes não estabelecia diálogo com a idealização da mulher que era uma rainha de seu lar. Além disso, as vedetes eram performes que dançavam e demonstravam certo vigor físico, o que também não se encaixava no argumento clássico de que as mulheres não poderiam jogar por terem uma estrutura física frágil. Por fim, o objetivo do jogo era angariar fundos para a Casa dos Artistas, a fim de ajudar os mais necessitados.

“O retiro dos artistas estava passando por uma situação horrível, e aí alguém do retiro comentou com o nosso diretor” que estava pensando em realizar um jogo com as vedetes, disse Sandra Sandré a reportagem (GLOBO ESPORTE, 2022). Na ocasião, foram realizadas duas partidas, uma no Rio de Janeiro e de São Paulo. A dimensão da caridade foi algo sempre atrelado à identidade feminina bem quista (CAMPOS, 2021), pois estabelece diálogo direto com argumentos religiosos, sendo bem visível essa relação entre mulher e caridade em jornais durante todo o século XX.

Lembra-se ainda que, apesar da aparente aceitação das vedetes na partida, o referido jogo foi interrompido pelo Conselho Nacional de Desportos, sob alegação de que “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”, conforme Decreto de lei 3.199, de 14 de abril de 1941.

Começava ali, uma enorme disputa fora do campo, [...]; “Justiça decide proibir”; “JK dirá se Vedetas podem ir a revanche no Maracanã”; o negócio foi bater no presidente da República Juscelino Kubitschek, depois de muito custo, os jogos do Pacaembu e aqui do Maracanã foram autorizados, mas mesmo assim com algumas condições”, conta André Gallindo. (GLOBO ESPORTE, 2022)

O que estava em jogo, na verdade, era a representação feminina desejada. “De uma certa forma, elas lutaram pelo direito das mulheres de fazer qualquer esporte, mesmo que seja proibido”, como disse Neyde Veneziano à reportagem (GLOBO ESPORTE, 2022). A proibição era por ser mulher e a elas eram atribuídas somente funções subalternas, sempre à mercê dos homens, rotuladas como “frágeis” e subordinada ao homem.

Nesse mesmo sentido, Joaquim Ferreira dos Santos que ratifica a informação, ao dizer que “os homens sempre consideravam a mulher sob esse ponto de vista como um ser menor, como um ser pelo menos mais fraco, né!?” (GLOBO ESPORTE, 2022). No referido jogo, entre as vedetes de São Paulo *versus* Rio de Janeiro, um fato curioso se coaduna com a informação acima, pois elas precisaram jogar com uma bola de vôlei, mais leve que a bola de futebol, além de jogarem apenas 20 minutos no primeiro e segundo tempo, de forma a não se cansarem muito.

Outro fato vistoso, foi o quantitativo de público presente na referida partida datada da década de 40, pois a elas, nessa época, a função majoritária eram com as funções domésticas e maternas. Nessa época, desmistificaram este arcabouço criado de mulher como inapta para o futebol e que em uma partida de futebol “feminino” não se angariariam recursos financeiros com a venda de ingressos. A documentarista e escritora Neyde Veneziano destaca – “Um jogo entre Corinthians e São Paulo ele dava novecentos mil cruzeiros de renda e elas faturaram um milhão e novecentos mil cruzeiros, então foi muito dinheiro na época.” (GLOBO ESPORTE, 2022).

Em 1965, o CND de forma mais objetiva e incisiva insere o futebol no corpo do texto e aprova a deliberação número 7 que proibia as mulheres de praticarem lutas, futebol, futebol de salão, futebol de praia, entre outros. Esta deliberação vigorou até o ano de 1979, sendo revogada pelo CND por meio da Deliberação nº 10/1979.

Como observou Goellner (2021) durante o final da década de 1970 e o início dos anos 1980, travou-se um debate sobre a insurgência da possibilidade da abertura política, ou seja, a ditadura militar estava com os dias contados, os movimentos pró-democracia estavam a todo vapor e os movimentos sociais, pleiteavam o direito das mulheres aos usos de seus corpos e de sua sexualidade. Nessa perspectiva de lutas, o Futebol também se tornou pauta de reivindicações a prática institucionalizada do Futebol Feminina é iniciada.

A Constituição Federal (CF) de 1988 apresenta o esporte como um direito social e este é garantido a todos os cidadãos, independente do seu gênero. Entretanto, essa condição foi estabelecida na sua plenitude desde sempre aos homens e, às mulheres, a prática foi restrita. Diante de muitas reivindicações da sociedade em geral, na década de oitenta, o futebol pôde ser praticado por mulheres como um espaço de igualdade e de garantias e de tratamento igualitário.

Essa proibição e discriminação de gênero tinha a prerrogativa do senso comum, com algumas justificativas, entre elas: a prática esportiva poderia ser prejudicial para o corpo feminino e para o desenvolvimento dos órgãos reprodutivos de modo a atrapalhar o desenvolvimento de uma gestação segura e saudável. Ademais, as mulheres que praticassem tinham uma forte associação entre a homossexualidade. Todas essas afirmações não tinham base científica, ou seja, eram apenas “achismos sociais”. Os estudos de Jodelet (2001) sobre a Psicologia Social, por meio das Representações Sociais, tem a finalidade de perceber os conhecimentos elaborados e compartilhados pelo senso comum e debatê-los em oposição ao conhecimento científico.

Nessa ocasião de estudo da Psicologia Social, ancorada na Teoria das Representações Sociais de Moscovici (1978), em seus estudos, a aquisição dos conhecimentos são possíveis entre os sujeitos, nas interações sociais. No caso do futebol “feminino”, esse referencial é aplicável, tendo em vista que desde o início do século passado as mulheres carregaram o estigma que a prática esportiva era prejudicial para a saúde. Sem dados científicos, foram “chutadas” para escanteio das participações sociais e foram restritas às demandas da casa. Defendia-se que a mulher já nascia com a tendência de ser a mais indicada para os afazeres domésticos, pois fazia parte da sua essência. Argumentos religiosos, também fizeram parte dessa segregação, porque a justificativa da mulher ser cuidadora do lar, obediente ao marido era uma ordem divina (MIRAGAYA, 2002).

Se no âmbito doméstico e materno essa era a indicação, para a área profissional, saliento aqui a escolar, o afeto também foi levado em conta e permeava as identidades femininas profissionais. Ao chamar o docente de “tia”, cria-se a impressão de uma proximidade, da esfera familiar, envolvendo afeto e carinho, típico das relações entre mães e filhos. A área pedagógica deve ser pautada no profissionalismo e, ao mencionar a figura do professor, este deve ser chamado pela função profissional que exerce. Mais uma vez, sem nenhuma base científica, a mulher foi direcionada subalternizada.

Cerca de 40% da força de trabalho feminina que se insere no mercado de trabalho em um polo no qual se incluem as posições menos favoráveis e precárias, quanto ao vínculo de trabalho, à remuneração, à proteção social ou às condições de trabalho propriamente ditas, são ocupações nas quais a presença das mulheres tem se dado tradicionalmente, como o trabalho doméstico, as atividades sem remuneração e as atividades de produção para consumo próprio e do grupo familiar. Inclui-se também, entre as **continuidades**, o elevado contingente de **mulheres** em alguns tradicionais nichos femininos, como a Enfermagem e o **Magistério**, para citar apenas alguns exemplos. (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000, p. 68, grifo nosso)

Por sua vez, a ideia acima encontra eco nos estudos de Oliveira (2017, p. 77), que demonstram que a escolha por uma carreira não passa tanto pela ordem do racional, mas sim, pelas possibilidades de atuação profissional inerentes ao nosso imaginário coletivo e estereótipos vigentes no que tange ao mercado de trabalho.

[...] a segregação das mulheres em poucas profissões ou ocupações não ocorre como consequência de escolhas racionais e voluntárias das trabalhadoras, mas sim como efeito da influência de estereótipos e da discriminação dos empregadores, que projetam nos indivíduos algumas características. Uma vez situados em um segmento específico do mercado de trabalho, os trabalhadores passam a adquirir as características de seus postos, o que por sua vez tende a reforçar os padrões de segregação ocupacional. Dito de outra forma, as mulheres irão se concentrar nas atividades consideradas de sua natureza biológica, o que dificulta a dissociação entre posto de trabalho e sexo. Da mesma forma, as mulheres negras são vistas como adequadas para o trabalho doméstico, como extensão da sua condição histórica de escravas.

Dessarte, a situação das mulheres futebolistas foi ancorada nas teorias médico-esportivas. Os médicos da época recomendavam a prática de alguns esportes, porém deveriam ser feitos com delicadeza para não atrapalhar o desenvolvimento gestacional. Moura (2003, p. 31) menciona que “No mês de dezembro de 1940, o médico Humberto Ballariny condenou a prática do futebol

feminino: Achamos ser o futebol, pela sua natural violência, um exacerbador do espírito combativo e da agressividade, qualidades incompatíveis com o temperamento e caráter feminino.”

Nas práticas esportivas em 1941, no Governo de Getúlio Vargas, o futebol feminino e outros esportes foi proibido, com o aval de teorias médicos-esportistas que divulgavam sobre a indevida prática de esportes pelas mulheres, inclusive outras modalidades. Portanto, dizia-se que não era adequado: “[...] a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, rugby, halterofilismo, baseball.” (DELIBERAÇÃO – CND – Nº 7/65. Nº 1). Essa proibição perdurou até 1979, sem base científica e com o mito da mulher ser fraca para determinadas atividades. Os estudos de Martin corroboram com a afirmação acima.

Dentre os argumentos, destacamos a criação do mito do sexo frágil o qual é, ainda hoje, determinante para reprodução de condutas sexistas que discriminam a participação feminina em certos âmbitos sociais. A origem deste mito remete aos últimos três séculos, quando o uso político do corpo humano serviu de base para a construção de um dispositivo econômico da sexualidade fundado na ideia da mulher frágil, mãe de família e senhora da casa, e homem forte trabalhador e dono dos espaços públicos. (MARTIN, 2006, p. 12)

Na Revista Brasileira de Educação Física de 1943 consta a resolução do Congresso Sul Americano de Medicina Esportista, o qual dizia:

O II Congresso Sul Americano de Medicina Desportista declara que a prática dos exercícios físicos beneficia grandemente as mulheres, porém, é necessário escolher cuidadosamente as atividades esportivas femininas, de acordo com o biotipo, aptidão e condições orgânicas de robustez e saúde, bem como ausência de lesões, especialmente nos órgãos de reprodução.⁷

Nessa dinâmica de restrições esportivas, estava camuflada a visão eugenista. Citando Silva (2009, p. 2), “Foi inventada no contexto do século XVIII e XIX, a Eugenia é uma Ciência que atenta aos mecanismos de reprodução e hereditariedade, buscava selecionar os melhores indivíduos para promover a procriação de seres melhores adaptados”. Para Fontenelle (1940, p. 769), “o termo *eugenia* faz referência à boa procriação e, no início do século XX, em específico, os higienistas brasileiros identificavam o termo como higiene da raça.”

⁷No I Congresso Pan-americano de Educação Física, realizado no Rio de Janeiro em 1943, aparecia no item 21 a conclusão de que “os regimes de exercícios para o sexo feminino devem ser diferentes dos do sexo masculino e condicionar-se às características morfofisiológicas da mulher e à sua preparação para a maternidade”. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943).

Vale ressaltar que o conceito de eugenia emergiu com os estudos de Francis Galton na Europa em 1865. Na referida época, ele defendeu a hereditariedade das qualidades mentais e físicas e, em 1883, criou o termo eugenia (*Ibidem*, 1940). No Brasil, a Eugenia foi defendida principalmente nos anos 20 e 30, em São Paulo e Rio de Janeiro, por Renato Kehl (GARCIA, 2011, p. 248).

Esse termo foi idealizado como ciência que visava ao aprimoramento da espécie humana, ou seja, a partir de cruzamentos seletivos poderia se aprimorar e melhorar a raça humana de forma a atingir a “pureza racial”. Nessa perspectiva de “pureza racial”, idealizava-se uma sociedade ideal com pessoas mais desenvolvidas de modo que elas pudessem ser melhores nas suas diversas capacidades, como físicas, biológicas e intelectuais. Vale destacar que essa teoria era alicerçada em uma teoria racionalista e numa crença cientificista.

O foco era a formação de uma pátria com indivíduos fortes e sadios. A prática de exercícios e esportes não recomendados atrapalhava o ideal de formação de nação. Franzini (2000, p. 54) salienta que [...] “a Subdivisão de Medicina Especializada recomendou que se fizesse uma campanha mostrando os males que o Futebol praticado pelas mulheres podia causar”. Tal como mencionado acima, essa proibição, com base na eugenia, foi de 1941 até 1979.

A indiferença não reinou mundialmente, pois, em outros países, a situação feminina no futebol foi mais suave. Mourão (1998) especifica que nos Estados Unidos e Europa ocorreram articulações femininas com o foco de rechaçar a ideia de fraqueza feminina, pois os exercícios físicos poderiam prejudicar a gestação de filhos sadios. Em terras brasileiras, o futebol ainda é visto como algo masculino, entretanto, em outros países, é considerado esporte também feminino.

Bonfim (2019) profere que a primeira convocação pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) de um time nacional feminino ocorreu apenas em 1988. Esse acontecimento marcante faz alusão ao ano de 1983, período que regulamentou definitivamente o Futebol feminino no Brasil, já na época da reabertura política.

Seguindo as considerações de Goellner (2021), é preciso destacar a atuação da advogada Rose do Rio, atuante em muitas frentes na luta dos direitos das mulheres vivenciarem o futebol. Tendo em vista o exemplo da União das Associações Europeias de Futebol (UEFA), que já havia estabelecido a permissão

da prática do futebol pelas mulheres, no dia 25 de março de 1983, o CND reconheceu e permitiu a existência de futebolistas mulheres.

Goellner (2005) destaca que o futebol era visto como um esporte bruto e comprometeria a formação estrutural de um corpo feminino e que a prática esportiva do público feminino sempre foi presente ao longo dos séculos, mas, num passado mais recente (primeiras décadas do século XX) é que este público conseguiu se apoderar de um ambiente majoritariamente ocupado pelo sexo masculino.

A prática de exercícios físicos naquela época gerava um certo preconceito, especialmente certos tipos de lutas, pois a crença era a de que as mulheres ficariam com os corpos masculinizados, o que distorceria a imagem feminina de mulher e faria com que as mulheres adentrassem um espaço primordialmente ocupado pelos homens. “Poderiam desestabilizar a estruturação de um espaço de sociabilidade criado e mantido sob domínio masculino, cuja justificativa para sua consolidação, assentada na biologia do corpo e do sexo, deveria atestar a superioridade deles em relação a elas.” (GOELLNER, 2005, p. 144). Portanto, fica claro que o mito do sexo frágil nutriu com força descomunal o movimento oposto para aceitar a prática futebolista pelas mulheres (FRANZINI, 2005).

Analiticamente, as mulheres futebolistas colhem preconceitos desde sempre e estão em desvantagem em relação aos homens. Elas começaram a praticar o Futebol de forma institucionalizada quase 80 anos depois dos homens no nosso país e as atletas da seleção brasileira de Futebol, vieram a ganhar os mesmos prêmios (remuneração financeira) das competições internacionais, no ano de 2020, devido a uma mobilização intensa das jogadoras da seleção principal de futebol feminino.⁸

Agregado a esses aspectos do futebol, Knijnik (2006) enfatiza que as atletas de futebol não estão contra o público masculino, mas querem a igualdade como mulheres e a oportunidade de participarem com direito à mídia, a salários iguais aos homens, à profissionalização, a áreas de treinos iguais, e o principal, de não serem alvos de preconceitos e rejeição que afetem a sua prática. Qualquer tipo de discriminação, seja de gênero ou racial, torna-se prejudicial à convivência harmoniosa, seja ela no futebol ou no cotidiano social. Esses diversos sistemas de opressão, os quais operam na nossa sociedade é conhecido como o fenômeno da Interseccionalidade.

⁸ <https://www.diariopopular.com.br/esportes/homens-e-mulheres-receberao-o-mesmo-na-selecao-diz-cbf-154199>.

A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas. Trata-se de experiências racializadas, de modo a requerer sairmos das caixinhas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e vão servir às diretrizes heterogêneas do Ocidente [...]. (AKOTIRENE, 2019, p. 29)

Na seara futebolística, a interseccionalidade se manifesta por meio do cruzamento de opressões com seus praticantes. Akotirene (2019) considera a interseccionalidade como um ‘sistema de opressão interligado’, pensamento em linha com a reflexão epistemológica de Patricia Hill Collins, uma feminista negra norte – americana. Essas opressões perpassam a humanidade e atravessam o futebol, pois, os problemas sociais não são estáticos, mas sim são dinâmicos e respingam em vários setores da sociedade e o foco aqui é o futebol. O fato de ser mulher, esportista, negra, não pertencer a camada econômica favorecida e moradora de periferia, faz com que as mulheres que pretendem adentrar no mundo futebolístico sejam atravessadas por essas diversas opressões de raça, gênero e classe (AKOTIRENE, 2019).

É sabido que o futebol é um espaço que favorece a heteronormatividade e a interseccionalidade deve ser visto como um instrumento político para entender que o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado são partes de uma mesma estrutura.

A interseccionalidade nos mostra mulheres negras posicionadas em avenidas longe da cisgeneridade branca heteropatriarcal. São mulheres de cor, lésbicas, terceiro-mundistas, interceptadas pelos trânsitos das diferenciações, sempre dispostos a excluir identidades e subjetividades complexificadas, desde a colonização até a colonialidade, conforme pensam Maria Lugones e Avtar Brah. (AKOTIRENE, 2019, p. 20)

Não adianta lutar contra uma opressão, deve-se unir esforços e lutar contra todas as formas de segregação, seja ela de gênero, patriarcal, sexista, econômica e etc. Citando Akotirene (2019, p. 23), “A interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica.” Isso fortalece o entendimento de que a interseccionalidade não é uma soma ou uma hierarquia de opressões, mas sim sua intersecção.

O Futebol, esporte que é o foco desse estudo, deveria ser o local onde se pratica o respeito ao próximo, onde se pratica a interseccionalidade, a começar pela característica do esporte, sendo ele composto por 11 atletas, em que a prática da cooperação, a interação com o outro é fundamental para o sucesso no esporte. O

esporte agrupa características individuais para ambos os sexos e no momento que os atores esportivos quebram as regras do respeito ao próximo, as diferenças são cerceadas.

No início de qualquer partida de futebol, os atletas se cumprimentam e se respeitam. Essa manifestação deveria ser vista pela torcida e manifestada por elas com atos de respeito ao próximo. A interseccionalidade transmite a ideia que cada indivíduo é atravessado por diferenças variadas e que em hipótese alguma as diferenças individuais podem sobrepor a do outro.

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou com dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

É percebido que os sistemas opressivos perpassam diversos setores sociais e de poder como raça, gênero, classe, etnia, esportivo, entre outros. Na esteira do pensamento de Crenshaw, ela denomina de transversalidade. “Constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É por meio delas que as dinâmicas de desempoderamento se movem.” (CRENSHAW, 2002, p. 177). O esporte agrupa diferentes gêneros, em diversas modalidades, e com diversas regras, justamente para igualar as condições de participação. O princípio do esporte é o jogo limpo, o “fair play” e, com isso, espera-se que seus praticantes atuem em consonância ética com a modalidade.

Percebe-se que o preconceito e a discriminação vêm de longa data, o que faz com que por parte das futebolistas exista um esforço para que sejam respeitadas dentro de campo. Na realidade, segundo Balzano (2020), os atletas homens negros de Futebol na Europa sofrem preconceito e nos outros países isso também é constatado, como é o caso do Brasil. Casos de violência, homofobia, machismo e xenofobia circundam atletas e torcedores nos mais diversos locais do globo terrestre.

Desta maneira, é notório que os homens também enfrentam forte carga de preconceito, com os sucessivos casos de ataques preconceituosos por parte da torcida. Entretanto, conforme a ideia de interseccionalidade, as mulheres teriam ainda mais uma camada de subordinação em relação aos homens, pelo fato de serem mulheres. Mulheres negras e de classes menos abastadas, em comparação com atletas homens brancos e de classe média, teriam ainda o adicional de mais duas camadas de subordinação. Assim, apesar de reconhecermos o preconceito legítimo que os atletas sofrem, nota-se que as mulheres o sofrem de maneira ainda mais intensa.

O futebol não pode ser um esporte reservado para o gênero masculino. Este esporte deve ser pensado de forma democrática e igualitária, visando à harmonia e socialização. Logo, “o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as possibilidades relativas” dos sujeitos e constituem instituições e políticas que as abalam (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Quando as mulheres tiveram a oportunidade de exigir a igualdade no acesso à prática do futebol, esta modalidade já estava arraigada pela sociedade machista e já era vista como algo profissional e aceito (CHAVES, 2007). Jogar futebol foi algo mais creditado aos homens e esses deveriam exercer uma postura “agressiva” contra os seus adversários. Infelizmente, em alguns jogos percebemos atitudes violentas.

A FIFA recomenda em todas as partidas a prática do jogo limpo, porém, seguir este ato requer entender o adversário como um integrante para o jogo acontecer e não como um ser que precisa ser aniquilado a qualquer custo. Formas de violência diversas também ocorrem na torcida, quando a briga com torcedores adversários invade os gramados, ofende ou joga objetos nos jogadores e árbitros.

Por sua vez, quando as mulheres jogam Futebol, o que se nota primeiro são os cabelos arrumados e as pernas torneadas, pois o padrão de beleza feminina chega à frente se comparado com a prática do Futebol em si. Ou seja, os aspectos de ordem motora, a habilidade corporal em manusear a bola, a eficiência em driblar, são vistas em segundo plano (BALZANO, 2020). Os meios de comunicação passam a imagem das pernas torneadas ou roupas atrativas, fazendo alusão de que, para ser atleta, se deve ter boa aparência estética e física, criando um estereótipo de beleza que confunde a estética do jogo com a estética do corpo.

A prática de futebol por mulheres requer que elas tenham também o arquétipo diferente do século passado, tendo em vista que, naquela época, o corpo da mulher era visto com o espaço privado, ou seja, um arquétipo passivo. Esse pensamento atualmente é falacioso e essa representação corporal ao longo dos anos foi modificada. O futebol não masculiniza as mulheres, pois a prática necessita de mais potência. Ser mais forte, ter mais poder de decisão, sendo também uma característica da mulher e, conseqüentemente, buscar validar o empoderamento feminino é relevante na prática da modalidade. Ao fazer isso, a representatividade delas no esporte é ampliada e outras mulheres podem fazer do futebol o seu projeto de vida.

Romper com a ideia de que o corpo atlético é característico dos homens, achando que o futebol pode masculinizar as mulheres, é necessário para termos a igualdade e estimular o acesso, a permanência e não sermos coniventes com a exclusão feminina baseada no corpo. Uma mulher sendo forte, potente, com musculatura torneada, continua sendo mulher e com outra diversidade de feminilidade diferente dos padrões estabelecidos no século passado. O futebol não masculiniza as mulheres, apenas produz outros corpos.

É característico dos esportes de alto rendimento ter uma musculatura diferente do público geral, pois faz parte da característica do jogo e atender essas demandas inerentes às circunstâncias da partida produz um corpo. Ter explosão para correr com a bola, ser forte para um chute potente, ter resistência para aguentar os dois tempos de quarenta e cinco minutos resulta em um corpo que adquire características inerentes da modalidade, tal como quem pratica ginástica adquire flexibilidade exacerbada.

Indubitavelmente, estimular o esporte composto por mulheres, a mídia transmitindo os seus jogos, clubes com equipes e comissão técnica composta por mulheres propicia a alavancagem do esporte e, conseqüentemente, influencia nos outros setores da sociedade. Um exemplo é a recente narração dos jogos feita por uma mulher, Renata Silveira, que tem narrado jogos de times masculinos e femininos.

Em 2021, ela quebrou uma hegemonia na TV Globo por ser a primeira voz feminina a narrar um jogo na emissora, isto é, a semifinal da Supercopa feminina

entre Flamengo e Grêmio⁹. Em Abril de 2022, ela quebrou uma hegemonia de 56 anos ao narrar uma partida masculina entre Ceilândia X Botafogo, pela terceira fase da Copa do Brasil¹⁰.

Tais considerações me fazem citar Balzano (2020, p. 108) que em uma “[...] pesquisa realizada pelo jornal Extra revelou que apenas 1% do orçamento dos clubes vai para as equipes femininas”. O pouco orçamento acarreta mais condições injustas, como pouca remuneração, infraestrutura mais precária que propriamente a representatividade. A verba ínfima, se comparada com a modalidade masculina, faz com que as mulheres percam força política no esporte e, conseqüentemente, não faz com que as mulheres consigam ocupar posições de destaque e chefia neste esporte. Por isso, incitar debates entre os setores da sociedade e a comunidade acadêmica impulsiona o futebol, esporte tido como uma paixão nacional que assume o papel de mediador social.

3.2 Sobre a questão do patriarcado

No processo de colonização brasileiro, os engenhos eram ocupados majoritariamente por homens, sendo o senhor de engenho a representação máxima do poder local. No processo de apropriação e escravização de pessoas negras, os afazeres domésticos, maternos e sexuais, mesmo sem consentimento, eram direcionados às mulheres negras e mestiças. Nesse tema, é salutar o posicionamento de Saffioti (2013) quando relata que as mulheres escravizadas desempenhavam duas funções essenciais: no sistema produtivo e nos serviços sexuais, sendo forçadas a prestar e proporcionar o prazer sexual aos seus donos. Para Motta (2018, p. 154), “[...] a apologia à miscigenação como caráter nacional tem origem no abuso, no estupro das mulheres negras!”.

Já as mulheres brancas tinham como função protagonizar o papel de cônjuge e mãe. “[...] Às mulheres brancas cabiam as funções de esposa e mãe dos filhos legítimos” (HELEIETH SAFFIOTI, 2013, p. 238). É importante reforçar que as

⁹<https://www.uol.com.br/esporte/futebol/colunas/marcel-rizzo/2022/04/15/globo-define-equipe-para-estreia-de-renata-silveira-futebolmasculino.htm#:~:text=Contratada%20pela%20Globo%20em%20dezembro,Moto%20Club%2C%20exibida%20pelo%20SporTV.>

¹⁰<https://ge.globo.com/futebol/noticia/2022/04/20/renata-silveira-estreia-no-futebol-masculino-da-globo-em-ceilandia-x-botafogo-sonho-realizado.ghtml>

mulheres negras eram submetidas a cuidar dos filhos das esposas dos fazendeiros e, muitas vezes, eram afastadas de seus descendentes. As mulheres negras que desempenhavam esta função ficaram conhecidas como “Ama-de-leite.”

Há toda uma construção, uma imagem social de inferioridade das mulheres diante dos homens. No modo de viver patriarcal, as mulheres estão na condição de subalternas, oprimidas e o homem é considerado o centro da sociedade. Por sua vez, convém pontuar:

A teoria feminista argumentou haver discursos masculinos produzidos pela ordem patriarcal, responsáveis por modelar subjetividades femininas condicionadas a tornar a mulher uma categoria de Outro: obedientes filhas, boas esposas, mães compulsórias e cúmplices das violências praticadas contra elas [...]. (AKOTIRENE, 2019, p. 20)

O sistema do patriarcado faz uso de tais estereótipos para dominar a mulher e fazer com que ela seja submissa aos seus mandos e desmandos. A ideia de patriarcado corrobora com os estudos de Morgante (2014, p. 284) [...] “que permite aos homens o domínio sobre as mulheres e a submissão desta no corpo social”. Corroborando com o conceito, Pateman (1993, p. 43) “A gênese da família (patriarcal) é frequentemente entendida como sinônimo da origem da vida social propriamente dita, e tanto a origem do patriarcado quanto a da sociedade são tratadas como sendo do mesmo processo”. Nesta vertente, o patriarcado é manifestado como algo natural, ou seja, à mulher cabe o dever de maternar, cuidar da casa e obediência ao homem.

O patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de **‘dominação masculina’** ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões ‘subordinação’ ou ‘sujeição’ das mulheres, ou ainda ‘condição feminina.’ (DELPHY, 2009 p. 173, grifo nosso)

Essa ideia de submissão feminina, reforçada pela supremacia do homem, torna-se um dos motivos pelos quais a mulher é violentada fisicamente, moralmente, psicologicamente, sexualmente e sofre o efeito de dominação masculina como se fosse um objeto. Nas palavras de Saffioti (2001, p. 117), “[...] no fenômeno do abuso sexual, por exemplo, pode haver exploração econômica, quando o abuso visa à prostituição de outrem, como pode haver exclusivamente a obtenção de benefícios

próprios, como o prazer, sem vantagens financeiras”. Nesse sentido, o patriarcado como um sistema de valor, advoga sobre o corpo feminino.

Para Weber (1964, p. 184), “Chama-se patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas.” A sociedade patriarcal busca a invisibilização social da mulher. Motta (2018, p. 153) menciona que “A leitura sobre a família patriarcal no Brasil aponta o papel do chefe de família, do pai para a manutenção das relações de poder durante a colonização.”

O sistema de opressão patriarcal não ficou restrito ao Brasil, agiu com todo rigor perante as mulheres, deixando um fosso de oportunidades, emancipação, formação e exclusão social comparado aos homens. As mulheres viveram menosprezada e silenciadas por um longo período e, consoante Perrot (2005), existem duas justificativas. A priori, a sua baixa visibilidade em áreas públicas, objetivo-fim da lógica inerente à sociedade patriarcal; como consequência, o lar é determinado como o lugar por excelência das mulheres, já que a função social de todas era o cuidado materno e com a casa. Diante disso, Aguiar (2011, p. 322) explana a ideia de patriarcado como:

É uma posição de privilégio e poder social, econômico e político do homem, ao passo em que a mulher está sujeita à submissão e invisibilização, possuindo menos oportunidades e benefícios perante a sociedade, prevalecendo as relações de poder e domínio dos homens em detrimento daqueles que não estão no padrão normativo de raça, gênero e orientação sexual [...]. O conceito de patriarcado tem sido usado na literatura feminina internacional para significar as relações de poder entre homens e mulheres. As mulheres são subordinadas aos homens no sistema patriarcal.

Pode-se comparar essa informação com o estudo de Saffioti (1992, p. 194) sobre o patriarcado como uma [...] “Organização social de gênero autônoma, convivendo de maneira subordinada, com a estrutura de classes sociais”. Nesta dimensão, o gênero opressor é o homem e este explora e domina as mulheres “colhendo” inúmeras vantagens, como sociais e econômicas como se fosse algo divino ou natural.

Percebe-se uma visão patriarcal com o público feminino no Brasil, pensando em termos gerais. Nesse intuito, baseio-me aqui nas considerações de Scott (1995, p. 77), afirmando que “As teóricas do patriarcado têm dirigido sua atenção à

subordinação das mulheres e encontrado a explicação dessa subordinação na “necessidade” masculina de dominar as mulheres.”

Situações que rompiam com esse enfoque eram inapropriadas às damas porque quebravam as regras de convívio social harmonioso. Goellner (2005, p. 144) profere que “Poderiam desestabilizar a estruturação de um espaço de sociabilidade criado e mantido sob domínio masculino, cuja justificativa para sua consolidação, assentada na biologia do corpo e do sexo, deveria atestar a superioridade deles em relação a elas”. Para Araújo e Ventura (2021, p. 3), “A noção que coloca figuras femininas e masculinas em constante tensão faz parte de uma construção misógina da realidade, já que o ódio e a repulsa são usados em sua função política na manutenção das estruturas da sociedade patriarcal.”

Para a manutenção do sistema patriarcal, o papel das mulheres é essencial – elas têm uma gama de funções a cumprir. Como homens sexistas não desejam viver sem usufruir das tarefas domésticas, sociais, emocionais, sexuais e reprodutivas associadas às mulheres, a completa eliminação do sexo oposto não seria produtora para eles. A misoginia age, portanto, separando as mulheres úteis ao patriarcado daquelas que começam a criar problemas, punindo, preferencialmente, as últimas. (ANJOS, 2020, p. 408)

O casamento era a instituição que ajudava a garantir essa situação de dominação, incitando as mulheres a seguir as premissas de uma boa dona de casa e esposa, reforçando a subordinação feminina. A lógica patriarcal está calcada nas relações de superioridade e inferioridade e, neste caso, o ser inferior, ou seja, dominado é o gênero feminino.

A Dominação masculina e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de Violência Simbólica, suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e de conhecimento [...]. (BOURDIEU, 2012, p. 7)

É essa estrutura de pensamento que vai nortear a visão sobre a masculinidade e a feminilidade. Seguindo as propostas teóricas de Bourdieu (2012), a Violência Simbólica não é apenas manifestada quando o homem ofende o psicológico, o emocional e oprime a mulher. O poder é usado para impor, cercear, subjugar e dominar as mulheres e é um poder sutil, que está presente em todas as instituições sociais.

Ao tomar ‘simbólico’ em um de seus sentidos mais correntes, supõe-se, por vezes, que enfatizar a violência, supõe-se, por vezes, que

ênfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou, o que é ainda pior, tentar desculpar os homens dessa forma de violência. (BOURDIEU, 2012, p. 46)

Esse binarismo, em que o homem é considerado ser superior e a mulher ser inferior é inventado culturalmente, ou seja, é uma construção social, tornando-se algo que a sociedade cria e reforça diante das características biológicas. A exemplo disso, percebe-se nas propagandas midiáticas sobre produtos de limpeza que têm a figura da mulher como protagonista; já no âmbito político, o público dominante é o masculino. Transferindo esse exemplo para o mundo esportivo, quando se imagina o futebol, vem logo à mente o futebol masculino, devido ao imaginário social que construiu a ideia de que o lugar de mulher é em casa, lidando com os afazeres maternos e domésticos, sendo o setor futebolístico incompatível com a “essência” feminina.

Cada um dos dois gêneros é produto do trabalho de construção diacrítica, ao mesmo tempo teórica e prática, que é necessário à sua produção como *corpo socialmente diferenciado* do gênero oposto (sob todos os pontos de vista culturalmente pertinentes), isto é, como *habitus* viril e, portanto, não feminino, ou feminino e, portanto, não masculino. (BOURDIEU, 2012, p. 34)

Essas condições estruturais que acontecem em diversas instituições na sociedade, estão enraizadas de tal forma que acabam determinando o parâmetro para o masculino e o feminino. A dominação masculina é algo naturalizado, inconsciente e tem relação próxima com a dominação e disciplinarização das pessoas. Essa dominação se manifesta numa forma suave, quase oculta e acaba-se naturalizando.

Nos Estados Unidos, o movimento de desapropriação, reivindicação e de identidade feminina, ficou dividido em dois grandes momentos. O início do século XX, elas conclamaram o direito ao voto, o acesso à Educação Superior e a representatividade em diversos setores trabalhistas, propiciando à independência do homem de modo a demonstrar a sua competência em diversos setores da vida social (SILVA, 2008).

O Feminismo Radical é uma corrente feminista que se assenta sobre a afirmação de que a raiz da desigualdade social em todas as sociedades até agora existentes tem sido o patriarcado, a dominação do homem sobre a mulher. A Teoria do Patriarcado considera que os homens são os primeiros responsáveis pela opressão feminina e que o patriarcado necessita da diferenciação sexual para se manter como

um sistema de poder, fundamentado pela explicação de que homens e mulheres seriam em essência diferentes. (SILVA, 2008, p. 27)

Na perspectiva da pesquisa acadêmica da Corrente Radical, temos Simone de Beauvoir, com sua obra publicada em 1949, intitulada o “Segundo Sexo”, na qual destaca que a diferença imposta está alicerçada e forçada na opressão masculina a partir da estrutura social, rechaçando a ideia de explicação biológica (SILVA, 2008). A afirmação acima corrobora com os estudos de Saffioti (1999, p. 160): [...] “O feminino não é dado pela biologia, ou mais simplesmente pela anatomia, e sim construído pela sociedade.” Com o passar dos anos, surgiu a “Segunda Onda” do Feminismo nas décadas de 60 e 70, caracterizado como Feminismo Radical, com um novo foco de reivindicações, como a reflexão acadêmica, buscando o porquê das desigualdades sociais e a presença marcante do patriarcalismo no cotidiano social e familiar das mulheres (SILVA, 2008).

Nos estudos de Lerner (2019) há alguns apontamentos sobre como, quando e por que a mulher teve de ser submissa ao homem. Um dos apontamentos era de que a dominação masculina era algo divino, universal, natural e elas foram enviadas para as tarefas maternas, do lar por ordem de Deus. A estética corporal indica as tarefas para homens e às mulheres como algo normal. A exemplo disso, teria o espaço privado para a mulher e para o homem o espaço público.

Considera-se a função materna uma necessidade da espécie, uma vez que as sociedades não teriam conseguido chegar à modernidade sem que a maioria das mulheres dedicasse quase toda a vida adulta a ter e a criar filhos. Assim, vê-se a divisão sexual do trabalho como base em diferenças biológicas como justa e funcional. (LERNER 2019, p. 39)

Essa justificativa do corpo biológico, da força física do homem superior ao da mulher é que estabelece a sustentação da submissão da mulher ao homem. A dominação masculina perpassa o simbólico e legitima aquilo que acontece na sociedade. A ideia de sexo oposto é reforçada pelo patriarcado. Para Lerner (2019), a força física foi a prerrogativa para a caça dos alimentos por homens, resultando em um maior prestígio quando comparado às mulheres.

A explicação biológica vai da Idade da Pedra até o presente momento e reverbera em diversos ambientes, como a divisão sexual do trabalho, elencando o homem como “ser superior” e natural (LERNER, 2019). No início, homens e mulheres caminhavam juntos, lado a lado, igualmente valorizados como coletores e caçadores.

Deve-se observar ainda que, em todas as sociedades de caçadores-coletores, não importando o *status* social e econômico das mulheres, estas sempre eram subordinadas aos homens em alguns aspectos. Não existe uma só sociedade conhecida na qual “mulheres como grupo” tivessem poder de decisão sobre os homens ou definissem as regras de conduta sexual, ou mesmo controlassem as transações de casamento. (LERNER, 2019, p. 58)

Mais tarde, estabeleceu-se e chegou a ideia de propriedade, possuir terra e controlar uma força de trabalho. Com isso, os homens se tornaram protetores do que consideraram deles e às mulheres restou os afazeres do lar e maternos. Para Bourdieu (2012), a ordem social funciona como um arcabouço simbólico que tende a estabelecer a dominação masculina: a divisão social do trabalho, em que cada um tem as suas tarefas bem definidas.

“A divisão sexual e de gênero se expressa dentro de cada campo do conhecimento em subdivisões que mantêm a dicotomia e segregam as mulheres em atividades mal remuneradas e desprestigiadas no mercado de trabalho.” (PINTO *et al.*, 2017, p. 54).

Ao homem, as assembleias ou mercados, e a casa era o espaço reservado às mulheres; o salão para os homens e o estábulo, a cozinha, a preparação dos alimentos e longos períodos de gestação para o público feminino. O patriarcado estabelece-se por meio da supremacia masculina, autoridade imposta nas relações sociais, tendo o homem como o centro e detentor de autoridade frente a outras pessoas. O patriarcado busca a invisibilização social da mulher, resultando na submissão física, emocional e psicológica. Bourdieu (2012, p. 18) destaca que o “mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes.”

Para Lerner (2019, p. 41) [...] “A caça de grandes animais é uma atividade auxiliar, enquanto o fornecimento dos principais alimentos vem de atividades de coleta e caça de pequenos animais, que mulheres e crianças executam.” Há contestações de Antropólogas femininas sobre essa teoria do homem – caçador, tendo em vista que nos seus estudos em determinadas sociedades não tinha essa hierarquização, ou seja, dominação masculina e submissão feminina.

Com a fixação das pessoas em centros urbanos, ampliou-se o domínio masculino sobre as mulheres e os homens se tornaram os principais responsáveis pela alimentação, embora as mulheres também o ajudassem nessas atividades. A maternidade consumia muito tempo das mães e, com isso, os homens assumiram

funções de comando. Em razão disso, a vida das mulheres passou a ser definida pela gravidez e pelo cuidado com as crianças.

Boulding (1983 citado por LERNER, 2019, p. 42) evidencia que “O mito do homem – caçador e sua perpetuação são criações socioculturais que servem à manutenção da supremacia e da hegemonia masculinas.” Para Lerner (2019, p. 47), “Com o desenvolvimento do Estado, a família monogâmica virou a família patriarcal, na qual o trabalho doméstico da mulher tornou-se um serviço privado; a esposa virou a principal criada, excluída de toda a participação na produção social.” A ideia acima corrobora com o estudo de Pateman (1993), pois foi por meio de acordos entre artesãos e as autoridades das cidades, com a frequente privatização da terra, que se estabeleceu uma nova divisão sexual do trabalho, ou seja, um novo ‘contrato social’.

As mulheres eram definidas como mães, esposas, filhas, viúvas e isso camuflava o seu potencial de mulher trabalhadora e propiciava aos homens a autonomia para ter acesso a seus corpos, a seu trabalho e era extensivo aos filhos. Wiesner (1993) citado por Federici (2012, p. 182) menciona que se tinha “A suposição de que as mulheres não deviam trabalhar fora de casa e de que tinham apenas de participar na “produção” para ajudar seus maridos” [...]. “Os trabalhos feitos por mulheres em sua casa era “não trabalho” e não possuía valor, mesmo quando voltado para o mercado.”

Conforme Federici (2012), qualquer trabalho feminino feito em casa era considerado “tarefa doméstica”. Quando realizado fora desse ambiente doméstico, a remuneração era menor se comparada aos homens, impossibilitando as mulheres de sobreviver por meio do seu trabalho. Os homens se apropriaram dos campos, do latifúndio e, posteriormente, se apropriam dos corpos femininos.

Para Silva (2008), é na Europa, especificamente na França, que surge a primeira fase do feminismo, chamada de Primeira Onda, com a Revolução Francesa. Na ocasião, as mulheres insatisfeitas com a sua situação tentavam conquistar as mesmas liberdades dadas aos homens. É nesse período que o feminismo ganha força e passa a ser visto como ação política organizada cujo objetivo era reivindicar os direitos de cidadãos diante das barreiras impostas. Esse movimento passa a ser um discurso de luta, transmitido pelas mulheres.

Neste contexto, exigiam-se os direitos políticos das mulheres, pois era algo restrito aos homens. Além da subordinação das mulheres aos homens, o direito à

educação também seguiu na pauta de exigências. Esse movimento também buscou questionar a modernidade e que essa diferença imposta às mulheres não se justificaria como algo natural, imposto por aspectos biológicos.

Ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX, a defesa dos direitos das mulheres passou a assumir formas organizadas de expressão em vários países e se diversificou [...] em cada contexto. Nas reivindicações do Feminismo desse período, ações como a extensão dos direitos políticos às mulheres, desenhadas pelo Movimento Sufragista, o acesso à educação pública, a preocupação com questões sociais ligadas à família- proteção à maternidade – e ao trabalho – direito das mulheres trabalhadoras, distribuídas, respectivamente, na perspectiva igualitária baseada no humano universal e na perspectiva dualista baseada na função social da maternidade, caracterizam a Primeira Onda do Feminismo como Feminismo Liberal. (SILVA, 2008, p. 25)

Durante a segunda metade do século XIX, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, a Modernidade possibilitou o desenvolvimento do capitalismo, que trouxe consequências para a esfera feminina: o crescimento gigantesco das cidades. Com isso, as indústrias passaram a contratá-las para trabalhar dentro do setor fabril, até por representarem uma mão de obra mais barata em relação aos homens. Cabe ressaltar que, neste século, a mulher tinha um papel bem definido, a maternidade e os trabalhos domésticos e aos homens o trabalho fora de casa (FILHO; FERREIRA; ZENHA, 2009).

No Brasil, no início do século XIX, muitas mulheres viviam ocupadas com as demandas da casa e dos filhos. Permanecia a ideia de que a formação da mulher fosse voltada apenas para a área da família e da economia doméstica, sendo remotas as possibilidades de ter uma formação profissional ou científica. A hierarquização de lugares como público e privado às mulheres e homens mantém as desigualdades, da mesma forma que mantém a exploração da mulher com os afazeres maternos e domésticos. Uma das primeiras reivindicações do Feminismo era com o ato de aprender a ler e a escrever, antes restrito ao sexo masculino.

Nessa conjuntura de igualdade de direitos, Nísia Floresta foi a primeira precursora feminista brasileira a ultrapassar o espaço privado e a redigir textos e publicar em jornais de expressiva circulação. Era uma defensora do acesso à educação pelas mulheres e isso iria libertá-las da subordinação aos homens (SILVA, 2008). Nas sociedades patriarcais, as mulheres tinham poucas condições de protesto, embora algumas, como Nísia Floresta, pudessem ter grande influência.

Durante séculos, perdurou-se a imagem da mulher como equivalente à condição de escrava do homem. Nesse contexto, ser livre significava basicamente ser homem.

No patriarcalismo, o poder é destinado ao homem em distintas esferas, como política, social, econômica, acadêmica e cultural. Na esteira do pensamento desenvolvido por Saffioti (2013), a ausência do público feminino em setores que debatiam as questões que permeassem a sociedade, a política, a economia e os rumos da nação, impactavam diretamente nas condições em que elas viviam, mesmo que fossem mulheres da elite. Nísia Floresta identifica a herança cultural europeia como a origem do preconceito no Brasil e não apoiava a ideia dominante da supremacia masculina. Para ela, os homens se aproveitam da opressão feminina, e, por meio do acesso à educação, elas podem se conscientizar da forma como são exploradas, diminuídas e inferiorizadas (FLORESTA, 1989).

No Brasil, no fim do século XIX e início do século XX, ocorreu a “primeira onda” do feminismo, cuja base de sustentação ideológica era o direito à educação, ao trabalho remunerado, os direitos judiciais e políticos, do voto e de ser candidata. Além disso, o direito de ter a posse e a herança (PEDRO, 2005). A inviabilização do acesso aos direitos sociais estava alicerçada puramente no fato de pertencer ao gênero feminino. O patriarcado foi tecido em nossas civilizações, nossas leis, economias, filosofias, ciências e nas religiões, está em diversos lugares e atua de forma sorrateira.

Lerner (2019) enfatiza que eternizar os cuidados maternos e domésticos figura como um atributo específico do gênero feminino. É, de fato, inferiorizar a metade da raça humana. A dominação masculina ainda é presente na nossa sociedade, com alguns defendendo uma pretensa superioridade dos homens em relação às mulheres, apesar de diversos setores acadêmicos e sociais combaterem essa dominação. Ainda resiste a mentalidade que prega uma naturalização do mito da superioridade do homem em relação à mulher, que é qualificada como um ser inferior.

[...] O mito do ‘eterno feminino’ (ou masculino) ou, o que é mais grave, de eternizar a estrutura de dominação masculina descrevendo-a como invariável e eterna”; [...] Elas são *produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução* entre os quais homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado. (BOURDIEU 2012, p. 46)

Ativistas e intelectuais, assim, tentam combater a ideia de um suposto “eterno feminino” e de “eterno masculino”, como sinaliza Bourdieu (2012), já que não são fatos naturais ou divinos, e sim, uma construção histórica e social, fruto de uma intencionalidade de subjugar as mulheres a um domínio masculino.

Após os movimentos iniciais do feminismo no Brasil, na passagem do século XIX para o XX, surge uma “segunda onda” do feminismo, após a Segunda Guerra Mundial e de disputas ideológicas. Nesta época, o país estava passando pela ditadura militar e foi marcado por forte repressão e mortes (PINTO, 2003). Citando Saffioti (2015), reforça a ideia acima, e diz que as feministas passaram a apontar para a questão do patriarcado, com o intuito de demonstrar a supremacia dos homens sobre as mulheres e as relações entre esses.

No Brasil, o Feminismo Radical também demarca a sua atuação num contexto de reflexão e lutas, de forma distinta e definitiva, pois, a conjuntura histórica era sugestiva para que as feministas se posicionassem contra a ditadura militar e a censura; pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida. (SILVA 2008, p. 32)

A principal reivindicação, na época, era contra o patriarcado, que tinha o corpo da mulher como propriedade do homem e era entendido como objeto dele e a ele sendo subordinado (PEDRO, 2005). Portanto, a liberdade sexual e do corpo era a bandeira mais forte do período. Tal como destaca Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi, “ao romper os padrões sociais que imputavam à mulher o casamento e a maternidade como alternativa primeira a trajetória de vida, as jovens dos anos 70, passaram a colocar entre suas prioridades o estudo e a carreira profissional.” (NERY; SANTOS; SANTOS, 2020, p. 9).

No Brasil, a reivindicação das mulheres ficou dividida em três momentos. O primeiro deles iniciou com a luta pelos direitos políticos e eleitorais. Em 1932, o novo Código Eleitoral estabelece o direito ao voto às mulheres brasileiras, conforme já mencionado quando citamos o protagonismo de Nisia Floresta. Um outro nome de destaque nas reivindicações femininas é Bertha Lutz, que atuou com grande liderança em 1920 e veio a falecer em 1970. O segundo momento, é chamado de feminismo difuso, integrado por mulheres com expressivo conhecimento cultural e que ocupavam setores sociais públicos, como professoras, escritoras e jornalistas (PINTO, 2003).

Diante disso, seguindo a perspectiva da autora, essas mulheres têm como mote: “Um campo mais vasto de questões, defendem a educação da mulher e falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público.” (PINTO, 2003, p. 15).

O terceiro momento é alinhado com os ideários anarquistas, como também ao Partido Comunista. Esse movimento é composto por mulheres trabalhadoras e intelectuais que defendem de forma radical a liberação das mulheres do aparato da exploração do trabalho. Há uma grande participação das mulheres negras que foram esquecidas nos dois momentos de mobilização feminista anterior, muito centrado nas preocupações das mulheres das elites brasileiras. Lélia Gonzalez, importante intelectual e militante política do feminismo negro, foi um nome de grande destaque nesse período.

Diante de todas as reivindicações, as mulheres batalharam e batalham para conseguir ocupar o espaço público, o mercado de trabalho, o campo acadêmico, a política e a área esportiva. Fica claro que, mesmo as mulheres tendo alcançado novas posições na sociedade, aqueles velhos estereótipos impostos pelo patriarcado ainda circundam a vida da mulher e a coletividade. Em pesquisa recente feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) mostram que ainda na atual conjuntura, há desigualdades salariais entre os gêneros.

No rol de comparação salarial, a pesquisa do IBGE retrata a desigualdade que vem de longa data, quando as mulheres, em 2019, receberam em média R\$ 1.1985,00 e os homens cerca de R\$ 2.555,00. Verificou-se que somente 37,4% das mulheres ocupam cargos de comando, de gerência no Brasil e, quando ocupam, recebem 38,1% a menos comparados aos homens para ocupar o mesmo cargo e função, de acordo com a 2ª Edição dos Indicadores sociais das mulheres no Brasil, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em análise no campo futebolístico, a disparidade salarial também afeta as mulheres. Um estudo feito pelo sindicato internacional dos jogadores de futebol (FIFPro) com atletas de diversos países, publicado em 2018 pela Agência Brasil¹¹, afirma que 49% (quarenta e nove por cento) das atletas de futebol não recebem salários e que 87% (oitenta e sete por cento) terminarão a carreira antes dos 25 anos. Outrossim, o relatório expõe que 1% das jogadoras cobram remuneração

¹¹<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-07/estudo-aponta-que-49-das-jogadoras-de-futebol-nao-recebe-salarios>.

iguais ou maiores que 6.489 euros (R\$ 29.323,14); 9% recebem entre este valor e 1.620 euros (R\$ 7.320,62); desse valor até 485 euros (R\$ 1.920,53), são 30% do público estudado. Os outros 60 % restantes recebem de zero a 485 euros, conforme aponta o estudo do FIFPro.

O referido relatório aponta que 66% das atletas de futebol que defendem as seleções dos países da pesquisa são contrárias ao valor dos prêmios recebidos nos eventos esportivos e, além disso, 42% afirmam que o valor recebido é insuficiente para cobrir as despesas. Destaca-se que o relatório da FIFPro está indisponível na língua portuguesa e, por esse motivo, a pesquisa foi realizada a partir da Agência Brasil, 2018.¹²No Brasil, a constituição Federal de 1988 rechaça a discriminação em função de gênero ou raça, como também ratifica nos artigos 3º, IV e art. 5º:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

No que confere à CF de 1988, estabelecida originalmente, no art. 7, não coaduna com a diferença salarial em função da cor e sexo, e é expressado da seguinte forma: “proibição de diferença salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil” (BRASIL, 1988, Art. 7. § 3º).

Outrossim, o art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) veda a quaisquer tipos de discriminação, seja ela por sexo, etnia, nacionalidade ou idade, e por meio da Lei 13.467/2017, §6º oferta a seguinte punição, “comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no valor de 50% (cinquenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social”.

De modo ainda mais contundente, quando não são ofertados os mesmos salários para os diferentes gêneros, recorre-se ao princípio da igualdade salarial

¹²<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-07/estudo-aponta-que-49-das-jogadoras-de-futebol-nao-recebe-salarios>

proclamado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, artigo 23º, II. “Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.”

A inserção da mulher no mercado de trabalho é marcada, no que diz respeito à jornada de trabalho, níveis salariais e condições de trabalho, por precarização: dupla ou tripla jornada de trabalho, salários menores que os dos homens em mesmas ocupações e condições insalubres diversas. Assim, veem-se duas situações distintas: muitos trabalhos evidenciam a continuidade do emprego feminino, o trabalho doméstico e outros mostram mudanças, mulheres ocupando espaços majoritariamente masculinos. (PINTO *et al.*, 2017, p. 54)

Por conseguinte, a partir de todas as considerações feitas, inclusive no que tange ao patriarcado que é entendido como a dominação do homem na família e nos outros setores do corpo social como se fosse algo natural, automaticamente a função da mulher está sendo direcionada para a subordinação, do cuidado com as demandas domésticas, e a sua inferiorização nas diversas áreas da estrutura social.

A referida subordinação defende que a mulher seria menos capaz, menos forte, menos hábil que o homem e, por isso, deveria ser subordinada à dominação masculina. Essa falácia da inferioridade feminina seria um dos objetivos da lógica do patriarcado. Neste cenário, julgou-se a mulher como um ser inferior e que não poderia ocupar posições de destaque, de liderança, possibilitando condições para o homem angariar posições superiores, de destaque na sociedade e relegando a mulher ao lar, sem remuneração e, portanto, condições objetivas para se libertar da opressão masculina.

É evidente, tal como mencionado nesta seção, que diversas restrições foram impostas ao público feminino, como o impedimento de votar e ser votada, de trabalhar fora de casa, de exercer diversas profissões, de receber o mesmo que o homem e mesmo de praticar determinados esportes. Os trabalhos caseiros, na maioria das vezes, eram indicados para elas e, com isso, surge a dupla e tripla jornada, termo cunhado por áreas de estudo como a Sociologia para indicar, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, que elas não abandonam as tarefas domésticas, resultando em uma sobrecarga de trabalho.

A disparidade e desigualdade na divisão das tarefas e na responsabilidade sobre os afazeres ditos maternos e do lar, acaba levando ao esgotamento absoluto, físico, emocional psicológico dentre outros. Por isso, tudo acontece na esfera privada e alguns valores do patriarcado resistirem, essa exploração e subordinação

é silenciada e torna-se o principal responsável pelo fenômeno da violência doméstica e ainda resultam em restrições para as mulheres ainda hoje.

3.3 Patriarcado e futebol “feminino”

No Brasil, na perspectiva histórica, a inserção do público feminino neste esporte foi cercada por preconceitos e barreiras. Os obstáculos fizeram o Futebol ser um espaço privilegiado para os homens e, em determinada época (década de 30 e 40), a função da mulher era: o cuidado dos afazeres domésticos, dos filhos e se preservar para gerar filhos fortes e saudáveis (GOELLNER, 2005).

Na Alemanha, quando as mulheres começaram a atrair visibilidade por meio do futebol jogado por elas, foram julgadas de forma hostil pela sociedade patriarcal com argumentos de que os esportes, dentre eles o futebol, poderia prejudicar a composição do seu corpo belo e frágil (CORNELSEN, 2021). Para refletir sobre a discriminação e segregação imposta a mulher, Weber cunhou essa forma de opressão ou de dominância social de patriarcalismo.

Araújo e Ventura (2021) salientam que sempre foram comuns as afirmações de que as mulheres futebolistas seriam masculinizadas, que esse esporte era jogado por lésbicas ou que propiciava muita violência para os corpos das donzelas praticantes dessa modalidade, e algumas medidas precisaram ser definidas.

Para Araújo e Ventura (2021, p. 6), “[...] mulheres que jogavam futebol eram presas e impedidas pela polícia”. Nessa conjuntura de proibição pelo Decreto-Lei de 14 de abril de 1941 e pela deliberação de 1965 do (CND), foi construída a tendência de relacionar o Futebol Feminino (FF) com a masculinização. Somente em 1986 o CND reconheceu a necessidade de estímulos à participação das mulheres nas diversas modalidades esportivas no país (VENTURA; HIROTA, 2007, p. 158).

Com o impedimento das mulheres de praticar o esporte, pode-se observar atitude de misoginia com as futebolistas. Bosch, Ferrer e Gili (1999) apontam que, ao longo do tempo, pressupostos foram elencados para a defesa de que as mulheres são inferiores aos homens e, por isso, era preciso manter uma atitude misógina. Nesse contexto, a prática de esportes, teatro, escolarização, trabalho, participação política e outros fatores que compõem a essência da formação social e cultural acabou sendo algo renegado a elas, restando simplesmente os afazeres maternos e domésticos.

A referida segregação repercutiu na seara desportiva, fazendo com que as jogadoras não tivessem as mesmas oportunidades de ascensão e visibilidade futebolísticas dos homens. Isso reverberou no ambiente laboral da sociedade capitalista pois, justifica-se os salários serem inferiores para as mulheres devido aos afazeres do lar serem relegados a elas. Contudo, percebe-se uma dupla opressão, sendo o capitalismo e o patriarcado agindo juntos. Hartmann (1981) citado por Aguiar (2011, p. 323) menciona que:

[...] As relações de dominação patriarcais no sistema capitalista têm resultado em um casamento infeliz entre feminismo e marxismo, pois as relações econômicas sempre constituem o fator principal de explicação. O objetivo da autora, contudo, é o de explicar as diferenças salariais entre homens e mulheres, observando que os salários masculinos são maiores do que os femininos porque incorporam a subsistência familiar, isto é, a manutenção dos filhos, inclusive a das esposas. Já os salários femininos são subtraídos esses recursos. Capitalistas-patriarcas adotam essa norma estabelecendo um sistema diferencial de remuneração do trabalho para homens e mulheres. Este sistema de dominação garante o exercício das atividades pelas mulheres.

Bosch, Ferrer e Gili (1999) mencionam que esse arcabouço criado em volta das mulheres, as inferiorizando, poderia ser lido como algo divino, natural. Além das justificativas de ordem religiosas, as de ordem biológicas e científicas também eram impostas para inferiorizar as mulheres. Essas que não se encaixavam nos padrões estabelecidos, dentro dessa “ordem” social, causavam a “desordem”, ou seja, atrapalhavam o bom andamento dos costumes tradicionais e patriarcais. Nesse caso, aniquilar as mulheres, impedindo-as na participação social, cultural e esportiva era necessário. Portanto, a misoginia age com todo o seu rigor, sendo as mulheres vítimas de uma estrutura patriarcal, machista e sexista.

Para Araújo e Ventura (2021, p. 5), “[...] O machismo/sexismo atua diferenciando homens e mulheres, sustentando um sistema discriminatório com base no sexo e no gênero. A ideia acima corrobora com os estudos de Drumont (1980) o termo “machismo” refere-se a um sistema de representações simbólicas que deturpa as relações entre homens e mulheres que envolvem exploração, dominação e submissão. Já a misoginia, além de diferenciar, ainda busca punir as mulheres consideradas más ou fora dos padrões definidos para a feminilidade.” A origem da palavra misoginia sugere “odiar a mulher.” O prefixo do grego “miseó” odiar e sufixo “gyné” mulher. Segundo Manne (2018, apud ARAÚJO e VENTURA, 2021, p. 19), “A misoginia funciona para impor e policiar a subordinação das

mulheres e manter o domínio masculino.” Neste cenário, no meio social as mulheres recebem tratamento diferenciado, sendo rebaixadas, desqualificadas, mantendo assim uma dominação social masculina.

A misoginia é essa aversão ao gênero feminino e, nessa desigualdade de gênero e soberania masculina, figura como um padrão, como ser superior. Desenvolve-se, assim, a discrepância de gênero tão presente na nossa sociedade. Bosch, Ferrer e Gili (1999) elaboram que, ao longo da história, argumentos foram usados para defender a crença de que as mulheres seriam inferiores aos homens e que, portanto, seria apropriado manter uma atitude misógina. Trata-se de uma situação extrema de misoginia que incita os casos de feminicídio. Exemplo clássico no futebol foi o assassinato de Eliza Samudio por seu namorado, o goleiro Bruno do Flamengo no ano de 2010.

No tocante à mobilização misógina dos setores sociais destaco aqui, sem ser exaustivo: o âmbito esportivo, delimitando a prática esportiva a alguns esportes de cunho elitista; a política, impedindo as mulheres na participação do voto; a laboral, por não ofertar oportunidades iguais de trabalho e renda; a educacional, limitando ou impedindo-as de estudar; a habitacional, relegando a moradia ao marido e deixando a mulher e os filhos à mercê dos mandos e desmandos do “provedor” da casa, o que gerou uma situação de fragilidade em relação às mulheres, a incapacidade momentânea de conquistar com igualdade o seu lugar na sociedade e o discurso de deslegitimá-las quando iniciavam um movimento de reivindicação.

São elementos do cotidiano social que propiciam a hierarquia da sociedade patriarcal. Para Manne (2018, citado por ARAÚJO e VENTURA, 2021), deve-se considerar a misoginia como um meio de sustentar a ordem patriarcal como outras formas de dominação, como racismo, xenofobia, classismo, preconceito de idade, homofobia e assim por diante. Essa tática social misógina, que se arrastou por longos anos, de forma conjunta e que se complementou, propiciou a presença em diversos setores da sociedade, e o esporte, especificamente o futebol, amargou e amarga essa tragédia social.

A proteção do ambiente esportivo, aquele indicado para o público masculino, era sensata e urgente, pois os valores sociais da época eram: lugar de mulher é na cozinha e no cuidado com os filhos, gerando uma coerção patriarcal sobre as mulheres. Para Araújo e Ventura (2021, p. 4), “A misoginia, visando manter as estruturas patriarcais, busca policiar as mulheres, especialmente aquelas que violam

as normas vigentes, não se encaixam nos padrões estipulados para elas e as que ocupam ou desejam ocupar espaços de reserva da masculinidade”. Dessa maneira, as mulheres que desejavam fazer do futebol um estilo de vida, profissional ou de lazer, desafiavam a ordem social.

Na contemporaneidade, é desumano e inapropriado pensar que uma mulher, ao optar por praticar o futebol como divertimento ou profissão, estudar ou até mesmo encenar, terá decretada sua ruína familiar. O estereótipo criado pelo patriarcado em prol do gênero feminino, indicando a domesticidade e maternidade, deve ser rechaçado e a busca deve ser pela igualdade de direitos e deveres para ambos os pares.

Mourão (2000) traz à baila um importante ponto de vista, no qual a prática do futebol jogado por mulheres tem auferido uma efetiva e crescente autonomia, distanciando-se do futebol masculino como um apêndice, demonstrando a “força” futebolística das mulheres no esporte, independente de determinações sociais e indo ao encontro dos seus anseios e desejos.

Entretanto, o caminho de igualdade entre os gêneros praticantes do futebol está a passos lentos. A começar pelos campeonatos, salários e cobertura midiática feminina¹³. Ghislenia e Rosa (2008) relatam que a mídia é um grande impulsionador social para a formação e construção de ícones esportivos e esses passam a figurar como algo a ser seguido e referência no mundo esportivo, social e econômico. Na medida em que as coberturas dos eventos esportivos femininos passam a ser elencados como um subproduto, gera-se uma lacuna e a lentidão para a equidade esportiva entre os gêneros. Para Sousa e Fortes (2022), por mais que as mulheres tenham a maestria futebolística iguais ou melhores que os homens, a mídia, ainda assim, inviabiliza-as no mercado, nas propagandas das equipes e no contexto social.

Para refletirmos ainda mais sobre essa questão, os valores patriarcais agem perversamente na cultura esportiva brasileira. O Futebol masculino é visto como algo já arraigado na sociedade. Quando se vislumbra um campeonato, torneio ou eventos esportivos com mulheres, menção recai sobre a beleza corpórea e à habilidade em dinamizar um bom espetáculo futebolístico. É visto como algo duvidoso. Campeonatos organizados no sentido de embelezar a modalidade, dando

¹³<https://www.justicadesaia.com.br/flu-e-condenado-apos-alegar-que-mulheres-tem-menos-direitos-que-homens/>.

espaço às mais bonitas em detrimento às das mais bem-dotadas tecnicamente ainda são organizados no século XXI (KNIJNIK, 2003, p. 20).

Para Kessler (2012), [...] os locais de treinamentos e jogos podem ser vistos como espaço de aprendizagem, proporcionando a convivência com a diferença e estabelecendo as relações sociais de gênero.

A erotização dos corpos femininos e a apelação à beleza das jogadoras sustentou a justificativa de que, se as mulheres fossem atraentes, consequentemente atrairia um maior público aos jogos e recursos através de patrocínios, cuja falta traz uma grande dificuldade ao meio esportivo. (MULHERES, 2003, p. 42)

Observa-se que no início do futebol feminino profissional, dentre os principais argumentos para que as mulheres jogassem estava a exibição de seus corpos, sendo deixadas de lado as suas habilidades esportivas. Embora tal argumento já tenha perdido bastante força, acreditamos que os seus vestígios persistam, já que ainda temos em operação uma lógica patriarcal vigente.

Para Kessler (2012, citado por BONINO, 2008, p. 251), “O futebol praticado por mulheres ainda é bastante visto conforme um modelo tradicional de masculinidade tradicional, em que o domínio do homem é visto como superior em uma hierarquia imposta e reafirmada por padrões patriarcais.” É cabível salientar que, quando elas entram em campo, espera-se que as circunferências corporais, a sensualidade e a beleza seja algo que chame mais atenção do que a prática em si. Em 2021, a seleção de Handebol de praia da Noruega foi multada por não jogar de biquíni.¹⁴

O capitalismo tem grande participação na exclusão das mulheres desse espaço, pois, quando uma empresa ou clube deixa de investir no futebol feminino tendo preferência pelo masculino, devido à grande exposição da marca e venda de produtos, perpetua-se a segregação futebolística de gênero. Citando Kessler (2012, p. 241): “Não se pode negar que o esporte-espetáculo ou profissional visa a lucros mercadológicos, e para isso, precisa de boas mercadorias”. Santos e Fortes (2022) enfatizam que o senso comum tem o discurso machista apoiado nos meios de produção capitalista e de uma sociedade patriarcal.

É muito comum escutar os jargões “futebol é coisa de homem”, “lugar de mulher é na cozinha” e, com isso, são impossibilitadas de participar meramente pelo

¹⁴<https://www.hypeness.com.br/2021/07/selecao-de-handebol-de-praia-da-noruega-e-multada-por-recusar-jogar-de-biquini/>.

seu gênero. *Ibid.*, p. 8. “Sendo o futebol e outros esportes construídos culturalmente por homens, as mulheres, ao adentrarem nestes espaços, encontram dificuldades, passam a sofrer preconceitos e estigmas ou são invisibilizadas”. Para Scott (1995), a construção social do gênero para homens e mulheres é posta com papéis definidos socialmente a ambos e essas construções são inapropriadas e desiguais.

Os movimentos feministas têm enfatizado a questão do empoderamento, entretanto, a prática desse acaba sendo mais simples para alguns perfis de mulheres, como os de classe média e média alta, com renda própria, já que para mulheres mais humildes financeiramente o empoderamento ainda soa como algo distante e de difícil implementação. Para Sardenberg (2006, p. 2), “O empoderamento de mulheres é o processo de conquistas da autonomia, da autodeterminação [...]. O empoderamento das mulheres implica na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal.”

No esporte, destaco aqui o futebol, o empoderamento feminino se faz presente quando as atletas não se calam e reivindicam as mesmas condições oferecidas aos homens, sejam elas salariais, operacionais, de marketing, esportivas ou em relação à equipe técnica. Um exemplo a se destacar diz respeito ao cargo de dirigente esportivo, que costuma ser ocupado por pessoas brancas do sexo masculino. Segundo Kessler (2012, p. 246), “Ainda é fraca a participação das mulheres em esferas de poder dos clubes brasileiros e das comissões técnicas de equipes de futebol. Majoritariamente, estes espaços são comandados por homens que detêm as funções administrativas.”

Em 2019, na Copa do Mundo de Futebol Feminino a jogadora brasileira Marta jogou sem patrocínio, situação em que a empresa queria pagar um valor menor a ela em comparação aos homens.¹⁵ O empoderamento feminino incita as mulheres a questionar essa ordem patriarcal, que tem por objetivo a subjugação do gênero feminino. Convém acrescentar que, para Sardenberg (2006, p. 2), “O objetivo maior do ‘empoderamento’ é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumir maior controle sobre ‘nossos corpos, nossas vidas.’”

Nesta perspectiva, o empoderamento feminino fragiliza a tática da ordem patriarcal. O ser humano é dotado de desejos e anseios que são inerentes à

¹⁵ <https://vogue.globo.com/lifestyle/noticia/2019/06/marta-entra-em-campo-com-chuteira-sem-logo-e-pede-igualdade-entre-os-generos.ghtml>.

construção da sua personalidade. É inapropriado deixar o homem ou outro ser guiar os anseios e desejos alheios, pois, no caso, seria desempoderar. Para Kabeer (1999) citado por Sardenberg (2006, p. 6), “Empoderamento é o processo através do qual aquele/as a quem era negada a capacidade de fazer escolhas estratégicas para sua vida adquirem tal capacidade.”

Em uma sociedade em que se busca a isonomia, o princípio da igualdade deverá ser assegurado em todos os instantes, o que no Brasil, país democrático que se respalda na carta Magna de 1988, permitiu uma série de direitos às mulheres. Entretanto, no futebol “feminino” esses direitos, ditos iguais, ainda encontram barreiras para serem superados. Ao mencionar a igualdade, somente em 2020 a CBF anunciou a equiparação dos salários para as principais equipes de futebol feminino do país e uma coordenação de competições nacionais femininas¹⁶.

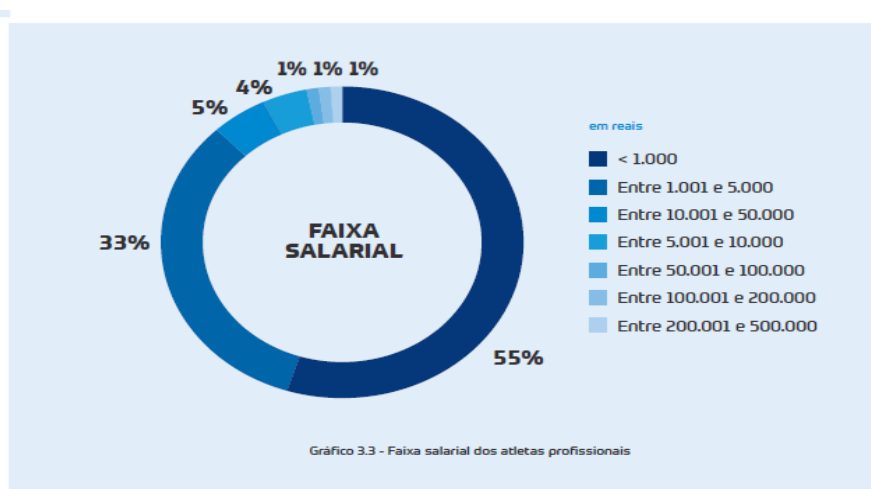
A equiparação salarial entre os pares é necessária para não esbarrar na precarização da mão de obra. O patriarcalismo se fez notório até hoje com a presença prejudicial na diferença salarial paga pelos clubes para mulheres e homens¹⁷. Vale realçar que, de acordo com relatório da CBF de 2019, os clubes brasileiros no referido ano tinham 11.683 contratos firmados com jogadores profissionais, porém somente 132 eram com atletas femininas.

Em relação à remuneração salarial, a Tabela 2 demonstra os contratos ativos com clubes nacionais até o dia 15 de março de 2019. Os números revelam que 55% dos atletas do Futebol profissional receberam salários equivalentes a um trabalhador com salário mínimo (aproximadamente R\$ 1.000,00), 33% receberam entre R\$ 1.001,00 e R\$ 5.000,00, 5% receberam entre R\$ 5.001,00 e R\$ 10.000,00, enquanto apenas 13 atletas, um número inferior a 1% do total de atletas, receberam remuneração acima de R\$ 500.000,00 (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2019).

¹⁶<https://www.uol.com.br/esporte/ultimas-noticias/2020/09/02/cbf-define-coordenacao-de-futebol-feminino-com-aline-e-duda-luizelli.htm?cmpid=copiaecola>.

¹⁷<https://almapreta.com/sessao/quilombo/a-gritante-diferenca-salarial-entre-mulheres-e-homens-no-Futebol>.

Gráfico 1 – Relatório sobre o impacto salarial no futebol brasileiro CBF– 2019.



Fonte: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/index/cbf-apresenta-relatorio-sobre-papel-do-futebol-na-economia-do-brasil>

Kessler (2012) mostra que a maior parte das jogadoras profissionais acaba não tendo os seus direitos trabalhistas garantidos pela Consolidação das Leis trabalhistas (CLT). O vínculo com o clube ocorre de modo informal e o custeio acontece mediante parcerias com prefeituras que não oferecem a garantia de progressão do patrocínio, tendo em vista que a cada mandato eleitoral poderá ocorrer a troca.

Fazer do esporte um trabalho profissional é um ato heroico e desafiador, tendo em vista os diversos preconceitos e precarização dessa categoria. Somente em 2019 a CBF, FIFA e CONMEBOL obrigaram que os clubes tivessem equipes femininas para que, com isso, a equipe masculina tivesse como participar das principais competições nacionais e internacionais¹⁸.

Na perspectiva de emancipação e equiparação social, a segregação imposta às mulheres, coagindo-as ao espaço privado do lar e sugerindo ao homem o público, deixou marcas no cotidiano social feminino. Ventura e Hirota (2007) salientam a ânsia de quebra desse estereótipo da mulher vinculada ao espaço doméstico e o homem ao espaço público. A ideia acima corrobora com o estudo de Kessler (2012, p. 251).

Hoje em dia, o papel social da mulher ocidental parece ter superado o espaço privado (de uma mulher submissa à espera de um marido que a sustente) e ressaltado seu papel como profissional no mercado

¹⁸ <https://www.gazetaesportiva.com/bastidores/clubes-serao-obrigados-a-terem-times-femininos-para-jogarem-libertadores/>

de trabalho. Adentrando às zonas que antes eram consideradas como reservas masculinas, as mulheres demonstram que também podem ser preparadas para assumir práticas e responsabilidades que antes eram realizadas apenas por homens. Podemos, dessa forma, pensar que as características que são ditas como masculinas também podem ser femininas. A força, a explosão, a garra, a valentia, também podem ser consideradas características femininas, todas convergindo para um mesmo ideal de aprimoramento de performances.

No final do século XX, com as transformações no cenário político, cultural, social, econômico e esportivo, foram estabelecidas novas identidades e mais mobilidade nas identidades possíveis para mulheres e homens. Nesse enfoque, não era mais condizente que a mulher fosse submissa ao homem e se limitasse ao círculo materno e habitacional. Para Moura (2003, p. 78), “A mulher vai conquistando seu espaço no mundo público e no mundo privado, alargando a sua participação, antes exclusiva do cenário masculino”.

Diante disso, as mulheres vão confirmando a sua presença na sociedade e no futebol, rechaçando a presença do patriarcado e a segregação, tão arraigados. Aos poucos, a mulher vai encontrando espaços na sociedade, antes restritos aos homens. Apesar dos avanços, as mulheres ainda encontram barreiras discriminatórias que precisam ser superadas para que tenha os mesmos direitos de acesso e permanência nos diversos setores que compõem a essência da sociedade. Destaco aqui o âmbito esportivo, no qual a presença das mulheres em cargos de chefia e comissão técnica ainda é quase inexistente. As ações afirmativas de órgãos privados e governamentais buscam a promoção da igualdade dos gêneros.

3.3.1 Divisão de gênero dos esportes

Diante do expressivo progresso social e esportivo das mulheres, ainda é perceptível a diferença no acesso e prática no âmbito esportivo. Verbena e Romero (2003) mencionam que a sociedade exige certos padrões de comportamentos para homens e mulheres a partir de características impostas socialmente que interferem na prática esportiva. Em 2015, em uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a prática de esporte e atividades físicas no Brasil, averiguou-se que 63,2 % dos praticantes eram homens e 36,8% eram mulheres.

Ainda de forma mais contundente, percebeu-se a divisão de alguns esportes por gênero. Para os homens (IBGE, 2015), a prática de futebol correspondia a 94,5 %, Ciclismo 75,2 % e 70,0 % Lutas e Artes Marciais. Para as mulheres, Dança e Ballet 85,0 %, Ginástica Rítmica e Artística 80,5 %, Caminhada 65,5 % e Fitness 64,4 %. Para Bernabé e Quirino (2019, p. 3), “[...] essas crenças sexistas são tão fortemente incorporadas à sociedade que além de limitar o acesso da mulher a certas modalidades esportivas, também inviabilizam a ascensão às esferas de poder”. Percebe-se que as atividades praticadas pelos homens são aquelas construídas socialmente baseadas na virilidade masculina e as femininas baseadas em atividades que não exigem tanto esforço físico.

Esse pensamento, que explica a diferença entre os sexos em termos puramente biológicos, foi desmascarado nos estudos de Azevedo (1997). Logo, a divisão esportiva baseada no gênero faz com que as mulheres sofram preconceito, humilhação por meio de práticas machistas e discriminatórias. Essas práticas reafirmam o estereótipo de que o esporte não seria coisa de mulher.

Se no futebol as mulheres tiveram dificuldade para que fossem reconhecidas, em outros esportes a prerrogativa do gênero também impedia a prática de algumas modalidades. O Basquete foi inserido nos Jogos Olímpicos em 1936 e elas só tiveram direito de participar do em 1976.¹⁹ Outro exemplo é o Judô, esporte encarado como específico dos homens. Por isso, as mulheres só puderam participar dos jogos Olímpicos em 1992.²⁰ As primeiras medalhas das atletas brasileiras em olimpíadas foi apenas em 1996²¹ em Atlanta e somente em 2012²², nas Olimpíadas de Londres que as mulheres puderam participar de todas as modalidades olímpicas. Nos exemplos acima, percebe-se que sofreram práticas sexistas, discriminatórias e preconceituosas. As marcas de exclusão do gênero, que acompanham o desenvolvimento do esporte, propiciaram “[...] uma longa história de luta das mulheres para a sua inclusão nesse terreno” (ADELMAN, 2004, p. 33).

¹⁹<https://www.terra.com.br/esportes/basquete/mulheres-a-cesta-conta-a-historia-da-geracao-que-quebrou-paradigmas-no-basquete-feminino,3f81818900a64712294b8aca81e87380umwb2e35.html>

²⁰ <http://rededoesporte.gov.br/pt-br/megaeventos/olimpiadas/modalidades/judo>

²¹<https://www.olimpiadatododia.com.br/brasil/248317-atlanta-1996-e-pequim-2008-as-primeiras-medalhas-femininas-do-brasil/#:~:text=Assim%2C%20a%20primeira%20medalha%20feminina,as%20primeiras%20brasileiras%20campe%C3%AAs%20ol%C3%ADmpicas.>

²²<https://sae.digital/mulheres-nas-olimpiadas/#:~:text=Foi%20somente%20em%202012%2C%20nas,as%20mulheres%20conquistaram%20esse%20direito.>

A discriminação por gênero no Brasil fere o princípio da identidade da pessoa humana. A CF de 1988 assegura no art.1, inciso III, o princípio da dignidade da pessoa humana e no seu art. 3º, IV a proibição de qualquer forma de discriminação, independente da origem, raça, sexo e cor. Em uma sociedade onde se busca a desconstrução de desigualdades, a demanda pela igualdade em outros setores, como no trabalho e no esporte, contribui com a diminuição da discriminação tendo em vista que ser mulher foi qualificado a partir dos afazeres domésticos, isto é, os rastros machistas ainda são percebidos. Berté (2016) salienta que a construção de uma sociabilidade masculina no espaço público tornou as atividades exercidas pelos homens – como estudo, trabalho e lazer – objeto de prestígio e prazer, ao passo que as atividades femininas, restritas à esfera privada, foram desvalorizadas.

É mister a desconstrução dessa divisão esportiva baseada no gênero para evitar a reprodução de desigualdades com a procura de uma maior equidade de direitos e possibilidades. O esporte, como manifestação esportiva e social, deve ser acessível às pessoas e não apenas a um nicho da sociedade, ou seja, aos homens. O esporte precisa se tornar um espaço de acolhida à diversidade de gênero, de combate à desigualdade e ao preconceito.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta pesquisa tem caráter exploratório, qualitativa e quantitativa e com metodologias mistas e utiliza análise documental tendo como base o método de Análise de Conteúdo da autora Laurence Bardin. Optou-se por utilizar a técnica Análise Categorical ou Temática. Para Bardin (1977, p. 77), a análise temática remete a “Contagem de um ou vários temas ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente determinada [...]”. Na organização da análise, tem-se os seus princípios e fundamentos divididos em: a pré-análise (coleta de informações), a exploração do material, o tratamento dos resultados obtidos, a interferência e a interpretação.

Para Bardin (1977, p. 95), na primeira fase da pré-análise ocorre a divisão em três polos: “A escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração dos indicadores que fundamentem a interpretação final”. Na pré-análise, a escolha dos documentos da pesquisa em questão foi no site do Globo Esporte (GE), que é especializado em esporte, mas tem grande enfoque no futebol, divulgando notícias de times de todo o país, além de alguns campeonatos estrangeiros.

O site foi escolhido por ser um dos maiores do gênero e por disponibilizar todas as notícias *on-line* e de modo gratuito, tendo ainda um sistema de buscador que facilitou a coleta de dados. O site também divulga o futebol feminino, embora exista grande ênfase na modalidade masculina. Bardin (1977) profere que a pré-análise tem por meta a coleta de informações.

A próxima fase da pré-análise é a formulação de hipóteses e objetivos. Para Bardin (1977, p. 98): “Uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou informar), recorrendo aos procedimentos de análise. Trata-se de uma suposição [...]. Permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros”. Nesse viés, buscou-se tentar entender até que ponto a cobertura do site do GE, no que tange ao futebol feminino, teria elementos (vestígios) de uma lógica patriarcal.

Com movimentos recentes no universo esportivo, como o “Deixa Ela trabalhar” (GLOBO ESPORTE, 2018)²³, a presença de cada vez mais mulheres

²³<https://ge.globo.com/sp/futebol/noticia/deixaelatrabalhar-jornalistas-lancam-manifesto-em-defesa->

como comentaristas, jornalistas, e até mesmo a entrada da primeira narradora mulher, um aumento da cobertura da modalidade feminina e mais visibilidade de campeonatos nos quais as atletas participam, foi criada a hipótese de que ainda restam vestígios da lógica patriarcal, até por que, tal como já dito ao longo do trabalho, ainda permanece vigente, apesar de vários atores e setores combaterem cada vez mais várias ideias patriarcais.

Mas até que ponto a imprensa, sendo mais especificamente o GE, ajudará a perpetuar ou combater o paradigma patriarcal? Nossa hipótese é de que o GE procura combater a lógica patriarcal, mas o próprio futebol, como indústria, ainda é bastante influenciado por essa mentalidade que prega a superioridade dos homens.

Na fase de pré-análise, tem-se também a preparação do material. Para Bardin (1977), antes de analisar o material coletado, é feita uma preparação. O material foi tabulado no Excel e cada notícia seguiu uma determinada ordem numérica, totalizando 10.075 fontes de informação. A partir desse número expressivo de reportagens, foi feita a exploração do material, que se constitui como uma etapa da análise de conteúdo.

Na fase da análise, com a exploração do material e tratamento dos resultados, o período escolhido foi o primeiro trimestre de 2022, quando foram selecionadas todas as reportagens ofertadas aos internautas, totalizando 1075 matérias, como apresentado na Figura 10. Dentro desse período, foram coletadas todas as notícias que mencionavam o Futebol Feminino direta ou indiretamente, ou seja, na maioria dos casos o Futebol Feminino era o foco da notícia, mas há algumas incidências em que a modalidade é apenas citada. O primeiro trimestre permitiu acompanhar um campeonato feminino inteiro. Averiguar o início do campeonato feminino mais importante e pegar o dia das mulheres. Nesse bojo, em janeiro não tivemos campeonatos oficiais femininos, mas fevereiro permitiu acompanhar de forma integral a Supercopa do Brasil de Futebol Feminino, Torneio Internacional da França – Feminino e em março quatro rodadas de 15 do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino contemplando o dia internacional das mulheres.

A análise utilizada foi a abordagem estatística com salto sistemático aleatório (Amostra sistemática). Peter e Calvin (1965, citados por RIBON FILHO, 2007, p.

489) salientam que “[...] a amostragem sistemática é mais rigorosa, já que não há a influência do amostrador, mas há melhor cobertura da área amostrada, o que permite melhor representatividade”. A estatística foi uma ferramenta das ciências exatas para interpretar os dados da pesquisa. Os dados foram tabulados no Excel e foi utilizado o salto sistemático aleatório (SSA), que é uma ferramenta do campo da estatística de forma a ser imparcial e sem viés com o Corpus de Análise.

A população da pesquisa foi um total de 10.075 reportagens. Guimarães (2018, p. 10) frisa que “[...] população é a totalidade de elementos que estão sob discussão e dos quais se deseja obter informação, investigar uma ou mais características. A população pode ser formada por pessoas. [...] ou qualquer outro elemento a ser investigado. A amostra foi de 151 reportagens e categorizadas em 11 Unidades de registros temáticas, conforme apresentado no Quadro 2. Nessa direção, categorizou-se:

Quadro 2 – Unidades de registro temáticas

1. Jogo - A temática refere-se às reportagens que tenham o viés de preparativos para o jogo, a narração da partida em si e, posteriormente, a análise do pós-jogo.
2. Análise de Atleta – Trajetória da atleta (no presente e / ou futuro), evolução técnica (da jogadora ou equipe) e, como consequência, o surgimento de oportunidades para atuar em equipes, trocar de clube ou seleção.
3. Projeto de Incentivo ao Esporte – Ações sociais ou de instituições que buscam fomentar o futebol feminino. (Aqui com envolvimento de entidades que têm ligação com o futebol ou esporte);
4. Categorias de Base–Investimento na referida categoria, divulgação de “peneiras” para compor as categorias de base dos times. (Aqui o envolvimento é direto com os clubes);
5. Divulgação de torneios e ações de marketing – Divulgação de campeonatos e torneios por times ou instituições correlacionadas ao futebol; estratégia de divulgação com patrocinadores ou entidades para alavancar o futebol feminino;

6. Lesão de Atleta – Procedimentos médicos para tratar de lesões ocorridas nos jogos de futebol.
7. Aspectos financeiros, salários, premiação, contratação e equipe técnica Todas as formas de recompensa financeira para as atletas; Salários (Salários atrasados para atletas e comissão técnica); Premiação; Conquista de torneios e campeonatos; Contratação / demissão – Contratação (renovação), demissão de atletas para compor as equipes para a disputa de torneios e campeonatos.
8. Convocação para seleção – Convocação pela técnica da seleção brasileira ou CBF de atletas para representar o Brasil em jogos oficiais.
9. Ranking das Equipes – Posicionamento das equipes no ranking da CBF ou Federações estaduais de Futebol.
10. Guerra na Ucrânia – Conflito entre Rússia e Ucrânia e, conseqüentemente, a interferência na trajetória das jogadoras ou campeonatos e torneios.
11. Assédios no Futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD) - Todas as formas de discriminação, preconceito de ordem financeira, sexual ou de gênero.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Segundo Guimarães (2018), a amostra é uma parcela da população que, em vez de usar toda a população, o que resulta em maior custo, tempo e por muitas vezes é inviável de se conseguir, o processo de amostragem utiliza uma pequena porção representativa dela.

A técnica de amostragem utilizada foi a “Amostragem probabilística”. Para Guimarães (2018, p. 12) “a amostragem probabilística implica sorteio com regras bem determinadas, cuja realização só será possível se a população for finita e totalmente acessível [...]. A amostragem probabilística foi de 33 reportagens, segundo os saltos sistemáticos. Essa é a melhor recomendação que se deve fazer no sentido de garantir a representatividade da amostra [...]”. A técnica de amostragem probabilística utilizada foi a Amostragem Sistemática (GUIMARÃES, 2018).

Guimarães (2018, p. 13) complementa que “quando os elementos da população se apresentam ordenados e a retirada dos elementos da amostra é feita periodicamente, temos uma amostragem sistemática”. Do total de (151) **N** itens, foi extraída uma amostra de tamanho **n**, selecionada na temática 2 (Análise de atleta) de forma aleatória a partir da notícia 5; somando 6 notícias; na temática 7 (Aspectos financeiros, salário, premiação, contratação / demissão e equipe técnica), de forma aleatória a partir da notícia 2, somando 23 notícias, e na temática 11 não houve sorteio tendo em vista que são quatro notícias e todas serão analisadas. Portanto, o total de reportagens foi de 33.

A seleção do primeiro item sorteado das temáticas foi de modo aleatório e os seguintes resultados foram obtidos sistematicamente. Exemplificando, as unidades sorteadas foram 5,10,15,20, 25 e 30 na temática 2 e todas serão analisadas de forma individual, na temática 7, as unidades sorteadas foram 2, 7, 12, 17, 22, 27, 32, 37,42, 47, 52, 57, 62, 67, 72, 77, 82, 87, 92, 97,102, 107 e 112. Nesta temática, especificamente, optou-se por agrupar as notícias em subcategorias por terem similaridade no seu conteúdo e permitir verificar, por exemplo, se há formas de opressão em relação aos homens.

A primeira subcategoria apresentou 9 notícias abarcando (contratação de técnicos e supervisora), a segunda subcategoria com 10 notícias (contratação de jogadoras), e a terceira com 4 notícias (patrocínio e investimento no Futebol Feminino). Nesta temática, optou-se por agrupar as notícias, pois elas dialogam entre si e os efeitos do patriarcado para com as mulheres, já que por muito tempo elas ficaram encarregadas da vida privada e aos homens a esfera pública e, na temática 11 conforme mencionado, não houve sorteio, sendo as 4 notícias analisadas de maneira individual. Por fim, denominou-se $k = N/n$ sendo a razão da amostragem, portanto, $k = 5$ (GUIMARÃES, 2018).

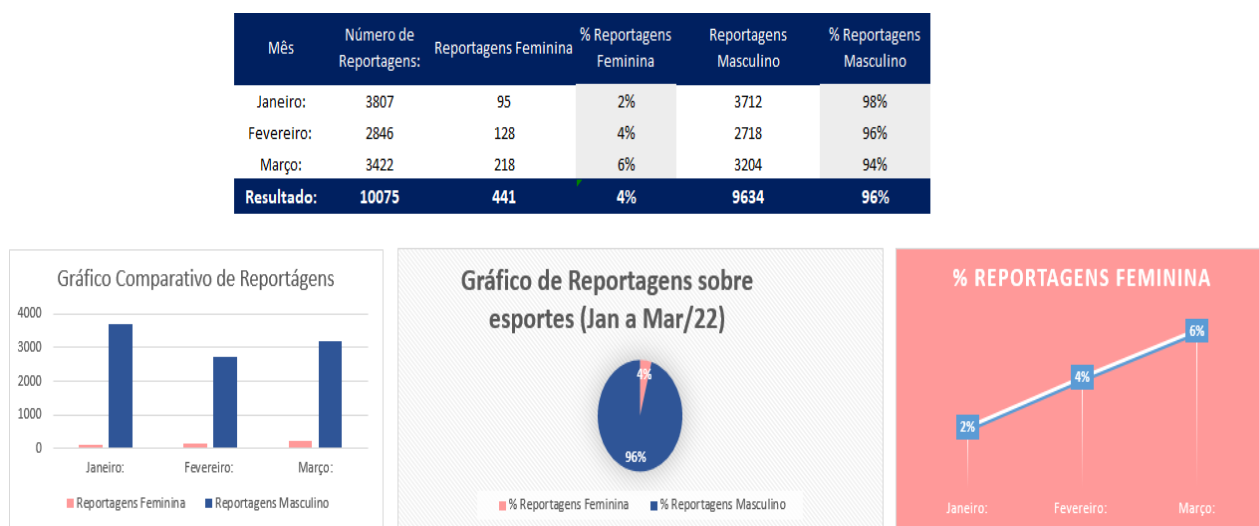
Este trabalho faz parte de uma pesquisa exploratória que é aplicada, em sua grande maioria, na abordagem qualitativa e no contexto da ciência. Na pesquisa exploratória, busca-se como meta identificar o fenômeno e características que representem tal demanda, assim como alinhar com a perspectiva da ciência de modo a dialogar com o campo acadêmico. Na pesquisa exploratória, a busca está em alinhar, relacionar o problema de pesquisa com o arcabouço teórico e as teorias existentes. Além disso, na pesquisa exploratória busco colocar o meu ponto de vista

e, ao final, trazer hipóteses e proposições diante do problema e não chegar a uma conclusão definitiva deste fenômeno. A ideia em evidência é ratificada abaixo.

Pode-se dizer que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (SELLTIZ *et al.*, 1967, p. 63).

Bardin (1977, p. 101) fala sobre a etapa após a pré-análise: [...] “Esta fase de exploração do material, a qual é longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto e enumeração, em função das regras previamente formuladas”. Como resultado final, encontrou-se 96% de reportagens sobre a modalidade masculina e 4% de reportagens versando sobre a modalidade feminina.

Figura 11 – Ilustração e gráfico do quantitativo de reportagens 1º trimestre 2022.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Mesmo com a enorme discrepância do total de notícias sobre a modalidade masculina, 9634, contra 441 sobre a feminina, constatamos que o *corpus* de análise somente considerando o futebol feminino ainda era bastante extenso, com quase 450 notícias.

Diante desse número expressivo de reportagens, passou-se para a exploração do material e a primeira etapa foi a codificação. Bardin (1977, p. 103) afirma que a “[...] codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo as regras precisas, dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto [...]”. A partir da codificação, foi feito um recorte e foram definidas 11 Unidades de registro, com base no teor temático inferido a partir do próprio material noticioso.

Ainda na codificação, passou-se para a enumeração, contagem e o critério adotado foi totalizar a quantidade de reportagens. Foi observado um total de 10.075 reportagens masculinas e femininas no primeiro trimestre de 2022.

Em janeiro, foram 3.807 notícias sobre futebol masculino, seguido por 2846 notícias em fevereiro e 3.422 em março. Já o número de reportagens femininas em janeiro foi de 95, em fevereiro de 128 e em março foi de 218, sendo um total de 441.

A abordagem quantitativa, assim, além de um passo fundamental para estabelecermos os devidos recortes alinhados aos problemas de pesquisa, permitiu também termos um panorama geral da cobertura, demonstrando um enorme equilíbrio editorial com relação à visibilidade entre as modalidades masculina e feminina no período analisado, mesmo no mês das mulheres, que concentrou quase metade das notícias (218), contra 223 notícias ao longo dos meses de janeiro e fevereiro.

Na abordagem qualitativa, o foco será em apenas 3 temas, os quais constam com a numeração 2 (Análise de atleta), o tema 7 (Aspectos financeiros, salário, premiação, contratação / demissão e equipe técnica) e o tema 11 (Assédios no Futebol / Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD). Para Bardin (1977, p. 115), “[...] aqui é um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável, a índices não previstos, ou a evolução das hipóteses”.

Do universo de 11 temas totais, escolhemos esses três para a análise mais qualitativa por considerar que dialogam de maneira mais imediata com o problema de pesquisa, por trazerem em seu bojo características inerentes ao patriarcado.

O tema análise de atleta, por exemplo, permitirá apreciar notícias que irão analisar atributos e características das atletas, permitindo que compreendamos como a imprensa costuma qualificar as jogadoras, com mais ênfase em suas qualidades técnicas, bem como avaliarmos até que ponto a dimensão estética ou de

beleza surge nas análises jornalísticas, conforme já discutimos anteriormente com (BALZANO, 2020). Enquadrar a mulher pela sua aparência seria mais uma forma de violência simbólica (BOURDIEU, 2012), que ajuda a objetificar a mulher como um objeto de desejo masculino e, nesse caso, diminuindo a importância profissional das atletas.

O tema 7, que reuniu notícias sobre aspectos financeiros, salário, premiação e contratação, traz à tona a questão da remuneração pelo trabalho, permitindo verificar se há formas de opressão em relação aos homens, tanto em ganhos financeiros quanto acerca das condições de trabalho, pois a dificuldade de gozar de uma autonomia financeira seria um dos efeitos do patriarcado, já que a mulher ficou muito tempo encarregada do trabalho reprodutivo, sem remuneração, sendo excluída de uma esfera produtiva, conforme Federici (2012).

Já o tema 11 foi escolhido porque versa sobre assédios no futebol, permitindo que verifiquemos situações de conflito e potencial violência simbólica (BOURDIEU, 2012) contra a mulher, sendo uma categoria fértil para pensarmos nos problemas e reivindicações das atletas.

Em janeiro, foram coletadas no total sessenta e oito reportagens, sendo duas notícias da temática dois, sessenta e seis da temática sete e a temática onze não registrou nenhuma notícia.

Em fevereiro, foram coletadas no total trinta e nove reportagens. Os assuntos da temática dois surgiram oito vezes, da temática sete foram computados trinta e uma vezes e na temática onze, novamente, nada chegou a figurar.

Em março, foi coletado o total de quarenta e quatro reportagens, sendo o assunto da temática recorrente vinte e uma vezes, o da temática sete aparece dezenove e o da temática onze, desta vez, registrou quatro incidências.

Vale explicar que o universo total de notícias das temáticas 2, 7 e 11 englobava 151 notícias. Adotamos o salto sistemático, a fim de recortarmos algumas notícias para a análise qualitativa do conteúdo, possibilitando inferências e interpretações. O salto será a cada cinco reportagens em cada temática, sendo que na temática onze não haverá saltos, tendo em vista que foram encontrados apenas quatro registros e, por isso, todos desta temática serão analisados.

Ao somar a temática dois no trimestre, são totalizadas trinta e três reportagens e, com os saltos a cada cinco notícias, serão analisadas seis matérias. A temática sete no trimestre apareceu cento e quinze vezes e, com os saltos a cada

cinco reportagens, serão analisados vinte e três conteúdos. Na temática onze, todas as quatro notícias serão analisadas. Na sequência, apresenta-se o Quadro 1 com os números apresentados, que serão analisados qualitativamente totalizando trinta e três reportagens.

Tabela 2 – Resumo de Reportagens.

Mês	Número de reportagens na temática 2 (Análise de atleta)	Número de reportagens na temática 7 (Aspectos financeiros, salário, premiação, contratação / demissão e equipe técnica)	Número de reportagens na temática 11 (Assédios no Futebol / Superior Tribunal de Justiça)
Janeiro	2	66	0
Fevereiro	8	31	0
Março	21	19	4
Total:	31	116	4
Quantitativo a ser analisado a cada 5 reportagens:	6	23	Todas as quatro foram analisadas.
Total de reportagens analisadas: 33			

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Diante desse quantitativo de reportagens a serem analisadas, passaremos para a fase do tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Para Bardin (1977, p. 101):

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (<falantes>) e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise factorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise. Para um maior rigor, estes resultados são submetidos a provas estatísticas, assim como a testes de validação. O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas. Por outro lado, os resultados obtidos, a confrontação sistemática com

o material e o tipo de inferências alcançadas, podem servir de base a uma outra análise disposta em torno de novas dimensões teóricas, ou praticada graças a técnicas diferentes.

A abordagem utilizada foi Análise de Conteúdo, com técnicas quantitativas para organizar as temáticas por percentual, mas também qualitativa. Essas abordagens apresentam diferenças: a qualitativa não está preocupada com representação numérica, entretanto busca compreender, explorar, entender determinado problema ou situação. Ainda de forma mais contundente, para Goldenberg (1997, p. 34), “[...] a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.”.

4.1 Análise dos dados

4.2 Panorama da temática 2 (análise de atleta)

Essa temática intitulada de “Análise de Atleta” versará sobre a trajetória da atleta (no presente e / ou futuro), a evolução técnica (da jogadora ou equipe) e, como consequência, o surgimento de oportunidades para atuar em equipes, trocar de clube ou seleção. Serão analisadas 6 notícias, com um breve resumo e depois a análise individual.

4.3 Resumo e análise da notícia 5 da temática 2 (análise de atleta)

Notícia 5 – Francesa Wendie Renard elogia disciplina tática do Brasil com Pia: ‘Fez isso por onde passou’. – Zagueira do Lyon diz que Torneio da França é um bom teste para a Eurocopa em julho.²⁴

Essa notícia é de uma entrevista com a zagueira Francesa Wendie Renard, a qual elogia o time brasileiro, destacando a disciplina tática conquistada com a técnica Pia Sundhage e salienta a qualidade das jogadoras da seleção brasileira como “Debinha”, Marta e “Formiga”. A análise em questão, não é propriamente do

²⁴<https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-frances/noticia/francesa-wendie-renard-elogia-disciplina-tatica-do-brasil-com-pia-fez-isso-por-onde-passou.ghtml>

jornalista, que qualifica a performance ou trajetória da jogadora francesa, mas sim a análise de uma jogadora veterana sobre a seleção brasileira, após a chegada da nova técnica.

Mesmo sendo uma análise de Wendie, ela não deixa também de ser avaliada rapidamente pelo texto jornalístico, como constatamos na construção “Dona de uma carreira extremamente vitoriosa pelo Lyon, onde ganhou todos os títulos possíveis”. Esse trecho, de certa forma, endossa a análise feita acerca da seleção brasileira pela jogadora, que seria alguém de peso no campo.

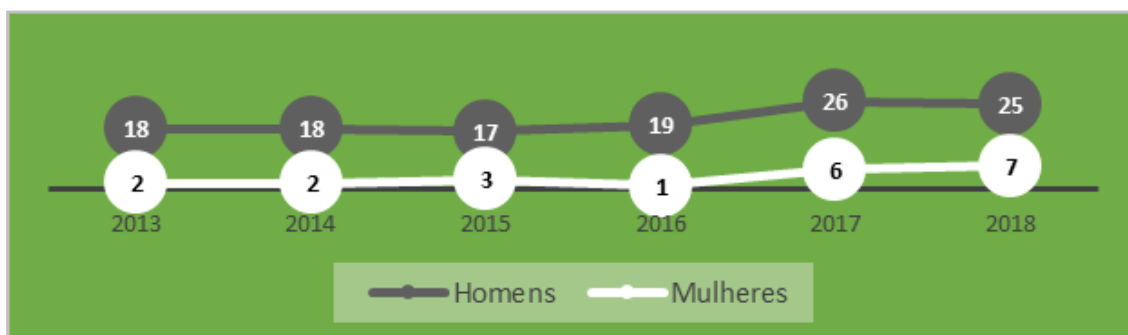
“O Brasil é sempre um país forte, com grandes jogadoras de muita técnica. Após a chegada da Pia (Sundhage), ganhou disciplina tática, Pia fez isso por todos os lugares por onde passou. Tenho muito respeito por esse país e por essa treinadora”.

A qualidade das jogadoras brasileiras é reconhecida por Renard. Entretanto, para o sucesso de uma equipe, é necessário a combinação da técnica (individualidade) com a disciplina tática. Esse fato foi conseguido com a nova treinadora estrangeira, que vem do Norte Global. Buscou-se uma técnica estrangeira, pois, apesar de estarmos no século XXI, infelizmente na sociedade e no campo esportivo, vivenciamos alguns padrões e tabus, como é o caso de contratação de técnicas brasileiras.

Ao mencionar as técnicas brasileiras, veicula-se o conhecimento futebolísticos delas como menos capazes tecnicamente, ocasionando uma desvantagem profissional comparada com técnicas estrangeiras. Esse molde de contratação de técnicas estrangeiras, deixa nítido o modelo de opressão variada e múltipla sofrida pelas brasileiras, sendo as mulheres latinas, oriunda de baixa renda e negras, atravessado por essas opressões, deixando o grupo que faz parte da dominância com direitos, vantagens e privilégios, conforme ocorreu na contratação de Pia Sundhage. Para Kanter (1993, citado por FERREIRA, 2012, p. 10), “[...] os problemas enfrentados, principalmente pelas mulheres, são provenientes da estrutura do sistema e não são individuais”. O que se deve ser levado em consideração é a capacidade técnica, planejamento, conhecimento e qualidade do profissional, o qual, treinadoras, inclusive brasileiras também possuem, como a técnica estrangeira.

Segundo Maia (2021), ao se verificar os cargos de liderança no futebol feminino, é visível a superioridade masculina. A Figura 12 demonstra o quantitativo de técnicas no Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, de 2013 a 2018. Vale destacar que, em 2017, o torneio passou de 20 equipes para 32 (CBF, 2016).

Figura 12 – Técnicos e técnicas no Brasileiro Feminino, de 2013 a 2018.



Fonte: <https://ge.globo.com/futebol/noticia/montar-time-feminino-e-exigencia-para-equipes-da-serie-a-2019-veja-situacao-dos-clubes.ghtml>.

Por sua vez, de acordo com Maia (2021), a Figura 12 mostra que a representatividade das mulheres no Campeonato Feminino como técnicas dos clubes ainda é abaixo do princípio da isonomia. Desde 2013, das 13 equipes, agora com 20 por conta da mudança obrigatória em 2017, em janeiro de 2019 o quantitativo de mulheres como técnicas eram apenas 3, sendo dos clubes: Bahia, Fluminense e Santos. Desse modo, com essa baixa representatividade nos cargos técnicos ocupados pelas mulheres nos clubes, o seu protagonismo e sua competência em comandar equipes é posto como algo duvidoso.

A busca incessante de Renard é por títulos. Sua próxima meta é conquistar a Eurocopa na Inglaterra e, antes disso, no Torneio da França, terá um “aquecimento” e o desafiante será o Brasil. Renard, que faz parte da seleção Francesa e é a capitã, tem a meta de vencer e conquistar campeonatos e torneios. No seu país de origem, Martinica, não teve oportunidade e seguiu para outra localidade para adentrar nas categorias de base em clubes com melhor expressividade. A sua carreira esportiva é dedicada ao Lyon, clube que defende até os dias atuais.

A trajetória das atletas que desejam fazer do futebol um campo de atuação profissional é composta de percalços, pois a mídia, na sua grande maioria, dá ênfase às fases de glória e a fase anterior nem sempre é explorada. Arelado a isso, o baixo investimento nas categorias de base é um fator limitador para as atletas seguirem rumo ao seu objetivo profissional, pois, muitas vezes, são obrigadas a mudar para grandes centros nos quais o Futebol “feminino” é mais desenvolvido. Com Renard e a jogadora brasileira Marta, não foi diferente.

O Clube europeu que ofertou oportunidades para Renard foi o Lyon, o qual, de maneira muito prematura, iniciou essa fase de angariar jogadoras femininas em

2006. Já para Marta, Alagoana, a sua trajetória é semelhante à de Renard. De acordo com Stahlberg (2011), oriunda do município de Dois Riachos, iniciou nos anos 2000, no Rio de Janeiro no clube regatas do Vasco da Gama e atuou a maior parte da sua carreira fora do Brasil, em especial na Suécia e nos Estados Unidos, onde hoje ela defende o Orlando Pride.

Essa migração esportiva se faz necessária e torna-se marcante nas carreiras das atletas que buscam chegar à elite do futebol mundial. Sabe-se que há pouco investimento no futebol feminino, quando comparado ao masculino, e a trajetória masculina é bastante solidificada comparada à feminina,²⁵ o que reverbera na exploração midiática, remuneração salarial e condições dignas de trabalho. Como visto na seção 3.2, o estudo do Sindicato Internacional dos jogadores de futebol (FIFPro), com atletas de diversos países, afirma que 49% não recebem salários. Temos uma discriminação de gênero no futebol e as ações das instituições são pouco efetivas, tímidas. Com isso, arrasta-se a passos lentos a busca pela igualdade.

No Brasil, justificou-se a não participação feminina no futebol pela diferença de gênero, o trabalho reprodutivo era para mulher, como vimos em Federici (2017). Trabalhos remunerados não. Federici (2017, p. 191) profere que “as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos”. Isso ainda influencia o mercado de trabalho fortemente em muitas profissões, com os homens ganhando em média 118% a mais que as mulheres no futebol, segundo pesquisa do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) da Secretária da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.²⁶

Na atual conjuntura, percebem-se os investimentos dos clubes e isso ajuda a minimizar essa discrepância entre os gêneros. Analisemos a fala da atleta:

Hoje, o Lyon não está mais sozinho. Outros clubes de massa estão investindo em seus times femininos, e Renard celebra a chegada da concorrência. – Fico muito contente, **quanto mais os grandes clubes masculinos se envolverem com o futebol feminino, melhor será o futebol jogado pelas mulheres.** Na Liga dos

²⁵ <https://placar.abril.com.br/esporte/salario-do-futebol-feminino-brasileiro-se-equipara-ao-da-serie-c-Masculina>.

²⁶ <https://placar.abril.com.br/esporte/salario-do-futebol-feminino-brasileiro-se-equipara-ao-da-serie-c-Masculina>.

Campeões, vemos nomes como o Real Madrid, Paris Saint-Germain, Lyon, Wolfsburg, Chelsea [...]. A estrutura para a competitividade é extraordinária - afirmou a capitã da equipe francesa (GLOBO ESPORTE, 2022, grifo nosso).

A fala de Renard revela uma dependência do futebol feminino em relação ao masculino, tendo em vista que é necessário que os clubes masculinos se envolvam para que os femininos cresçam, ou seja, os femininos não têm autonomia, estão dependentes financeiramente dos clubes masculinos, o que vai ao encontro da categoria da dependência financeira, inerente ao patriarcado. Pode-se comparar essa informação com os estudos de Christine Delphy, abordado na seção 3.2, sobre o patriarcado, que fala sobre a dominação masculina e, conseqüentemente, deixa a mulher submissa aos mandos e desmandos do homem, tal como evidenciam os estudos de Heleieth Saffioti sobre a dependência econômica das mulheres em relação aos homens no patriarcado.

Em outros países, o feminino no Futebol desenvolve-se largamente, como é o caso dos EUA, China e Alemanha, a partir da criação de ligas profissionais e campeonatos femininos, de competições antes exclusivamente masculinas. Mas, no Brasil, “a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) somente reconheceu a modalidade na década de 1980” (STAHLBERG, 2011, p. 17).

O Brasil, no exterior, é rotulado de “País do Futebol”, entretanto, do Futebol Masculino. Corroborando estes aspectos, fica evidente a discrepância sobre a média salarial dos jogadores (as) de futebol no Brasil.

O quadro de 2018 do Futebol masculino mostra que a distribuição por faixa salarial era composta em maior parcela por atletas remunerados na faixa de 1,01 a 1,5 salários e de 1,5 a 2 salários. Isso indica uma visão geral da realidade da modalidade no Brasil, onde grande parte dos jogadores tem rendimentos na casa de R\$ 1.000,00. [...]. Os maiores salários e o que a maioria dos atletas almejam é uma realidade para apenas 2% do total de atletas, todos pertencentes a elite do futebol. [...]. No que diz respeito ao cenário do futebol feminino em 2018, [...]. O que se vê na verdade é que grande parte das atletas recebem nas faixas de pagamento mais baixas. Mais da metade eram remuneradas na faixa salarial de 1,01 a 1,5 salários e a segunda maior área de concentração era na faixa de 0,51 a 1 salário. Para maiores faixas salariais, as que ultrapassam os 10 salários mínimos, a porcentagem é extremamente pequenas de atletas, ou seja, números poucos significativos (TEIXEIRA, 2019, p. 30).

Tal como foi visto, para iniciar na carreira esportiva elas têm diversos empecilhos, não possuem as mesmas condições estruturais que os homens e, quando chegam na fase profissional, recebem remuneração inferior. Essas discriminações por conta do gênero afastam os valores do esporte.

4.4 Resumo e análise da notícia 10 da temática 2 (análise de atleta)

Notícia 10 – Sereias da Vila destacam a intensidade nos treinos do Santos antes de início da temporada – Primeiro desafio do Peixe será em março, no Campeonato Brasileiro.²⁷

A notícia destaca a fase de preparação física das atletas, tendo em vista que com o aumento da visibilidade e da preparação dos clubes para as competições do feminino no futebol, as atletas e as instituições esportivas intensificam a pré-temporada das jogadoras. Vale destacar as falas das atletas Julia Daltoé e Bia, respectivamente: “Teremos diversos desafios pela frente e vamos nos preparar da melhor forma para encarar todos eles”; “Se cheguei até aqui foi por méritos, eu vou continuar da mesma maneira para poder conquistar grandes coisas pelo clube” (GLOBO ESPORTE, 2022). A última vez que o Santos conquistou um título nacional foi em 2017. Em 2020, conquistou a Copa Paulista, já com as jogadoras no elenco.

No título da notícia, foi escolhido o termo “sereia” para se designar as mulheres. Esse ser mitológico é conhecido como traiçoeiro e sedutor, pois atraía os homens para a morte com a sua beleza. Apesar de não ter sido uma escolha consciente do jornalista, parece ser de ordem inconsciente. O feminino é recorrentemente representado como ardiloso, e isso não é algo ao acaso. É preciso desconfiar da utilização do termo “sereias”.

O uso da expressão pode não ter sido algo planejado, mas talvez seja um revelador de nosso inconsciente coletivo e acaba reafirmando a representação recorrente das mulheres como seres ardilosos. Poderia ser utilizado um outro animal que não tivesse gênero, como peixe, baleia ou foca a fim de não desprezar o inconsciente coletivo. Vale salientar que o gênero caracteriza atributos construídos socialmente e que indicam papéis aos homens e mulheres (BEAVOUIR, 1949).

²⁷<https://ge.globo.com/sp/santos-e-regiao/futebol/times/santos/noticia/2022/02/24/sereias-da-vila-destacam-intensidade-nos-treinos-do-santos-antes-de-inicio-da-temporada.ghtml>

É cabível salientar que a fala da “Bia”, ao afirmar que a sua trajetória no esporte não foi fácil, dialoga com Goellner (2005) quando foi explorado anteriormente acerca das dificuldades encontradas pelas futebolistas. Diversos são os percalços encontrados pelas mulheres atletas como no exemplo da notícia 1, que Marta e Renard enfrentaram. O investimento para elas ainda é irrisório comparado ao masculino. Citando Balardin (2018), quando os clubes precisam de hospedagem para as mulheres, a escolha é feita por hotéis de baixo custo ou mesmo alojamentos em colégios ou ginásios esportivos. As viagens, na sua grande maioria, o modal de preferência é o ônibus, ocasionando muitas horas de deslocamento para poder economizar nos valores das passagens aéreas. Ademais, existem problemas que envolvem a estrutura e recursos físicos, como campos irregulares e os treinos que acontecem em parques públicos, visto que há uma reserva dos campos para os atletas do sexo masculinos. No Brasil, o Futebol feminino luta contra estereótipos de gênero, falta de infraestrutura física e, obviamente, questões financeiras (TEIXEIRA; CAMINHA, 2013).

Infere-se um certo preconceito de gênero e predileção pela modalidade masculina, a partir da qual a indústria do futebol efetivamente se organiza. Apesar de todas as barreiras impostas a elas, como o baixo investimento nas categorias de base, baixos salários comparados ao masculino e locais de treinamento não exclusivos para as mulheres, elas precisam superar todas as mazelas, conquistar os melhores resultados para o clube e apresentar a melhor performance esportiva.

Com isso, podem despontar no cenário esportivo nacional, internacional no sentido de ter oportunidades na seleção brasileira e ser contratadas por um clube estrangeiro, no qual a remuneração salarial e a carreira futebolística possa ser mais atrativa, digna e profissional. Segundo Heim (2016), nos EUA, onde o futebol feminino está estruturado com diversos campeonatos, os salários variam de 6 mil dólares anuais até pouco mais de 30 mil dólares anuais. O maior salário anual da Liga Americana Feminina de Futebol equivale a 0,5% do salário do jogador brasileiro Kaká, que dispõe do maior salário da Liga Americana de Futebol correspondendo a mais de 7 milhões de dólares. O salário mais baixo recebido por um jogador da Liga Americana de Futebol corresponde a 60 mil dólares, o equivalente ao dobro do maior salário da liga feminina.

Conforme visto na notícia acima, a média salarial das jogadoras no Brasil fica em torno de 360 dólares. Com isso, o mercado exterior, por ser mais rentável, figura como mais atrativo.

4.5 Resumo e análise da notícia 15 da temática 2 (análise de atleta)

Notícia 15 – Marta completa 36 anos e comenta a renovação da seleção feminina²⁸

A matéria parabeniza a jogadora Marta pelos seus 36 anos de vida e a sua trajetória na seleção brasileira de futebol. As palavras “referência” e “rainha” são usadas no início da notícia, o que demonstra destaque da jogadora no campo do futebol feminino. É interessante notar que o grande ícone do futebol masculino, Pelé, é chamado de rei, assim, uma conexão é estabelecida de forma indireta entre ele e Marta, denotando o nível e importância da atleta.

No mesmo dia que comemorava 36 anos de idade, Marta jogou pela seleção brasileira contra a equipe Francesa e marcou gol. Entretanto, este dia não foi só de glória, pois a atleta desabafou diante das câmeras pelas disparidades que permeiam o futebol e a dificuldade enfrentada pelas mulheres ao fazer da carreira futebolística a sua principal fonte de renda.

A autonomia financeira na vida da mulher possibilita liberdade e acesso às escolhas subjetivas financeiras, profissionais e até mesmo esportivas. A ressignificação da autonomia financeira da mulher na sociedade é importante para que não fique dependente do provedor da casa, conforme apregoa o sistema patriarcal. Na visão patriarcal, os homens deveriam ocupar o espaço público e as mulheres deveriam ocupar o espaço privado da casa. Essa indicação da mulher para o trabalho familiar e, conseqüentemente, não remunerado é fruto do patriarcado²⁹. Conforme abordado na seção 3.2 e conceituado por Delphy (2009), o patriarcado é o termo usado pelo feminismo para designar a formação social onde

²⁸<https://ge.globo.com/video/marta-completa-36-anos-e-comenta-renovacao-da-selecao-feminina->

²⁹Patriarcado é o termo usado pelo feminismo para designar a formação social onde os homens detêm o poder. Trata-se de um sistema sociopolítico que vai além do sexismo e do machismo presente nas relações interpessoais (DELPHY, 2009, p. 173).

os homens detêm o poder. Trata-se de um sistema sociopolítico que vai além do sexismo e do machismo presente nas relações interpessoais.

Ela fez um apelo para que as gerações posteriores não desistam, mesmo diante de todas as dificuldades encontradas pelas mulheres esportistas, como também estimulou a seguirem nos seus objetivos de modo que possam renovar a seleção principal, pois, para a rainha: “O futebol feminino depende de vocês para sobreviver”, já que Formiga já tinha se aposentado em 2021, e Marta e Cristiane teriam seus dias contados. Paralelo a essas questões, salienta para as futuras atletas cobrarem a igualdade de gênero no esporte, como feito pela jogadora americana Megan Rapinoe, que liderou a luta pela equidade salarial entre homens e mulheres na seleção de futebol dos EUA.

Marta, rainha do futebol feminino, atleta artilheira da seleção brasileira com 119 gols, superou a marca de Pelé com 95 e Neymar com 67. A notícia expõe isso de forma clara ao apontar Marta como “a atleta com mais gols pela seleção, contando homens e mulheres”. Se todo o seu talento fosse reconhecido em prol do investimento no esporte, possivelmente a trajetória das atletas fossem menos acidentadas comparadas aos homens. É significativo destacar a diferença salarial entre Marta e Neymar. Dados de 2017 revelam que Marta recebia um salário anual de U\$ 400 mil dólares e Neymar U\$ 14,5 milhões de dólares anuais.³⁰

Vale destacar outras atletas de grande renome como Cristiane e “Formiga”, que defendeu a seleção brasileira por 26 anos, sete olimpíadas, alcançando a marca de 152 vitórias, 35 empates, 47 derrotas e 37 gols. Analisando o estereótipo criado pelo imaginário social, analisemos algumas situações que demonstram a capacidade feminina no futebol, a despeito de imagens que ainda buscam construir uma superioridade masculina. Em 2019, “Formiga” foi a única jogadora, entre homens e mulheres a participar de sete copas do mundo de oito mundiais femininos; “Formiga” atuou por mais de 200 partidas pelo Brasil, sendo a atleta que mais vestiu a camisa da seleção brasileira, desde amistosos a jogos oficiais e passou a marca de Cafu, que possui apenas 149 jogos. Formiga foi a única jogadora a ganhar um jogo de despedida oficial, fato este ocorrido dia 25 de novembro de 2021, no Torneio amistoso feito em Manaus contra a seleção da Índia.³¹

³⁰<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/igualdade-feminina-ainda-distante-e-tema-no-enem>.

³¹ <https://m.leijaja.com/esportes/2022/03/23/confira-os-maiores-feitos-da-formiga/>

Apesar de as mulheres quebrarem recordes, como Marta e “Formiga”, não geram o efeito esperado, na mesma proporção comparado aos homens. Conforme mencionado pela entrevistada, as mulheres têm a premissa de rechaçar esse estereótipo arraigado culturalmente que futebol feminino é um subproduto do masculino e que por isso deve ser algo menos importante, não necessário, assim como a ideia de que, para a sua prática, as jogadoras devam atender a um pré-requisito de beleza estética, ou ainda discriminado como algo chato de ser ver, pela mulher não ter tanta força física comparado aos homens ou até mesmo por ser considerado impróprio à feminilidade. No Brasil, ao falar de futebol, imagina-se o masculino.

É óbvio dizer que o futebol, no Brasil, é considerado um “esporte masculino”, “esporte de homem” e até mesmo pode soar como um pleonasmo colocar as coisas nesses termos. E, por se tratar de um esporte muito popular, serve como paradigma comparativo para todos os outros. Dessa forma, a concepção e a classificação do vôlei como um esporte “para moças”, “de mulherzinha”, “feminino”, ganham sentido numa forma de pensar organizada pelo binômio masculino/feminino, na qual há uma evidente hierarquia entre os elementos [...]. (OLIVEIRA, 2010, p. 76).

É mister que essa segregação de gênero seja superada e que a capacidade delas não seja colocada à prova. Já foi desmistificado que o futebol é um esporte eclético, universal e com a observância das instituições esportivas que comandam o futebol possa elevá-lo ao mesmo patamar do masculino. Portanto, superar o sexismo, propiciando voz às mulheres se torna a jogada mestra para um esporte de tamanha visibilidade. Foi como Marta disse na notícia, no alto de seus seis prêmios como melhor jogadora do mundo: “A voz não é só da Marta. É de todas. Então elas também estão engajadas nesse papel de cobras, mas de cobrar de maneira correta, de lutar por melhoria, igualdade, porque antigamente era uma ou duas que falavam, mas hoje em dia, a gente tem muitas vozes femininas falando”.

O repórter fecha a matéria questionando qual mensagem Marta gostaria de para as pessoas, diante da proximidade do Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março. Marta responde que é um dia de luta e que a luta é diária, mas que aos poucos as mulheres estão ocupando os espaços devidos. E que nós devemos isso a muitas mulheres guerreiras que lutaram por muitas décadas para abrir essas

portas. “Que seja o dia de todo mundo, e não apenas da mulher. Que seja o dia da igualdade de gênero”.

Ao contabilizar as notícias veiculadas pelo site do GE, foi verificado que, no mês de janeiro de 2022, um total de 3.807 reportagens veiculadas, dos quais 95 eram reportagens femininas e que correspondia a 2% das reportagens, no mês de fevereiro 2846, dos quais 128 eram sobre as felinas e que correspondia a 4% das notícias e em março 3422, sendo 218 reportagens sobre as mulheres, correspondendo a 6% das notícias. Ressalta-se o aumento do volume de reportagens em razão de ter sido o mês em que se comemorava o dia Internacional da Mulher. Com isso, especificamente no referente mês foram divulgadas 6 notícias sobre o Dia Internacional da Mulher, o que correspondeu a aproximadamente um pouco menos de 3% das notícias. O pedido de igualdade de gênero de Marta faz todo o sentido, já que é preciso chegar o mês de março para que as mulheres tenham um destaque maior na mídia esportiva.

4.6 Resumo e análise da notícia 20 da temática 2 (análise de atleta)

Notícia 20 – A força da mulher brasileira nos Jogos Olímpicos em números – De Maria Lenk a Rayssa Leal, mulheres brilharam nas Olimpíadas – e não só quando conquistaram um lugar no pódio. No feminino, medalhas para o Brasil começaram a surgir em 1996, em Atlanta.³²

O texto jornalístico faz um retrospecto das principais mulheres medalhistas olímpicas que conquistaram este feito para o Brasil. Maria Lenk quebrou o tabu da mulher no esporte ao fazer parte da delegação brasileira aos 17 anos em 1932. Entretanto, a primeira medalha ocorreu após 64 anos, na Olimpíada de Atlanta 1996, duas com Jacqueline Silva e Sandra, Adriana Samuel e Mônica Rodrigues, uma no vôlei de quadra e mais uma no basquete.

No Futebol Feminino, a seleção brasileira ficou com a Medalha de Prata em 2004, nos Jogos Olímpicos de Atenas. No entanto, não há como negar todas as limitações históricas impostas as mulheres, desde o Decreto de 1941 até 1986. Isso refletiu na menor visibilidade ao esporte feminino e que foram construídos diversos tipos de preconceito, que podem ser constatados no pouco investimento na

³²<https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/2022/03/08/a-forca-da-mulher-brasileira-nos-jogos-olimpicos-em-numeros.ghml>.

modalidade, jogos, campos para treinos e jogos, remuneração, ascensão e visibilidade.

Apesar de todas as barreiras impostas no contexto da nadadora Maria Lenk, ela foi a única mulher que foi para as Olimpíadas. Ressalto que a situação da mulher no trabalho está melhorando, mas ainda requer o rompimento de diversas barreiras, como o preconceito de gênero e assim as mulheres conseguem conquistar seu espaço.

Ventura e Hirota (2007) ressaltam que somente em 1986 o CND aprovou a participação feminina nas diversas práticas esportivas. Apesar do pouco tempo sendo libertas das limitações impostas por órgãos governamentais, elas se superaram e com apenas 10 anos já alcançaram pódios.

Na década de 30, época da nadadora Maria Lenk, como visto ao longo do trabalho, as mulheres reivindicavam a sua participação política, educacional e nada mais do que justo a igualdade na participação esportiva. Nessa época, reinava a crença limitante de que a participação delas em atividades esportivas poderia prejudicar a gestação de filhos fortes e saudáveis e que a função delas era com os afazeres domésticos e maternos, ou seja, tarefas pré-definidas.

A ideia acima corrobora com os estudos de Miragaya (2002), conforme vimos no capítulo 3, que entre os anos de 1896-1928, baseado no tradicionalismo e à crença do senso comum, sem base científica, a mulher nascia frágil e que não poderia fazer atividades vigorosas, apresentando risco para a sua saúde e seu bem-estar. Além disso, era rotulada com ser que procriava. Segundo Miragaya (2002, p. 2), “na tradição dos jogos Olímpicos da Antiguidade na Grécia Antiga, acreditava-se que o corpo feminino era condicionado para a maternidade”.

Os espaços sociais também eram limitados, como espaço privado reservado às mulheres e aos homens o espaço público. De acordo com DeFrantz; Hargreaves e Théberge (1894, 1991, 1997, citado por MIRAGAYA, 2002, p. 2), “[...] a inclusão das mulheres no esporte é identificada como uma história de poder e dominação masculina sobre as mulheres e também como uma história de desigualdades onde as mulheres sempre tinham papéis de submissão, sem poder procurar respeito e igualdade”. Assim, a sobrepujança do patriarcado limitou a mulher à passividade, ao espaço privado e impossibilitou a chance de que pudesse ser a protagonista das suas conquistas no espaço público.

A notícia traz somente um lado da história olímpica, a fase das conquistas, porém, a proibição e a arbitrariedade sofrida por elas não surgiram ao acaso. Ao trazer a temática, portanto, apenas sob um viés positivo, a notícia acaba contribuindo com uma visão que parece considerar a igualdade de gênero como algo posto, o que não ocorre ainda de fato. A mentalidade de Pierre de Coubertin, que recriminava veementemente a trajetória esportiva feminina, infelizmente, ainda é defendida por alguns.

Ele era completamente contra a prática de esportes e atividade física pelas mulheres assim como a maioria dos homens de sua época. De acordo com ele, as mulheres tinham a função de procriação: “a glória de uma mulher viria através do número e da qualidade dos filhos que produzisse. Até onde concerne o esporte o papel da mulher é de encorajar seus filhos para vencer. A ela não cabe bater recordes” (MIRAGAYA, 2002, p. 5).

Apesar dos esforços de Coubertin, as mulheres quebraram e seguem quebrando essas barreiras tradicionais inventadas culturalmente. Nos dias atuais, podem competir nas mesmas modalidades que os homens, mas ainda não atingiram a equidade de gênero merecida. Portanto, essa diferença biológica não pode ser motivo para a submissão ou passividade, diferença salarial, ocupação de cargos de comando e administrativos, incentivo nas categorias de base e até mesmo na cobertura jornalística, em que se mencionam só as vitórias e os entraves para a igualdade, sendo driblado nas entrelinhas.

4.7 Resumo e análise da notícia 25 da temática 2 (análise de atleta)

Notícia 25 – **Artilheira, Jhonson explica o apelido, mira Exterior, mas diz: “Quero ficar mais tempo com minha família”**. – Jogadora do Toledo tem multa rescisória milionária e contrato até 2026. Atleta entra em campo com a seleção sub-17 para a decisão do Sul – Americano contra a Colômbia neste sábado, às 20h30min.³³

³³<https://ge.globo.com/blogs/dona-do-campinho/post/2022/03/19/artilheira-jhonson-explica-apelido-mira-exterior-mas-diz-quero-ficar-mais-tempo-com-minha-familia.ghtml>.

O editorial retrata a habilidade prematura da atleta em questão, que com apenas 16 anos já atua com a camisa verde e amarela na seleção Sub-17, despontando na artilharia no Campeonato Sul-Americano.

Na sua entrevista, fala do sonho que está sendo realizado ao jogar pela seleção. Observemos a fala: “É o sonho de muitas e estou realizando um sonho meu” (GLOBO ESPORTE, 2022). A atleta joga no Clube Toledo, do Paraná. Entretanto, esse clube mantém um vínculo com o Ouro Verde e é onde a jogadora tem a sua base. Ela tem contrato até 2026 e com multa rescisória altíssima (Aos clubes brasileiros, multa rescisória de 2,5 milhões de reais (cerca de 500 mil euros) e o valor para clubes do exterior foi colocado em 10 milhões de dólares) e fora do padrão para o futebol feminino.

Em relação à transferências internacionais, a média em valores divulgados pela FIFA em 2019, para o futebol masculino representou 7,35 bilhões de dólares e o futebol feminino 652.000 milhões de dólares³⁴. Para Maciel (2020, citado por MAGALHÃES *et al.*, 2021, p. 2), “as evidências apontam que diferenças salariais entre gênero persistem ao longo do tempo”. Segundo Garcia e Conforto (2012), ainda que a trajetória de inserção das mulheres no mercado de trabalho seja algo contínuo e persistente, é latente a diferença da incorporação feminina.

É possível perceber que os discursos em torno da exclusão da mulher são fortalecidos por um pensamento de “masculinização da mulher” e o estabelecimento de uma relação entre estética, feminilidade e o próprio fato de ser mulher (GOELLNER, 2005). Ademais, “a desigualdade entre gênero não está limitada ao esporte, mas também o inclui” (KHAN, 2021 *apud* MAGALHÃES, 2021, p. 2).

O sonho da atleta é no futuro jogar fora do Brasil. “É um sonho de muitas jogar fora do país. É meu sonho também jogar fora. Penso muito na minha família. Penso em aproveitar minha família, minha irmãzinha acabou de nascer”. Encerrou a entrevista dizendo: “Quero ficar mais tempo com minha família antes de ir para o exterior” (GLOBO ESPORTE, 2022). A escolha do nome da atleta, feita por seu treinador, coaduna com o desejo da atleta em atuar no mercado exterior. Isso, porque, ao está em ligas e campeonatos fora do Brasil, o seu nome sendo nativo dos países europeus, possa facilitar a sua permanência nos clubes e não sofrer atos discriminatórios, por ser de cor negra, oriunda de baixa renda e latina. Esses

³⁴ <https://exame.com/negocios/venda-de-jogadores-de-futebol-movimentou-us-8-bilhoes-em-2019>.

diversos sistemas de opressões, os quais operam em nossa sociedade, sendo os de raça, classe, gênero é conhecido como interseccionalidade.

Percebe-se que há um hiato entre o ideal e a necessidade na busca do sonho de se tornar jogadora profissional e no futuro poder defender a seleção principal do Brasil. Por conta da distância regional entre o local de treino e a sua casa, a atleta dispende algumas horas do dia nesse percurso, o que se torna algo cansativo. Diante disso, fazer da carreira esportiva meta profissional torna-se algo difícil e, conseqüentemente, chegar à seleção brasileira não é algo simples. Esses percalços distanciam o futebol feminino do masculino, assim como evidenciam a democracia esportiva que passa por questões financeiras, campeonatos, torneios, condições trabalhistas, de reconhecimento, formação e solidificação de equipes profissionais para compor campeonatos competitivos, isto é, a essência do esporte de alto rendimento.

Quanto mais incentivo e facilidade ofertada para as mulheres, com apoio, melhores serão as chances de tê-las na elite do cenário nacional e internacional. Há uma dificuldade em ter acesso às categorias de base, conforme revelado na notícia - “Jhonson joga atualmente no Toledo, do Paraná. O clube mantém uma parceria com o Ouro Verde, cidade que é onde a jogadora mantém sua base” (GLOBO ESPORTE, 2022), demonstra como é algo recorrente para aquelas que desejam quebrar o tabu do futebol como algo voltado apenas para o masculino. Nas notícias 1, 2 e 6, as atletas Renard, Marta e Bia Menezes também passaram pelo problema do pouco investimento nessas categorias e tiveram que superar as adversidades do sistema para chegar até a conquista dos seus sonhos, como relatado por Jhonson.

Esse hiato entre os incentivos iguais para ambos os gêneros dificulta a equidade esportiva, conforme visto na notícia 10 e apontado por Balardin *et al.* (2018). Os pré-conceitos que o senso comum pregou na sociedade, como de uma inferioridade biológica do corpo feminino e uma incompatibilidade deste para a prática do futebol, precisam ser superados e as oportunidades devem ser equânimes.

A superação desses problemas passa pela mudança na gestão dos clubes, que, na sua grande maioria, é feita por homens. Kessler (2012, p. 243) menciona que se pode “evidenciar também uma grande lacuna em termos de posições sociais ocupadas por mulheres na presidência de clubes esportivos”. O patriarcado, nesse caso, pode agir de maneira sutil, de modo que nesses postos de comando não

temos a representatividade de mulheres e, com isso, o olhar sensível e justo é esquecido.

Ainda devido às crenças tradicionais de que as mulheres não deveriam aparecer muito, deveriam ser passivas e submissas, e não deveriam compartilhar posições de poder com os homens, as mulheres muito raramente têm ocupado posições de liderança em seus locais de trabalho e na vida política de seus países. Como resultado, há a tendência a haver menos mulheres em posições administrativas, especialmente, quando estas posições estão ligadas ao poder (MIRAGAYA, 2002, p. 14).

O Futebol feminino é tratado em outros países de maneira singular em relação ao do Brasil, e isso chama a atenção das atletas para atuar no mercado exterior. Para Moura (2003, p. 95), “[...] nos países europeus, sua prática vem se intensificando cada vez mais. A consolidação das ligas europeias femininas de futebol, [...] solidificou, assim, a afirmação de que o papel reservado para a mulher no cenário futebolístico está presente de maneira inevitável [...]”. A afirmação acima corrobora com a fala da jogadora Renard (notícia 5), quando destacou: “Na Liga dos Campeões, vemos nomes como o Real Madrid, Paris Saint-Germain, Lyon, Wolfsburg, Chelsea [...]. A estrutura para a competitividade é extraordinária - afirmou a capitã da equipe francesa” (GLOBO ESPORTE, 2022). Portanto, a presença de ambos os gêneros no esporte permitirá a ascensão de jogadoras de alto padrão profissional como a Jhonson, Marta e Renard na seara futebolística universal e essa “diferença de gênero entre homens e mulheres” criada socialmente poderá ser superada.

4.8 Resumo e análise da notícia 30 da temática 2 (análise de atleta)

Notícia 30 – **Sereias da Vila enfrentam o Corinthians na Vila Belmiro.** – Partida é válida pelo Campeonato Paulista de Futebol Feminino.³⁵

A notícia explora uma entrevista com a lateral Bia Menezes, da equipe do Santos. A primeira parte da entrevista conta a sua trajetória até a chegada no futebol profissional. De origem de São Bernardo do Campo, passou por diversos clubes de

³⁵ <https://globoplay.globo.com/v/10424738/>

base, inclusive o da sua cidade. Defendeu a seleção brasileira, Sub-17 e Sub-20, foi Campeã Sul-Americana, na Vila Belmiro e disputou um mundial. Antes de chegar ao Santos, defendeu o time do Flamengo por algumas temporadas. A atleta relata que até a chegada ao Santos a trajetória foi difícil, com muitos obstáculos, contradições familiares e não aceitação de responsáveis pela sua presença como titular em equipes masculinas. “Foi difícil chegar até o Santos. A gente sabe que o futebol feminino tem crescido, mas, na minha época, pelo menos foi um pouco mais difícil, tinha muitas contradições familiar, a aceitação de pais...eu pelo menos era titular numa equipe entre meninos e os pais não aceitavam, tinha muito isso, mas graças a Deus, com muito trabalho, muita luta, muita dedicação, eu estou aqui e estou muito feliz” (GLOBO ESPORTE, 2022). “Apesar de todos os entraves, conseguiu conquistar o seu espaço”.

A atleta relata que o Campeonato Brasileiro está muito disputado e é o mais difícil de todos os tempos. As equipes estão boas e têm crescido muito. O Futebol feminino está em constante ascensão.

Na segunda metade da entrevista, falou sobre a importância de ganhar o próximo jogo que é um clássico contra o Corinthians e ficar entre os 8 melhores a fim de conquistar o título. Ela também destacou que o ponto forte do time do Santos é a união do grupo em prol da vitória para conquistar o objetivo maior, que é o título do Campeonato Brasileiro Feminino. Fez um convite para que os torcedores estivessem presentes no estádio e acompanhassem o jogo que iria acontecer no domingo às 11h. Para quem fosse sócio-torcedor a entrada seria gratuita. Para torcedor comum o valor integral do ingresso seria R\$10,00 e meia entrada R\$5,00. Vale destacar que, em 2022, o valor médio dos ingressos para uma partida de futebol masculina foi de R\$ 40,00.³⁶ Percebe-se que a modalidade masculina apresenta melhor estrutura financeira, ao passo que a feminina fica aquém, o que gera condições piores de trabalho e remuneração.

Assim como na notícia de número 10, aqui novamente o uso de sereias que, como vimos, denota um ser mitológico que é conhecido por ser traiçoeiro e sedutor. O uso da expressão não despreza o inconsciente coletivo, e sim reflete o inconsciente coletivo e deveria ser trocado por outro animal sem gênero. No início da entrevista, o problema do incentivo da formação desde a base é algo recorrente.

³⁶ <https://www.lance.com.br/lancebiz/ticket-medio-do-futebol-brasileiro-dispara-e-e-mais-carro-do-ano-em-agosto.html>.

Tal como delineado nas reportagens anteriores, o sucesso profissional passa pela insistência diante da tamanha precariedade. Há um estereótipo construído socialmente sobre os valores tradicionais, atrelando a virilidade masculina ao Futebol jogado por homens. Quando a mulher adentra neste espaço, construído como um *locus* por excelência do macho, destina-se a ela a incapacidade de praticá-lo ou até mesmo de entender as regras.

Desde muito cedo, familiares são induzidos socialmente a atrelar “boneca ou afazeres da casa” como atributos femininos e “bola e carrinho” como objetos masculinos e quando um indivíduo vai de encontro a essas indicações subjetivas, sua sexualidade é posta como algo duvidosa (o). Louro (2008, p. 21) salienta que “[...] no terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual)”.

De acordo com Romero (1994, p. 226), “[...] as diferentes culturas esperam que homens e mulheres tenham papéis e comportamentos distintos na sociedade”. Como o exemplo citado por Bia Menezes na notícia, o preconceito e o patriarcado ainda estariam presentes no imaginário de alguns pais sobre a participação do feminino no futebol ao contestar a sua participação junto aos meninos nos jogos de futebol. Na década de 90, o futebol feminino era muito incipiente, devido ao seu pouco tempo em que a lei fosse revogada e a prática estabelecida para elas. Já nessa década, foi revogada validação tendo em vista que a aceitação e a participação das mulheres em campeonatos nacionais e internacionais.

Apesar da CBF, em 1990, ofertar apoio ao futebol praticado por mulheres, os incentivos aos campeonatos estaduais eram ínfimos. Em 1991, a FIFA organizou na China, a primeira Copa do Mundo de Futebol Feminino, mas o Brasil, como ainda não tinha equipes com estruturas profissionais, convocou as jogadoras do extinto Esporte Clube Radar e terminou a competição na nona colocação (MOREL; SALLES, 2006).

Neste mesmo ano, com o apoio da CBF e da realização do evento acima, o futebol não conseguiu figurar de acordo com o esperado. Nos anos iniciais, como não ocorreram torneios nacionais e o principal Campeonato Brasileiro retornou somente em 1994, no ano anterior ao da Copa do Mundo Feminina e novamente

não conseguiu se destacar no evento, sendo desclassificado (MOREL; SALLES, 2006).

Para Dunning e Maguirre (1997, p. 345), “[...] o esporte representa para uma maioria de homens o principal local de ensino, de preservação e de expressão pública das normas tradicionais de masculinidade”. Por fim, Dunning e Maguirre (1997, p. 343) afirmam que “[...] no nível sociológico, portanto, não é surpreendente que os homens tenham geralmente a tendência a se opor às tentativas das mulheres em participar ativamente de esportes que eles consideram como uma reserva particular”. Já no processo de socialização e durante as brincadeiras na escola, na rua ou no prédio das crianças, meninas e meninos são divididos e, dificilmente, há equipes mistas, o que reforça o paradigma da superioridade masculina e, por conseguinte, o próprio patriarcado. É importante frisar que Dunning e Maguire (1997) analisam o contexto inglês, entretanto, a divisão de gênero apresentada no processo de socialização e nas brincadeiras também ocorreram no Brasil, inclusive por uma questão de Colonialidade do Poder (QUIJANO, 2005).

O pensamento patriarcal busca a manutenção de comportamentos de acordo com o gênero e o futebol não escapa desse movimento, sendo normalmente associado ao masculino. A identidade desportista aplicada aos homens exclui uma outra parcela da sociedade, que são as mulheres. Essa segregação sofrida por elas em várias esferas produz disparidades na ascensão profissional, preconceitos de gênero, assim como ratifica o patriarcalismo, de modo a insinuar que o local da mulher é fora do campo esportivo.

4.2.1 Panorama da temática 7 - aspectos financeiros, salários, premiação, contratação e equipe técnica

Nesta temática, serão analisadas 23 notícias que relatam sobre aspectos financeiros, salário, premiação, contratação de técnicos e supervisora e equipe técnica. Todas as formas de recompensa financeira para as atletas; Salários (Salários atrasados para atletas e comissão técnica); Conquista de torneios e campeonatos; Contratação / demissão – Contratação (renovação), demissão de atletas para compor as equipes para a disputa de torneios e campeonatos e condições de trabalho. Optou-se por agrupar as notícias por terem similaridade no seu conteúdo e permitindo verificar, por exemplo, se há formas de opressão em relação aos homens. Foram divididas em 3 subseções, sendo a primeira:

“contratação de técnicos e supervisora” com 9 notícias; a segunda “contratação de jogadoras” com 10 notícias e a terceira “patrocínio e investimento no futebol” com 4 notícias. Nesta temática, optou-se por agrupar as notícias, pois elas dialogam entre si e os efeitos do patriarcado para com as mulheres, já que por muito tempo a elas ficaram encarregadas da vida privada e aos homens a esfera pública.

4.2.2 Resumo das notícias 12, 97, 27, 52, 57, 77, 67, 87 e 92 do primeiro subgrupo de notícias da temática 7 (Contratação de técnicos e supervisora)

Notícia 12 - **Guardiola, Mancini e Tuchel disputam o prêmio The Best de melhor técnico**³⁷ - Fifa anuncia finalistas ao troféu de melhor treinador da temporada. Luís Cortés, Emma Hayes e Sarina Wiegman concorrem ao título no futebol feminino.

A notícia apresenta os finalistas para os melhores técnicos do mundo para o futebol masculino e feminino. As finalistas e os finalistas são técnicos de times Europeus. A seleção foi feita por uma votação composta por técnicos e técnicas de todas as seleções nacionais (masculina e feminina), os capitães de seus respectivos times, um jornalista registrado pela Fifa e torcedores. Vale destacar que, antes dessa finalíssima, tinha-se apenas um técnico da América do Sul (Argentina). Ademais, o editorial anuncia também os finalistas masculinos e femininos para o prêmio The Best (reconhecimento de melhor treinador (a) do ano).

Notícia 97 – **Arthur Elias diz que ano será mais difícil para Corinthians, fala sobre masculino e declaração de Pia**³⁸. – Treinador ressalta competitividade ainda maior no Brasil. Sobre não ter sido indicado pela Fifa entre os técnicos candidatos a melhor do mundo, cita: “A Fifa olha muito para o futebol europeu”.

O editorial inicia destacando a conquista da Supercopa feminina do Brasil pelo Corinthians. Relata sobre o modelo de competição implementado pela CBF, com sistema de “mata-mata”, jogo único e a cobertura pelo Grupo Globo do campeonato. Outro ponto observado pelo técnico paulista é a possibilidade de poder

³⁷<https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/fifa-anuncia-finalistas-ao-premio-de-melhores-treinadores-do-ano.ghtml>.

³⁸<https://ge.globo.com/blogs/dona-do-campinho/post/2022/02/28/arthur-elias-diz-que-ano-sera-mais-dificil-para-corinthians-fala-sobre-masculino-e-comenta-declaracao-de-pia.ghtml>.

contar com jogadoras mais novas e assim diversificar e oportunizar o rodízio delas. Fala do planejamento que o Corinthians possui e isso é outorgado com a imensa quantidade de títulos, competitividade e dificuldade que o clube apresenta para as equipes adversárias.

Arthur Elias comentou sobre a fala da técnica brasileira Pia Sundhage, no qual destaca que as ligas europeias têm mais competitividade em relação ao Brasil. Na ocasião, o técnico discorda da técnica brasileira e afirma que o campeonato brasileiro não está abaixo de outros e a intensidade dos jogos brasileiros também são altas. “Eu discordo totalmente dessa questão das nossas jogadoras não terem essa intensidade (GLOBO ESPORTE, 2022)”. O técnico do Corinthians fala que se as jogadoras tivessem jogando nos principais times Europeus, como Lyon, Manchester City, PSG, Barcelona as jogadoras poderiam crescer, pois joga-se com as melhores do mundo. Destacar que o campeonato Brasileiro é inferior, ele é contra. É frisado por ele que as Ligas Portuguesa, Espanhola e Inglesa têm times fracos.

O treinador fala da possibilidade de, no futuro, atuar no Futebol masculino. Já teve proposta para atuar fora do Brasil e destaca que, no momento, está muito feliz no Corinthians.

Notícia 27 - Troca na coordenação das seleções femininas se deu por insatisfação com planejamento e custo³⁹. - Aline Pellegrino vai escolher sucessora no comando de competições femininas. Duda Luizelli diz que planejamento para 2022 estava pronto.

A edição retrata a demissão de Duda Luizelli, que comandava a pasta de coordenadora de competições femininas da CBF, sendo substituída por Aline Pellegrino. O motivo da saída, divulgado pela CBF, seria “algumas questões de custo” e o desejo da diretoria de seleções por mudança no planejamento. Na entrevista, Duda respondeu que não deram os motivos para a sua demissão; relatou que o planejamento do ano estava pronto (apesar do tempo curto para prepará-lo) e a decisão foi tomada pelo Comando de Seleções da CBF, do vice Gustavo Feijó e do presidente momentâneo Ednaldo Rodrigues. Até a publicação da notícia pelo Blog, a instituição não tinha se pronunciado sobre as mudanças. A atleta divulgou

³⁹ <https://ge.globo.com/blogs/blog-da-gabriela-moreira/post/2022/01/12/troca-na-coordenacao-das-selecoes-femininas-se-deu-por-insatisfacao-com-planejamento-e-custo.ghtml>

uma carta sobre a sua passagem pela seleção e agradeceu a todos os componentes da instituição.

Notícia 52 - FAF homologa título do Ypiranga – AP, após decisão do TJD que validou final do Amapazão Feminino 2021⁴⁰. – Pleno indeferiu por unanimidade, recurso do Independente – AP que poderia mudar decisão do estadual, em julgamento na noite de terça-feira (18).

O manuscrito fala sobre a decisão final do TJD, que foi outorgado pela Federação Amapaense de Futebol (FAF) o título ao Ypiranga – AP. O resultado veio após 30 dias da final do campeonato. Com esse resultado, o Ypiranga –AP subiu na tabela e disputará o Campeonato Brasileiro A3 de 2022.

A notícia foi encerrada com o nome das atletas, comissão técnica e uma foto com todos os integrantes da equipe comemorando o feito.

Notícia 57 - Corinthians deve ter troca na base do feminino e fica perto de anunciar ex-técnica do Fluminense⁴¹ - Flu terá de se recompor após saída de Thaissan Passos, desde 2019 no clube.

Corinthians contrata Thaissan Passos, ex-técnica do time profissional carioca, para comandar a equipe Sub-20 feminino do Timão. A trajetória da técnica consta passagem pelo Fluminense em 2019, quando se iniciou o Futebol Feminino Tricolor adulto, sendo vice-Campeã Estadual em 2019, 2020 e 2021. Ela também coordena o projeto social “Daminhas da Bola”, em Duque de Caxias, e isso facilitou na implementação das categorias de base do time carioca. O planejamento do clube paulista é abrir mais categorias e serem comandadas pela atual técnica da equipe de formação, Daniela Alves. Em 2021, o Sub-16 foi campeão brasileiro.

Com a saída da técnica do futebol feminino do Fluminense, o cargo ficou vago e o time não anunciou nenhuma substituição. Outras baixas foram a saída da treinadora do time adulto e o técnico do Sub-18, que tinha sido campeão brasileiro em 2020 e campeão carioca em 2021. Além disso, as jogadoras Luiza Travassos e Luany deixaram o tricolor carioca.

⁴⁰ <https://ge.globo.com/ap/futebol/times/ypiranga-ap/noticia/faf-homologa-titulo-do-ypiranga-ap-apos-decisao-do-tjd-que-validou-final-do-amapazao-feminino-2021.ghtml>

⁴¹ <https://ge.globo.com/futebol/futebol-feminino/noticia/corinthians-deve-ter-troca-na-base-do-feminino-e-fica-perto-de-anunciar-ex-tecnica-do-fluminense.ghtml>

Notícia 77 - Técnico do time feminino do Flamengo, Luis Andrade, elogia estrutura e se encanta com torcida⁴². – Estreia na temporada será contra o Esmac, neste domingo, pela Supercopa: “Vamos entrar em campo pensando em fazer gols e vencer”.

A notícia fala sobre a estreia do técnico Luis Andrade contra o Esmac nas quartas de final da Supercopa Feminina. Para recepcioná-lo, foi feito o convite para assistir ao time masculino jogando no Maracanã e conhecer a torcida. Antes de se tornar treinador, foi jogador e atuou em clubes como Sporting, Benfica, SC Praga e outros. Comandou a equipe Tenente Valdez, Odivelas, Alta de Lisboa, e com bela atuação no Benfica. A sua carreira esportiva sempre foi dedicada à Europa. Diante do belo aproveitamento como técnico, o Flamengo fez a proposta de contratação. Um dos motivos elencados pelo técnico português para ficar no rubro-negro é o trabalho de formação, a obtenção de títulos, o projeto a longo prazo do time feminino, a estrutura do clube, assim como o planejamento.

Para a temporada 2022, o Flamengo contratou 9 atletas e iniciou o planejamento no ano anterior. O foco da equipe será a conquista de títulos e chegar na Copa Libertadores em pouco tempo. O primeiro desafio de Luis Andrade será a Supercopa, visto que os jogos eliminatórios serão iniciados nas quartas de final. Para ir passando de fase e agradar a torcida rubro-negra, o foco é fazer um estilo de jogo simples, eficaz, trabalho em grupo e pressionar logo de início, de modo a fazer gols e vencer.

Notícia 67 - Aline Xavi assume comando do futebol feminino do Santos⁴³
- Ex-jogadora substitui Amauri Nascimento, que aceitou convite da CBF para ser supervisor de competições femininas.

O ponto central da notícia é sobre a saída de Amauri Nascimento do Santos para ocupar o cargo de supervisor de competições da CBF sendo substituído por Aline Xavi, que passara a ser coordenadora. Ela já atuou como jogadora, pois foi zagueira do Santos entre 2006 e 2011, quando o “Peixe” encerrou a modalidade e

⁴²<https://ge.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/tecnico-do-time-feminino-do-flamengo-luis-andrade-elogia-estrutura-e-se-encanta-com-torcida.ghtml>

⁴³<https://ge.globo.com/sp/santos-e-regiao/futebol/times/santos/noticia/aline-xavi-assume-comando-do-futebol-feminino-do-santos.ghtml>

retornou no mês de março 2015. Em agosto do mesmo ano, foi convidada para ocupar diversos cargos, entre eles o de assistente administrativa, analista administrativa e supervisora.

Aline agradeceu ao Amauri pelos seus ensinamentos, a diretoria e comissão técnica por confiá-la ao cargo. Aline tem como meta entregar bons resultados para o clube e os torcedores. O planejamento do futebol feminino foi feito com Amauri. A nova comandante do futebol feminino destaca que seguirá com o que foi estruturado.

Notícia 87 – Ferroviária oficializa saída do técnico Leo Mendes para treinar sub-16 do Palmeiras⁴⁴. Ex-comandante do sub-20 da Locomotiva e da equipe feminina, Mendes estava no clube de Araraquara desde 2015.

A notícia fala sobre a saída de Leo Mendes, após atuar 7 anos como técnico da equipe feminina e do Sub-20 para treinar o Sub-16 do Palmeiras. Na equipe Afeana, foi campeão da Copa Libertadores em 2015 entre outros títulos.

Notícia 92 – Cruzeiro anuncia saída do técnico Rodrigo Campos do time feminino⁴⁵. O treinador, de 30 anos, foi contratado em junho do ano passado e, recentemente, saiu na primeira fase da Supercopa.

O editorial fala da demissão do técnico Rodrigo Campos, após perder na primeira fase da Supercopa feminina, vencida pelo Corinthians. O treinador estava no cargo há 9 meses. Antes da chegada de Rodrigo, ele substituiu Marcelo Frigério, após perder para o Flamengo de virada, em Belo Horizonte.

4.2.3 Análise das notícias do primeiro subgrupo da temática 7 (Contratação de técnicos e supervisora)

Na parte escrita da notícia 12, verifica-se que não há paridade ao mencionar os técnicos homens e mulheres. Dentre os 5 parágrafos, somente o 1º e o 5º são abordados em igualdade, respectivamente: “[...] A Fifa divulgou nesta quinta-feira os

⁴⁴ <https://ge.globo.com/sp/ribeirao-preto-e-regiao/futebol/noticia/ferroviaria-oficializa-saida-do-tecnico-leo-mendes-para-treinar-base-do-palmeiras.ghtml>.

⁴⁵ <https://ge.globo.com/futebol/times/cruzeiro/noticia/2022/02/18/cruzeiro-anuncia-saida-do-tecnico-rodrigo-campos-do-time-feminino.ghtml>.

finalistas aos prêmios The Best de melhores treinadores do mundo para o **futebol masculino e o futebol feminino**. O Chelsea emplacou seus dois técnicos principais: Emma Hayes e Thomas Tuchel”.; “A Fifa vai anunciar nesta sexta-feira os **finalistas entre os jogadores e as jogadoras** para os principais prêmios The Best [...] (GLOBO ESPORTE, 2022, grifo nosso)”. O 4º relata fatos comuns e não faz referência ao gênero. Ressalta-se que no 2º e 3º se elenca somente os homens.

Averiguemos em sequência: 2º “Os seguintes treinadores não conseguiram um lugar ao pódio: Peter Gerhardsson (seleção sueca) e Beverly Priestan (seleção canadense)”; 3º Os concorrentes que caíram antes da reta final foram: Antonio Conte [...]. De modo ainda mais contundente, no artigo jornalístico, tem somente uma figura e o tamanho chama bastante atenção, sendo o destaque somente para os homens brancos. Essa indicação pela FIFA somente com técnicos Europeus vai ao encontro dos estudos da “colonialidade do poder” proposto por Quijano (2005), abordado na seção 2.7 deste estudo.

Esse modo de produzir conhecimento, como se os europeus tivessem a exclusividade da sapiência como treinadores de futebol, é conhecido como eurocentrismo. Para Quijano (2000), o eurocentrismo é pensado como ideologia e paradigma, cujo cerne é uma estrutura mental de caráter provinciano, fundada na crença da superioridade do modo de vida e do desenvolvimento europeu-ocidental. Com essa indicação ao prêmio de melhores do mundo, somente para europeus e deixando de fora, técnicos da América, como o caso do técnico Arthur Elias do Corinthians mencionado na notícia 97, ele faz um desabafo: A instituição olha muito para a Europa na hora de indicar os técnicos (as) finalistas e deixa a desejar os outros países (GLOBO ESPORTE, 2022, grifo nosso). Finaliza a notícia assim: “[...] A FIFA olha muito para o futebol europeu (GLOBO ESPORTE, 2022). Essa “colonialidade do poder” se atualiza e se perpetua até os dias atuais. Essa prática social ainda se espalha, não foi mudada e esse grupo hegemônico ainda domina o poder.

Essa unilateralidade eurocêntrica, no qual se consideram como povo civilizado e o racional deixa à mercê outros povos, como os da América. Vale frisar que esse processo se iniciou com o colonialismo e se propaga até os dias atuais. Nesse caso, os conhecimentos produzidos por técnicos da América estariam alheios ao que os Europeus pregam como o correto para treinar equipes de futebol. Cada

povo possui a sua subjetividade e isso não é respeitado pela FIFA, pois os técnicos da América têm uma forma de treinar diferente dos Europeus.

Figura 13 - Guardiola, Mancini e Tuchel disputam o prêmio The Best de melhor técnico.



Fonte: <https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/fifa-anuncia-finalistas-ao-premio-de-melhores-treinadores-do-ano.ghtml>.

É sabido que, na história da humanidade patriarcal, as mulheres ficaram subalternas aos homens. Percebe-se que, na notícia 12, há um viés ideológico, perigoso que também as caracterizou com uma tendência de inferioridade, visto que o homem ficou em destaque tanto no título da notícia quanto na imagem estabelecida. É latente pontuar, que, ao suprimir as mulheres na capa da figura 13, se transmite a ideia de que o futebol seria um espaço pertencente ao gênero masculino, de brancos e de alta classe. Nesse caso, opera-se o fenômeno dos atravessamentos de opressões interseccionais, sendo eles, de gênero, raça e classe. Para Souza e Lopes (2019), as mulheres foram privadas de educação, trabalho remunerado e escolha pessoal em uma sociedade patriarcal e machista, que as deixou por muito tempo confinadas ao lar e responsáveis por todos os afazeres domésticos e sem envolvimento político. Essas nuances tornam-se terreno

fértil para a manutenção de concepções históricas do patriarcado, que julga o ser homem a partir de uma posição de domínio e poder comparado à mulher.

Esse tipo de veiculação jornalística e sutil põe em cheque a capacidade da mulher de mostrar o seu conhecimento técnico sobre a modalidade. Com isso, perpetua-se o patriarcado, os homens são massificados no esporte e os afazeres domésticos são reservados às mulheres, excluindo-as do esporte. Para Moraes (2010), o objetivo dos meios de comunicação é estimular a regulação da opinião pública por meio da divulgação de informações com determinada pauta, incluindo, excluindo temas e evitando análises mais críticas para evitar conflitos. O técnico Arthur Elias da reportagem 97 alerta sobre a dimensão de falas como a de Pia Sundhage que podem ocorrer no Futebol Feminino. Há um engajamento muito grande dos Clubes, das jogadoras e da própria CBF para a evolução do futebol praticado por mulheres. Com isso, falas que diminuem o futebol feminino atrapalham no desenvolvimento da modalidade.

[...] O que eu também fico pensando é que esse momento quando vem essa reflexão e as pessoas começam a falar sobre isso, Brasil abaixo fisicamente, falta isso, falta aquilo, a gente diminui muito nosso país, nossas jogadoras. Isso para mim é muito preocupante. Eu que estou no feminino a tanto tempo não admito olhar para a seleção brasileira e todo mundo falar que hoje a Holanda, Espanha, Itália estão melhores que o Brasil, por exemplo [...]. (GLOBO ESPORTE, 2022).

O técnico paulista reforça que o importante são reforços positivos para com o futebol feminino, algo diferente disso dificulta a ascensão e visibilidade que o esporte merece. “[...] A gente precisa de estímulo para a própria CBF, para os clubes que estão investindo principalmente para as nossas jogadoras, precisamos de jogadoras confiantes, encorajadas, que aproveitem esse momento do futebol feminino [...]” (GLOBO ESPORTE, 2022).

É significativo destacar que a contratação de uma mulher para um cargo de comando em 2020, conforme mencionado na notícia 27, parecia um alento para o gênero feminino nesta modalidade. Convém acrescentar que apenas 14% das principais organizações esportivas do Brasil são dirigidas por mulheres, e apenas 7% das federações esportivas têm uma presidenta (MOURÃO; GOMES, 2004). É possível perceber a preservação de uma linha de gênero masculina no ambiente

esportivo, uma vez que serve como um local onde o homem pode afirmar o seu espaço mitigando a ascensão feminina (COELHO, 2009). Pode-se inferir na notícia 27 que mesmo as poucas mulheres em cargos de comando têm seus destinos decididos pelos homens, no caso os dois diretores citados. Logo, percebemos a subalternidade das mulheres na notícia em questão.

Os cargos de comando esportivo representados pelas mulheres são minorias na seara esportiva. Para afastar essa realidade, o Comitê Olímpico Internacional (COI) instaurou uma meta de 20% de participação feminina em cargos de liderança e administração a ser alcançada até 2005 por comitês e federações. Entretanto, este objetivo não foi alcançado. O COI apoia a promoção das mulheres no esporte em todos os níveis e em todas as estruturas organizacionais, pois reconhece que a igualdade de gênero é um componente crítico da administração esportiva (COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL, 2014). Nesse viés, em relação aos campeonatos, o Técnico Arthur Elias, da reportagem 97, destaca que se o Futebol Feminino tivesse Mundial seria muito mais competitivo que o masculino é [...]”. (GLOBO ESPORTE, 2022)”.

A notícia 27 relata a contratação de Duda. De acordo com a tendência do COI, porém, subordinada à figura masculina e isso não propicia a autonomia necessária para desempenhar o seu estilo de trabalho, que é diferente dos homens. Mourão e Gomes (2004) destacam que, além de pequena, a participação feminina é majoritariamente em cargos intermediários da administração esportiva e sendo subordinadas aos homens. Cargos de comando ocupados na integralidade por homens, fragiliza o poder de diálogo feminino em momentos de decisões conturbadas.

A substituição de Duda, assinada por um homem, infelizmente ratifica a hegemonia nesses cargos de poder, visto que são frutos do patriarcado e subjugam a capacidade feminina em comandar equipes femininas. A notícia 27 deveria levar o leitor à reflexão acerca do intuito dessa demissão.

De acordo com o que Kanter (1993, citado por FERREIRA; SALLES; MOURÃO, 2015, p. 24) ressalta, no momento de contratação existe uma tendência para a aplicação do princípio de similaridade denominado “reprodução homóloga”. Dirigentes e técnicos perpetuam a profissão como masculina ao contratarem apenas similares a eles mesmos; ou seja: homens tendem a optar por homens. Como a maioria dos cargos de poder de decisão e de

contratação é ocupada por homens, a profissão de treinador esportivo se constitui como um reduto masculino. [...]. Quando um grupo é sub-representado numa ocupação com proporção inferior a 15 % do efetivo, ele é encarado como de *status* simbólico. Esses grupos minoritários vivenciam um isolamento das redes de contatos em relação ao grupo dominante. Além disso, tendem a ser rotulados com estereótipos e a encontrar mais dificuldade em obter credibilidade e receber suporte de outras pessoas.

Convém pontuar que a busca pelo resultado é outro fator que é levado em consideração no futebol. Caso o técnico (a) não apresente bons resultados a demissão é a solução encontrada pelo clube, conforme na notícia 92, no qual o Cruzeiro demitiu o técnico Rodrigo Campos, com apenas 9 meses no cargo. Para conquistar um resultado positivo no futebol o planejamento a longo prazo torna-se algo fundamental, conforme mencionado na notícia 77 por Luis Andrade (2022), o Flamengo visa à formação de atletas, à obtenção de títulos, o projeto a longo prazo do time feminino, a estrutura do clube, assim como o planejamento. O Rubro-Negro iniciou o planejamento no ano anterior.

Outro exemplo factível é o da notícia 87, pois o técnico da equipe do Ferroviária ficou no clube durante 7 anos e foi campeão da Copa Libertadores da América de 2015, entre outros títulos importantes para a equipe Afeana.

A aquisição de um comandante esportivo não deve ser somente para constar na súmula esportiva, mas deve estar de acordo com o que o elenco possa produzir e os objetivos do clube. Já na notícia 57, o Fluminense não apresenta planejamento sólido e a longo prazo de forma a prejudicar a ascensão do Futebol Feminino. “[...] Com a saída da técnica do futebol feminino do Fluminense, o cargo ficou vago e o time não anunciou nenhuma substituição. Outras baixas foram a saída da treinadora do time adulto [...]. (GLOGO ESPORTE, 2022).

Na notícia 27, “Duda”, não teve tempo hábil para mostrar o seu potencial, frente à seleção feminina, sendo desligada com apenas 18 meses de trabalho. Segundo Galdino, Lesch e Wicker (2022), a média de partidas de um técnico atuando no Campeonato Brasileiro de 2006 a 2021 é de 137 partidas e, durante a competição, ao menos 30 técnicos são demitidos. O tempo médio de permanência dos técnicos na elite do futebol brasileiro é de 5,8 meses⁴⁶. Percebe-se que, no Brasil, tem-se a característica da troca de técnico de forma imediatista e faz parte da filosofia futebolística brasileira e econômica, pois aqui o futebol é movido a

⁴⁶ <https://interativos.ge.globo.com/futebol/rotatividade-dos-tecnicos>

resultados do que propriamente a um planejamento a longo prazo e sólido. De acordo com estudo realizado por Norman (2010, citado por FERREIRA; SALLES; MOURÃO, 2015, p. 25).

As treinadoras de esportes de alto rendimento nos Estados Unidos apontaram que as mulheres não são levadas a sério e são consideradas pelos demais técnicos como fracas e com nível inferior de conhecimento [...]. Para se firmarem na carreira, elas carregam o pesado fardo da dúvida e suspeita dos homens [...]. Para a autora, ainda é resistente a noção patriarcal de que a masculinidade é pré-requisito para o treinamento e está intimamente ligada à liderança esportiva, desenvolvendo a ideia de que treinar atletas é tarefa para homens e não para mulheres. Assim, a associação do treinamento esportivo com a figura masculina é uma imensa e poderosa barreira para a aceitação das mulheres como treinadoras.

Ao analisar a fotografia da notícia 52, observa-se a representação nula das mulheres nos cargos de comando deste time, sendo elas comandadas por homens e sutilmente como se o futebol fosse reservado exclusivamente ao masculino. Esse pressuposto interseccional sofrido pelas mulheres, deixa uma lacuna de oportunidade para elas terem a mesmo direito de ascensão e permanência comparados aos homens. Infelizmente, a nossa sociedade ainda apresenta resquícios de machismo. No futebol percebemos ainda a dominância de um grupo padrão, sendo os homens a comandar equipes masculinas e grupos minoritários, sendo as mulheres para adentrar nessa área rotulada como “exclusiva” deles.

Figura 14 - FAF homologa título do Ypiranga – AP, após decisão do TJD que validou final do Amapazão Feminino 2021.



Fonte: <https://ge.globo.com/ap/futebol/times/ypiranga-ap/noticia/faf-homologa-titulo-do-ypiranga-ap-apos-decisao-do-tjd-que-validou-final-do-amapazao-feminino-2021.ghtml>.

Infelizmente, o futebol ainda é considerado um espaço culturalmente masculino (FRANZINI, 2005; GOELLNER, 2003). Esse vácuo das mulheres nos cargos de comando no Futebol Nacional, conforme mencionado na notícia 5, torna-se tema relevante, pois a desconstrução deste estereótipo é iniciado por este estudo acadêmico e pouco explorado na notícia. Oportunizar as mulheres em cargos de comando, tal como visto na notícia 67, no qual Aline Xavi será coordenadora, desconstrói o fenômeno do patriarcado, no qual o gênero masculino cerceia as mulheres.

A presença do patriarcado é uma barreira que impede as mulheres no alcance de cargos técnicos e de mostrar o seu potencial, como os títulos conquistados por Thaissan Passos como ex-treinadora do Fluminense e agora do Corinthians. A trajetória da técnica carioca consta passagem pelo Fluminense em 2019, quando se iniciou o Futebol Feminino Tricolor adulto, sendo vice-campeã estadual em 2019, 2020 e 2021 (GLOBO ESPORTE, 2022). Esse vestígio do patriarcado, que as vezes é ludibriado por abordagens rasas veiculadas na mídia esportiva, impede as mulheres de acessar cargos de liderança, como verificado no time do Ypiranga. Segundo abordado na notícia 27, no ambiente esportivo há uma tendência para o gênero masculino dificultando o acesso feminino. Vejamos na imagem abaixo supremacia masculina nos cargos de comando do Ypiranga. Nessa vertente, por mais conhecimento que a mulher possa ter, a força de trabalho feminina é desvalorizada e isso fica claro diante da baixa representatividade feminina em cargos de poder.

Figura 15- Comissão técnica do Ypiranga.

- **COMISSÃO TÉCNICA**
 - Rogério Barreto** - Treinador
 - Elyseu** - Auxiliar Técnico
 - Jair Brito** - Preparador Físico
 - Riba Marques** - Preparador Físico Auxiliar
 - Mistersam** - Preparador de Goleiras
 - Racso Dias** - Diretor de Futebol Amador

Fonte: <https://ge.globo.com/ap/futebol/times/ypiranga-ap/noticia/faf-homologa-titulo-do-ypiranga-ap-apos-decisao-do-tjd-que-validou-final-do-amapazao-feminino-2021.ghtml>.

A definição dos cargos de comando ocupado majoritariamente por homens é um reflexo da sociedade patriarcal, machista e racista. Os homens heterossexuais, principalmente brancos, mantêm o poder primário liderando em cargos de poder, tal como apresentado integralmente na notícia. Dessa forma, o patriarcado exerce diversas formas de controle, retirando a autonomia das mulheres, deixando o poder nas mãos de alguns, sendo homens, brancos, cisgênero e heterossexuais.

A não presença das mulheres em cargos de poder dificulta a ascensão de mais mulheres nesses cargos. O patriarcado age subjugando, oprimindo e controlando os corpos femininos. É preciso repensar como a nossa sociedade está estruturada e levar para o debate esportivo e social a presença delas em cargos de comando e no espaço público.

O desequilíbrio de poder entre os gêneros revela que a estrutura esportiva é baseada no princípio hierárquico, denotando que o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino. Desta forma, os cargos mais importantes se tornam intangíveis ao gênero feminino, não pela capacidade, mas possivelmente por não reconhecimento da mulher em cargos de liderança. (GOMES *et al.*, 2012, p. 161).

Um outro fator ilustrado por Ferreira (2011) que afeta a ascensão das mulheres aos cargos de poder na seara do futebol é a indicação de alguém, ou seja, um tutor para essa determinada função. De acordo com Ferreira (2011), ao analisar o percurso de treze técnicas de um total de 259 federações esportivas brasileiras, cerca de 7% do total, foi possível observar que o modo de acesso utilizado pelas mulheres foi por meio de convite. Isso demonstra que existe uma hegemonia masculina nesses cargos.

Assim, a mulher é atravessada por diferentes interseções para além da questão do gênero. No caso em questão, há também a classe social, pois as mulheres mais pobres e de classe média apresentam dificuldade de ter em seu círculo de amizade e profissional homens com tanto prestígio no futebol. Isso é fruto de uma desigualdade também racial, oriunda da escravidão que faz com que pessoas de classes sociais mais baixas tenham menos acesso aos trabalhos de diretoria, privilegiados ou de prestígio social no futebol e demais áreas.

A desigualdade de gênero é profunda na separação do trabalho na nossa sociedade ocidental e patriarcal, pois houve a divisão sexual do trabalho, visto que

os homens ficaram geralmente com trabalhos mais prestigiados (no caso do futebol, cargos de comando) e às mulheres relegadas ao lar, com trabalhos domésticos, da limpeza, dos cuidados com o filho, o que fez com que elas tivessem menos prestígios no futebol, de modo a duvidar do potencial feminino para comandar equipes como técnicas. Ademais, prevalecem as desigualdades nos postos de comando ocupados por elas em comparação aos homens. Isso causou um abismo social esportivo entre homens e mulheres brancos, homens e mulheres negras. Essas opressões variadas são conhecidas, nas palavras de Akotirene (2019), como Interseccionalidade, segundo abordado na notícia de número 2 e no capítulo 3.

A mídia tem um papel importante, proporcionando informações suficientes, mostrando vários lados de um mesmo fenômeno, a fim de ajudar em uma compreensão mais apurada da sociedade. Alsina (2009, p. 303) “[...] dispõe ao jornalismo e aos jornalistas o papel social de utilizar a mídia como uma forma de transmitir a realidade, ao expor assuntos de interesse público e informar sobre as injustiças sociais”. A mídia como instituição formadora de opinião deveria ter o foco em reforçar a igualdade entre os gêneros, de acordo com o indicado em manuais de boas práticas para a promoção de igualdade de gênero⁴⁷ e para afastar a presença patriarcal que circunda as estruturas sociais e mais especificamente a esportiva, como na análise em questão.

4.2.4 Resumo das notícias 2, 22, 32, 37, 47, 62, 72, 82, 102 e 107 do segundo subgrupo de notícias da temática 7 (Contratação de jogadoras)

Notícia 2 - De malas prontas para o futebol espanhol, Giovaninha afirma: "Quero conquistar meu espaço"- Destaque do time feminino do São Paulo nas últimas temporadas, atacante nascida em Mogi das Cruzes vai defender o Granadilla, atual quarto colocado da liga espanhola, neste início de 2022.⁴⁸

A entrevista relata a ida da atacante de 19 anos, do São Paulo, Giovana Marcelino, para a Espanha, onde irá defender o Granadilla Tenerife.

⁴⁷<https://www.sintrajud.org.br/wp-content/uploads/2019/04/Manual-de-Boas-Pra%CC%81ticas-Versa%CC%83o-Impressa%CC%83o.pdf>.

⁴⁸<https://ge.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/futebol/noticia/de-malas-prontas-para-o-futebol-espanhol-giovaninha-afirma-quero-conquistar-meu-espaco.ghtml>

Notícia 22 – **Corinthians anuncia saída de Vic Albuquerque, destaque do feminino**⁴⁹. - Jogadora de apenas 23 anos disputou mais de 100 partidas com o Timão.

O manuscrito destaca a saída da meia atacante Vic Albuquerque para o Madrid CFF da Espanha. Ela ganhou vários títulos importantes, como o Brasileirão (2020 e 2021), Libertadores (2019 e 2021) e Paulistão (2019, 2020 e 2021). Outras duas atletas também deixam o elenco. Entretanto, ocorreram as renovações com suas principais atletas, como Gabi Zanotti, Tamires e outras. O técnico Arthur Elias e toda a sua comissão técnica também continuam em 2022.

Notícia 32 – **Tamires traça planos de atuar até os 40 anos e mostra apetite por taças no Corinthians: “Manter no topo”**⁵⁰. Jogadora polivalente tem 34 anos e renovou seu contrato com o Timão por mais uma temporada.

Principal atleta do alvinegro, com aproximadamente 100 jogos, planeja atuar por mais 6 temporadas até a sua aposentadoria como jogadora. A atleta não tem nada definido após encerrar a sua trajetória nos gramados, mas está cursando o curso de treinadora da CBF. O foco da atleta é estar bem em campo. - “ A ideia é seguir competindo em alto nível, manter a forma física, o apetite pelo jogo, e deixar o futuro ir se desenhando (GLOBO ESPORTE, 2022)”. Tamires pretende continuar ajudando o Corinthians a conquistar títulos e deixar um legado para as próximas gerações. Ela se dedica a cada dia mais e mais, pois as competições estão sendo bastante competitivas. Em 2021, o “Timão” conquistou a tríplice coroa, com Paulista, Brasileiro e Libertadores. Essa conquista vem ao encontro com uma gestão sólida e o apoio da torcida com o futebol feminino. Além disso, a comissão técnica é a mesma desde 2016. Um dos objetivos da atleta é a disputa da Copa do Mundo feminina em 2023, e a Olimpíada de Paris em 2024.

Notícia 37 – **“Micaelly renova com o São Paulo para mais uma temporada: “A história continua”**⁵¹. – Natural de Atua, atacante amazonense atuou em 32 partidas com a camisa Tricolor em 2021 e marcou três gols.

⁴⁹ <https://ge.globo.com/futebol/times/corinthians/noticia/corinthians-anuncia-saida-de-vic-albuquerque-destaque-do-feminino.ghtml>

⁵⁰ <https://ge.globo.com/futebol/times/corinthians/noticia/tamires-traca-planos-de-atuar-ate-os-40-anos-e-mostra-apetite-por-tacas-no-corinthians-manter-no-topo.ghtml>

⁵¹ <https://ge.globo.com/am/futebol/noticia/micaelly-brazil-renova-com-o-sao-paulo-para-mais-uma-temporada-a-historia-continua.ghtml>

O paper jornalístico fala sobre a renovação contratual da atleta com o São Paulo para a temporada seguinte e relata a sua atuação em 2021 no Campeonato Brasileiro Feminino e no Campeonato Estadual Paulista, ambos com eliminação nas fases finais dos devidos eventos. Por fim, o editorial, traz um vídeo com os melhores momentos da atleta atuando pelo São Paulo Futebol Clube.

Notícia 47 - **Corinthians contrata a atacante Mylena e chega a cinco reforços para a temporada**⁵². – Com passagem pela seleção brasileira, ela estava no futebol chinês.

O editorial relata a contratação da atacante de 21 anos para as competições de 2022. Ela é formada por um clube carioca, como atleta profissional, já atuou em Portugal e pelo clube brasileiro Avaí Kinderman. Além disso, já defendeu a seleção brasileira.

Notícia – 62 **Bragantino anuncia seis reforços para equipe feminina, que estreia na elite nacional neste ano**⁵³ - Massa Bruta iniciou a pré-temporada e manteve quase todas as atletas de 2021.

O editorial fala sobre o investimento do clube para o ano de 2022 com a contratação de seis jogadoras. O time estreou em 2022 na elite do Futebol Feminino após ser campeão Brasileiro Feminino A2 em 2021. Uma outra competição que fará estreia será o Campeonato Paulista e com a direção da técnica Rosana Augusto, que substituiu Camila Orlando. Do Time de 2021, quase todas foram mantidas e somente três não seguiram na equipe. Dessas três, uma foi para outra equipe e duas decidiram parar com o futebol profissional.

Notícia 72 - **Zagueira brasiliense Kaká é contratada como reforço do Santos**⁵⁴. – Jogadora foi “adotada” pelas donas do Minas Brasília no início da carreira e agora parte para primeira experiência fora do futebol do DF.

⁵²<https://ge.globo.com/futebol/times/corinthians/noticia/corinthians-contrata-a-atacante-mylena-e-chega-a-cinco-reforcos-para-a-temporada.ghtml>

⁵³ <https://ge.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/futebol/times/bragantino/noticia/bragantino-anuncia-seis-reforcos-para-equipe-feminina-que-estrea-na-elite-nacional-neste-ano.ghtml>

⁵⁴<https://ge.globo.com/df/futebol/noticia/zagueira-brasiliense-kaka-e-contratada-como-reforco-do-santos.ghtml>

O paper fala da contratação pelo Santos da meia Ana Carla, a goleira Anna Bia, a atacante Jane e Zagueira Káká de 22 anos. Antes de chegar no Santos, atuou pelo Minas Brasília. A trajetória de Káká no mundo da bola foi conturbada, pela dificuldade de conciliar a rotina de estudos e treinos. A solução encontrada foi morar com a família da atacante Victória Albuquerque, amiga de infância e companheira de time no Minas Brasília.

Com a ascensão de Káká na educação superior, e a rotina de estudos, treinos e estágio, a alternativa foi morar com Nayara e Nayeri Albuquerque, donas do Clube Minas Brasília. Posteriormente, outras jogadoras passaram a viver no local e ficou conhecido como Casa das Atletas.

Notícia 82 - Ex-Bahia, atacante Gadu é anunciada no Santos para a temporada 2022⁵⁵. – Em dezembro de 2021, o Tricolor baiano decidiu suspender o futebol feminino e dispensou as jogadoras.

O editorial relata o reforço feito pelo Santos com a contratação da atacante de 24 anos, para a temporada de 2022. Esse reforço feito pelo clube paulista, ocorre após o Bahia suspender momentaneamente por 3 meses as atividades do futebol feminino, até o início dos campeonatos nacionais. O clube relata que as jogadoras devem se reapresentarem em abril. A atacante tem ótimo aproveitamento no Bahia; nos anos de 2019 foi artilheira do Campeonato Brasileiro Feminino A2, atuou também em 2020 e 2021. Além do Bahia, Gadu já defendeu o Real Brasília.

A atleta fez duras críticas à estrutura do Bahia Futebol Clube para com o futebol feminino e chegou a dizer que faltava alimentação nas viagens.

Notícia 102 - Com reforços, Flamengo estreia no Brasileirão feminino contra o São Paulo⁵⁶. – Com reforços, Flamengo estreia no Brasileirão feminino contra o São Paulo.

⁵⁵<https://ge.globo.com/ba/futebol/noticia/ex-bahia-atacante-gadu-e-anunciada-no-santos-para-a-temporada-2022.ghtml>

⁵⁶<https://ge.globo.com/video/com-reforc-os-flamengo-estrela-no-brasileirao-feminino-contra-o-sao-paulo-10364404.ghtml>

O editorial fala sobre o investimento do time Rubro Negro com as 11 contratações para a temporada 2022 e destaca a apresentação da jogadora Thaisa no seu elenco. A atleta já atuou em outros clubes e também defendeu a seleção brasileira. Além disso, destaca a chegada do treinador português Luis Andrade, para comandar o time carioca. A meta do Flamengo é chegar no patamar do Corinthians, no qual o timão é tricampeão do Brasileirão e da Libertadores, além da Supercopa feminina, no qual o Flamengo foi eliminado na semifinal.

O Flamengo já foi campeão Brasileiro em 2016 quando a competição tinha 8 equipes e o formato atual é com 16 equipes, sendo a estreia contra o São Paulo. O time São Paulino tem na sua equipe a jogadora “Formiga”. O Flamengo vai para ter 3 jogos pela competição e os jogos serão no Estádio Luso Brasileiro, localizado na Ilha do Governador – RJ, derrotado pelo time Paulista.

Notícia 107 - **Ex- Real Ariquemes, atacante acerta com Athletico Paranaense feminino**⁵⁷. – Atleta já se encontra em Curitiba treinando com o elenco do CAP.

Contratação da jogadora Monique Corrêa oriunda da cidade de Rondônia vai começar a defender o Athletico Paranaense no campeonato Brasileiro A2 do futebol feminino.

4.2.5 Análise das notícias do segundo subgrupo da temática 7 (Contratação de Jogadoras)

A notícia 2 discorre sobre a atleta “Giovaninha” do São Paulo. Quando criança, a sua trajetória no mundo futebolístico foi diferente da maioria das meninas, ou seja, o seu contato com a bola foi desde sempre e às outras panelas e comidinhas. A sociedade encara o futebol como esporte viril e de másculo (SOUSA; ALTMANN, 1999). O pai da atleta, aos finais de semana, jogava futebol e sempre a levou aos jogos. Com isso, ela praticava o esporte na beira do campo com outros meninos e isso propiciou o seu maior contato com a modalidade, conforme relato do pai da atleta: “Ela ia assistir às minhas partidas. Enquanto eu estava jogando, a Giovana ficava brincando de bola com os meninos no cantinho do campo e **foi**

⁵⁷<https://ge.globo.com/ro/futebol/noticia/2022/03/16/ex-real-ariquemes-atacante-acerta-com-athletico-paranaense-feminino.ghtml>

continuando” (GLOBO ESPORTE, 2022, grifo nosso). Isso demonstra que, se desde a infância as meninas tivessem acesso a qualquer prática esportiva e fossem aceitas de modo natural no ambiente futebolístico que se julga como historicamente masculinizado, algo pertencentes a heteronormatividade, ou a virilidade, a trajetória delas poderia ser diferente, com mais possibilidades de escolha. Para Sousa e Altmann (1999), aos meninos /homens, “dotados” de força física e coragem, estão aptos aos esportes mais violentos, corpo a corpo, como o futebol, judô, basquete, entre outros; já as meninas/ mulheres, “naturalmente” mais graciosas e frágeis, resistentes, competem a atuação nas danças e ginástica rítmica, por exemplo.

O pai da atleta não teve a visão machista de remeter a filha aos afazeres doméstico, do cuidado da família e do lar, de ser boa mãe ou boa esposa ou boa dona de casa, estes atributos do patriarcado e que de forma avassaladora limita o leque de oportunidades na vida das mulheres, seja ela no campo esportivo, profissional e mesmo ontológico.

Percebe-se que a trajetória dessa atleta contou com uma “figura” que fazia parte do meio esportivo e facilitou a sua jornada até a fase profissional. Na categoria de base, o pai da atleta era o treinador do time de Jundiapéba Futebol Clube, time pelo qual ela jogou quando criança. Aqui no Brasil o quantitativo de técnicas femininas é irrisório e a aceitação de meninas nessa seara desportiva é encarada primeiro com o estereótipo que aquele lugar não é para ela.

Por meio de um levantamento quantitativo realizado com 259 federações esportivas brasileiras, constatou-se que as mulheres constituem apenas 7% dos treinadores filiados. Além disso, em 71,4% das federações consultadas existem somente homens como técnicos. Portanto, confirmou-se que no Brasil a representatividade feminina é muito baixa, podendo ser considerada uma presença simbólica (FERREIRA, 2012, p. 74).

O apoio familiar para conquistar esse objetivo é fundamental para atingir o sucesso profissional. Além disso, a falta de referências de mulheres atuando como jogadoras profissionais, bem-sucedidas e como técnicas também desestimula novas profissionais na área.

No Brasil, o sucesso profissional, quando cogitado, é vislumbrado fora do país, onde o reconhecimento é mais digno. Os Estados Unidos, a Europa e o

Barcelona abrem as portas para as mulheres⁵⁸ jogadoras, as quais buscam melhores condições de trabalho, remuneração e reconhecimento.

Uma das metas das jogadoras de futebol do nosso país é atuar fora do Brasil para que tenham melhores condições de treinamento, mais retorno financeiro e conseguir ser reconhecidas por seus talentos. Isso posto, a diferença entre as premiações no nosso país, respinga na remuneração das atletas. O time campeão Brasileiro Feminino de 2021 recebeu R\$ 290 mil, o valor corresponde a apenas 0,87% do valor recebido pelo Campeão Brasileiro de Futebol Masculino R\$ 33 milhões (UOL, 2021).

A notícia 82 relata o desabafo da atacante “Gadu”, quando passou pelo Bahia Futebol Clube relata problemas básicos, como falta de alimentação para as atletas (GLOBO ESPORTE, 2022). Diante disso, muitas atletas visam o exterior por terem melhores condições de trabalho para as atletas. Com esse breve apontamento, a carreira no exterior torna-se meta para as atletas brasileiras. Averiguemos o relato da atleta “Giovaninha da notícia 2”: “Sempre acompanhei o futebol espanhol [...]. É mais tático o futebol de lá, acho que vou evoluir bastante – espera a jogadora, que embarca para a Europa na primeira semana de janeiro” (GLOBO ESPORTE, 2022).

As nações do norte global, de um modo geral, têm mais capital e atraem os melhores atletas, tanto na modalidade feminina quanto na masculina. Sem os africanos e africanas, sul-americanos e sul-americanas, já tradicionalmente exploradores pelos ex-colonizadores, as ligas europeias talvez fossem bem menos atrativas. Para Lima e Barros (2022, p. 112), “o discurso decolonial visa protagonizar àquelas (es) que por um bom período da história da humanidade no futebol foram excluídas (os) de tal prática, ou seja, viveram um ‘papel’ de subalternidade dentro da sociedade e da narrativa histórica esportiva”. A colonização que o futebol sofreu e vem sofrendo com esse pensamento do norte global e colonial deve ser um campo de resistência dentro do campo futebolístico e de problematização social, pois, com a perspectiva decolonial, pode-se rechaçar a discriminação de gênero no esporte.

Ao iniciar no futebol nas categorias de base, “Giovaninha” se deparou com outro problema recorrente nas categorias de acesso, que é a pouca existência de equipes somente femininas. Vejamos o relato do pai da jogadora: “Como a equipe

⁵⁸ <https://esporte.ig.com.br/futebol/2019-03-08/futebol-feminino-andressaalves>.

do Jundiapéba Futebol Clube não tinha divisão por sexo, jogava ao lado dos meninos e começou a se destacar” (GLOBO ESPORTE, 2022). Diante deste problema e como o pai da atleta era o treinador, isso facilitou o prosseguimento no futebol. Esse cenário de se ter um pai como treinador é atípico no futebol e os cargos de gestão na seara futebolística na sua grande maioria são ocupados por eles.

Sabe-se que a maioria dos cargos de comando nos clubes esportivos são ocupados por homens brancos (TONINI, 2010). Se o homem negro já sofre subordinação, imagina mulheres brancas e, mais ainda, as mulheres negras. Nesse caso, teríamos diversos sistema de opressão operando sobre as mulheres e isso é cunhado por Crenshaw (2002), conceito abordado no capítulo 3.

Se a mulher é “o outro do homem”, como afirmava Simone Beauvoir (2009), então a mulher negra é “o outro do outro” (RIBEIRO, 2019), pois as camadas de subalternidade que incidem sobre elas são mais numerosas e densas. Corroborando estes aspectos, “[...] a ausência de mulheres em cargos de destaque na gestão esportiva dos clubes é um ‘reflexo contextualizado’ da ausência das mulheres em ambientes públicos e políticos do final do século XIX” (SALVINI; MARCHI JUNIOR., 2016, p. 308). Com isso, a visão ainda patriarcal de gestores homens encara a carreira esportiva feminina algo não indicado para elas, achando que o futebol é um espaço exclusivo para o público masculino.

Na notícia 32, Tamires busca quebrar essa visão patriarcal, única e reducionista, quando se veicula que o lugar da mulher é fora do campo. O editorial apresenta a intenção da jogadora de no futuro adentrar em outro patamar no mundo da bola, que seria o cargo de técnica. É de se comemorar o aumento do gênero feminino atuando como jogadoras, pois a participação delas só foi regulamentada pela FIFA em 1983. É pertinente lembrar que, no seio social e esportivo, acontece a participação das mulheres em afazeres fora do lar. Elas são excluídas por força do gênero e, conseqüentemente, é excluída a participação feminina em cargos de técnicas no futebol. Para Ferreira *et al.* (2017, p. 1, grifo nosso), “[...] na arbitragem, na mídia, na gestão de clubes, federações e confederações ou no **treinamento de atletas e equipe**, evidencia-se que a presença feminina é ainda muito baixa, tanto no contexto nacional quanto no internacional”. A superação de obstáculos pelas mulheres no futebol é constante, pois, no século passado, foram proibidas de jogar

futebol por ser mulher e, no século XXI, ainda é pertinente a insistência em as excluir de setores de comando, onde há infelizmente uma hegemonia masculina.

A história feminina no futebol deveria ser suficiente para mostrar que, independente do gênero, as mulheres são capazes de desenvolver qualquer atividade, seja ela de comando ou não e que cargos de elite podem ser desenvolvidos por elas. Infelizmente, o futebol ainda é considerado um espaço culturalmente masculino (FRANZINI, 2005; GOELLNER, 2003). O ambiente público deve ser considerado apto para as mulheres e o cenário privado, como algo inerente a elas deve ser rompido. Talvez por isso, antigamente, o espaço privado era indicado para as mulheres, o que não exigia determinada postura de comando no sentido de que fazer com que o imaginário social e esportivo não relegasse a elas cargos de comando.

Segundo Hartmann; Folbre (2008, citado por TEIXEIRA, 2008, p. 36) As mulheres podiam ter alguns postos de trabalho que pagavam menos porque elas eram mulheres, o que também as incentivava a ficar em casa cumprindo o papel de mães e esposas. A base material para a opressão dos homens sobre as mulheres, o patriarcado, era assegurada, relegando empregos mal pagos, muitas vezes análogos ao trabalho doméstico.

A história das mulheres futebolistas demonstram que elas tiveram e ainda precisam encarar preconceitos, serem insistentes para ter uma possível equidade no futebol praticado por homens e mulheres e nos cargos de comando essa tardia equidade de inserção é mais um desafio para a permanência delas. De acordo com (FREITAS, 1990, p. 36), “o preconceito com relação às mulheres que atuam em áreas não convencionais fez com que esses ofícios, quando ocupados por elas, não fossem encarrados como profissão, o que submetia estas ocupações a uma baixa remuneração ou até mesmo a uma ausência dela”.

A partir da história feminina esportiva, é possível perceber que o futebol é um espaço machista, cujo o papel da mulher é visto como indicado à casa e família. A atitude de Tamires na notícia 32, busca superar a visão reducionista da mulher ao espaço privado, rompe-se com a visão patriarcal que subjuga, desempodera e oprime as mulheres.

A jogadora na entrevista 32 fala “em deixar um legado para as próximas gerações (GLOBO ESPORTE, 2022)”. A história do esporte futebol é

predominantemente masculina, mas tivemos contribuições delas no esporte e isso não pode ser desconsiderado e nem inviabilizado. Na história do Futebol no Oriente, as mulheres praticavam este esporte com os homens, visto que não foi uma prática restrita ao público masculino (FIFA, 2022). O fato de Tamires da notícia 32 ter uma carreira esportiva de vitória, nada comparado ao masculino, serve de motivação e exemplo para outras atletas a continuarem e ser um ato de resistência para desconstruir o futebol como algo padronizado heterossexual. Com esses atos, as mulheres driblam os preconceitos, ganham credibilidade, visibilidade e a não desistirem de seus sonhos.

Com a discrepância entre homens e mulheres nos diversos setores esportivos, os homens têm melhores remunerações, reconhecimento, publicidade e condições de treino e jogos. A notícia 22 sinaliza a saída da jogadora Vic Albuquerque, não sendo exploradas as condições de atuação das mulheres no futebol brasileiro, pois ainda sofrem preconceito e discriminação, fato este rechaçado no Estatuto da FIFA, que busca como objetivo a igualdade de gênero no futebol.

A discriminação de qualquer tipo contra um país, pessoa privada ou grupo de pessoas em razão de raça, cor da pele, etnia, origem social ou nacional, gênero, deficiência, idioma, religião, opinião política ou qualquer outra opinião, riqueza, status de nascimento ou qualquer outro status, orientação sexual ou qualquer outro motivo é estritamente proibida e punível com suspensão ou expulsão (FIFA, 2021, p. 13, tradução do autor).

A participação feminina no treinamento de atletas ainda é muito baixa, e infere-se que há um forte preconceito contra o gênero feminino para ocupar cargos fora da atuação nos gramados. A iniciativa do clube de Tamires (Corinthians) na contratação de cinco reforços, como consta na notícia 47, busca impulsionar e tentar elevar o Futebol Feminino no mesmo patamar do masculino com a perspectiva de alcançar títulos, visibilidade e aumento de receita. Junto a isso, percebemos a fala de Tamires na notícia 32: “[...] Uma gestão sólida e o apoio da torcida com o futebol feminino (GLOBO ESPORTE, 2022).

Giddens (2002) evidencia que a visibilidade de um esporte depende se ele recebe um nível satisfatório de exposição em jornais, revistas, rádio ou televisor. Um evento de alto nível que garante patrocinadores e publicidade. O estudo de Giddens

(2002) é validado pelo apoio da torcida conforme mencionado por Tamires na notícia 32. Em 2021, o “Timão” conquistou a tríplice coroa, com Paulista, Brasileiro e Libertadores. Essa conquista vem ao encontro com uma gestão sólida e o apoio da torcida com o futebol feminino. Além disso, a comissão técnica é a mesma desde 2016 (GLOBO ESPORTE, 2022).

Aqui no Brasil o Futebol feminino a cada dia ganha mais visibilidade e os clubes investem em contratações de jogadoras, conforme as reportagens 37, 62, 72, 102, 107 para atrair maior visibilidade.

A receita financeira de um clube de futebol vem de diversas formas, como a bilheteria dos jogos, patrocínio com empresas, direitos de transmissão, venda de jogadoras e premiações. A cada dia, o Futebol feminino ganha mais visibilidade na mídia. Isso é comprovado com o aumento da exibição de partidas na rede aberta de televisão e o aumento no número de competições.

Pode-se trazer mais patrocínio e fazer mais contratações. Em 2019, os clubes da série A foram obrigados pela CBF a terem equipes formadas por mulheres, o que propiciou a ampliação do Futebol feminino para um maior público. Essa conquista é viabilizada com a apresentação de bons jogos.

Os meios midiáticos influenciam de forma significativa o mundo da bola e podem dar mais visibilidade as jogadoras e aos clubes. Isso torna possível ter mais patrocinadores e mais investimentos. O futebol feminino pode atrair espectadores e a mídia exercendo uma função fundamental de divulgação, pode atingir um maior número de espectadores na sociedade, times, torcidas, aumento salarial para jogadoras e premiações.

Com equipes sendo competitivas, pode-se adquirir mais títulos para o clube e isso só é possível com boas jogadoras e investimentos. Para o Futebol feminino avançar, é necessário fornecer a estrutura ideal que uma jogadora precisa, com acompanhamento multidisciplinar, campos adequados para jogos, treinos, vestiários limpos, bem equipados, salários sem atraso, alojamento, alimentação e uniformes para jogos e treinos. A realidade salarial das jogadoras está muito aquém do que realmente é necessário para se manter como atleta e a não depender de outra profissão.

A contratação de reforços, conforme nas reportagens 37, 62, 72, 102 e 107, com novas jogadoras para compor seus elencos, viabiliza bons espetáculos

futebolísticos e, conseqüentemente, mais retorno financeiro para a instituição. A mídia pode potencializar a nova craque dos gramados e, com isso, pode-se levar mais público ao evento esportivo, vender mais camisetas, atuar em propagandas e a própria mídia se alimentar da sua imagem no sentido de demonstrar com rigidez e firmeza que o esporte não tem gênero, assim como a visão patriarcal precisa ser superada.

É necessário que a mídia esportiva defenda o Futebol feminino com questões pertinentes, como a dominação da heterossexualidade no esporte, de modo a conscientizar que os papéis da vida privada não fiquem restritos à mulher. Os homens também podem realizar os afazeres domésticos e cuidar dos filhos, como também o futebol pode ser jogado por elas. Uma das funções do jornalismo esportivo é o entretenimento, porém, vale ressaltar que a imprensa não pode ficar restrita a isso. A sutilidade em abordar assuntos que geram conforto ao leitor, pouco ajuda as mulheres a sair dessa posição de subalternidade esportiva.

Ao estudar as relações sociais, e particularmente as relações de poder presentes nos discursos associados aos esportes e especialmente ao futebol, percebemos que há a necessidade de uma maior visibilidade da prática do esporte por mulheres na cobertura da mídia e de uma representação mais realística e assertiva (BARRETO, 2017, p. 12).

Tendo em vista a dificuldade dos grupos minoritários em se reafirmar na nossa sociedade, as notícias meramente informativas e com objetivo de entretenimento não são o suficiente e que reportagens mais profundas e que possibilitem a denúncia da desigualdade de gênero e a reflexão também são necessários, pois elas sofreram represálias nesse meio que é tradicionalmente masculino. Para Santos e Lemos (2021, p. 229), “O silenciamento do futebol feminino na mídia esportiva é uma consequência da dominação masculina na sociedade”. É preciso manifestar a existência feminina esportiva, buscar a igualdade de gênero e promover uma reflexão sobre a invisibilidade do futebol feminino, pois elas passaram por invisibilidade, durante 40 anos, no futebol, fora os séculos de dominação patriarcal.

Santana e Badiali (2017) são contundentes e salientam da necessidade de mudança na forma de gestão dos clubes de futebol feminino, criticam o jornalismo esportivo por explorar conteúdos que geram mais lucro e apontam que a mídia esportiva nacional tem potencial para auxiliar na transformação do futebol feminino brasileiro.

Os privilégios masculinos estão enraizados na nossa sociedade e atingem todas as mulheres e em diferentes graus. Essa perspectiva em que os homens têm preferência é denominada por Pierre Bourdieu (2020) como androcentrismo. Para Bourdieu (2020, p. 12), “a dominação masculina, embasada na sociedade androcêntrica, repete comportamentos que oprimem as mulheres de forma tão corriqueira, que mesmo diante de situações intoleráveis, a vítima não percebe que é alvo”. Neste conceito, o homem, o masculino é tomado como medida para todas as coisas. No campo futebolístico, este espaço foi reservado aos homens, julgando que deveria ser ocupado naturalmente, tradicionalmente por eles e as mulheres os serviços de casa. Esse privilégio dos homens potencializou o patriarcado e deixou as mulheres sem o seu reconhecimento de igualdade em diversas questões sociais, econômicas e esportivas.

Ao propiciar a equidade de gênero no esporte, a tradição patriarcal é deixada de lado e as mulheres deixam a posição de sub-representação esportiva e aquela hegemonia masculina como se o esporte, o futebol, fosse algo restrito a eles.

4.2.6 Resumo das notícias 7, 17, 42 e 112 do terceiro subgrupo de notícias da temática 7 (Patrocínio e investimento no Futebol Feminino)

Notícia 7 - **Salários atrasados, corte na alimentação e falta de uniformes: Vasco se pronuncia sobre problemas no futebol feminino** - Clube diz que busca alternativas para tornar a categoria autossuficiente financeiramente e que mudanças acontecerão já na reapresentação do elenco, prevista para 17 de janeiro.⁵⁹

A notícia narra a defasagem dos quesitos básicos para as atletas femininas do Clube poderem competir e treinar dignamente. Entre as lacunas para a manutenção das jogadoras, estão os atrasos de salários, alimentação insuficiente,

⁵⁹ <https://ge.globo.com/futebol/times/vasco/noticia/vasco-se-pronuncia-sobre-denuncias-envolvendo-o-futebol-feminino-em-busca-de-solucao.ghml>

falta de uniformes para treinos e jogos, centro de treinamento exclusivo para as atletas e autossustentabilidade da categoria.

Notícia 17 - Ajuste no fluxo de caixa: Cruzeiro comunica pagamento do 13º e do salário de dezembro – Aporte não foi realizado pela empresa que adquiriu as ações da SAF

A matéria fala sobre o pagamento de salários atrasados aos funcionários (isso é recorrente e acontece há dois anos), incluindo profissionais administrativos, jogadores e jogadoras, tanto profissionais quanto das categorias de base. Recentemente o clube aderiu ao SAF, que significa Sociedade Anônima de Futebol, o qual incentiva a migração de clubes de futebol para o formato de clubes-empresas.⁶⁰, porém os pagamentos ainda não ocorrem em razão dessa nova modalidade de gestão, e sim ajuste na folha de pagamento, com cortes de jogadores com altos salários, revisão de acordos e reavaliar despesas com o futebol.

Notícia 42 – “The Best: Christine Sinclair recebe o prêmio especial da Fifa para o futebol feminino⁶¹”. – Atacante canadense, recordista de gols por seleções entre mulheres e homens, conquistou em 2021 o ouro olímpico em Tóquio.

O editorial fala sobre o prêmio da FIFA para a atleta. Ela relata a importância da entidade pelo reconhecimento e o apoio da sua família no futebol feminino. “[...] agradecer à minha família, meus pais, que sempre me incentivaram, meu irmão. Eu estou aqui hoje porque vocês todos me ajudaram” (GLOBO ESPORTE, 2022). Em parte de sua entrevista, fala das premiações conquistadas ao longo da carreira e de inspirar para gerações futuras.

A atleta já foi indicada ao prêmio de melhor jogadora do mundo cinco vezes e sua carreira esportiva foi toda construída nos EUA, com a conquista de 4 títulos nacionais. A entrevista é encerrada com a evolução e o apoio dado ao Futebol Feminino.

⁶⁰<https://ge.globo.com/negocios-do-esporte/noticia/2022/09/02/o-que-e-saf-entenda-o-formato-de-clubes-empresa-que-mudou-o-futebol-brasileiro.ghtml>

⁶¹ <https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/noticia/the-best-christine-sinclair-recebe-o-premio-especial-da-fifa-para-o-futebol-feminino.ghtml>

Nesse momento da minha carreira, sinto muito orgulho de fazer parte desse jogo desde o início, quando havia pouco apoio e um ambiente que não se compara com o momento atual, hoje sim temos apoios e grandes competições”. As atletas têm sido muitas vezes preteridas, e meu objetivo é continuar crescendo (GLOBO ESPORTE, 2022).

Notícia 112- Após ano de recorde, VP da base destaca trabalho e DNA: “O atleta tem que entender o Flamengo pelas paredes”.⁶² – Em dia de estreias das categorias sub-15,17 e 20, Vitor Zanelli, vice-presidente do futebol de base, do futebol feminino e de futsal do clube, projeta próximos passos da pasta.

Entrevista com vice-presidente da base, do futebol feminino e de futsal, fala sobre alguns pontos do Clube Regatas do Flamengo, como investimento e destaca que os atletas do clube precisam se identificar e entender a história do clube. Para isso, um trabalho multidisciplinar foi feito e frases de ex-atletas e atletas atuais foram dispostas nos corredores para se chegar no objetivo e motivá-los. Nessa notícia, de forma majoritária e explícita, se glorifica figuras masculinas, no qual as mulheres se tornam minorias e excluídas. Essas diferentes formas de opressões e marginalização de acesso, privilégios, vantagens sociais e esportivas para os homens. Com isso, a entrada das mulheres em cargos do alto escalão se torna impossível de ser conquistado.

Figura 16 - Reinier, ex-Flamengo, aparece em parede posicionada em frente ao campo, e busca pelo gol é destacada



Fonte: Reinier, ex-Flamengo, aparece em parede posicionada em frente ao campo, e busca pelo gol é destacada

⁶²<https://ge.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/2022/03/26/apos-ano-de-recorde-vp-da-base-destaca-trabalho-e-dna-o-atleta-tem-que-entender-o-flamengo-pelas-paredes.ghtml>

Outros pontos destacados por Vitor Zanelli: A) recorde de títulos na base (2021) e isso é ocasionado pelo investimento que o clube faz e apoio do presidente; B) interesse da CBF no técnico do Sub-20 para comandar essa mesma categoria da seleção brasileira; fala da formação e transição dos atletas masculinos para as equipes profissionais, da preparação e negociação de atletas para outros países.

Em relação ao Futebol Feminino, o entrevistador busca saber se o Flamengo terá condições para conquistar o título do brasileiro, tendo em vista equipes bem tecnicamente e encorpadas como o Corinthians e o Ferroviária na competição. Vitor Zanelli destaca que, em 2019, o planejamento foi executado em conjunto pelo clube com os setores de Marketing e comunicação e que está dando certo. Ele finaliza a entrevista falando que os locais onde são expostos os patrocínios estão todos vendidos e, com isso, foi possível trazer atletas de alto nível para o elenco.

4.2.7 Análise das notícias do terceiro subgrupo da temática 7 (Patrocínio e investimento no Futebol Feminino)

O problema no investimento, na categoria de base para as mulheres, é algo recorrente em alguns clubes brasileiros, conforme apontado por “Gadu” na notícia 82, ao passar pelo Esporte Clube Bahia. Felizmente, a realidade de Clubes como o São Paulo, da notícia 2, Corinthians, Flamengo, na notícia 112, ratificado na fala do diretor do Flamengo Vitor Zanelli (2022) com recorde de títulos na base (2021) é propiciado pelo investimento que o clube faz e o apoio da diretoria. Clubes de outros países, como Estados Unidos e Suécia, encaram o futebol de mulheres como algo tão profissional quanto aos dos homens. Conforme apresentado na reportagem 7, o Clube Regatas Vasco da Gama apresenta dificuldade básica, com alimentação, salários atrasados, uniformes para jogos / treinos com o futebol de mulheres, tornando difícil de seguir na carreira esportista e fazendo muitas desistirem desse sonho de ser atleta profissional.

Ao falar sobre a prática do Futebol, há um estereótipo positivo no que tange ao masculino, em relação ao feminino. Na infância e/ou na escola para os diferentes gêneros, indicam-se brincadeiras mais sutis às meninas e atividades vigorosas aos meninos. No esporte, essas indicações são percebidas, sendo danças as meninas e esportes robustos aos meninos. De acordo com Elsey e Brainer (2019), os currículos de Educação Física do início ao final do século 19 ensinavam aos alunos que as

meninas eram biologicamente inferiores, mentalmente instáveis e frágeis. Ademais, os “especialistas” alertavam que a participação de estudantes masculinas em atividades tradicionais como o futebol prejudicaria o desenvolvimento heterossexual delas e poderia afetar a saúde maternal. Ao mesmo tempo, o futebol seria amplamente admitido como um meio de desenvolver a masculinidade adequada, o que torna difícil para as meninas. Com esse pensamento, percebe-se que as meninas obtêm menos prática futebolísticas que os meninos. Isso é ratificado na notícia 112 no qual o dirigente Vitor Zanelli afirma que:

A gente tem uma diferença muito grande do Futebol Feminino para o masculino em que o garoto chega com 18 anos com oito a dez anos de trabalho. E no futebol feminino a garota chega com 18 anos e com três a cinco anos de trabalho, às vezes menos. Então você não tem como querer aos 18 anos uma performance média das meninas igual à dos meninos por conta do tempo de trabalho na parte técnica.

Percebendo essa problemática, o Flamengo lançou o projeto “Elas Jogam”⁶³, no qual a empresa “Mercado Livre” é patrocinadora e busca ênfase total no futebol feminino e na equidade de gênero. Adicional a isso, o dirigente do Flamengo Vitor Zanelli (2022) fala da possibilidade de atletas profissionais e da base em despontar no mercado nacional e alerta que no Brasil não existe estímulo para que as meninas iniciem a prática do futebol desde muito cedo. “[...] A gente não tem um trabalho no feminino que comece muito cedo (VITOR ZANELLI, 2022). Percebida essa fragilidade, o clube lançou o projeto mencionado acima (ELAS JOGAM) para diminuir esse vácuo no futebol feminino. “É isso que a gente está tentando potencializar com esse jogo. Que as meninas possam começar mais cedo [...] (VITOR ZANELLI, 2022)”.

A família de Sinclair, conforme visto na notícia 42, como a de Renard e Marta (reportagens 5 e 15 respectivamente), foi na contramão da sociedade e as incentivaram, deram apoio no esporte, quebrando o binarismo social popular, em que se indica futebol para meninos e bonecas para meninas. Partindo dessa análise, é perceptível que “o futebol na infância já aparece como elemento masculino, a menina precisa estar entre os meninos, ou parecer um ‘filhinho’ para praticá-lo, e mesmo assim terá dificuldades” (KNIJNIK; VASCONCELOS, 2003, p. 7).

⁶³<https://ge.globo.com/futebol/times/flamengo/noticia/2022/03/16/flamengo-anuncia-patrocinio-para-o-futebol-feminino-e-projeto-elas-jogam-com-enfase-na-formacao-de-talentos.ghtml>

O pensamento patriarcal julga ser o espaço privado e público para gêneros específicos. Desse modo, convém destacar.

O pensamento patriarcal que afirma que o espaço da mulher é o espaço privado, enquanto ao homem cabe o espaço público, da rua, dos esportes e do lazer, era uma particularidade das terras tupiniquins. Do outro lado do Atlântico em uma nação que se orgulha de ter sido a “inventora” do futebol, as mulheres foram cerceadas de praticá-lo. (PESSANHA, 2021, p. 2),

O arcabouço do patriarcado dificultou as mulheres de praticarem o futebol tanto no Brasil quanto no exterior ocasionando o afastamento do gênero feminino do campo da bola. Na notícia 112, Vitor Zanelli (2022) vice-presidente do futebol de base, do futebol feminino e de futsal do clube regatas Flamengo, diz: “[...] A gente não tem um trabalho no feminino que comece muito cedo” (VITOR ZANELLI, 2022).

A fala de Sinclair na notícia 42 quando relata sobre “pouco apoio e um ambiente que não se compara com o momento atual (GLOBO ESPORTE, 2022)”. É possível pensar que o patriarcado reforçou a assimetria da visibilidade do futebol feminino em relação ao masculino. A FIFA busca superar esse cenário, seja por meio de premiações ou pagamento de salários igual a homens e mulheres nas próximas edições da copa do mundo masculina e feminina de 2026 e 2027 respectivamente⁶⁴. A FIFA como órgão máximo do futebol deveria ter fomentado o Futebol Feminino e questionar as limitações e proibições feitas ao longo de tantos anos.

A fala de Sinclair sobre o apoio dado ao Futebol Feminino busca dar o “apito final” a tantos anos de silenciamento e exclusão.

A proibição ou o banimento das práticas de futebol de mulheres de maneira oficial em diferentes partes do mundo teve um impacto direto no desenvolvimento deste futebol. Hoje, o futebol de mulheres ainda é percebido como inferior ao masculino por relevantes parcelas da população e das pessoas diretamente associados a ele. Diante disso, recebe menos incentivo, possui menos espaço de televisão e menos visibilidade (PESSANHA, 2021, p. 18).

Os clubes têm uma consciência de gênero e têm grande mérito por querer vencer o patriarcado, e a iniciativa do Mercado Livre, com o Projeto “Elas Jogam”, conforme mencionado na notícia 112, busca a equidade de gênero no esporte.

⁶⁴<https://esportes.yahoo.com/noticias/fifa-promete-pagamento-igual-a-homens-e-mulheres-193539946.html>.

Entretanto, a discrepância está presente, tanto que eles buscam maneiras de superá-la. Vale ressaltar que o patriarcado persiste, pois há uma dificuldade estrutural para as mulheres conseguirem autonomia financeira no futebol, enquanto a modalidade masculina não enfrenta os mesmos problemas.

De acordo com Perruci (2017), o principal problema que acomete a gestão financeira dos clubes brasileiros está na forma amadora como lidam com essa demanda. O caso do Cruzeiro, na notícia 17, foi atípico, pois cortou gastos de forma eficiente e conseguiu quitar salários. Na notícia 112, o Flamengo, por sua vez, fez um bom planejamento, conseguiu atrair patrocinadores, bem como contratar jogadoras de ponta.

Vitor Zanelli destaca que em 2019 o planejamento foi executado em conjunto pelo clube com os setores de Marketing e comunicação e que está dando certo. Os locais onde são expostos os patrocínios estão todos vendidos e, com isso, foi possível trazer atletas de alto nível (GLOBO ESPORTE, 2022),

Uma outra alternativa foi a aquisição dos Clubes ao modelo SAF de gestão, conforme apontado na notícia 17 com o clube do Cruzeiro, que busca suprir um gargalo no campo futebolístico que é lidar com o futebol como uma empresa de forma mais profissional e afastar a forma pouco eficaz de lidar com a administração dos clubes. Rodrigues (2021) menciona que os projetos de clube-empresa possibilitarão mais oportunidades para levantar capital, ajudar a pagar dívidas e permitir que os clubes façam novos investimentos. A notícia em questão não abordou o quanto seria importante para o clube com a gestão via SAF para as modalidades, como o futebol feminino que não tem a mesma representatividade e incentivo financeiro comparado ao masculino.

O foco da notícia 17 foi apenas em pagamentos de salários e aquisição de um novo modelo de gestão. O fato desse novo modelo de gestão possibilitar o aumento de receita do clube e a necessidade de investimento de forma igualitária em ambos os gêneros não foi abordado. As mulheres carregam o estereótipo de que o esporte não é o local para elas, atributos esses construídos e reafirmados pelo patriarcado.

Mesmo que percebamos a presença do patriarcado mais suaves na cobertura do Globo Esporte, com ampla divulgação da modalidade no mês da mulher, bastante discrepante em relação aos outros dois meses analisados, e algumas

coberturas que parecem focar em ressaltar as conquistas, mas que acabam abafando as desigualdades, como ocorreu na cobertura sobre a conquista das mulheres nas Olimpíadas, o maior legado do patriarcado se dá na esfera econômica, com mulheres subvalorizadas em relação aos homens e um cenário em que o futebol feminino ainda tenta se dissociar ao masculino, buscando sua autonomia.

Os editoriais deveriam ser o momento, também, para expor a desigualdade, comemorar o ganho que seria para o esporte e no futuro alocar as mulheres em igualdade no cenário esportivo nacional de forma a afastar as possíveis presenças do patriarcado.

4.3 Panorama da temática 11 - Assédios no futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)

Essa temática intitulada de “Assédios no Futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)” versará sobre todas as formas de discriminação, preconceito de ordem financeira, sexual ou de gênero. Serão analisadas 4 notícias, com um breve resumo e depois a análise individual.

4.3.1 Resumo da notícia 1 da temática 11 - Assédios no Futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)

Notícia 1 – Ausência de clubes de futebol feminino na eleição da CBF é alvo de ação na justiça⁶⁵ – Após a primeira tentativa frustrada, Gustavo Feijó, vice-presidente da CBF, entra com novo pedido para suspender pleito.

A notícia trata sobre a contestação feita pelo vice-presidente Gustavo Feijó para suspender a Assembleia Geral da CBF e o fato da assembleia ter sido convocado pelo presidente interino Ednaldo Rodrigues, que, na mesma prática, nomeou uma comissão eleitoral.

Gustavo Feijó (GF) argumenta que na referida Assembléia a CBF não incluiu os clubes que mantêm o Futebol feminino nas séries A e B do Brasileiro. Da forma

⁶⁵ <https://ge.globo.com/futebol/noticia/2022/03/17/ausencia-de-clubes-do-futebol-feminino-na-eleicao-da-cbf-e-alvo-de-acao-na-justica.ghtml>

que foi orquestrada, ficarão de fora os clubes: Ferroviária, São José- SP, Real Brasília, Crespom e Esmac. Só não ficarão mais times sem a participação, pois são representados por equipes masculinas que jogam na série A.

GF solicita ao Ministério Público e a CBF a suspensão da eleição e que a sessão tenha uma nova convocação. O impetrante da ação argumenta que há uma discriminação ao não colocar times femininos com direito ao voto.

4.3.2 Análise da notícia 1 da temática 11 - Assédios no Futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)

A CBF, como instituição superior que busca formentar o futebol no país, ao deixar de fora equipes femininas para uma assembleia, age na contramão da real necessidade que o futebol feminino precisa e mostra a presença de uma sociedade patriarcal no qual os homens têm poder e oportunidade pelo simples fato de serem homens. Atos discriminatórios contra o gênero feminino afastam a possibilidade de equiparar as condições entre homens e mulheres no meio esportivo.

Essa diferença de oportunidades e de poder para elas participarem do pleito não deve ser tolerada. Nesse aspecto, os homens são favorecidos, o que é fruto de uma sociedade que encara a mulher com atributos somente domésticos e maternos. Infelizmente, atitudes como da CBF vão ao encontro do pensamento de Franzini (2005); Goellner (2003), pois, no ambiente esportivo, o futebol ainda é considerado um espaço culturalmente masculino. A desigualdade de gênero é um processo social e cultural que necessita ser aniquilado, visto que essa desigualdade não é algo inato do ser humano e sim construído socialmente.

A participação feminina na sociedade deve ser livre e, quando se reproduz estereótipos, com cargos de comando somente para os homens, perpetua-se a visão patriarcal e machista.

Se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência, ela se torna normal [...]. Se só os homens ocupam cargos de chefia nas empresas, começamos a achar 'normal' que esses cargos só sejam ocupados por homens. (ADICHIE, 2015, p. 16-17).

A construção do gênero na nossa sociedade ainda se fundamenta muito pelo sexo biológico e isso é insustentável. Não é pelo fato de nascer com determinado órgão genital que atributos de chefia, por exemplo, são para homens e os subcargos para as mulheres. Essa normatividade, homens em cargos de chefia e mulheres em cargos subalternos, é discriminatória e deve ir contra esse sistema que indica tais afazeres para eles ou elas. Nesse sentido, os sistemas são opressivos sobre as mulheres como, por exemplo, o fato de pertencer ao gênero feminino e a determinada classe social. Tais sistemas de opressão são entendidos sob a perspectiva da interseccionalidade (CRENSHAW, 1989).

Oportunizar as mulheres a sair dessa posição de inferioridade é importante para a sua inclusão nos cargos de comando, no sentido de que tenham voz para representar as mulheres no futebol e desmistificar este ambiente como sendo de exclusividade masculina. Para Scott (1989, p. 16), “O princípio de masculinidade baseia-se na repressão necessária dos aspectos femininos – do potencial bissexual do sujeito – e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino”.

Como apresentado na Figura 17, a CBF tem no seu cargo de comando a representação masculina e nenhuma mulher para defender seus direitos. Isso torna um obstáculo à promoção de igualdade. Os homens, infelizmente são rotulados dentro de um padrão, sem deficiência, hétero e cisgênero imposto como o ideal para comandar cargos de liderança, tendo mais acesso a espaços de poder e a todos os privilégios.

Com isso, as mulheres, as negras e da periferia acumulam formas de opressão interseccionais e são marginalizadas como fora do padrão aceitável. Diante de todo esse arcabouço marginal, opressivo e simultâneo, torna-se tarefa árdua elas conquistarem esses espaços sociais, de poder ou profissional. Olveira (2016, p. 25) evidencia que “[...] um movimento que exclui mulheres de suas lideranças dificilmente conseguirá barrar esteriótipos e normas profundamente enraizados na nossa sociedade [...]”. É possível perceber a preservação de uma linha de gênero masculina no ambiente esportivo, uma vez que serve como um local onde o homem pode afirmar o seu espaço mitigando a ascensão feminina (COELHO, 2009). A mudança para com o futebol deveria vir da CBF, o que não acontece. Tal fato é notório e foi denunciado por oito ex-atletas, indicando a inexistência de mulheres em cargos diretivos:

[...] A falta de mulheres em papéis de liderança na CBF; a ausência de qualquer estrutura dentro da CBF que permita que mulheres façam parte da gerência e da administração do futebol; e a ausência de voz daquelas que vivenciaram o futebol feminino, em decisões sobre o futebol feminino. O fracasso em apoiar e estimular o futebol feminino em todos os níveis do esporte, desde a grama do campo até o Brasil como um todo. Nós as jogadoras, investimos anos das nossas próprias vidas e toda a nossa energia para construir essa equipe e criar toda essa força que o futebol feminino tem hoje. No entanto, nós e quase todas as outras mulheres brasileiras somos excluídas da liderança e das tomadas de decisão relativas à nossa própria equipe e ao nosso esporte [...]. (ALMEIDA, 2019, p 10)

Figura 17 – Assémbleia geral da CBF.



Fonte: <https://ge.globo.com/futebol/noticia/2022/03/17/ausencia-de-clubes-do-futebol-feminino-na-eleicao-da-cbf-e-alvo-de-acao-na-justica.ghtml>.

Como sabido e veiculado nas mídias, em 2019, a CBF obrigou os times da série A do Campeonato Brasileiro a ter equipes femininas adulta e uma de base para que os times masculinos tivessem como participar das competições oficiais. Essa medida buscou alinhar o futebol brasileiro com as exigências da FIFA para medidas de promoção da igualdade de gênero no esporte (BARRETO, 2020). Dados da Organização das Nações Unidas⁶⁶ (ONU) mostram que o Brasil ocupa a posição 85º em termos de desenvolvimento humano e desigualdade de gênero, apesar de ser a sétima economia do mundo. O país nos últimos séculos vem sofrendo com as desigualdades estruturais de gênero que se refletem no mercado de trabalho e política.

⁶⁶<http://www.onumulheres.org.br/>.

Cabe a reflexão indagando se a regra do esporte é a mesma para ambos os gêneros (diferente de outros esportes que, para homens e mulheres, apresentam especificidades como, por exemplo, no voleibol em que a altura da rede para homens e mulheres difere) e se existe a norma para que os clubes promovam a igualdade entre os gêneros. Para a CBF, esta regra não é estabelecida na mesma proporção.

Conclui-se, portanto, que há um longo caminho a percorrer no campo da igualdade de gênero, que não é só obrigar os clubes da série A para que mantenham equipes femininas ou regras esportivas. É preciso, sobretudo, que o respeito venha da instituição superior em aceitar as equipes femininas, o direito ao voto e a presença de mulheres nos cargos de comando da instituição.

4.3.3 Resumo da notícia 2 da temática 11 - Assédios no Futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)

Notícia 2 – **Comissão Eleitoral da CBF nega pedido de impugnação de eleição por ausência de clubes de futebol feminino**⁶⁷ - Vice-presidente da entidade, Gustavo Feijó já havia sofrido derrota na justiça ao tentar anular acordo que viabilizou eleição da próxima quarta. Justiça recebe outro pedido de urgência para suspender pleito.

A Comissão Eleitoral da CBF nega o pedido impetrado pelo vice-presidente Gustavo Feijó para tentar impugnar a eleição para a presidência da CBF, pelo fato de não ter a participação de clubes femininos que jogam a série A do Brasileiro Feminino na votação. A comissão da CBF justificou: [...] “A comissão alegou que não tem poderes para analisar as regras eleitorais já estabelecidas, visto que esta foi uma decisão tomada em assembleia geral. E que pelas regras aprovadas, o edital está correto em permitir apenas as equipes masculinas” (GLOBO ESPORTE, 2022).

Gustavo Feijó também argumentou contra a entidade que o presidente interino, Ednaldo Rodrigues, não teria poderes para convocar o pleito, mas também foi negado.

⁶⁷<https://ge.globo.com/futebol/noticia/2022/03/21/comissao-eleitoral-da-cbf-nega-pedido-de-impugnacao-de-eleicao-por-ausencia-de-clubes-de-futebol-feminino.ghml>

A comissão da CBF é constituída por três homens e o adversário (Gustavo Feijó) tentou a candidatura até os últimos dias contra o presidente interino (Ednaldo Rodrigues), mas não teve apoio. Gustavo Feijó procurou a justiça para embargar a eleição, o que foi negado pela Justiça Carioca.

O Vice-presidente procurou uma instituição para ajudá-lo na causa e a petição foi ofertada pelo Instituto Astro (Associação de Trabalhadores Operantes), que preza pela defesa dos direitos dos trabalhadores. Pediu-se a destituição total da atual gestão da confederação e a assembleia geral que está marcada para março.

Na peça, a instituição frisa que, para a assembleia, os clubes femininos que jogam a série “A” do brasileiro feminino não foram convocados para votar na assembleia e que somente os clubes masculinos que jogam a série A e B foram convocados e poderão votar, ficando de fora as outras divisões masculinas e equipes femininas. Fato este contestado pelo instituto. O instituto Astro se manifestou.

Não é de se esperar esse tipo de postura dos dirigentes da Ré (CBF), parece até alguma forma de represália. Se não bastasse a postura do antigo presidente afastado, **Rogério Cabloco, por assédio sexual**, o atual Presidente em exercício e pleiteante à cadeira de forma efetiva, exclui a participação e votação feminina no que lhe convém (GLOBO ESPORTE, 2022, grifo nosso).

Por fim, o atual presidente interino, Ednaldo Rodrigues, é o único candidato à presidência da CBF e, caso vença a eleição, comandará a CBF de 2022 a 2026. A composição de sua chapa terá 4 nomes masculinos que atuavam com o antigo presidente da CBF (Rogério Cabloco) e mais 4 novatos.

4.3.4 Análise da notícia 2 da temática 11 - Assédios no Futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)

As mulheres têm se construído em várias frentes. No futebol, procuram ocupar os espaços que são devidos, de modo a lutar contra a opressão, o machismo e o assédio. A violência, para Saffioti (2004, p. 17), é a “Ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”. O crime de assédio sexual é caracterizado por intermédio de todas as formas de avanço sexual não consensual de modo a constranger a

assediada com o objetivo de tirar ou obter vantagem sexual sobre outrem. O assédio sexual é tipificado como crime pela Lei 10.224/2001 e gera pena de 1 a 2 anos para o agressor. O Artigo 216- A.

Constranger alguém com intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo – se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função (BRASIL, 2001).

Existiu um tempo em que as mulheres eram vistas como donas de casa e deveriam servir ao sistema patriarcal. Por outro lado, os homens eram considerados viris. Tanto Bourdieu (2012) quanto Scott (1995) consideram que as mulheres estão associadas a termos e características que as colocam em segundo plano, e que o poder está relacionado com a virilidade masculina.

O caso de assédio sexual praticado por Rogério Cabloco com uma cerimonialista da instituição, não é um direito do homem sobre a mulher e sim uma violência simbólica (BOURDIEU, 1989). Esse tipo de violência submete a mulher ao abalo psicológico, moral, emocional, bem como à subjetividade do outro. A CBF é o órgão máximo do futebol no Brasil que deveria zelar pelo futebol, rechaçar esses tipos de violência e dar apoio à vítima.

A violência simbólica opera causando danos morais e psicológicos, por vezes, irreparáveis. “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 17). O presidente da instituição atuou em uma posição de prestígio, de dominância na sociedade capitalista, sendo homem, branco e heterossexual. A violência simbólica operada por ele é ocasionada pela desigualdade, tendo em vista que ocupa um cargo de poder, hierárquico em relação aos seus subordinados.

No patriarcado, tema abordado na seção 3.2 deste estudo, o patriarca submete sua esposa, familiares aos seus poderes, oprime e explora as mulheres. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014, p. 4), “a família patriarcal organiza-se em torno da autoridade masculina. Para manter esta autoridade e reafirmá-la, o recurso à violência – física ou psicológica – está sempre presente, seja de maneira efetiva, seja de maneira subliminar”. Rogério Cabloco operou com os mesmos artifícios desse sistema com a funcionária.

A nossa cultura infelizmente é uma cultura machista e a ideia do machismo é transmitir que a mulher é inferior ao homem. Essa ideia machista que se arrasta por longa data, faz com que o homem se sinta na liberdade e no direito de praticar violências variadas contra a mulher supondo que é natural, por crescer dentro dessa sociedade machista e patriarcal.

Essa inferiorização da mulher perante ao homem a atrapalha socialmente e é fruto da sociedade patriarcal. Não custa ressaltar que nesse tipo de sociedade, o núcleo familiar é responsabilidade da mulher, indicando que ela deveria cuidar dos filhos, da casa e do marido, sendo a boa esposa e a bela recatada do lar. Essa diferenciação entre homens e mulheres é latente na nossa sociedade e entendido como machismo estrutural fazendo com que a dinâmica entre os gêneros seja implantada e indicando o gênero masculino superior ao feminino.

Compreendemos por machismo estrutural a conjuntura patriarcal sistêmica que constitui nossa sociedade. A expressão cunhada aqui tem paralelo com a noção de “racismo estrutural”, uma vez que, tanto quanto o racismo, o machismo e as desigualdades de classe se encontram no cerne de nossa sociedade, sedimentada no que Saffioti, Davis, Hooks e outras pesquisadoras têm estudado historicamente, pelo nó de intersecção gênero- raça- classe (PAULA; SANT’ANA, 2022, p. 2).

Uma pesquisa realizada em 2020 pela instituição Thing Olga⁶⁸, com 7.762 mulheres indicou que 99,6 % das mulheres brasileiras já sofreram assédios no espaço público, 81% das mulheres já deixaram de fazer algo por medo de assédio, que 83% das mulheres não gostam de “cantadas”, que 85% das pessoas entrevistadas já sofreram com “mão boba” e que 90% delas já mudaram de roupa por medo de assédio. No âmbito esportivo, em 2008, a nadadora Joana Maranhão⁶⁹, revelou que foi molestada sexualmente pelo seu treinador quando tinha 9 anos de idade.

Outro caso contundente foi das Ginastas⁷⁰ da Seleção Brasileira, que sofreram abuso pelo ex-técnico Fernando Carvalho Lopes. Esses casos passam as barreiras brasileiras e nos EUA, o médico Larry Nassar⁷¹, da seleção americana de

⁶⁸ <https://thinkolga.com/?s=+ass%C3%A9dio+sexual>

⁶⁹ <https://globoesporte.globo.com/ginastica-artistica/noticia/apos-denuncias-joanna-maranhao-lembra-abuso-na-infancia-nunca-vai-deixar-de-doer.ghtml>

⁷⁰ <https://interativos.globoesporte.globo.com/ginastica-artistica/abuso-na-ginastica/especial/escandalo-na-ginastica>

⁷¹ <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42791951>

ginástica foi preso em 2018, acusado de ter molestado mais de 156 ginastas, entre elas Simone Biles e Aly Raisman. As descobertas ressaltam a frequência do assédio sexual nas variadas escalas do quadro esportivo.

Para se ter um ambiente seguro para as atletas e funcionárias, é preciso que se tenha punição exemplar, para que as pessoas que cometem as atrocidades não saiam impunes e que esse problema cesse no meio social e esportivo. As atletas e funcionárias precisam de segurança para treinar ou trabalhar. É importante que as vítimas tenham voz e manifestem o que for preciso e os culpados sejam autuados como criminosos.

Para além da punição, é necessário que se crie uma rede de apoio para que situações como essas sejam coibidas. Essa rede de apoio deve servir para conscientizar, pela melhoria do trato com os profissionais e acolher a vítima. Não se deve naturalizar que a vítima é culpada e isso não deve ser propagado.

A CBF, como instituição que fomenta o futebol brasileiro, deveria criar uma estrutura que dê voz à vítima, tenha uma rede de apoio, com ambiente seguro e confortável para que as atletas e/ou funcionárias possam se expressar de forma pública ou anônima, caso ocorram casos de assédios.

Portanto, as atletas e funcionárias precisam de apoio e segurança total para que possam ter as suas denúncias validadas e levadas aos órgãos fiscalizadores. Locais de denuncia com mulheres para ouvir os fatos ocorridos são importantes, pois elas se sentem mais confortável. Ficar no silencio diante desses abusos só faz naturalizar essas práticas que são encaradas como naturais, patriarcais e que necessitam ser extintas da sociedade.

4.3.5 Resumo da notícia 3 da temática 11 - Assédios no Futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)

Notícia 3 – **Gio Queiroz publica carta aberta denunciando assédio moral e psicológico no Barcelona**⁷² - Atacante de 18 anos diz que foi pressionada a não defender a seleção brasileira. Documento enviado pela atleta à presidência do clube expõe tudo que foi feito.

⁷²<https://ge.globo.com/futebol/futebol-internacional/futebol-espanhol/noticia/2022/03/29/gio-queiroz-publica-carta-aberta-denunciando-assedio-moral-e-psicologico-no-barcelona.ghtml>

Gio, jogadora com cidadania brasileira, espanhola e americana, optou por defender a seleção brasileira e denunciar, por meio de uma carta aberta ao Presidente do FC Barcelona, os comportamentos inadequados e abusivos feitos por dirigentes dentro do clube. Essas atitudes visavam ao impedimento para que a atleta não defendesse a seleção brasileira e, caso tomasse essa atitude, poderia ser prejudicial para a sua carreira profissional dentro do time. A atleta, em um desabafo, falou: “A cultura do assédio e da violência sexista contra a mulher não pode ser aceita ou tolerada” (GLOBO ESPORTE, 2022).

A atleta destacou que, em fevereiro de 2021, o departamento médico do clube alegou que a atleta teve contato com alguém infectado com Covid-19 e a confinou de forma ilegal. A atleta recorreu, procurou a secretaria de saúde da Catalunha e pediu esclarecimentos. O diagnóstico não era e nem poderia ser considerado caso de suspeita ou até mesmo infecção pelo vírus. Com esse diagnóstico feito de forma errônea e proposital do FC Barcelona, a jogadora não viajou para a Final da Copa da Rainha. Além disso, após a quarentena, viajou com a sua equipe para os EUA e, ao retornar, foi “acusada de ter cometido uma grave indisciplina e que, por isso, seria afastada da equipe e sofreria grandes consequências”. Nessas conversas, ela relatou que se sentiu ameaçada e totalmente “desprotegida”.

Foram situações humilhantes e vergonhosas durante meses dentro do clube. Ficou claro que ele queria destruir minha reputação, minar minha auto-estima, degradar minhas condições psicológicas. O fato de ser menor não parece ter sido um impedimento, um dilema moral para meu agressor. Certamente ele agiu com o sentimento de impunidade, que teve a proteção de sua posição dentro do Barcelona (GLOBO ESPORTE, 2022).

Em apuração feita pelo Globo Esporte, a CBF não tinha conhecimento do caso. O Barcelona foi procurado e foi comunicado de que tanto o compliance da FIFA quanto do FC Barcelona não seguiriam adiante com a denúncia por não encontrar atitude errada no clube.

4.3.6 Análise da notícia 3 da temática 11 - Assédios no Futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)

Para Cassar (2012, p. 912), o assédio é “O termo utilizado para designar toda conduta que cause constrangimento psicológico ou físico à pessoa e os tipos mais

comuns são: moral, sexual, virtual, psicológico e verbal”. O assédio moral ocorre geralmente no ambiente de trabalho e infere-se que vem da cultura do machismo e do patriarcado. O dirigente agiu com traços do patriarcado para controlar a atleta. O assédio moral acontece onde se tem uma hierarquia e quem está no poder, ocasionado por quem ocupa uma posição privilegiada e se aproveita do cargo para torturar, tirar vantagem de outrem. Percebe-se que o dirigente que cometeu esse crime com a “Gio” ocupava esta posição dentro do clube.

O assédio psicológico também é considerado assédio moral e que funciona como um comportamento intermitente com ameaça, pânico para causar preocupação de modo a confundir e abalar a autoestima do assediado. É possível perceber na fala da atleta: “Ficou claro que ele queria destruir minha reputação, minar minha autoestima, degradar minhas condições psicológicas.” (GLOBO ESPORTE, 2022). Na concepção de Cassar (2012, p. 912), o assédio moral é caracterizado por “[...] condutas abusivas praticadas pelo empregador direta ou indiretamente, sob o plano vertical ou horizontal, ao empregado, que afetem seu estado psicológico”. Essa conduta do dirigente foi abusiva e teve uma dinâmica de repetição, ameaçando a permanência da atleta no clube, no ambiente de treino/trabalho com a finalidade de excluí-la ou diminuí-la do grupo.

Não há lei federal que regule o crime de assédio moral, porém existem vários projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional. Várias cidades brasileiras possuem leis municipais que tratam do assédio moral na administração pública direta e indireta, por exemplo, na cidade de São Paulo, a Lei Municipal n. 13.288, de 10 de janeiro de 2002, no Art. 1º conceitua assédio moral, da seguinte maneira:

Para fins do disposto nesta lei considera-se assédio moral todo tipo de ação, gesto ou palavra que atinja, pela repetição, a auto-estima e a segurança de um indivíduo, fazendo-o duvidar de si e de sua competência, implicando em dano ao ambiente de trabalho, à evolução da carreira profissional ou à estabilidade do vínculo empregatício do funcionário, tais como: marcar tarefas com prazos impossíveis; passar alguém de uma área de responsabilidade para funções triviais; tomar crédito de idéias de outros; ignorar ou excluir um funcionário só se dirigindo a ele através de terceiros; sonegar informações de forma insistente; espalhar rumores maliciosos; criticar com persistência; subestimar esforços.

Percebemos que os dirigentes agiram com atitudes machistas, com a cultura de querer reforçar a dominação do homem, dominando, decidindo, fazendo o que

quer com a atleta. Essa tentativa de dominação de um gênero sobre o outro é o poder simbólico (BOURDIEU, 1989). Nesse caso, o poder simbólico atuou no meio esportivo como instrumento de dominação, tentando legitimar a superioridade, a dominação do homem (dirigente) sobre a mulher (atleta “Gio”). Essa masculinidade patriarcal exerce comportamentos atrelados com a noção de poder, hierarquia, visto que a mulher é posta como inferior e o homem superior. Nesse embate, o que está atrelado ao feminino, torna-se algo passivo de ser controlado ou manipulado, de acordo com os relatos da atleta.

O dirigente do Barcelona, ao ocupar o cargo de poder máximo e central, profere que pode anular os desejos da atleta quando foi convocada para defender a seleção brasileira. No esporte, o atleta precisa mostrar a sua habilidade e sua importância para o clube e a torcida. Essa prática adotada pelo dirigente do Barcelona afasta a possibilidade da atleta em performar e mostrar o seu potencial futebolístico e é uma violência simbólica (BOURDIEU, 1989). Apesar dessas circunstâncias que rondam a carreira da atleta, ela não teve medo de reportar os assédios e agir contra essa cultura patriarcal que infelizmente ainda permanece na nossa cultura social e esportiva. Quando uma mulher chega ao ponto de denunciar, é porque a situação já está insustentável, ainda mais no caso de uma atleta em início de carreira em um país estrangeiro. Talvez isso sinalize também a força das novas gerações e a consciência maior que as jovens têm com relação ao respeito às questões de gênero e também que envolvam diversidade, como sexual, religiosa, raça etc.

4.3.7 Resumo da notícia 4 da temática 11 - Assédios no Futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva - STJD)

Notícia 4 – **Inquérito vai apurar denúncia de assédio de um árbitro sobre jogadora do Carioca Feminino**⁷³ - Tribunal de Justiça Desportiva do Rio determina abertura de investigação sobre o caso do árbitro Lucas Vidal Dias, acusado de causar constrangimento a uma jogadora do Pérolas Negras.

⁷³<https://ge.globo.com/rj/futebol/noticia/2022/03/07/inquerito-vai-apurar-denuncia-de-assedio-de-um-arbitro-sobre-jogadora-do-carioca-feminino.ghtml>

Presidenta do Tribunal de Justiça Desportiva do Rio, autoriza abrir inquérito contra o árbitro da notícia e uma auditora terá a missão de comandar a investigação com os envolvidos. Após essas fases, será produzido um relatório, entregue ao tribunal e para averiguar se cabe a denúncia contra o árbitro.

Em uma partida disputada pelo Pérolas Negras, a jogadora Duda Moura, relatou que sofreu assédio e perseguição do árbitro. Na primeira tentativa do time, o TJD- RJ não aceitou e entendeu que a equipe estava tentando desqualificar a súmula. Alguns dias depois, a atacante Thais Thomaz da Silva, do Pérolas Negras, foi julgada por ter ofendido o árbitro. Na sua defesa, relata que o árbitro vinha assediando a “Duda” com mensagens nas redes sociais e que durante o jogo ficava próximo da “Duda”. Com isso, durante a partida chegou a esbarrar nela por duas vezes. Além disso, no início da etapa final, perguntou para Thais: “Aquele ali é a Duda Moura, né? A blogueira bonitinha”. O árbitro se defende e nega que tenha cometido assédio.

4.3.8 Análise da notícia 4 da temática 11 - Assédios no Futebol / (Superior Tribunal de Justiça Desportiva – STJD)

De acordo com o site do Senado Federal⁷⁴, a violência contra a mulher se constitui por “qualquer ato ou conduta baseado no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na esfera privada” (BRASIL, 2017, p. 1).

Com base no que foi mencionado na notícia, na primeira exposição da atleta sobre a importunação ofertada pelo árbitro, as suas alegações foram invalidadas, como se a vítima fosse a assediadora. Foi necessária uma nova sessão com o TJD – RJ para se averiguar os fatos narrados pelas atletas em questão. A envolvida precisou coletar provas das alegações e levar às autoridades competentes para dar prosseguimento ao processo. Esse caso também foi semelhante ao da notícia 2, quando se mencionou o ex-presidente da CBF, Rogério Cabloco. A funcionária cerimonialista precisou reunir as provas do ocorrido para ter o seu caso levado a diante e não ter dúvidas.

Esse embaraço da Justiça dificulta a oferta de denúncia contra os diversos tipos de assédio que são ocorridos no ambiente de trabalho e isso não é justificável,

⁷⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

pois quem sofre o assédio é a mulher e ela é quem sabe o quão constrangedor é essa situação. Da forma que se é estabelecido, o ouvinte que decide se a mulher sofreu o assédio ou não. Em pesquisa realizada pelo DataFolha⁷⁵, em 2017, averiguou-se que 42% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais já sofreram assédio sexual, sendo ele físico ou verbal. Infelizmente, o assédio sexual está presente em várias esferas, como nas organizações institucionais ou em uma partida de futebol.

Essa banalização do assédio sexual é oriunda da sociedade patriarcal e machista que não respeita o corpo da mulher. A atleta Duda, em sua rede social, ao postar suas fotos e uma delas de biquíni, não foi respeitada e o árbitro “curtiu” e acrescentou emojis, não a respeitando e insistindo em puxar conversa nas outras fotos; no momento da partida, ficou perseguindo a atleta e indagou outra jogadora: “Aquele é a Duda? A blogueira bonitinha?” (GLOBO ESPORTE, 2022). Esse desrespeito, infelizmente, passa pela cultura de dominação masculina (BOURDIEU, 1989) e vai ao encontro do pensamento de Franzini (2005) e Goellner (2003) quando frisam que no ambiente esportivo o futebol ainda é considerado um espaço culturalmente masculino.

O esporte tem os seus valores e os participantes precisam compreender. Em decisão da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ), o árbitro foi afastado dos jogos femininos adultos. É um direito básico de qualquer cidadão a liberdade e em um estado democrático de direito isso precisa ser garantido.

Segundo apresentado na notícia 1 (Ausência de Clubes na eleição da CBF), notícia 2 (Assédios de Rogério Cabloco), notícia 3 (Assédio Moral e Psicológico dos dirigentes do Barcelona a atleta “Gio”), há uma persistência de diversas violências contra a mulher na seara desportiva e isso é preocupante, assim como chamado por Bourdieu de Violência Simbólica (1989). Esse tipo de violência acaba por operar no mundo simbólico, nas questões culturais, o que contribui com a reprodução de diversas desigualdades entre os gêneros que, muitas vezes, é encarada como natural e histórica. A violência cometida pelo árbitro revela a sutilidade da presença do patriarcalismo no Futebol Feminino.

⁷⁵ <https://veja.abril.com.br/brasil/datafolha-revela-que-42-das-brasileiras-ja-sofreram-assedio/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Futebol, esporte por requerer poucos materiais e com regras simples, contagia multidões mundialmente. Essa dissertação, buscou verificar se nas notícias veiculadas pelo site GE residiam traços do patriarcado. O período escolhido para análise foi o primeiro trimestre de 2022. Em janeiro, foram 3.807, fevereiro 2.846 e março 3.422, totalizando quantitativamente 10075 notícias. O total de notícias femininas foram de 441 e masculinas 9.634. Qualitativamente, foram analisadas 33 notícias femininas. Podemos inferir que as notícias carregam os traços do patriarcado, no qual os homens ficam numa posição de domínio e as mulheres numa posição de submissão, embora de modo sutil nas notícias e mais em decorrência das próprias sequelas do patriarcado, nas esferas econômica (fragilidade da modalidade feminina em comparação à masculina), com baixas remunerações e oportunidades e toda a gama de obstáculos sociais e familiares que as atletas enfrentam, seja em decorrência das condições econômicas, que dificultam uma autonomia, seja preconceito. Assim, a presença do patriarcado no plano discurso seriam sutis e sentidos mais no conteúdo das notícias.

Apesar de estarmos no século XXI, infelizmente essa prática ainda faz parte do nosso cotidiano social. Deste modo, torna-se importante que a mídia busque mostrar os impactos que o não debate aprofundado nas notícias causam e as verdadeiras necessidades que as mulheres precisam no esporte. É mister projetar o futebol feminino em igualdade de gênero. Este estudo verificou que a imprensa faz circular um “machismo que é estrutural”. É preciso “batalhar” para uma igualdade em todas as esferas sociais e o fato de a imprensa continuar publicando notícias que tenham algum nível de patriarcalismo subjacente reflete o fato de ainda termos o machismo como algo latente socialmente. Nessa vertente, a mídia deveria trazer mais reportagens que aprofundem a temáticas e questões de gênero que não são tratadas nas notícias.

É preciso destacar que se as notícias fossem apresentadas de forma a causar uma reflexão do leitor, com questões de gênero, preconceito, discriminação, desigualdades salariais, econômicas e sociais em conjunto com o debate popular, teríamos uma sociedade mais justa, igualitária de modo a rechaçar a presença do patriarcado.

O objetivo Geral da Dissertação foi identificar se nas reportagens veiculadas pelo site do Globo Esporte (GE) há presença de patriarcalismo. Foi possível perceber que as notícias carregam traços do patriarcado, visto que subjugam a capacidade da mulher em entrar numa área que é considerada essencialmente masculina.

Já os objetivos específicos foram: a) analisar as dimensões históricas do futebol mundial; b) identificar traços de preconceito no futebol brasileiro; c) conhecer as questões históricas do futebol “feminino” no Brasil e suas interseccionalidades; (d) inteirar-se sobre a questão do patriarcado e a associação entre o patriarcado e o futebol “feminino”, (d) além de compreender a natureza de uma memória patriarcal nas notícias no Globo Esporte, vislumbrando se questões inerentes ao patriarcado resistem de alguma forma na cobertura e texto jornalístico ou na própria modalidade *per se*.

O primeiro capítulo é introdutório, ofertando um panorama geral sobre o futebol, mulheres e o patriarcado. A abordagem utilizada ao longo do trabalho foi interdisciplinar. Esse estudo buscou integrar as áreas do conhecimento das Ciências Sociais, os estudos de gênero (que é uma subárea por si só interdisciplinar) e da Educação Física, de forma a absorver a contribuição desses saberes disciplinares para chegar no objetivo geral.

Abordou-se a história do futebol mundial perpassando sobre a criação da modalidade e que a indicação dos ingleses como inventores da modalidade é pouco pertinente. Na China, mulheres e homens puderam jogar juntos (FIFA, 2022), porém, em outros países, a segregação de gênero foi imposta à mulher, relegando-a aos afazeres maternos e domésticos. Quando Charles Miller chegou ao Brasil trazendo essa modalidade, somente alguns nichos da sociedade puderam participar de tal prática, deixando de fora mulheres, pessoas menos favorecidas economicamente e negros. Com isso, as participações femininas e de pessoas negras foram proibidas.

O tema do trabalho debruçou-se sobre as notícias do futebol feminino veiculadas no site do GE e se elas vinham com marcas do patriarcado. O propósito foi pensar em rechaçar a possível dominação masculina patriarcal midiática em relação às mulheres e, com isso, impedir a perpetuação da discriminação de gênero. Foi utilizado neste capítulo o aporte de autores como: Unzelte (2002), Goellner (2005), Fifa (2002), Bourdieu (2012), Lerner (2019), Federici (2017), Pateman (1993), Scott (1995), Saffioti (2013).

O levantamento histórico sobre o Futebol foi realizado no segundo capítulo e foi percebido que existiram práticas em diversas localidades do planeta. Na China, por exemplo, a prática deste jogo é escrita como *ts'u-chu* e sua tradução é 'chute – bola'⁷⁶(FIFA, 2022)”; No Japão, a prática futebolística era chamada de *Kemari*. De acordo com Unzelte (2002, p. 12), no Japão, “as mulheres não podiam participar do *kemari* japonês”. No Tsu-Chu chinês, a participação feminina era aceita. O rótulo dos ingleses como inventores do futebol é pouco pertinente diante de tantas manifestações que aconteceram ao longo da história da humanidade.

Vimos que quando Charles Miller, vindo da Europa, desembarcou no Brasil com um livro de regras, uniformes e uma bola de “Capotão”, ao implantar a modalidade em terras brasileiras, relegou o futebol a um grupo seletivo de pessoas, com características e padrão europeu, sendo homens, brancos, pertencentes à nobreza e que frequentassem os bancos escolares. Corteze (2015) frisa que o futebol era elitizado e universitário. Com isso, pessoas negras e pobres eram segregadas, impedidas de participar.

Com a imposição de um país com traços imperiais e coloniais, as mulheres e os homens negros ficaram impedidos dessa prática. Destacou-se o aporte teórico da FIFA, quando apresenta que na China mulheres e homens puderam jogar juntos (FIFA, 2022), porém, em outros países, como no Brasil, a segregação de gênero foi imposta à mulher, relegando-a aos afazeres maternos e domésticos.

No capítulo 3, observou-se que a história do futebol feminino brasileiro não é somente gols e glórias e sim muita resistência e luta contra tabus que por ora pareceram quase intransponíveis. As primeiras referências de partidas de futebol disputadas por mulheres surgiram na década de 1920, como já mencionado anteriormente. Até a década de 1940, o futebol de mulheres estava longe de se profissionalizar, pois era encarado como uma prática periférica do esporte, considerado violento e ideal para os homens, em uma clara tentativa de excluir a mulher da participação social e esportiva.

Essa falácia sem fundamentação científica pode ser ratificada no jogo entre as vedetes no Maracanã, conforme abordado na dissertação. Após 1940, o cenário esportivo para as mulheres iniciou com uma mudança com a proibição da prática futebolística pelo Conselho Nacional de Esporte (CND). Por meio do Decreto Nº

⁷⁶ *Cuju* é muitas vezes escrito como *ts'u-chu* e se traduz literalmente como “chute-bola”.

3.199, de 1941, as mulheres foram proibidas de praticar o futebol, pois não era adequado a sua natureza feminina. Em 1965, de forma mais incisiva essa proibição foi mais detalhada com o futebol. No fim da década de 70, essa lei foi revogada e as mulheres puderam iniciar com uma nova jornada na modalidade. Em 1983, a modalidade foi regulamentada. Logo, foi percebido que os sistemas opressivos perpassam por diversos setores sociais e de poder como raça, gênero, classe, etnia, esportivo, entre outros.

A sociedade patriarcal identifica papéis sociais esperados para homens e mulheres, ou seja, a vida privada com o cuidado do lar responsabilidade das mulheres e aos homens a esfera pública (MIRAGAYA, 2002). No campo esportivo, às mulheres foram proibidas dessa prática e aos homens foi permitido. Oliveira Neto e Santos (2017) apresentam a dificuldade de propagar o futebol feminino em todas as esferas sociais, nas quais o preconceito persiste. Por isso, é necessário um posicionamento da mídia, dos órgãos de futebol como FIFA e CBF e políticas públicas, rechaçando os traços patriarcais que o futebol feminino vem superando, diante dos seus 40 anos de proibição. Todas as instituições sociais devem atuar em prol da igualdade de gênero, que é uma questão estrutural em nossa sociedade, assim como o racismo.

Buscou-se compreender a natureza de uma memória patriarcal nas notícias no Globo Esporte, de modo a observar se as coberturas jornalísticas apresentavam para o leitor, fragmentos da dominação masculina. Buscou-se também vislumbrar se as questões inerentes ao patriarcado resistem de alguma forma na cobertura e texto jornalístico ou na própria modalidade *per se*. As mulheres precisam ser noticiadas, representadas, empoderadas e incentivadas a buscar os seus sonhos, pois são merecedoras de ter seu espaço.

No capítulo 4, foi apresentada a abordagem metodológica da dissertação. Ademais, foram explicadas as justificativas, os objetivos e os procedimentos éticos. A pesquisa debruçou-se na revisão de literatura, de modo a refletir sobre o futebol, mulheres e o patriarcado, além de analisar as notícias veiculadas no site do GE e trazer questionamentos sobre como elas são noticiadas e se no paper jornalístico carrega presenças patriarcais.

Realizamos os procedimentos metodológicos que foram: Pré-Análise (Coleta do Material, feita no primeiro trimestre de 2022, com 9.634 notícias masculinas e 441 femininas, totalizando 10.075) com a escolha dos documentos das notícias do site

do GE, formulação de hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores. Na fase de exploração do material, foi feita a Codificação (Transcrição, registro, interpretação das unidades de análise, como resultado elaborei 11 unidades de registros), na fase de Categorização o foco foi em três, por dialogarem com o patriarcado: 1º Análise de Atleta; 2º Aspectos Financeiros, salários, premiação, contratação e Assédios no Futebol e 3º Assédios no Futebol. Na última etapa, ocorreu o tratamento dos resultados obtidos, que perpassam pela análise das notícias e a interpretação.

A abordagem utilizada foi mista, porém o que se predominará será a qualitativa, pois foi possível adequar ao contexto do patriarcado, sendo o tema de pesquisa. A quantitativa levou-me à objetividade, frequência de certos elementos e conteúdos. Utilizo o método de análise de conteúdo da Laurence Bardin (1977), utilizei a técnica de Análise Categorical ou Temática.

No capítulo 5, foram apresentados de forma breve o resumo das notícias e as inferências sobre o patriarcado no material noticioso. Para exemplificar, na temática 2, sobre a questão de análise de atleta, que se relaciona com o patriarcado, infelizmente na sociedade e no campo esportivo concluímos que as mulheres vivenciam alguns padrões e tabus discrepantes comparados ao futebol masculino, como questões financeiras, campeonatos, torneios, condições trabalhistas, de reconhecimento, formação e solidificação de equipes profissionais para compor campeonatos competitivos, visto que é a essência do esporte de alto rendimento, tornando-se um fator limitador para as atletas seguirem rumo ao seu objetivo profissional. Sabe-se que muitas vezes são obrigadas a mudar para grandes cidades onde o Futebol “feminino” é mais desenvolvido, enfrentar a família, por indicar o Futebol como algo reservado ao masculino. Com Renard, Marta, Jhonson e Bia Menezes não foi diferente.

Apesar de todas as barreiras impostas pelo patriarcado, as mulheres ainda precisam superar essas mazelas, conquistar os melhores resultados e apresentar a melhor performance esportiva. Quando elas superam essas barreiras do patriarcado, podem despontar no cenário esportivo nacional, internacional e de modo a ter oportunidades na seleção brasileira e serem contratadas por um clube estrangeiro, em que a remuneração salarial e a carreira futebolística possa ser mais atrativa, digna e profissional. Logo, a autonomia financeira na vida da mulher possibilita liberdade e acesso às escolhas subjetivas financeiras, profissionais e até mesmo

esportivas para não ficar dependente do provedor da casa, conforme apregoa o sistema patriarcal.

A temática 7 (Contratação de jogadoras) entrou no rol de análise de notícias, por dialogar entre os editoriais e os efeitos do patriarcado com as mulheres, já que por longos anos a elas foi direcionada a vida privada e aos homens a vida pública. Conclui-se que esteve presente nas comunicações a precariedade e/ ou inexistência de categorias de base para as meninas entrarem no mundo da bola na mesma faixa etária dos meninos, a dificuldade dos clubes em ofertar salários e estrutura física básica compatíveis com o dos homens, tornando a modalidade feminina dependente da masculina. Percebeu-se que ainda não há um olhar mais abrangente pela FIFA ao indicar os melhores técnicos ao prêmio “The Best”, deixando de fora técnicos latinos, e isso vai ao encontro dos estudos da “colonialidade do poder” proposto por Quijano (2005). Um outro ponto estarrecedor é a pouca oportunidade dada às treinadoras, técnicas mulheres, fazendo com que os cargos de liderança sejam reservados ao masculino, subjugando a capacidade feminina em comandar equipes femininas, o que mantém uma espécie de analogia com a nossa sociedade do presente que ainda sofre com as sequelas do patriarcado.

Percebeu-se também que os times buscam contratar mais jogadoras, porém ainda é nítida a diferença salarial com as mulheres, tornando a profissão de atleta de futebol profissional como algo dificultoso. Portanto, é preciso que o Futebol feminino tenha uma estrutura ideal, com acompanhamento multidisciplinar, campos adequados para jogos, treinos, vestiários limpos, bem equipados, salários sem atraso, alojamento, alimentação e uniformes para jogos e treinos. As mulheres carregam o estereótipo de que o futebol não é o local para elas, atributos esses construídos e reafirmados pelo patriarcado.

Na temática 11 sobre a questão de assédios no futebol, escolhida para ser analisada qualitativamente por dialogar com a violência física, jurídica e simbólica, a qual são submetidas as mulheres, concluímos que a violência do patriarcado ainda se faz presente no futebol feminino, seja na exclusão das mulheres na assembleia, destituindo os clubes femininos de poder deliberativo e político, seja na violência psicológica com a atleta brasileira na Espanha, cuja motivação não fica exatamente clara, mas que pode ser misógina, xenofóbica, provavelmente oriunda de distintos vetores, em consonância com a ideia de interseccionalidade que debatemos, mas que resulta em punições inadequadas, conforme denunciava a atleta.

Há também a importunação sexual sofrida pela cerimonialista e pela jovem jogadora durante o exercício da profissão. Homens com altos cargos, que se julgaram autorizados a flertar com mulheres de modo inadequado, constrangeram as profissionais, o que estaria associado à ideia patriarcal antiga da mulher ser um objeto de posse, que pode ser adquirido, negociado, comprado em razão de poder, dinheiro ou outros fatores.

Durante a análise, vimos a presença do patriarcado na abordagem jornalística. Notou-se que há uma continuidade em rebaixar a mulher nas mais variadas escalas do futebol, tanto em cargos de comando, salários, acesso às categorias de base, infraestrutura, salários, profissionalização quanto violência moral e sexual.

Diante das evidências encontradas sobre os fragmentos do patriarcado nas notícias do GE, o fato de ainda termos o patriarcado nessas notícias e a fragilidade dos órgãos competentes como as Federações, Confederações nacionais e estaduais, de trazerem essa pauta para o debate público, afasta a equidade gênero nos esportes. O posicionamento da imprensa com as notícias, gênero cuja função é informativa, e não interpretativa como é o caso das reportagens, que são mais profundas e podem discutir as razões das desigualdades e levar o leitor a uma reflexão, acabam apenas reproduzindo o patriarcado e o machismo estrutural, sem provocar uma contestação ou pouco contribuindo para uma mudança de cenário. Sendo assim, a despeito da imprensa jornalística ter uma função de entretenimento acentuada, seria importante mais reportagens que ajudassem a pensar sobre a desigualdade de gênero no futebol, o machismo ainda presente, as condições ruins de trabalho para as jogadoras, os poucos cargos de alto escalão ocupados por mulheres na modalidade feminina etc.

É mister esse debate amplo com novas interpretações, para que a mulher não seja enquadrada em uma situação de inferioridade somente por ser mulher. A mídia possui grande mobilização para desconstruir a imagem feminina como ser inferior, pois tem grande capacidade de ajudar a formar a opinião pública.

Conclui-se que as instituições, como a FIFA, CBF, FERJ, Clubes de Futebol e outros setores da sociedade, como o jornalístico e em conjunto, ajudam a dismantellar a estrutura patriarcal que esvazia e usurpa do potencial da mulher. É preciso que existam mais estudos acerca desta temática para que se consolidem as

mulheres em equidade total em relação aos homens, além de incentivar futuros pesquisadores a trazer novas contribuições para o Futebol Feminino.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALMEIDA, Caroline Soares de. O estatuto da FIFA e a igualdade de gênero no futebol: histórias e contextos do Futebol Feminino no Brasil. **FuLiA**, UFMG, Belo Horizonte, v. 4, n.1, p. 1-16, jan./abr. 2019.
- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ALMEIDA, Marco Bettine; SOARES, Alessandro da Silva. O Futebol no banco dos réus: caso da homofobia. **Movimento**, Porto Alegre, V. 18, n. 01, p. 301-321, jan./mar. 2012.
- AZEVEDO, Tania Maria Cordeiro de. A mulher na Educação Física e no esporte. *In*: Romero, Elaine (Org.). **Mulheres em movimento**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo - EDUFES, Vitória, p.113-135, 1997.
- ADELMAN, Mirian. A mulher como instrumento de poder no esporte de rendimento. *In*: **Fórum de debates sobre mulher & Esporte, mitos e verdades**, 3 Anais. São Paulo. Universidade de São Paulo, p. 31-36, 2004.
- ANJOS, Júlia Cavalcanti Versiani dos. Misoginia como retórica política: o caso do movimento antissufrágio. **Revista Ártemis**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, v. xxx, n. 1, p. 401-421, jul./dez. 2020.
- ARAÚJO, Érika Alfaro de; VENTURA, Mauro de Souza. Misoginia no Futebol Feminino: Retratos históricos no jornalismo e esportivo. **INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, v. 44, n. 3, p. 1-15, set./dez. 2021.
- AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2011. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0102-69922000000200006>>. Epub 09 Set 2011. ISSN 1980-5462>. Acesso em: 04. Set. 2022.
- ALMEIDA, Bruno Puopolo Alves de. **Futebol & comunicação organizacional: a importância da comunicação institucional dos grandes clubes do país – o exemplo do São Paulo Futebol Clube**. 2008. 128 fls. Especialização Lato-sensu em Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; Soares, Antonio Jorge. O que o brasileiro não esquece nem a tiro é o chamado frango de barbosa: questões sobre o racismo no futebol brasileiro. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 02, p. 13-31, abr./jun. 2009.
- AKOTIRENE, karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019
- AQUINO, Rubim Santos Leão de. **Futebol: uma paixão nacional**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Lições Persona, 1977.

BALARDIN, Geórgia Fernandes *et al.* O futebol feminino no Brasil e nos Estados Unidos: semelhanças e diferenças no esporte. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, São Paulo, v. 10, n. 36, p. 101-109, jan./ abr. 2018.

BARRETO, João Pedro. **Futebol feminino: primeiros passos após a obrigatoriedade.** Disponível em: <http://jornalismojunior.com.br/futebol-feminino-primeiros-passos-apos-a-obrigatoriedade/>. Acesso em: 08 abr. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar Estermann. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Revista Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 59-76, jan./mar. 2008.

BERNABÉ, Ester Gomes; QUIRINO, Raquel. **Divisão sexual do trabalho e esporte: reflexões sobre o campo das lutas e artes marciais.** *In:* Anais do V Seminário Discente do Programa de Pós – Graduação em Sociologia da UFMG, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/vsddpdpesdu/241920-divisao-sexual-do-trabalho-e-esporte-reflexoes-sobre-o-campo-das-lutas-e-artes-marciais/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

BERTÉ, Isabela Lisboa. **MULHERES NO UNIVERSO CULTURAL DO BOXE: as questões de gênero que atravessam a inserção e a permanência de atletas no pugilismo (2003-2016).** 2016. 119 fls. Dissertação (Mestrado Ciências do Movimento Humano), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BALZANO, Otávio Nogueira. **O ensino do Futebol na perspectiva decolonial: desgastando a produção de sujeitos “pés de obra”- da formação na educação superior aos clubes esportivos.** 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade La Salle – UNISALLE, Canoas, 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.

BRASIL. **Lei n. 6.354, de 2 de setembro de 1976.** Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de Futebol e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6354.htm> Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.224, de 15 de maio de 2001.** Estabelece as diretrizes sobre o crime de assédio sexual. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 maio. 2001. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10224.htm>. Acesso em: 11 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n. 13.288, de 10 de janeiro de 2002.** Dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática de “Assédio Moral”. Disponível em:< <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/23384628/paragrafo-1-artigo-1-da-lei-n-13288-de-10-de-janeiro-de-2002-do-municipio-de-sao-paulo>>. Acesso em: 11 abr. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **A violência contra a mulher.** Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/a-violencia-contra-amulher>>. Acesso em: 13 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 ago. 2006.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 11 abr. 2023.

BOUDENS, Emile Paulo Johannes. **Relações de trabalho no futebol brasileiro II:** valor, critérios e condições para o pagamento do passe segundo a Resolução/Indesp n. 1/96. [Estudo, Consultoria legislativa]. Brasília: Câmara dos Deputados, fev. 2000.

BALZANO, Otávio Nogueira. **O ensino do Futebol na perspectiva decolonial:** desgastando a produção de sujeitos “pés de obra”- da formação na educação superior aos clubes esportivos. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade La Salle – UNISALLE, Canoas, 2020.

BUSAN. **Organização e tragédia: SporTV conta histórias da torcida da Coreia do Sul.** Disponível em: <http://sportv.globo.com/site/programas/futebol-uma-viagem/noticia/2014/01/organizacao-e-tragedia-sportv-conta-historias-da-torcida-da-coreia-do-sul.html>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.110, p.67-104, 2000.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 set. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943.** Aprova a consolidação das leis do trabalho. Lex: coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 07 de out. 2022.

BONFIM, Aira Fernades. **Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos:** uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941). Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais), Fundação Getúlio Vargas- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro, 2019.

BREITKREITZ, Luciano Anderson. Futebol e Cultura material: uma análise historiográfica. **I Seminário Internacional de Cultura Material e Arqueologia.** Universidade de Passo Fundo, RS, v. 1, p. 1-21, set. 2017.

BALAGUER, Gabriela. Capoeira Angola e suas relações com o mito da democracia racial brasileira. **Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 37, n. 2, p. 133-150, jul./dez. 2016.

BOSCH, Esperanza; FERRER, Victoria; GILI, Margarita. **História de la misoginia**. Barcelona: Antropos, 1999.

BONINO, Luis. Micromachismos: el poder masculino en la pareja 'moderna'. In: LOZOYA, José Ángel; BEDOYA, José María. **Voces de hombres por la igualdad**, Espanha, 2008, p. 89-109.

BARRETO, Soraya. Januário. Mulheres em notícia: a cobertura midiática da seleção feminina de futebol nas olimpíadas do Brasil. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, 11., 2017. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499457700_ARQUIVO_artigooolimpiadasfazendo.pdf. Acesso em: 14 fev. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Bertrand, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

CASSAR, Vólia Bonfim. **Direito do Trabalho**. 7 ed. Niterói: Impetus, 2012.

COELHO, Rodrigo Nogueira. **A experiência do clube-empresa no futebol**: o caso esporte clube Bahia S/A. 2008. 49 fls. TCC (bacharel em Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2008.

CHAUÍ, Marilena; ITOKAZU, Ericka Marie; BERLINCK, Luciana Chauí. **Sobre a Violência**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2019. 320p.

CEOLIN, Monalisa. O que a Copa do Mundo Feminina revelou sobre a desigualdade de gênero?. **Politize!**, 29 ago. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/copa-do-mundo-feminina-e-desigualdade-de-genero/>. Acesso em: 05 jan. 2022.

CBF- Confederação Brasileira de Futebol. **Novidades do Brasileiro Feminino de 2017**. Disponível em: < <https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/campeonato-brasileiro-feminino/brasileiro-feminino-2017> >. Acesso em: 16 mar. 2023.

CAMPOS, Tamara de Souza. Identidades femininas possíveis na tribuna de Petrópolis, na primeira onda do feminismo. INTERCOM, S. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 43, n. 3, set./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3913>. Acesso em: 24 out. 2022.

COSTA, Martina Gonçalves Burch. Perspectivas para o Futebol Feminino: um estudo a partir do Pelotas/Phoenix. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**. Edição Especial: Pedagogia do Esporte, São Paulo, v. 8, n. 31, p.379-386. jan./dez. 2016.

CORNELSEN, Elcio Loureiro. Futebol de mulheres na Alemanha: Entrevista com Ana Kazz. **Fulia** / UFMG, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 230 – 238, ago./out. 2021.

CASTRO, Déborah Nascimento de. **As disparidades entre os gêneros no mercado de trabalho**: Um olhar sob o futebol feminino. 2022. 60 fls. TCC (Bacharelado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

CASTRO, Susana de. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. **Revista Fundamentos**, UFRJ, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 51-59, 2018.

CUNHA, Bárbara Madruga da. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero**. XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR, Paraná, 2014. Disponível em: <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para encontro de especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Centro de Comunicação e Expressão, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo.

Confederação Brasileira de Futebol. **Relatório Impacto do Futebol Brasileiro**. Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/index/cbf-apresenta-relatorio-sobre-papel-do-futebol-na-economia-do-brasil>. Acesso em: 25 out. 2022.

CORTEZE, Késia Costenaro. **O jogo que nunca acabou**: a permanência do maracanaço no imaginário dos brasileiros e suas reatualizações contemporâneas. 2015. 120 fls. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, RS, 07 de julho de 2015.

COSTA, Emília Viotti. **O mito da democracia racial no Brasil**. Palestra proferida na reunião anual da Southern Historical Association, Washington, D.C., em 14 de novembro de 1975. Traduzido do inglês por Marco Aurélio Nogueira. 1975.

CALDAS, Waldenyr. Aspects sociopolitiques du football Brésilien. **Revista USP**, La Création Sociale, Paris - França, v. 8, p. 97-113, 2002.

CHAVES, Alex Sandro. O Futebol feminino: uma história de luta pelo reconhecimento social. **Revista Digital Efdeportes**, n. 111, ago. 2007.

CASTRO, Susana de. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. **Revista Fundamentos**, UFRJ, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 51-59, 2018.

CERVI, Thales de Almeida Nogueira. Intolerância e racismo no futebol: a racialização do outro, **Revista ComCiência**, Universidade Federal de São Carlos, Campinas, n. 159, p. 1-5, jun. 2014.

CUNHA, Taina de Oliveira Meinberg. **Decolonialidade e futebol**: o reconhecimento da identidade na formação do atleta. 2018. Dissertação (Mestrado em direito) -

Faculdade de Direito e Ciências do Estado, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.

COELHO, Juliana Affonso Gomes. Voleibol: um espaço híbrido de sociabilidade esportiva. *In*: TOLEDO, Luiz Henrique; COSTA, Carlos Eduardo (Org.). **Visão de jogo: antropologia das práticas esportivas**. 1ª Edição. São Paulo: Terceiro Nome, 2009. p. 73-92.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. **Factsheet women in the olympic movement**. Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/Reference_documents_Factsheets/Women_in_Olympic_Movement.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. **Factsheet: London, 2012. Facts and figures**. Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/Reference_documents_Factsheets/London-2012-Fact-Sheet-in-track-FINAL-qc-V3-One-year-on-qc.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

DAMO, Luis Felipe Rebello. **O preço como fator limitador do consumo de produtos e serviços associados ao futebol espetáculo**. 2019.68 fls. Mestrado em Direção e Gestão Desportiva – Universidade de Évora, Portugal. 2019.

DAMO, Arlei Sander. **Do dom à profissão: formação de futebolistas no Brasil e na França**. São Paulo: Hucitec, 2007.

DAMATTA, Roberto. **A bola corre mais que os homens: duas copas, treze crônicas e três ensaios sobre futebol**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

DUARTE, Orlando. **História dos esportes**. São Paulo: Senac, 2004.

DUARTE, Orlando. **Enciclopédia Todas as Copas do Mundo**, São Paulo: Makron Books, 1998.

DOBLE, Anna. A história secreta do futebol feminino. **Bbc News**, 19 jul. 2017. Newsbeat, p. 1-5. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/newsbeat-40654436>. Acesso em: 22 de jun. de 2022.

DUNNING, Eric; MAGUIRRE, Joseph. As relações entre os sexos no esporte. *In*: **Revista Estudos Feministas- IFCS/ UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 2, p. 321 – 348, 1997.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). *In*: HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário crítico do feminismo**. 1ª edição. São Paulo: UNESP, 2009. p. 173-178.

DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do Machismo. **Perspectiva**, São Paulo, v. 3, nº 20, p. 81-85, 1980.

ELSEY, Brenda; BRAINER, Larissa. Energizadas pelo movimento de mulheres #NiUnaMenos, as equipes de futebol feminino desafiam os patriarcas do esporte-rei da América Latina. **FuLiA**, UFMG, Minas Gerais, v. 4, n. 1, p. 39-50, jan./abr. 2019.

FONTENELLE, José. Paranhos. **Compendio de Hygiene**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1940.

FILHO, João Tavares; RIBON, Adriana Aparecida. Resistência do solo à penetração em resposta ao número de amostras e tipo de amostragem. **REVISTA BRASILEIRA CIÊNCIAS DO SOLO**, p. 487-494, nov. 2007. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rbcs/a/xvpHJxKcmnF8QcCH7yxQMBG/abstract/?lang=pt> >. Acesso em: 29 dez. 2022.

FREITAS, Tamires Cruz. **Futebol Feminino no município de Codó – anos 1990**. 2022. 54 fls. TCC (graduação em Ciências Humanas) – Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2022.

FIFA. FIFA statutes: may 2021 edition. maio. 2021. Disponível em: <https://digitalhub.fifa.com/m/7e791c0890282277/original/FIFA-Statutes-2021.pdf> Acesso em: 14 fev. 2023.

FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 315-328, 2005.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FLORESTA, Nísia. **Direito das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Cortez. 1989.

FERREIRA, Heidi Jancer. **O percurso de mulheres como técnicas esportivas no Brasil**. 2012. 101 fls. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, 2012.

FERREIRA, Heidi Jancer; SALLES, José Geraldo do Carmo; MOURÃO, Ludmila. Inserção e permanência de mulheres como treinadoras esportivas no Brasil. **REVISTA EDUCAÇÃO FÍSICA**, Minas Gerais, v. 26, n. 1, p. 21-29, jan./ mar. 2015.

FERREIRA, Luciane Corrêa. A conceitualização de violência e futebol. **Antares – Letras e Humanidades**. v.4, n. 7, p. 166-177, jan./jul. 2012.

FERREIRA, Heidi Jancer *et al.* As barreiras enfrentadas por treinadoras brasileiras. **Revista Brasileira Educação Física Esporte**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/147569#:~:text=As%20principais%20barreiras%20identificadas%20foram,mulheres%20no%20comando%20esportivo%20brasileiro>. Acesso em: 19 mar. 2023.

FERREIRA, Ronaldo Nunes. **O direito à intimidade do empregado e o contrato de trabalho**. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-direito-a-intimidade-do-empregado-e-o-contrato-de-trabalho,48467.html>. Acesso em: 11 abr. 2023.

FRANZINI, Fábio. **As raízes do país do futebol**: estudo sobre a relação entre futebol e a nacionalidade brasileira (1919 -1950). 2000. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2000.

FIFA. (s.d.). **History of Football - The origins**. Fonte: FIFA: <https://www.fifa.com/aboutfifa/who-we-are/the-game/index.html> FIFA. Disponível em: <https://www.fifamuseum.com/en/blog-stories/editorial/origins-greco-roman-ball-games/>. Acesso em: 04 mai. 2022.

FIFA. Disponível em: <https://www.fifa.com/en/news/the-women-s-game-s-organised-origins-2569439>. Acesso em: 22 jun. 2022.

FERREIRA, Almir de Oliveira. Futebol, tecnologia e aprendizagem: corpo, performance e criatividade. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Mídias Digitais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

FERREIRA, Jacilene Cruz. **A discriminação racial no futebol brasileiro**. 2020. 61 fls. Tcc (Graduação em História) – Universidade de Taubaté, São Paulo, 2020.

FERREIRA, Heidi Jancer. **O percurso de mulheres como técnicas esportivas no Brasil**. 2011. 101 fls. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2011.

FERREIRA, Heidi Jancer. **O percurso de mulheres como técnicas esportivas no Brasil**. 2012. 101 fls. Dissertação em Educação Física – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2012.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, Euza *et al.* As representações da mídia sobre a gestão feminina no clube de regatas flamengo. **PODIUM: Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 151-173, jan./jun. 2012.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GARCIA, Alessandro Barreta; JUNIOR, Edivaldo Góis. A Eugenia em periódicos da Educação Física Brasileira (1930 - 1940). **Revista da Educação Física / UEM**, Maringá, v. 22, n. 2, p. 247-254, abr./ jun. 2011.

GARCIA, Lucia dos Santos; CONFORTO, Ecléia. **A inserção feminina no mercado de trabalho urbano brasileiro e renda familiar**. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H7-03.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

GARZA, Cecília De La. **Laboreal**, Portugal, v. 7, n. 2, p. 1-6, out./dez. 2011.

GUIMARÃES, Paulo Ricardo Bittencourt. **Métodos quantitativos estatísticos**. Curitiba: IESDE Brasil, 2018.

GROSGOUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado** – EUA, v. 31, n.1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre: L&M Pocket, 2008.

GEOVANA, Milena. A gritante diferença salarial entre mulheres e homens no futebol. **Alma Preta**, 2019. Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/a-gritante-diferenca-salarial-entre-mulheres-e-homens-no-futebol>. Acesso em: 06set. 2022.

GREGÓRIO, Fabrício; MELO, Beatriz Medeiros de. Preconceito racial no esporte nacional. **Revista Esporte e Sociedade**. São Paulo, n. 24, p. 1-31, Março, 2015.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do Futebol – Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **REV. BRAS. EDUC. FÍS. ESP.**, São Paulo, v.19, n.2, p.143-51, abr./jun. 2005.

_____. Mulheres e futebol no Brasil: Descontinuidades, resistências e resiliências. **Rev. de Edu. Fís. Da UFRGS – Movimento (Porto Alegre)**, v. 27, jan./dez. 2021.

HAMILTON, Charles Vernon; KWAME, Ture. **Black Power: A política de libertação dos Estados Unidos**. Nova York: Random House, 1967.

HENRIQUE, Carlos. Reconstrução: uma abordagem sócio-histórica sobre o racismo à brasileira. **Revista Urutágua**, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, nº 12, p. 1-11, abr./maio./jun./jul. 2007.

HEIM, João. **A diferença financeira entre os gêneros no esporte**. Disponível em: <http://nerdesporte.blogspot.com/2016/08/a-diferenca-financeira-entre-generos-no.html>. Acesso em: 14 março 2023.

INSTITUTO JUSTIÇA DE SAIA. **Flu é condenado após alegar que mulheres têm menos direitos que homens**. Publicado em 1 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.justicadesaia.com.br/flu-e-condenado-apos-alegar-que-mulheres-tem-menos-direitos-que-homens/>. Acesso em: 05 set. 2022.

IPEA. **SIPS Sistema de Indicadores de Percepção Social: tolerância social à violência contra as mulheres**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): Tabelas - **Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil**, 2ª edição. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em 06 set. 2022.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. **Esporte e Mito na Democracia Racial no Brasil: Memórias de uma *apartheid* no futebol**. Disponível em: <https://www.centroafrobogota.com/attachments/article/10/22097836-Esporte-e-Mito-Da-Democracia-Racial-No-Brasil.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022.

JODELET, Denise. (Org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

O problema é que o Brasil é “[...] o país do futebol masculino” (JORAS, 2015, p.119). JORAS, Pamela Siqueira. **Futebol e mulheres no Brasil: a história de vida de Aline Pellegrino**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) - Programa de Pós- Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KESSLER, Cláudia Samuel. Se é futebol, é masculino?. **Sociologias Plurais**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, n. 1, p. 240-254, set./out. 2012.

KESSLER, Cláudia Samuel. **Mais que Barbies e ostras: uma etnografia do futebol de mulheres no Brasil e nos Estados Unidos**. 2015. 375 fls. Doutorado (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

KNIJNIK, Jorge Dorfman. **Femininos e Masculinos no Futebol Brasileiro**. 2006. Doutorado (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, IPUSP, Universidade de São Paulo – São Paulo, 2006. f. 1- 475.

KNIJNIK, Jorge Dorfman. VASCONCELOS, Esdras Guerreiro. Mulheres na área: perigo de gol. *In*: SIMÕES, Antonio Carlos (Org). **Mulher e Esporte-mitos e verdades**. Barueri: Manole, 2003. p. 165- 176.

KNIJNIK, Jorge Dorfman. VASCONCELOS, Esdras Guerreiro. Mulheres na área: perigo de gol. *In*: SIMÕES, Antonio Carlos (Org). **Mulher e Esporte-mitos e verdades**. Barueri: Manole, 2003. p. 165- 176.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LENOIR, Yves. Didática e Interdisciplinaridade: uma complementaridade necessária e incontornável. *In*: FAZENDA, Ivani. (org.). **Didática e Interdisciplinaridade**. 3ª ed. Campinas: Papirus, 1998, p. 48-75.

Legislação Informatizada - DECRETO-LEI Nº 3.199, DE 14 DE ABRIL DE 1941 - Publicação Original. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 set. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pró-posições**. v.19, n. 2, p. 17-23, maio./ago. 2008. Disponível em:<

<https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2022.

LIMA, Daniel Barbosa dos Santos; Barros, Glhevysson dos Santos. Decolonialidade no Futebol Feminino. **Revista Biomotriz**, Cruz Alta, v. 16, n. 1, p. 107-118, jan./abr. 2022.

MAGALHÃES, Franciele Faria *et al.* Campeonato de gênero: uma comparação entre eficiência e salário de jogadores e jogadoras no futebol profissional. **Revista Intercontinental de gestão desportiva**, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 11, n. 5, p. 1-18, jun./ ago. 2021.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: a retórica de la modernidade, lógica de la colonialidad y gramática de lá descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo. 2010.

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa.** Disponível em:

http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIO_S_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf. Acesso em: 30 dez. 2022.

MATHEUS, Galdino; LESCH, Lara; WICKER, Pamela. Gestão (In) Sustentável de Recursos Humanos no Futebol Brasileiro? Evidências empíricas sobre o recrutamento e demissão em coaching. **Sustainability**, Universidade de Bielefeld, Alemanha, v. 14, n. 12, p. 1-20, abr./jun. 2022.

MORAES, Carolina Farias: As torcedoras querem torcer: tensões e negociações da presença das mulheres nas arquibancadas de futebol. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017.

MORGANTE, MIRELA MARIN. **Mulheres, gênero e patriarcado**: novas categorias da pesquisa histórica. Dissertação de Mestrado em História Social das Relações Políticas – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

MOURÃO, Ludmila. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Movimento**. UFRGS, RS, v. 6, n. 13, p. 5-18, set./dez. 2000.

MOURÃO, Ludmila. **A representação social da mulher brasileira na atividade física desportiva**: da segregação à democratização. Tese de doutorado em Educação Física – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1998.

MOURÃO, Ludmila; GOMES, Euza Maria. Mulheres na administração esportiva brasileira: uma trajetória em curso. In: SIMÕES, Antônio Carlos; KNIJNIK, Jorge Dorfman. **O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho**. 1ª Edição. São Paulo: Aleph, 2004. p. 305-317.

MULHERES entram em campo. Zero Hora, Porto Alegre, 2 fev. 2003. Caderno Esportes, p.40-42.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Resistências ao capitalismo: plebeus, operários e mulheres. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Org.). **O século XX: o tempo das certezas: da formação do capitalismo à primeira grande guerra**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MOSCOVICI, Serge. **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MOURA, Eriberto José Lessa de. **As relações entre lazer, futebol e gênero**. 2003. 125 fls. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MOTTA, Daniele Cordeiro. Desvendando Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 149-160, jan./jun. 2018.

MIRAGAYA, Ana. **A mulher olímpica: tradição versus inovação na busca pela inclusão**. Fórum Olímpico. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em http://www.sportsinbrazil.com.br/artigos_papers/a_mulher_olimpica_1.pdf.

MOURA, Vicente Higino de. A Evolução do Futebol Através da Ciência e da Tecnologia. **Anais do Intercom**, Santos/SP, v. 1, n.1, p. 01-01, 1997.

MUNANGA, Kabengele. Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil. In: SCHWARCZ, Lília Katri Moritz.; SOUSA, Letícia Vidor. (Org.). **Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, p. 179-194, 1996.

MARQUES, Carla Naiara Julião; CUNHA, Jorsandra Valéria silva da. **BRASIL NAS COPAS: Vitórias e decepções da seleção pentacampeã radiodocumentário**. 2013. 53 fls. TCC (bacharel em Comunicação Social) - Centro de Ensino Superior do Ceará, CE.

MAZZINI, Andrezza Lisboa. **ENTRE BATONS, ALENTO E AS QUATRO LINHAS: (DES) CONSTRUINDO A IMAGEM DA MULHER NO FUTEBOL**. 2017. 37 fls. TCC (Bacharel em Comunicação Social) - Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2017.

MOREL, Marcia; SALLES, José Geraldo do Carmo. Futebol feminino. In: Da COSTA, L. P. (Ed.). **Atlas do esporte no Brasil: atlas do esporte, educação física, atividades físicas de saúde e lazer no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan./ jun. 2010.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MAIA, Anna Beatriz Grangeiro Ribeiro. **Ambiente institucional, futebol feminino e desempenho organizacional dos clubes mais fortes do mundo**. 2021. 173 fls. Doutorado (Doutorado em Administração e Controladoria) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2021.

NETO, João Júlio de Oliveira; SANTOS, Ana Raquel Mendes dos. **Caminhos e desafios enfrentados no futebol feminino no Brasil**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Educação Física) – Faculdade Escritor Osman da Costa Lins.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo; SANTOS, Elza Ferreira; SANTOS, Ieda Fraga. Relações de gênero e educação profissional: a presença de mulheres. **Educação: Teoria e prática**. Rio Claro, São Paulo, v. 30, n. 63, p. 1-17, 2020.

NOLASCO, Carlos. Futebol. In: Reis, José. **Palavras para lá da pandemia: cem lados de uma crise**. Portugal, Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra, 2020. p. 1-5.

OBSERVATÓRIO, Racial do Futebol. Veja a posição de cada clube sobre a proposta da CBF de perda de pontos em caso de racismo. Disponível em: <https://observatorioracialfutebol.com.br/veja-a-posicao-de-cada-clube-sobre-a-proposta-da-cbf-de-perda-de-pontos-em-caso-de-racismo/>. Acesso em: 24 out. 2022.

OLIVEIRA, Marilane Teixeira. O que gera e perpetua a segregação, a discriminação e as desigualdades salariais. In: KRIEN, José Dari; TRONCOSO, Eugenia Leone. **Mundo do trabalho das mulheres: Ampliar direitos e promover a igualdade**. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres / Campinas, Unicamp. 2017. p.67-90.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. **Saltando obstáculos: a mulher no espetáculo esportivo**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2016.

OLIVEIRA, Leonardo Erivelto Soares de. **O jogo dos gêneros e o gênero do jogo: o caso do voleibol**. 2010. 127 fls. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

PAULA, Adelgício Ribeiro de. A violência das torcidas e racismo no futebol: o que a escola tem com isto? **Revista Urutágua (On-line)**, Maringá - PR, v. 7, n.7, p. 1-9, ago. / nov. 2005.

PAULA, Luciane de; SANT'ANA, Carolina Gomes. A violência contra a mulher no Brasil: repercussão pública do machismo estrutural. **Dialnet**, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 1-20, out./dez. 2022.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.** História, São Paulo, v. 24, n.1, p. 77-98, 2005.

PERRUCI, Felipe Falcone. **Clube Empresa:** modelo brasileiro para transformação dos clubes de futebol em sociedades empresárias. Belo Horizonte: D' Plácido, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PINTO, Érica Jaqueline Soares; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; RABAY, Glória. As relações de gênero nas escolhas de cursos superiores. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 10, n. 22, p. 47-58, maio./ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/6173>. Acesso em: 05 set. 2022.

PEREIRA, Flávia Souza Máximo; MURADAS, Daniela. Decolonialidade do saber e direito do trabalho brasileiro: sujeições interseccionais contemporâneas. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], abr. 2018.

PESSANHA, Nathália Fernandes. O mundo da bola. A proibição do futebol de mulheres em diferentes campos. **Revista Esporte e Sociedade – O mundo da bola.** UFF – Universidade Federal Fluminense, Niterói, v. 13, n.32, p. 1-20, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. In: LANDER, Edgard (Coord.) **La colonialidade del saber:** eurocentrismo y ciências sociales. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 201-246.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala.** Pólen Livros: São Paulo, 2019.

RAIMUNDO, Valdenice José. **É preciso ter raça:** As formas de organizações informais no cotidiano das mulheres negras da favela bola de ouro – Território de maioria negra. 2003. 113 fls. (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2003.

REDAÇÃO HYPENESS. Seleção de handebol de praia da Noruega é multada por recusar jogar de biquíni. Publicada em 21/07/2021 e atualizada em 23/07/2021 Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2021/07/selecao-de-handebol-de-praia-da-noruega-e-multada-por-recusar-jogar-de-biquini/>. Acesso em: 05 set. 2022.

RAIMUNDO, Valdenice José. **É preciso ter raça:** As formas de organizações informais no cotidiano das mulheres negras da favela bola de ouro – Território de maioria negra. 2003. 113 fls. (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2003.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. **O fim do passe e a modernização conservadora no futebol brasileiro (2001-2006)**. [Tese de Doutorado em Sociologia] PPGS/UFRGS: Porto Alegre, 2007.

RODRIGUES, Sérgio Santos. **O clube empresa no Brasil: mais necessidade do que virtude**. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaio/2021/02/4904549-o-clube-empresa-no-brasil-mais-necessidade-do-que-virtude.html>. Acesso em: 12 fev. 2023.

ROMERO, Elaine. A Educação Física a serviço da Ideologia Sexista. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Campinas v. 15, nº 3, p. 226-233, 1994.

SELLTIZ, Claire *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

SILVA, André Luiz dos Santos. “Para evitar o cogumelar de gentes feias”: A Educação Física na Eugenia de Renato Kehl (1917-1929). **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte - CONBRACE e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte – CONICE**, 2009, Bahia.

SILVA, Glycia Melo de Oliveira *et al.* O jogo na escola: uma análise da intenção pedagógica de professores de Educação Física. **Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**. v. 10, n. 2, p. 145-164, maio./ago. 2012.

SILVA, Matheus dos Santos. O futebol como forma de ascensão social do negro no início do século XX: o Rio de Janeiro e o c. r. Vasco da Gama: **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**. São Paulo. v.13, n. 52, p. 88-110, jan. / abr. 2021.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.20, n.2, jul./dez. 1995.

SANTOS, Tarcyanie Cajueiro (ECA/USP). Os Primeiros Passos do Profissionalismo ao Futebol como Megaevento. **XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação-INTERCOM**, 1999, Rio de Janeiro. XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação-INTERCOM, 1999.

SANTOS, Tarcyanie Cajueiro. Alteridade no futebol: a campanha #somostodosmacacos de Neymar. **Revista REU**, Sorocaba, SP, v. 40, n. 2, p. 309-321, dez. 2014.

SANTOS, José Adailton Sousa dos; FORTES, Lore. O futebol depende de vocês: um estudo sobre a escolinha de futebol feminino do GAMI de Natal – Rio Grande do Norte. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 8, n, 1, p. 59-79, jan./mar. 2022.

SANTOS, Magnolia Rejane Andrade dos; LEMOS, Raysa Beatriz da Silva. Mulheres e futebol: a cobertura sobre o Brasileirão Feminino no site globoesporte.com. **RICS – Revista Interd. em Cult. e Soc.**, São Luís, v. 7, n. 2, p. 224-240, jul./ dez. 2021.

SANTOS, Ineildes Calheiro dos. **As mulheres árbitras de futebol: um estudo sobre tecnologias de gênero e perspectivas da divisão sexual do trabalho**.

Dissertação (mestrado em Crítica Cultural) — Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural. Alagoinhas, Universidade do Estado da Bahia, UNEB, 2016.

SADERNBERG, Cecília Maria Bacellar. Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista. **I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – NEIM**, UFBA, Salvador, p. 1-15, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://repositório.ufba.br/ri/handle/ri/6848>. Acesso em: 05 set. 2022.

SALLES, José Geraldo do Carmo; Marcia Morel. **Futebol Feminino**. Disponível em: <http://www.atlasesportebrazil.org.br/textos/53.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo radical – Pensamento e movimento. **Textura**, Cruz das Almas, Bahia, ano 3, n.1, p. 24-34, jan./jul. 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 12, p. 157-163, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular/ Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Marxismo 21**. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1992.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. *In*: NOVAES, F. A.; SCHWARCZ, L. M. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 4, p. 173 – 245, 2003.

STAHLBERG, Lara Tejada. **Mulheres em campo: novas reflexões acerca do feminino no futebol**. 2011. 127 fls. MESTRADO (Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de; LOPES, Yara. Violência contra a mulher, machismo e patriarcado no enquadramento jornalístico. **Revista pauta geral**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 19-34, jul./ dez. 2019.

SANTANA, Amanda. Monique. Porfírio. Ribeiro. de; BADIALLI, Michelle. Ferret. A visibilidade do futebol feminino no Brasil: uma análise descritiva das publicações do Sportv E Planeta Futebol Feminino. *In*: **CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE**, 19., 2017, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: INTERCOM, 2017. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-1871-1.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SALVINI, Leila; MARCHI Jr., Wanderley. “Guerreiras de chuteiras” na luta pelo

reconhecimento: relatos acerca do preconceito no futebol feminino brasileiro. **Rev Bras Educ Fís Esporte**, São Paulo, Abr-Jun, 30(2),p. 303-11, 2016.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de.; ALTMANN, Helena. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. *Cadernos CEDES*, v. 19, n. 48, p. 52-68, 1999.

Torcedores do Athletico-PR são flagrados fazendo gestos racistas. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2021/12/16/torcedores-doathletico-pr-sao-flagrados-fazendo-gestos-racistas.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 21 jun. 2022.

TEIXEIRA, Fábio Luís Santos; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira. Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática. **Revista Movimento**, v. 19, n. 1, p. 265-287, jan./mar. 2013.

Torcedores do Athletico-PR são flagrados fazendo gestos racistas. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2021/12/16/torcedores-doathletico-pr-sao-flagrados-fazendo-gestos-racistas.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 10 ago. 2022.

TEIXEIRA, Maria Luiza Campos. **Futebol, questões de gênero e desigualdade salarial: uma análise descritiva para o Brasil**. 2019. 36 fls. TCC (Bacharel em ciências econômicas) – Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, 2019.

TEIXEIRA, Marilene Oliveira. Desigualdade salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 31-45, jan. mar. 2008.

TONINI, Marcel, Diego. **Além dos gramados: história oral de vida de negros no futebol brasileiro (1970-2010)**. Dissertação (Mestrado em história social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2010.

UNZELTE, Celso. **O livro de ouro do futebol**. São Paulo. Ediouro, 2002.

UOL. **Brasileiro feminino paga ao campeão Corinthians 0,87% do prêmio da Série A**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2021/09/27/brasileiro-feminino-premio-representa-087-do-valor-de-titulo-na-serie-a.htm>. Acesso em: 14 fev. 2023.

VIEIRA, José Jairo. **Paixão nacional e Mito Social: A participação do Negro no Futebol e Ascensão Social**. Tese de doutorado – UERJ, Rio de Janeiro, 2001.

VERBENA, Eliete do Carmo Garcia; Romero, Elaine. As relações de gênero no esporte por discentes da rede pública municipal de Juiz de Fora. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 113 – 125, maio./ago. 2003.

VENTURA, Thabata Santos; HIROTA, Vinicius Barroso. Futebol e salto alto: por que não? **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, Universidade

Presbiteriana Mackenzie, v. 6, n. 3, p. 155-162, 2007. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/REMEF/Remef_6.3/Artigo_17.pdf. Acesso em: 06 set. 2022.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC, 2013.

WOJCIECHOWSKI, Ezequiel, *et al.* A nova relação jurídica estabelecida entre atletas e clubes de futebol profissional a partir da lei nº 9.615 de 1998. *In*: PEREIRA, Adriana Couto (Coord.); REIS, Debora Mergen Lima. **VII Contextos e conceitos – Mostra de produção científica e extensão**. Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas 12 a 14 de setembro de 2017. p. 131-160.

WEBER, Max. **Economia y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.